

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

Eloísa Araújo Santos de Moraes

**O IMPACTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: Estudo de Caso da
Universidade Federal de Pelotas (RS)**

**Porto Alegre
2014**

CIP - Catalogação na Publicação

de Mor ec, nloic ũjo ntoc
 O impacto da instituição de ensino superior no
 desenvolvimento local e regional: estudo de caso da
 universidade Federal de Pelotas (RS) / Nloisa Araújo
 Santos de Moraes. -- 2014.
 162 f.

orientador : Maria Alice Oliveira da
 Lahorgue.

Tese (coorientado) -- universidade Federal do Rio
 Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
 Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
 Alegre, BR-RS, 2014.

1. Instituição de ensino superior. 2. Capital
 humano. 3. Desenvolvimento socioeconômico. 4.
 universidade Federal de Pelotas. I. Lahn, e. Maria
 Alice Oliveira da Cunha, orient. II. Título.

Esta obra foi produzida pelo Sistema de Catalogação Automática da UFRGS com os
 dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Eloísa Araújo Santos de Moraes

**O IMPACTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: Estudo de caso da
Universidade Federal de Pelotas (RS)**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof^aDr^a Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue

Linha de Pesquisa: Planejamento e Espaço Urbano e Regional

Porto Alegre

2014

Eloisa Araújo Santos de Moraes

O IMPACTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: Estudo de caso Universidade Federal de Pelotas (RS)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

Prof.^ª Dr.^ª Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue
Orientadora

Prof.^ª Dr.^ª Heleniza Ávila Campos
Examinador interno - PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. Paulo Roberto Soares
Examinador externo - Departamento de Geografia/ UFRGS

Prof.^ª Dr.^ª Wrana Panizzi
Examinadora externa - Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Há algumas pessoas e entidades que merecem meu sincero agradecimento. Primeiramente, gostaria de agradecer ao governo brasileiro (CAPES) por ter me concedido uma bolsa de estudos, a qual facilitou enormemente a conclusão do curso de doutorado. Em segundo lugar, quero agradecer a UFRGS por me proporcionar a experiência da universidade pública brasileira.

Agradeço profundamente à minha orientadora Maria Alice Lahorgue por ter me aberto o caminho para eu começar meu doutorado como aluna especial; proporcionando-me a possibilidade da decisão final. Agradeço também à banca de qualificação (Prof. Dr. Oberonda Silva Mello, Prof. Dr. Paulo Roberto Soares e Prof. Dr. Pedro Bandeira) por ter me auxiliado a perseguir caminhos objetivos.

Outras pessoas que precisam ser lembradas: meu grande amigo Régis de Carvalho por sua paciência e colaboração. Sua paciência em me ouvir e compreender minha pesquisa, sua colaboração em me ensinar a tirar mais dos dados numéricos e organizá-los de maneira objetiva.

Quero agradecer a outros amigos que me apoiaram durante esses anos e me respeitaram quando os tempos exigiam isolamento e concentração: Rose Bauermann e Cláudia de Mello Moreira. Agradeço também as contribuições das amigas Adriana Coelho Borges Kowarick e Nilda Maria de Medeiros Maisonnave.

Como diz o ditado inglês *last, but not least*¹, quero agradecer a minha amada e grande amiga Maria Alice Santos de Moraes, minha mãe, por sua eterna compaixão, apoio moral, espiritual e financeiro. Posso dizer que ela foi a minha maior companheira nesta jornada tão importante da minha vida.

¹Última, mas não menos importante.

Canta a tua aldeia e cantarás ao mundo.
Anton Tchekhov

RESUMO

A presente pesquisa buscou mensurar e compreender o impacto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no desenvolvimento socioeconômico da Região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE Sul), Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A metodologia de trabalho se valeu de diferentes dados quantitativos e qualitativos sob a perspectiva da divisão Estadual em COREDEs. Primeiramente, baseado na discussão teórica, expõe-se dados quantitativos secundários oficiais que também são usados em uma aplicação de análise de regressão linear múltipla. O resultado da análise estatística indicou que, entre os parâmetros independentes utilizados – ex: PIB, população urbana e rural e quantidade de Instituição de Ensino Superior (IES) –, todos influenciam positivamente o IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) do COREDE. Porém, dentre esses parâmetros, o que mais influência é a quantidade de IES. Em um segundo momento, a metodologia usou o mapeamento de profissionais pertencentes a três conselhos de classe, a saber: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-RS), Conselho Regional de Medicina (CREME-RS) e Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-RS). Buscando parâmetros de comparação com os dados da UFPel, utilizou-se dados de egressos de duas outras IESs do Estado, cujos históricos de institucionalização têm similitudes. Optou-se por trabalhar com os dados da Universidade Federal de Santa Maria e Universidade de Passo Fundo. Com esta estratégia de comparação, pôde-se identificar quanto cada uma dessas IESs retém de seus egressos nos COREDEs onde as mesmas estão localizadas; bem como, saber para que outros COREDEs os demais egressos migraram. O resultado da pesquisa retrata a localização residencial/comercial dos profissionais observados em 2013. A terceira estratégia de análise usou o dado ‘quantidade de egressos’ da UFPel, entre os anos de 1990 a 2012, para compará-lo aos respectivos registros profissionais iniciados a partir de 1990 até o presente. Esta comparação proporcionou a identificação quantitativa do impacto dos egressos da UFPel nos campos profissionais de trabalho observados. Por último, aplicou-se um questionário de campo que objetivou apreender a percepção de funcionários das prefeituras municipais, que compõem o COREDE Sul, sobre o papel da UFPel no desenvolvimento econômico dessa região. O trabalho de pesquisa concluiu que a UFPel é muito importante para a região do COREDE Sul e para o Estado no que tange à agricultura. Todavia, através das diferentes análises quantitativas feitas pela pesquisa, fica a percepção de que mais poderia ser aproveitado do recurso acadêmico e humano existente na UFPel. Através dos questionários, transpareceu a falta de comunicação objetiva e eficiente entre a universidade e as administrações municipais. A pesquisa apontou para um impacto importante, abrindo caminhos a serem perseguidos pelo trabalho de investigação científica, já que a mesma mostra a distribuição geográfica parcial do capital humano gerado por três IESs importantes do Estado.

Palavras chave: Capital Humano, Desenvolvimento Socioeconômico, Instituição de Ensino Superior, Universidade Federal de Pelotas.

MORAES, Eloisa Araújo Santos de. **O Impacto da Instituição de Ensino Superior no Desenvolvimento Local e Regional:** Estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas (RS). Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

ABSTRACT

The research sought to measure and understand the impact of the Federal University of Pelotas (UFPEL) in the socioeconomic development of the Southern Regional Development Council (COREDE Sul), State of Rio Grande do Sul, Brazil. The work methodology was based on the data analysis from the COREDE division point of view. Firstly, based on a theoretical discussion, quantitative data was shown, discussed and the parameters used in a multiple linear regression application. The statistical analysis results indicated that among the independent parameters utilized – e.g. GDP, urban and rural population and quantity of higher education institution (HEI) – all of them positively influence the COREDE IDESE (Index of Socioeconomic Development). However, among all of them the one most influence it is the amount of HEI. Secondly, the methodology mapped the residential address of professionals belonging to three professional councils (Council of Engineering, Architecture and Agronomy (CREA-RS), Council of Medicine (CREME-RS) and Council of Veterinary Medicine (CRMV-RS)). Seeking parameters to be compared with data from UFPEL, data from two other HEIs were used. We chose to work with the data of the Federal University of Santa Maria and Passo Fundo University. With this comparison strategy, it was possible to identify how much each of these HEIs retains its graduates in COREDEs where they are located, as well as where the remaining graduates migrate. The research result depicts the residential/commercial location of professionals observed in 2013. The third analysis strategy used the 'amount of graduates' from UFPEL, between the years 1990-2012, to compare it to their professional records started from 1990 to the present. This comparison provided the quantitative identification of the impact of UFPEL graduates in professional observed fields. Finally, we applied a field questionnaire aimed at apprehending the perception of officials from different municipalities that make up the Southern COREDE on the role of UFPEL in the economic development of this region. The research concluded that UFPEL is very important for the region of COREDE Sul and the State regarding agriculture production. However, the overall perception is that more could be leveraged from the existing academic and human resource at UFPEL. Through the questionnaires, it was possible to apprehend the lack of objective and efficient communication between the university and municipalities. The research pointed to an important impact, opening avenues to be pursued by scientific research work since it showed a partial geographic distribution of the human capital generated by three important State HEIs.

Keywords: Human Capital, Socioeconomic Development, Higher Education Institutions, Pelotas Federal University.

MORAES, Eloisa Araújo Santos de. **O Impacto da Instituição de Ensino Superior no Desenvolvimento Local e Regional:** Estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas (RS). Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS.

TABELA 01 – Aumento de anos de escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais de idade (nos EUA).....	25
TABELA 02 – Média do tempo de vida de trabalho de oito grupos amplos de ocupação - 1958.....	27
TABELA 03 – Remuneração média segundo o grau de instrução, em R\$ – Dez/2010.....	28
TABELA 04 – Participação relativa das Regiões Nordeste, Norte e Sul no PIB agropecuário do RS – 1939-2001.....	61
TABELA 05 – Participação relativa das Regiões Nordeste, Norte e Sul no PIB industrial do RS – 1939-2001.....	61
TABELA 06 – Participação relativa das Regiões Nordeste, Norte e Sul no PIB terciário do RS – 1959-2001.....	62
TABELA 07 – Sistema viário COREDE Sul.....	68
TABELA 08 – Sistema viário COREDE V. do Rio dos Sinos (dados extraídos do SIG).....	68
TABELA 09 – Dados comparativos entre os COREDEs Sul e Vale do Rio dos Sinos.....	68
TABELA 10 – Ranking de participação na formação do PIB do RS por COREDE (1999-2010).....	69
TABELA 11 – Participação na formação do PIB do RS por COREDE (1999 – 2010).....	70
TABELA 12 – Participação por município na formação do PIB do COREDE Sul (1999 – 2010).....	71
TABELA 13 – Quociente de localização de atividades econômicas do COREDE Sul (2000).....	72
TABELA 14 – Quociente de localização de atividades econômicas por COREDE (2010).....	73
TABELA 15 – IDESE por COREDE em 2009 e Respectiva posição do PIB em 2010.....	75
TABELA 16 – Orçamento da UFPel, PIB de Pelotas e PIB do COREDE Sul (2004 – 2010).....	100
TABELA 17 – Características política, demográfica, econômica e areal dos COREDEs.....	101
TABELA 18 – Números de docentes, discentes e técnico-administrativos por IES.....	101
TABELA 19 – Egressos da UFPel Profissionalmente Ativos.....	113
QUADRO 01 – “Três autoridades: Vidal, Marx e Jameson”.....	38
QUADRO 02 – De Produção em Massa ao do Conhecimento Intensivo.....	44
QUADRO 03 – Surgimento das primeiras escolas de ES no Brasil, por ano e estado (1808-89).....	84
QUADRO 04 – Datas e Fatos.....	92
QUADRO 05 – 1. Municípios representados:.....	115
QUADRO 06 – 2. Cargos dos respondentes:.....	115
FIGURA 01 – O modelo da Hélice Tríplice: Universidade – Indústria-Relações Governamentais.....	51
FIGURA 02 – O papel de conexão global/mundial da IES no local.....	53
FIGURA 03 – Três Grandes Regiões do Estado do Rio Grande do Sul.....	57
FIGURA 04 – Divisão Municipal e Centros Regionais.....	63
FIGURA 06 – Divisão de COREDEs.....	64
FIGURA 07 – COREDE Sul, Municípios, Sistema Viário e Sedes.....	67
FIGURA 08 – COREDE Vale do Rio dos Sinos, Municípios, Sistema Viário e Sedes.....	68
FIGURA 09 – Quantitativo de IESs por município e COREDEs.....	76
FIGURA 10 – Migração da população rural e urbana nos últimos 30 anos no COREDE Sul.....	77

FIGURA 11 – Resumo – Regressão Múltipla – Método Stepwise.....	78
FIGURA 12 – Participação dos egressos da UFPel entre os profissionais registrados no CREA-RS, 2013.....	104
FIGURA 13 – Participação dos egressos da UFPel entre os profissionais registrados no CREMER-S, 2013.....	105
FIGURA 14 – Participação dos egressos da UFPel entre os profissionais registrados no CRMV-RS, 2013.....	105
FIGURA 15 – Participação dos egressos da UFSM entre os profissionais registrados no CREA-RS, 2013.....	106
FIGURA 16 – Participação dos egressos da UFSM entre os profissionais registrados no CREMER-S, 2013.....	107
FIGURA 17 – Participação dos egressos da UFSM entre os profissionais registrados no CRMV-RS, 2013.....	108
FIGURA 18 – Participação dos egressos da UPF entre os profissionais registrados no CREA-RS, 2013.....	109
FIGURA 19 – Participação dos egressos da UPF entre os profissionais registrados no CREMER-S, 2013.....	109
FIGURA 20 – Participação dos egressos da UPF entre os profissionais registrados no CRMV-RS, 2013.....	110
FIGURA 21 – Três Grandes Regiões Sobre Divisão do COREDE.....	112
FIGURA 22 – PIB Per Capita do COREDE, em 2010.....	112
FIGURA 23 – 3. Escolaridade dos respondentes:.....	116
FIGURA 24 – 4. Qual é sua imagem da UFPel?.....	116
FIGURA 25 – 5. Você sabe quantos campi a UFPel tem distribuídos no COREDE Sul?.....	116
FIGURA 26 – 6. Em sua opinião, qual é a relevância da UFPel no contexto do desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul?.....	116
FIGURA 27 – 7. Aproximadamente, qual é o percentual do orçamento da UFPel em relação ao PIB (produto interno bruto) de Pelotas e do COREDE Sul?.....	117
FIGURA 28 – 8. Você já teve algum contato institucional, acadêmico ou cultural com UFPel?.....	117
FIGURA 29 – 9. Você conhece alguma parceria/interação entre a UFPel e comunidade local ou regional (indústria, comércios, prefeituras, associações comunitárias, instituições de pesquisa e desenvolvimento, sindicatos, etc)?.....	117
FIGURA 30 – 11. O que você percebe ser o ponto mais fraco a respeito do papel da UFPel no COREDE Sul?.....	118
FIGURA 31 – 12. Se você desejar fazer seu próprio comentário a respeito da atuação da UFPel no COREDE Sul, abaixo há espaço para isso. Todos os comentários serão considerados como material de análise e percepção da sociedade local e regional.....	119
GRÁFICO 01 – Participação das Regiões no PIB Total do RS.....	61
GRÁFICO 02 – Evolução Comparativa COREDE Sul & RS (em relação ao ano anterior).....	74
GRÁFICO 04 – Grau de Retenção das três IESs.....	102
GRÁFICO 05 – Êxodo para o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.....	103
GRÁFICO 06 – 10. Em ordem crescente enumere as ações mais impactantes, que a UFPel deveria promover para o desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul.....	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
OBJETIVOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA	17
Hipóteses.....	18
Metodologia de trabalho	18
ESTRUTURA DO TEXTO.....	20
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	20
2.1 CAPITAL HUMANO	20
2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	27
2.2.1 Desenvolvimento	30
2.2.2 Região	30
2.2.3 Região e Desenvolvimento.....	39
2.2.4 IES e Desenvolvimento Regional	45
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
3. TERRITÓRIO E REGIÃO DE ESTUDO	56
3.1 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO.....	57
3.2 DIVISÕES ADMINISTRATIVAS	62
3.3 COREDE	60
3.4 REGIÃO DE ESTUDO	66
3.5 POR QUE A ESCOLHA DO COREDE SUL?	78
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
4. SURGIMENTO DO ENSINO NO BRASIL	81
4.1 SURGIMENTO DA UFPEL	90
4.1.1 Projetos de Pesquisa e Extensão da UFPel	96
4.2 ANÁLISES COMPARATIVAS.....	99
4.2.1 Quantitativos Orçamentários.....	100
4.4 QUESTIONÁRIO DE CAMPO	114
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
5. CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	126
ANEXO I - Dados quantitativos e qualitativos sobre os demais COREDEs	134
ANEXO II - Oferta de cursos na UFPel; distribuição dos egressos da UFPel, UFSM e UPF no Estado e questionário	151

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar o impacto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) na região do Conselho Regional de Desenvolvimento Sul (COREDE Sul). Essa Região está inserida na zona sul (Metade/Região Sul²) do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O COREDE Sul compreende um conjunto de 22 municípios. No capítulo três, descreve-se a Região em detalhe e as demais regiões que compõem o território desse Estado.

A base teórica que sustenta a tese é a do capital humano. Essa teoria já foi largamente pesquisada e muitas publicações existem sobre sua importância e eficácia no desenvolvimento socioeconômico territorial. Há mais de duas décadas, alguns professores e pesquisadores vêm trabalhando na concepção de um terceiro papel para a Instituição de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento econômico regional. A teoria do capital humano é o ‘fio condutor’ para o desenvolvimento dessa dialética.

*The role of a theory is not to catalogue the obvious, but to help us to sort out effects that are crucial, quantitatively, from those that can be set aside*³. (LUCAS, 1988; p. 13)

Outros conceitos teóricos abordados na tese se referem a desenvolvimento, região, o entendimento sobre a região econômica que está mais bem preparada para enfrentar as demandas da nova economia, bem como a concepção do que é a nova economia e o conceito de economia do conhecimento. E, por fim, a literatura que promove o terceiro papel para IES no desenvolvimento regional.

Há diferentes pesquisadores que promovem esse terceiro papel para a IES; todavia, não há uma teoria sobre este assunto, porém existem propostas articuladas, principalmente, por Etzkwoitz e Leydesdorff (Triple Helix), Goddard e Lundvall (Sistema Nacional⁴). Esses autores pesquisam e trabalham em prol de objetivos estreitamente relacionados, mas cada um enfatiza um aspecto diferente. Por esta razão, contemplá-los torna a explicação e justificativa para o terceiro papel da IES mais rica, persuasiva e viável, já que esses autores trazem suas experiências de diferentes regiões do mundo.

2 Diferentes nomenclaturas que se referem à região sul do Rio Grande do Sul. Apesar dessa grande região não ser precisamente delimitada, a mesma contém características similares a respeito da sua ocupação histórica e atividade econômica (grande importância do setor agropecuário).

3 O papel da teoria não catalogar o óbvio, mas nos ajudar a discernir os efeitos que são cruciais, quantitativamente, daqueles que podem ser deixados de fora.

4 O ‘sistema nacional’ de Lundvall é uma proposta da década de 80, a qual enfatiza o papel da empresa na promoção do desenvolvimento regional. Porém, esse autor já modificou um pouco sua ênfase e, por esta razão, não se usa essa definição nessa tese, contudo, usamos a literatura de Lundvall mais recente, a qual atribui mais ênfase a criação de ‘competência’ e ‘mudanças organizacionais’ no ambiente de trabalho e geração de inovação.

PROBLEMA DE PESQUISA

A Região Sul já foi tema de muitas teses, dissertações e matérias de jornal pelo fato de ser uma região tradicionalmente ligada à agropecuária e com a identidade do gaúcho. Além disso, pelo fato de ser uma região economicamente empobrecida, que teve um passado importante na composição do produto interno bruto (PIB) do Estado.

Todavia, ainda há muito para se pesquisar, analisar e avaliar, quando se pensa nessa Região em relação ao seu legado educacional, relacionado com as universidades que ali existem por quarenta ou cinquenta anos. Atualmente, há muitas IESs espalhadas pela Região e, a maioria são faculdades novas, ou centros de educação tecnológica. Objetivamente, o problema de pesquisa baseia-se na premissa, que capital humano é importante para o desenvolvimento econômico e uma das fontes de geração de capital humano é a universidade.

O que ensejou o desenvolvimento do projeto de tese foi compreender o impacto local e regional de uma das universidades mais conhecidas e respeitadas da Região Sul. Contudo, para objetivar a pesquisa e, ao mesmo tempo, procurar a melhor maneira de mensurar o papel e impacto da Universidade Federal de Pelotas, opta-se por limitar uma área menor de trabalho. A decisão foi trabalhar com o território do COREDE Sul, onde essa universidade está localizada. A cidade regional (emprestando o termo de Goddard (2008)) é a cidade de Pelotas.

As faculdades que deram origem à UFPel possuem um histórico antigo de atuação na cidade de Pelotas, sendo uma delas fundada no final do Império do Brasil. Para se apreciar a história da educação nessa cidade foi imprescindível descrever o surgimento do ensino superior no Brasil. Ao fazer esta pesquisa, ficou claro a situação de dependência entre o ingresso no ensino superior e o ensino secundário privado. A característica notória do ensino superior no Brasil foi e, grosso modo, continua sendo o elitismo. Também foi inevitável descrever como o elitismo foi gerado no contexto da estrutura histórica do ensino em geral.

Em meados do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, a cidade de Pelotas viveu seu apogeu através da prosperidade econômica, arte e cultura que ali aconteceram. Essas agitações urbanas foram animadas principalmente pela produção das charqueadas na Região Sul, que tinham nessa cidade o entreposto para suas comercializações, com o restante do Estado, país e exterior. Esse histórico urbano não ocorreu na mesma época, da mesma maneira e intensidade em outro lugar no Estado, nem mesmo na capital, Porto Alegre. Esse fato conferiu à cidade de Pelotas uma característica única, que deu à sua sociedade uma experiência diferente das demais populações urbanas do Estado. Pode-se dizer que esta situação psicológica social, ou esta característica intrínseca da sociedade de Pelotas poderia ser traduzida como um

potencial latente para o desenvolvimento econômico acontecer. Neste centro urbano, havia diferentes escolas superiores, institutos de arte e música, associações de trabalhadores e a sociedade era engajada com a manutenção dessas instituições.

Porque a cidade não aproveitou este capital humano é uma das indagações que a pesquisa procura apreender. Observando a sinergia de atividades que ocorreu nesse local por quase cem anos, parece-se que havia um estoque de capital humano singular no contexto do Estado. Este período não considera o início das atividades saladeiris (iniciadas, aproximadamente, em 1770), mas o tempo que a sociedade estava já desfrutando das benesses dessa produção econômica. Toda a discussão do capital humano está baseada logicamente na relação: conhecimento educacional/intelectual gera ganhos econômicos para a pessoa que o possui e, indiretamente ao local onde esta pessoa está exercendo seu conhecimento. Como conclui Romer (1990), em seu trabalho *“Endogenous Technological Change”*: *“the main conclusion are that the stock of human capital determines the rate of growth, ..., that integration into world markets will increase growth rates, and that having a large population is not sufficient to generate growth (p. S71).”*⁵ De certo modo, esse pensamento explica a falta de crescimento sustentado da Região Sul.

As iniciativas de promoção da educação ficaram restritas à elite da sociedade local. Mesmo havendo, no início do século XX, algum subsídio, ou reserva de matrículas nas escolas técnicas agrícolas e de pecuária, essas matrículas eram poucas para promover a capacitação dos trabalhadores das principais atividades econômicas da época e da atualidade. Além desse elitismo, relacionado com a pouca difusão da educação entre a população menos privilegiada da Região, a concentração de terra entre poucas famílias causou grande desigualdade econômica entre a população. Vale lembrar, que essa situação social de pouca instrução e pobreza por falta de equidade na distribuição da terra para ser trabalhada/produzida é um problema que vai além da cidade de Pelotas, pois como o ramo da economia mais forte acontecia na área rural, o problema de falta de capacitação humana se acentua na Região como um todo.

OBJETIVOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA

O objetivo específico da tese é analisar o impacto da UFPel na região do COREDE Sul, no período de 1969 a 2012 (43 anos). Esse período engloba o tempo de fundação da UFPel e as fontes de dados socioeconômicos que se utiliza neste trabalho.

⁵ “A principal conclusão é que o estoque de capital humano determina a taxa de crescimento, ..., que a integração com o mercado internacional aumentará a taxa de crescimento, e que ter uma grande população não é o suficiente para gerar crescimento.”

Contudo, apresenta-se alguns dados anteriores a 1969, referentes à produção econômica das diferentes regiões do Estado, bem como uma cronologia de eventos que ocorreram antes da fundação dessa universidade.

O objetivo geral da tese é trabalhar com diferentes dados e estratégias de análise, que proporcionem diferentes informações sobre o impacto da UFPel na Região de estudo e em relação ao Estado. Para tanto, usa-se dados quantitativos de fontes diversas e, no final, aplica-se um questionário qualitativo, o qual foi aplicado a pessoas que vivem, ou trabalham no COREDE Sul.

Hipóteses

1. A educação formal é um dos pilares do desenvolvimento socioeconômico regional.
2. UFPel tem potencial para exercer maior impacto no desenvolvimento econômico do COREDE Sul.
3. A UFPel é eficiente ao formar profissionais para o mercado de trabalho nacional ou internacional, onde há um leque maior de demanda profissional.

Metodologia de Trabalho

A pesquisa se valeu de um referencial bibliográfico variado, partindo de trabalhos clássicos da economia, referentes ao tema do capital humano e crescimento econômico, a autores da geografia humana e econômica. Ao tratar do tema do papel da IES no desenvolvimento econômico local e regional também os principais autores são das ciências econômicas. Entre outras disciplinas, foram pesquisados autores da sociologia, ciências políticas e antropologia. Em geral, a tese tem influências multidisciplinares com o viés da geografia econômica.

A organização dos dados quantitativos, que serão listados a seguir, deu-se da seguinte forma: dois bancos de dados foram gerados para administrar todos os dados trabalhados na tese. As análises de desempenho econômico dos municípios e COREDEs foram feitas no Excel, e algumas das tabelas brutas foram inseridos no banco de dados espacial.

A partir da criação de índice (uma tabela chave) no Excel, as análises econômicas foram desenvolvidas através da utilização de diferentes funções entres planilhas do banco de dado (e. g. percentual participativo do município na formação final do PIB do COREDE entre 1999 a 2010; percentual participativo do COREDE na

formação final do PIB do Estado entre 1999 a 2010; ranking do COREDE na formação do PIB do Estado entre 1999 a 2010; e crescimento do PIB bruto do COREDE em relação ao ano anterior e em relação ao crescimento do PIB bruto do Estado entre 2000 a 2010). Com o resultado desta última análise, gerou-se um indicador de desempenho com quatro classes qualitativas (*muito estável, estável, instável e muito instável*). Essas classes são atribuídas de acordo com o grau de variabilidade do COREDE, ao longo do tempo analisado. No Excel, também geraram-se dois gráficos referentes ao destino final dos egressos das IESs analisadas.

Um sistema de informação geográfica (SIG) no formato *geodatabase*⁶ foi criado a partir de bases cartográficas (malha municipal, sedes municipais e malha viária) do IBGE. Os dados do IDESE⁷, INEP/MEC (número, nome e município das IESs), dados dos conselhos de classe, demográficos (IBGE), e da RAIS/MTE foram trabalhados nesse SIG.

Uma análise de regressão múltipla foi feita, com o objetivo de se buscar mais provas para a validação das hipóteses. Detalhes sobre os parâmetros usados são descritos no capítulo três.

Um questionário qualitativo foi desenvolvido com o aplicativo Qualtrics. Uma licença limitada gratuita foi utilizada para essa aplicação, a qual atendeu todos os fins almejados. As fontes de dados quantitativos utilizadas foram RAIS/MTE; FEE; IBGE; INEP; Conselhos de Classes: CREA-RS, CREME-RS e CRMV-RS⁸; e UFPel⁹.

Os dados brutos foram extraídos via Internet dos portais oficiais das instituições listadas acima, com exceção dos dados dos conselhos de classe e da UFPel, os quais foram cedidos pelas respectivas instituições. Os dados dos conselhos, referentes ao número de profissionais oriundos da UFPel, UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e UPF (Universidade de Passo Fundo), registrados nos respectivos conselhos, foram cedidos através de solicitação oficial feita pelo Programa de Pós-Graduação em

⁶ *Geodatabase* é um arquivo formato nativo do programa ArcGIS, que armazena mapas, tabelas e relatórios de maneira relacional. Uma licença temporária do programa ArcGIS foi adquirida para o desenvolvimento da tese.

⁷ Índice de Desenvolvimento Socioeconômico.

⁸ CREA-RS: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS; CREME-RS: Conselho Regional de Medicina do Estado do RS; CRMV-RS: Conselho Regional de Medicina Veterinária do RS.

⁹ RAIS/MTE – Relatório Anual de Informações Sociais/ Ministério do Trabalho e Emprego

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul

IBGE – Fundação Instituto de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

CREA-RS – Conselho Regional dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul

CREME-RS – Conselho Regional dos Médicos do Estado do Rio Grande do Sul

CRMV-RS – Conselho Regional dos Médicos Veterinários do Estado do Rio Grande do Sul

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (PROPUR). Os dados referentes a todos os egressos da UFPel, de todas as faculdades que esta universidade possui, foram cedidos de forma direta, via contato telefônico.

Os dados do RAIS/MTE foram usados para gerar o quociente de localização dos diferentes ramos de trabalho, que este banco de dados contém. Os dados da FEE foram utilizados para gerar as informações referentes ao desempenho econômico de cada COREDE e para caracterização do COREDE em relação ao índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE). Os dados brutos foram acessados em nível de município e no ArcGIS eles foram aglutinados em seus respectivos COREDEs. Os dados do IBGE, referentes ao censo e a malha municipal espacial, foram extraídos por município e Estado, e também aglutinados por COREDE no ArcGIS. Os dados do INEP (número, nome e tipo de IES por município) e dos conselhos de classe tiveram o mesmo tratamento.

Houve muitas operações para simplificar a leitura e mapeamento dos dados, bem como automatização de cálculos aritméticos no Excel. Apesar de se ter usado o Excel, o *geodatabase* gerenciou noventa por cento dos dados trabalhados na tese; todos os mapas (tipo Figura), grande parte das tabelas e relatórios dos anexos foram gerados pelo SIG. Como muitas das planilhas do banco de dados do Excel foram importadas para o *geodatabase* (todo o banco de dados do Excel é passivo de leitura e manipulação no SIG do projeto de tese), este SIG contempla todos os dados quantitativos trabalhados na tese. É importante salientar, que o SIG desenvolvido para o projeto de tese pode continuar a ser alimentado. O SIG contempla informações socioeconômicas (PIB por município e COREDE (1999 A 2010); demográficas (1991, 2000 e 2010); destino final dos egressos da UFPel, UFSM e UPF, representados pelos conselhos CREME-RS, CREA-RS e CRMV-RS, até 2012; quociente de localização de diferentes ramos da economia (dados da RAIS/MTE de 2004 a 2010); número de campi, nome e endereço de IES por município e COREDE, até 2012; e IDESE por município e COREDE de 2006 a 2009).

ESTRUTURA DO TEXTO

A tese é organizada em cinco capítulos, contando com a introdução e a conclusão. Há dois anexos: o primeiro lista as informações quantitativas sobre os demais COREDEs e uma lista de todas as IES existentes no Estado, por município e COREDE. O Anexo II lista todos os cursos que são ofertados pela UFPel, até 2013; informação sobre o destino (percentual) dos egressos das três IES analisadas; e o questionário aplicado na pesquisa.

O capítulo dois se dedica à descrição teórica. A escolha dos temas teóricos, bem como dos conceitos abordados levou em consideração as diferentes realidades que são percorridas nos capítulos seguintes. A ambição foi construir um ideário, que, além de orientar a pesquisa, pudesse fornecer instrumentos de comparação entre a teoria e a realidade de campo.

Buscou-se no capítulo três apresentar o grande território do Estado do Rio Grande do Sul. Essa descrição, no primeiro momento contempla a visão espacial popularmente conhecida das três grandes Regiões (Norte, Nordeste e Sul) do RS. O objetivo foi mostrar como o grande território foi estabelecido e como a Região de estudo tem um legado histórico importante no contexto econômico do Estado. Todavia, para tornar as análises comparativas mais objetivas e precisas, optou-se pela adoção da divisão geográfica administrativamente conhecida e adotada dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (COREDE). Com isso foi possível caracterizar demográfica e economicamente todos os COREDEs; a partir desse capítulo todos os dados foram referenciados aos seus respectivos COREDEs. Como a Região de estudo é o COREDE Sul, no final do capítulo, faz-se uma descrição focada no mesmo.

O Capítulo quatro apresenta o estudo de caso. O histórico da educação superior na cidade de Pelotas é um marco na história do Estado, pois foi nessa cidade que foi fundada a primeira escola superior do RS. A Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, fundada em 1883, faz parte da mesma iniciativa que aconteceu em outros estados brasileiros à época. Por isto, esse fato também nos remete ao histórico do surgimento do ensino superior no Brasil. É neste capítulo que se faz a descrição do histórico do surgimento do ensino em geral no Brasil. No capítulo quatro, além da descrição da UFPel, fazem-se todas as análises quantitativas e qualitativas dos dados que foram obtidas para mensurar o impacto da UFPel no COREDE Sul e Estado. Para comparação de impacto, trabalhou-se com dados similares de duas outras universidades regionais. Foi feito o mapeamento do destino final dos egressos (somente profissionais registrados nos conselhos de classe do CREA-RS, CREME-RS e CRMV-RS), formados na UFSM, UPF e UFPel. Esta análise levou em consideração a origem universitária do egresso com seu endereço, o qual a fatura do conselho é enviada. Acredita-se que esta informação fornece uma ótima noção do lugar de maior atuação desse profissional. Portanto, considera-se este local o mais impactado. Esse mapeamento (que resultou em nove mapas) mostra uma interessante visão de como cada uma dessas IESs impacta o território Estadual.

A última seção do capítulo quatro contempla a análise das respostas adquiridas através da aplicação do questionário. O objetivo a ser alcançado com o questionário é captar a percepção do público alvo sobre sua imagem do papel da UFPel no desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul. O nível educacional dos

respondentes é alto e, o tipo de profissional entrevistado foi controladamente escolhido, o que deve conferir seriedade e pertinência às respostas adquiridas.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A teoria do capital humano é a base que sustenta a argumentação desta tese de doutorado. Capital humano é definido sucintamente com as palavras de Theodore W. Schultz: “educação sendo tratada como investimento no ser humano que gera consequências na formação de capital econômico” (SCHULTZ, 1960, p. 571). Mais será explanado sobre o termo, mas com esse conciso e objetivo conceito pode-se descrever a teoria propriamente dita. Na realidade, há uma diferença entre a procura de educação como investimento e consumo, porém, mesmo Schultz acredita ser uma diferença tênue, pois a aquisição de educação resulta em conhecimento cultural que implica a sofisticação do ser humano; conseqüentemente, numa maior conscientização da vida, bem como na decisão da melhor escolha. Nessa tese, procura-se explorar o aspecto da educação como investimento que impactará no desenvolvimento regional, bem como no incremento da renda pessoal.

Buscou-se, neste capítulo, construir uma linha de pensamento calcada na dialética e na teorização do capital humano. Num segundo momento, foi introduzida uma conceituação e teorização sobre desenvolvimento regional, que objetiva prover os diferentes aspectos imbricados ao crescimento e desenvolvimento socioeconômico duradouro. Em terceiro lugar, apresenta-se a concepção de autores contemporâneos, sobre o papel da instituição de ensino superior (IES) no desenvolvimento local e regional. Com esta estratégia, deseja-se fazer uma comparação do que é defendido pela bibliografia percorrida nesse capítulo, com o que é observado e verificado a respeito do estudo de caso que será apresentado e descrito nos capítulos três e quatro.

2.1 CAPITAL HUMANO

Durante a história dos estudos econômicos, Schultz admite que alguns economistas salientaram a importância do papel do capital humano na produção da riqueza de uma nação. Contudo, no começo da sua pesquisa e publicações (década de 1940), Schultz alegou que muito pouco se sabia sobre o real valor do investimento no capital humano. Para este autor capital humano também inclui investimento em saúde, moradia, alimentação, saneamento e possibilidade de mobilidade da sociedade. Progressivamente, nas suas publicações, Schultz estabelece diferentes hipóteses, que geraram suposições não antes contabilizadas no cálculo da produção econômica de um país; isto é, o capital humano sendo considerado como um dos parâmetros da formação do capital – riqueza – gerado por um país, bem como da renda pessoal.

Vários estudos são publicados, a partir de meados da década de quarenta (do século XX) e nas décadas seguintes. Segundo Sweetland (1996), a teoria do capital

humano prova sua importância ao se observar a quantidade de trabalho que foi desenvolvida e publicada ao longo das últimas décadas do século XX, e, pela peculiaridade que dela foram creditados, pelo menos, cinco prêmios Nobel; isto é, esses prêmios foram concedidos a cientistas que esclareceram particularidades referentes à teoria do capital humano. Apesar do tema que discorre sobre o capital humano ter sido explorado por vários pesquisadores, professores e estudiosos da economia, o prêmio Nobel, pela criação da teoria em si, foi creditado a Schultz, em 1979.

É necessário dizer que a apologia, sobre o entendimento e a importância da capacitação humana no desenvolvimento socioeconômico, é assaz antiga e, que aqui, provavelmente, estará faltando referências sobre este histórico dentre outras culturas milenares, como é o caso da cultura oriental e mesmo européia. O resultado positivo do investimento educacional parece ser óbvio. Isto é, o ser humano vai se sofisticando intelectualmente e gerando resultados econômicos positivos para ele próprio, e para o local no qual ele atua. Schultz alega que o aumento da renda per capita privada americana¹⁰, durante a primeira metade do século XX, é fruto do aumento do investimento em capital humano daquele país, naquela época (SCHULTZ, 1960).

Como são esclarecidos por Schultz, os registros históricos sobre a importância da computação do capital humano no conceito de capital já tinham sido mencionados por alguns estudiosos, entre eles: Adam Smith (1723-1790) que abertamente reconhece todas as habilidades úteis dos habitantes de uma nação como sendo partes do capital desse território. J. H. von Thünen (1783-1850) alega que o conceito de capital aplicado ao ser humano não o degrada, ou infringe na sua liberdade e dignidade, mas pelo contrario, a falha em não aplicar este conceito era penosa em tempos de guerra, pois nesse caso a perda de pessoas era pior que o custo em armamento, que mesmo causando endividamento, era melhor do que a perda do capital humano. Irving Fisher (1867-1947), claramente, inclui, no conceito de capital, o capital humano. Porém, no desenvolvimento geral de seu pensamento econômico, ele não considerou prático e apropriado a aplicação de capital a seres humanos. Alfred Marshall (1842-1924) apoiou a opinião de Fisher e, justificou esta posição, explicando que o capital humano era um aspecto inconstante e abstrato numa perspectiva matemática. Para Schultz, raramente o capital humano foi incorporado no centro de formalismos econômicos, apesar desses economistas e estudiosos darem, em algum

¹⁰ É estimado que tal renda tenha crescido numa taxa média anual de 3,5% entre os anos de 1889 a 1957; enquanto, o total de insumo cresceu numa taxa média anual de apenas 1,7%. Na parte mais recente deste período, i. e., 1919 a 1957 esses dados cresceram em taxas anuais de 3,1% e 1,0%, respectivamente (SCHULTZ, 1960; p. 571).

momento de seus trabalhos, a relevância da inclusão de capital humano no conceito de capital (SCHULTZ, 1961).

Ao se pesquisar e estudar as fontes clássicas que exploraram as questões relacionadas com produção de bens de capital, geração de renda, capital físico, trabalho (hora/trabalhador), habilidade, salário, investimento em educação; observa-se que são muitos estudiosos, escrevendo sobre temas que se sobrepõem e que, claramente, defendem aspectos estreitamente relacionados; isto é, o fator educacional, treinamento e experiência de trabalho como sendo aspectos cruciais no aumento da produção econômica, da renda pessoal e no desenvolvimento de uma nação (e.g. Staehle (1943), Stigler (1950), Mincer (1958), Schultz (1959; 1960; 1961; 1962), Houthkcker (1959), Goode (1959), Weisbrod (1961), Becker (1960; 1990)). O pesquisador se depara com uma pergunta: por que a teoria do capital humano é creditada a Schultz? Sweetland (1996), que não é economista, explica que a melhor articulação, para esta teoria, foi feita por Theodore W. Schultz e, é por isso que, apesar de Schultz ter mencionado várias das fontes listadas acima, em suas publicações, ele é o estudioso que melhor explica o fenômeno.

Schultz faz este 'périplo', que lhe concede o título de criador da teoria do capital humano, através de várias publicações, durante a década de sessenta (do século XX). Essas publicações analisaram diferentes situações relacionadas a diferenças entre os meios urbano e rural, população branca e negra, bem como a produção agrícola nos Estado Unidos da America (EUA) e em países subdesenvolvidos. Outros exemplos de diferenças territoriais e raciais são mostrados por Schultz, porém, a tabela abaixo é para evidenciar alguns aspectos relacionados com a disseminação da educação nos EUA à época da coleta dos dados.

TABELA 01. Aumento de anos de escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais de idade (nos EUA).

	Mediana (anos de escolaridade)	Completo	aumento (%)
	1940	1962	
Branco (americano)	8,7	11,7	35
Não-branco (americano)	5,8	8,6	48
	1950	1960	(%)
Branco (urbano)	10,5	11,5	9
Agricultor branco (rural)	8,8	8,9	1
Não-branco (urbano)	7,8	8,7	12
Agricultor não-branco (rural)	5,1	5,7	10

Fonte: SCHULTZ, 1964; p.14.

Analisando a tabela 01, verifica-se que há diferenças de anos de escolaridade entre as populações dos meios urbano e rural. Schultz justifica que a falta de melhor desempenho econômico das populações não brancas no meio urbano, pode ser compreendida como exclusão social. Já no meio rural, o autor explica, que a falta de investimento em educação no meio rural deve ser a causa do pior desempenho econômico dos não-brancos. Ele defende que, no meio rural, ambas as populações dão menos importância à educação por alguns motivos: os jovens trabalham no campo e isso sacrifica seu desempenho e interesse na escola. Aliado a isso, a baixa qualidade do ensino no meio rural e a falta de informação dos pais sobre a importância da educação são aspectos que influenciam as populações rurais a não permanecerem mais anos na escola. Ao analisar a produtividade de fazendas gerenciadas por não brancos e por brancos (a discrepância entre os anos de educação das duas populações, no meio urbano é menor que no meio rural), Schultz percebeu que os não-brancos tinham piores desempenhos econômicos/produtivos que os brancos. Nesse caso, Schultz alegou que esta diferença era pelo fato dos brancos terem mais escolaridade do que os não brancos. Então, nesse caso, a causa não era racial e sim educacional (a produtividade da terra não tem a ver com racismo e sim com o manejo que nela se aplica). Com isso, ele prova que investimento em educação faz diferença no resultado da produção, conseqüentemente, no resultado econômico pessoal.

O grande mote de Theodore W. Schultz, que aparece de diferentes maneiras, principalmente como hipóteses e afirmações, diz respeito à alegação de que a taxa de retorno do investimento em educação é muito maior que a taxa de retorno do investimento em capital físico. Sobre o investimento pessoal em educação, ele defendia que esse tipo de investimento contabilizava como o mais impactante nos ganhos financeiros de um trabalhador. Neste aspecto, Schultz explica que muitas vezes países subdesenvolvidos fazem grandes investimentos em capital físico, porém, suas administrações se esquecem de que para fazer valer tais investimentos o capital humano precisa estar presente (SCHULTZ, 1962).

Outra observação feita por Schultz (1961; 1962) diz respeito ao progresso da indústria do agronegócio que, apesar de ter conseguido fazer a 'revolução verde', a qual aumentou sensivelmente a produtividade da terra, esqueceu-se do lado do capital humano que vivia no meio rural. Com isso surge uma massa de trabalhadores rurais com pouco ou nenhum treinamento em outro tipo de trabalho. O êxodo rural é uma das conseqüências da revolução verde que ocasiona o inchaço populacional dos centros urbanos. Como resultado, os trabalhadores rurais, que vão para as cidades à procura de trabalho, não apresentam qualificações suficientes para receber o mesmo salário que os trabalhadores urbanos – mesmo tendo o mesmo nível de escolaridade.

Isso ocorre, como foi dito, pelo nível de educação no campo ser inferior ao da cidade, e por falta de treinamento em funções diferentes das rurais.

Apesar de Schultz ter feito estas observações há mais de meio século, ainda hoje há iniciativas que buscam trazer o ‘desenvolvimento’ material antes do desenvolvimento humano aos países em desenvolvimento. Apesar de que, um eficiente plano de educação de base, técnico e superior, em médio prazo, poderia sanar gargalos infraestruturais e administrativos nos países que ainda não atingiram o desenvolvimento.

Há diferentes aspectos que foram abordados pelos economistas estudiosos sobre o impacto da educação no crescimento econômico pessoal e territorial. Aspectos esses se referem a questões sociais e econômicas que, dependendo da situação de desenvolvimento do país, criam dificuldades para a pessoa ir à busca da educação. Por exemplo, a necessidade de uma pessoa ter que trabalhar para se sustentar, ou ter que auxiliar sua família. É importante esclarecer, que a teoria do capital humano justifica um retardo no ganho econômico da pessoa que investe em educação, mas que, mesmo, subtraindo os anos não trabalhados, o ganho econômico futuro será superior aos anos postergados de trabalho. Pois, excluindo casos de heranças ou similares, no caso da pessoa não se capacitar profissionalmente, resulta nela ter que trabalhar mais anos de sua vida, para o seu sustento do que outra pessoa com formação técnica/profissional. A tabela 02 ilustra esta realidade no final da década de cinquenta, do século XX, nos EUA. A figura 01 demonstra as diferenças salariais no Brasil, entre homem e mulher de acordo com o nível de educação, entre 2009 – 2010.

TABELA 02. Média do tempo de vida de trabalho de oito grupos amplos de ocupação - 1958¹¹.

Ocupação	Média anos trabalhados
Profissional e trabalhador técnico	40
Gerentes e funcionários	41
Artistas e coordenadores	44
Operadores	45
Atendentes e vendedores	47
Trabalhadores urbanos	51
Serviçais	52

Fonte: MINCER, 1958, p. 284.

¹¹ O autor não precisa a data dos dados, mas explica que durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, os dados apresentavam um padrão similar.

TABELA 03. Remuneração média segundo o grau de instrução, em R\$ – Dez/2010.

Grau de Instrução	2009			2010			Variação Relativa		
	Masc	Femi	Total	Masc	Femi	Total	Masc	Femi	Total
analfabeto	782,67	651,47	758,38	808,69	680,74	785,09	3,32	4,49	3,52
até o 5º ano incomp. do ensino fundamental	1008,53	754,74	953,72	1037,70	776,04	981,59	2,89	2,82	2,92
do 5º ano completo do ensino fundamental	1115,82	759,92	1022,82	1156,52	791,42	1060,34	3,65	4,14	3,67
do 6º ao 9º ano incompl. do ensino fundamental	1115,71	767,57	1019,86	1150,29	794,17	1051,91	3,10	3,47	3,14
ensino fundamental completo	1222,48	880,25	1113,09	1248,22	896,56	1136,66	2,11	1,85	2,12
ensino médio incompleto	1126,23	830,10	1024,83	1144,11	847,07	1042,11	1,59	2,04	1,69
ensino médio completo	1554,22	1088,26	1354,77	1571,25	1104,00	1363,42	1,10	1,45	1,31
educação superior incompleta	2438,69	1600,26	2004,34	2463,24	1628,70	2028,85	1,01	1,78	1,22
educação superior completa	5344,01	3108,77	4024,15	5416,66	3207,28	4125,06	1,36	3,17	2,51
total	1828,71	1514,99	1698,35	1876,58	1553,44	1742,00	2,62	2,54	2,57

Fonte: RAIS/ MTE; Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

A tabela 03 nos remete à realidade brasileira em dezembro de 2010. Essa informação mostra não só a questão da diferença em remuneração entre diferentes graus de instrução, mas também o aumento da renda entre as classes mais pobres no país. Esta observação não tem a ver com o tema em pauta, mas a informação pode ser constatada nas colunas 'variação relativa'; outra informação interessante é a diminuição da diferença salarial entre homens e mulheres, que começa a ser consistente com o nível médio incompleto em diante.

Segundo Stigler (1950), a frequência de alunos e o aumento do número de anos completos de educação nos EUA aumentaram através de imposições de leis que foram aplicadas independentemente pelos estados daquele país.

*Two types of legislations have served directly to increase the proportion of older children attending school: compulsory school attendance laws and laws fixing the minimum age for employment in various industries. The first compulsory school attendance law was enacted in Massachusetts in 1842.*¹²(STIGLER, 1950, p. 67)

A citação acima é pertinente, para se entender a importância do papel do governo no fomento e disseminação da educação na sociedade. Outro aspecto a se observar, diz respeito ao próprio desenvolvimento socioeconômico do estado de Massachusetts, o qual possui, no mínimo, dois dos maiores centros acadêmicos do mundo contemporâneo (a Universidade de Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts). Neste Estado, também se encontra uma importante parte da indústria de tecnologia de informação dos EUA, entre outros ramos da indústria.

Com as próprias palavras de Schultz, busca-se a transição da teoria do capital humano e seu impacto no desenvolvimento do território. Schultz afirma que:

*Laborers have become capitalists not from a diffusion of the ownership of corporation stocks [...], but from the acquisition of knowledge and skill that have economic value (Horvat, 1958; apud SCHULTZ, 1961). This knowledge and skill are in great part the product of investment and, combined with other human investment, predominantly account for the productive superiority of the technically advanced countries. To omit them in studying economic growth is like trying to explain Soviet ideology without Marx. (SCHULTZ, 1961, p. 3)*¹³

Pode parecer meio fora de época a citação acima, mas faz parte da concepção e entendimento de como o mundo desenvolvido conseguiu alcançar o desenvolvimento. Desenvolvimento regional não é alcançado simplesmente pelo capital de um recurso natural, como petróleo ou ouro, nem através de grandes construções e, muito menos, com a existência de grande desigualdade socioeconômica dentre uma população e região.

¹² Dois tipos de legislações impactaram diretamente no aumento da proporção da frequência de crianças mais velhas na escola: leis de frequência escolar compulsória e leis estabelecendo a idade mínima de trabalho em várias tipos de indústrias. A primeira lei de frequência escolar compulsória foi aplicada no estado de Massachusetts em 1842.

¹³ Os trabalhadores não se tornaram capitalistas pela difusão da propriedade de ações/estoques de corporações, [...], mas pela aquisição de sabedoria e conhecimento que tem valor econômico. Essa sabedoria e conhecimento são em grande parte produto de investimento e, combinado com outros investimentos sociais, que predominantemente conferem a produtividade superior dos países tecnicamente avançados. Omitir isto de estudos sobre o crescimento econômico é como explicar a ideologia soviética sem [Karl] Marx.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para melhor se explorar os atributos que são utilizados na conceituação de 'desenvolvimento regional', faz-se necessária uma discussão de cada termo isoladamente. Desenvolvimento, por si só, é, comumente, relacionado ao crescimento econômico, ou ao ganho de capital monetário. Região é um conceito que é usado por várias áreas do saber e, com atribuições distintas entre si. O objetivo é abstrair, para desmistificar o conhecimento vulgar, para num segundo momento, discorrer sobre desenvolvimento regional de maneira que contemple estratégias que a bibliografia específica indica.

2.2.1 Desenvolvimento

Mesmo utilizando o conceito de desenvolvimento aplicado por economistas, que é explorado na maioria dos casos, como crescimento econômico; este conceito também pode ser desdobrado. Neste caso, segundo Slee (1993), pode-se examinar, com certo grau de dificuldade, alguns ou todos os aspectos imbricados neste crescimento; i.e., "medir desenvolvimento é mais problemático, pois envolve custo e benefícios entre crescimento e igualdade, entre produção e investimento social e entre crescimento de curto prazo e sustentabilidade (econômica e o aspecto ambiental)." Para Leftwich (apud Slee, 1993), democracia deve ser um requisito para o desenvolvimento e, para Batie (apud Slee, 1993), considerações sobre sustentabilidade agrícola e ambiental também deveriam ser observadas.

Os aspectos acima nem sempre são considerados, contudo, é importante que se observe a complexidade dos fatores que envolvem o desenvolvimento econômico (crescimento da produção e renda), pois os impactos desse crescimento podem não ser duradouros e, podem não melhorar a situação de vida da população como um todo. O exemplo de políticas econômicas protecionistas, que beneficiam a indústria local, pode resultar no aumento do custo da mercadoria local para os consumidores deste lugar; sem competição a indústria local fica livre para praticar preços, em certos casos, abusivos. Também há o inverso, como a desindustrialização, quando fica mais barato produzir fora que dentro do território, causando a diminuição da atividade industrial local. Tudo isso precisa ser levado em consideração. A qualidade da produção local precisa encontrar meios de ser tão competitiva quanto à produção estrangeira. O desenvolvimento é desequilibrado, acontece com mais intensidade em algumas regiões em detrimento de outras. Isso traz desigualdade, beneficiando, geralmente os grupos mais abastados. Este último impacto negativo é extremamente nocivo para o desenvolvimento humano do território, já que priva parte da sociedade do poder de barganha, poupança pessoal, ou acumulação de renda. O que resulta na

escassez de recursos financeiros, para investimento em saúde, educação, moradia e bem-estar, para a população diretamente atingida.

Paralelo aos impactos econômicos, mencionados acima, existe uma ampla perspectiva ambiental, diretamente relacionada com o resultado do crescimento econômico de uma região ou território. Novamente, ao se planejar ações de crescimento econômico, considerações relacionadas com impactos ambientais precisam ser mensuradas. Quando um ganho econômico é produzido à custa de degradação ambiental, e.g., perda de solo, por falta de um manejo eficiente, o ganho econômico será de curto prazo, pois tal perda de solo irá prejudicar na manutenção da qualidade e produtividade desse solo nos anos seguintes. Investimento monetário para restaurar o recurso natural, quando ainda há tal possibilidade, será necessário para futuros lucros sobre o mesmo lote de terra. Uma estrada mal projetada é destruída por intempéries; projetos infra-estruturais mal calculados, em geral, resultam em risco humano e prejuízo financeiro.

O planejamento de desenvolvimento econômico, que considerar as questões de impacto social e ambiental, será benéfico ao desenvolvimento contínuo do território. Beneficiará diretamente a população através do melhoramento das condições de vida da sociedade como um todo. Todos se beneficiarão e progredirão. A cidadania é criada de maneira igualitária, sem produzir privação de benefícios e exclusão social.

Dower (apud Slee, 1993) diferencia desenvolvimento de crescimento, através do argumento que desenvolvimento deve ser percebido como uma determinação própria e sustentável, além do crescimento da atividade econômica e de produção. Já Stern (apud. Slee, 1993), observa que o objetivo final do desenvolvimento inclui renda e trabalho. Há outros objetivos como: habitacional [com acesso a rede de água, luz e saneamento básico], cultural [como acesso universal a educação em nível de segundo grau], ambiental [em ambientes urbanos haver áreas verdes para lazer], serviço social [como saúde e segurança], entre outras formas de expressão cultural que devem ser consideradas como requisitos para o desenvolvimento.

A compreensão do conceito de desenvolvimento como uma determinação própria (inerente à sociedade local) e sustentável, nos parece ser crucial para o crescimento econômico da região. Vale lembrar que François Perroux (1903 – 1987) já defendia esta ideia há, aproximadamente, trinta anos antes de Dower. Se a vontade de se desenvolver, de acordo com as premissas de desenvolvimento social e ambiental

não existir na região, essa região necessitará de auxílio para prosperar, uma vez que a determinação faz parte da capacidade endógena¹⁴ de crescimento.

Para Perroux, desenvolvimento é a “combinação das transformações de ordem mental e social duma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global” (PERROUX, 1967, p. 179). Nesse conceito de Perroux, está a ideia que, mais adiante, neste mesmo livro, ele irá explicar. O desenvolvimento reside no ser humano e se produz no ambiente econômico. Volta-se ao pensamento de Perroux na continuação deste capítulo.

Friedmann e Weaver (1979), ao escreverem sobre desenvolvimento, explicam que uma vez conquistadas as necessidades básicas, desenvolvimento pode ser visto como um processo de individuação; i.e., as necessidades individuais se tornam cada vez mais importantes. Este pensamento, em si só, é subjetivo. Um pode achar que são necessidades materiais, outro pode pensar em necessidade do livre arbítrio.

Amarty Sen, no seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, escreve arduamente sobre as minúcias relacionadas à conceituação de desenvolvimento. Sen defende, claramente, a importância de haver liberdade individual no contexto da percepção do que é desenvolvimento. Ele descreve que:

*Development requires the removal of major sources of unfreedom: poverty as well as tyranny, poor economic opportunities as well as systematic social deprivation, neglect of public facilities as well as intolerance or overactivity of repressive states.*¹⁵ (SEN, 2000, p.3)

Ao escrever sobre o problema da conceituação de desenvolvimento, Sen cita Aristóteles (384 a.c. – 322 a.c), para explicar que, “wealth is evidently not the good we are seeking; for it is merely useful and for the sake of something else¹⁶.” Mais adiante, Sen interpreta o pensamento de Aristóteles ao explicar que:

*In fact, we generally have excellent reasons for wanting more income or wealth. This is not because income and wealth are desirable for their own sake, but because, typically, they are admirable general-purpose means for having more freedom to lead the kind of lives we have reason to value*¹⁷. (SEN, 2000, p. 14)

¹⁴ Segundo Garofoli, desenvolvimento endógeno é a própria capacidade social de inovar e produzir o “conhecimento coletivo”.

¹⁵ Desenvolvimento requer a remoção das grandes causas de falta de liberdade: pobreza, bem como tirania, limitada oportunidade econômica, bem como sistemática privação social, negligência de serviços públicos, bem como intolerância repressiva do Estado.

¹⁶ Evidentemente riqueza não é bem que se procura; pois isso é útil e necessário para algo mais.

¹⁷ Na verdade, geralmente, tem-se excelentes razões para querer mais renda, ou riqueza. Isso não é porque renda e riqueza são desejáveis por seus próprios méritos, mas porque, tipicamente, são percebidos como meio para se conseguir liberdade, para levar o tipo de vida que se deseja levar.

Quando se pensa em desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen, observa-se que desenvolvimento é um estado de civilismo pouco desfrutado no mundo como um todo. Na realidade, mesmo em países desenvolvidos, há populações mais ou menos privilegiadas; as mesmas já não gozam do mesmo grau de liberdade de escolha. A população negra americana, em geral, apresenta menor taxa de longevidade, educação e, conseqüentemente, menor poder aquisitivo.

Desenvolvimento para Amartya Sen pode ser percebido como uma utopia para a maioria dos seres humanos, pois somente alguns cidadãos conseguem atingir um nível de liberdade que os permite desfrutar da vida da maneira que eles quiserem. Contudo, através de uma mudança de paradigma de vida, como mudança de valores que permitam as pessoas a demandarem menos recursos materiais, a liberdade, como desenvolvimento, seria mais atingível que no paradigma de vida do status quo. Este tipo de mudança de paradigma aliviaria a pressão sobre o meio ambiente, já que, no mínimo, menos dejetos seriam produzidos, bem como menos recursos naturais seriam utilizados na produção material; com conseqüências não aqui mensuradas ao crescimento econômico, ou manutenção da economia do território, ou país.

Acredita-se que o desenvolvimento duradouro é aquele que tem condições de criar agentes sociais e econômicos, capazes de atingir o constante desenvolvimento através de soluções endógenas; que, através da inovação, encontra soluções (muitas vezes ideias, ou processos exógenos) para sempre aprimorar e se adaptar a novas situações. Esse modelo de desenvolvimento promove um ambiente de possibilidade de crescimento para todos agentes sociais; um ambiente democrático que oferece oportunidade de educação e acesso a serviços sociais a toda a população.

2.2.2 Região

Antes de discorrer sobre região, é importante esclarecer o conceito de território, para que se balize esse entendimento na aplicação deste trabalho. Johnston no seu dicionário de geografia humana define que território:

é um termo geral utilizado para descrever uma porção do espaço ocupado pela pessoa, grupo ou Estado. Quando associado com o Estado o termo tem duas conotações específicas. A primeira é aquela da soberania territorial, através da qual um Estado reivindica controle de legitimidade exclusivo sobre uma dada área definida por fronteiras claras. A segunda conotação refere-se ao fato de que uma área não está inteiramente incorporada à vida política de um Estado, como *...+ território 'colonial' do Nordeste da Austrália [...]. Em muitas formas de uso em Geografia Social, o território refere-se a um espaço social definido ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais como uma conseqüência de sua prática de territorialidade ou o campo de força exercido sobre o espaço pelas instituições dominantes. Deste ponto de vista,

o território pode ser utilizado como o *equivalente a cada conceito espacial como lugar e região*. (SPOSITO, 2003, p. 112)

O conceito de região, como já foi salientado, é aplicado diferentemente por diferentes áreas do saber, bem como no linguajar comum. O objetivo aqui é, novamente, abstrair, para depois introduzir o conceito que será empregado neste trabalho.

Vale salientar que, politicamente, e isto é uma convenção universal, não existe lugar geográfico no mundo, que esteja fora do controle de fronteiras soberanas, até os territórios aquáticos estão sobre alguma forma de propriedade, seja ela internacionalizada ou nacionalizada. Então, quando se fala de região relacionada ao território material, está-se descrevendo um território que contém fronteiras preestabelecidas. Muitas vezes, essas fronteiras foram impostas sobre os nativos de uma região, através de acordos bilaterais, feitos por colonizadores de um território maior. Este é o caso largamente observado no continente africano; também, observa-se esse fenômeno autoritário em outros continentes; porém, no caso africano é peculiar, já que foram fronteiras estabelecidas em territórios densamente povoados por diferentes tribos nativas, as quais tiveram que passar a conviver sob um mesmo governo, ou limite territorial. Esse tipo de autoritarismo reflete até hoje em disputas e genocídios que, provavelmente, poderiam ser minimizados, se tais fronteiras tivessem sido delimitadas pelos próprios nativos. Com relação a esses confrontos humanos cruéis, podem-se citar as guerras que ocorreram no início da década de 1990 no território da antiga Iugoslávia; outros exemplos de disputas que ocorrem até os dias de hoje, são as disputas por autonomia territorial em diferentes áreas do continente asiático (e.g., tibetanos na China; palestinos em Israel; kurdos na Turquia e Iraque; tchetchenos na Rússia, entre outros). Todas essas disputas estão relacionadas à falta de posse de uma região/território autônomo, onde as pessoas possam exercer suas próprias convicções políticas, religiosas e/ou culturais as quais, sem autonomia, sofrem repressão por parte do governo local que coíbe manifestações estrangeiras às suas.

A introdução acima se faz útil, para se entender o que ocorre no mundo real. A existência do agente social com sua identidade (HALL, 2006) própria, relacionada ao seu lugar de origem pode ser mais ou menos observada numa região. O fenômeno de identidade humana com a região se diferencia de região para região; quanto mais cosmopolita a região for, menos intensa será a identidade dos agentes, pois essa região já pela sua característica tem qualidades mundiais. O que se pode dizer é que alguns agentes sociais se identificam com os ambientes mais cosmopolitas do que provincianos.

Para o geógrafo finlandês, Anssi Passi (1986), é imprescindível que, no contexto histórico que envolve a criação de uma região, sua institucionalização passe por quatro estágios consecutivos:

1. A definição da forma ou abrangência territorial;
2. A formação de uma imagem conceitual e simbólica;
3. O desenvolvimento de instituições regionais e a incorporação da existência da região às práticas e formas de organização da sociedade;
4. O estabelecimento da região como parte de um sistema de regiões, com papel administrativo definido, associada à consciência regional da comunidade. (BANDEIRA, 2006, p. 3)

Boudeville (1966) sustenta que o conceito de região na economia é diferente do que é praticado pelo conhecimento geográfico. Esse autor explica que, para o geógrafo, o conceito de região é elaborado sobre diferenças, ou predominâncias paisagísticas relacionadas à flora e relevo, contemplando, também, características geológicas e pedológicas. Realmente, na época em que Boudeville publicou essa opinião, a geografia ainda estava fortemente influenciada pelo viés naturalista que predominou até meados do século XX (SPOSITO, 2003). Lembra-se que, o saber gerado pela pesquisa acadêmica, sempre demora alguns anos para atingir o leigo e empírico. O pensamento geográfico passou por uma reformulação conceitual, a qual ocorre através do desdobramento da geografia 'naturalista' em diferentes especialidades da geografia. A geografia evoluiu ao emprestar conceitos de outras ciências, principalmente, da filosofia. No pensamento de Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918), pode-se apreender o viés naturalista da geografia, na virada do século XIX para XX.

O conceito de região natural nasce,..., da 'ideia de que o meio ambiente tem um certo domínio sobre as orientações dos diferentes aspectos do desenvolvimento da sociedade'. (SPOSITO, 2003, p. 103)

Segundo Moraes, para La Blache a região “era a denominação dada a uma unidade de análise geográfica, que exprimia a própria forma de os homens organizarem o espaço terrestre [...]; a região não seria apenas instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade”; enfim, uma “escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes” (MORAES, 1983, p. 75). Em suma, o ambiente determina os hábitos dos seres humanos que o habitam; por sua vez, desenvolvimento da região é fruto dessa sinergia. Uma percepção assaz simplista, mas que influenciou a geografia por vários anos. Porém, vale lembrar que a perspectiva naturalista é a base qualitativa da geografia física, a qual contempla o conhecimento relacionado à geomorfologia. A

geografia física é uma área do conhecimento da geografia que tem sua relevância para estudos relacionados ao uso e manutenção do solo; é através dessa consciência que, podemos planejar de maneira sustentável, o uso adequado de um lote de terra; é através desse saber, que se evita casos de erosão (perda de solo). Então, a geografia física (historicamente conhecida como geografia natural) é uma especialidade da geografia com objetivos inequivocamente diferentes do conceito de região definido pela economia e, mesmo pela geografia regional.

Numa das especializações da geografia, a geografia regional, que é contemplada pela geografia humana, é onde se encontra o conceito de região, similar ao conceito que Boudeville usou. Para Boudeville (1966), o conceito de região é de um território contínuo, com características de estabelecimentos humanos e econômicos similares. Acredita-se que, tanto a economia quanto a geografia regional, se valeriam do levantamento sociocultural para melhor compreender as características do desenvolvimento econômico da região. Nesse aspecto, a economia e geografia comungam de estratégias similares de análise e interpretação dos fenômenos que caracterizam o desenvolvimento regional. Outro conceito que Boudeville explora é o conceito de espaço em seu livro *Problems of Regional Economic Planning*. Na sua contextualização, Boudeville descreve as diferenças do conceito de espaço nas diferentes áreas do saber. Esse autor irá explicar que espaço matemático, o qual é identificado através de operações matemáticas, é aquele que é aplicado no conceito do espaço físico geográfico, através da localização espacial dos recursos naturais, e que para economia é distinto, pois é conotado como espaço para uso humano (BOUDEVILLE, 1966, p. 2). Para Sposito, o conceito de espaço, bem como de região são “conceituações caras”, para o conhecimento geográfico; pois são, sobre esses conceitos e diferenciações, que a geografia, tanto humana quanto física (natural) irão desenvolver suas análises terrestres. Sempre lembrando que o geógrafo estuda as minúcias dos fenômenos espaciais, tanto antropológicos como naturais, sobre o globo terrestre; já o geólogo (sucintamente descrevendo) vai considerar parte do conhecimento da geografia física, para aprofundar e detalhar seu saber sobre as minúcias dos fenômenos sob o solo terrestre.

A definição de espaço para a geografia já pode ser identificada no trabalho de Friedrich Ratzel (1844 – 1904). Este geógrafo e etnólogo alemão (apesar de pertencer à época que a geografia natural predominava) aplica o conceito de espaço como lugar de ‘condições de trabalho, quer naturais, quer socialmente produzidas’ (SPOSITO, 2003, p.88). O conceito de espaço, na geografia, deve ser apreendido de duas maneiras: como espaço absoluto, o qual foi utilizado por Richard Hartshorne (1899-1994) com o sentido quantitativo areal; e, ou como ‘espaço vital’, que se origina do

conhecimento de Ratzel. É este último significado, o qual se assemelha ao conceito de Boudeville, que iremos adotar a seguir.

Boudeville (1966) descreve que “os geógrafos colocam o humano no ambiente natural; os economistas colocam o ambiente natural numa caixa de ferramentas para as atividades humanas (p. 2).” A perspectiva de Boudeville sobre a geografia nos parece influenciada pela opinião de Vidal De La Blache a qual pertence ao início do século XX. Para Boudeville, espaço é um lugar não contínuo, diferente do conceito de região o qual é sempre contínuo. Por isso, o espaço é fragmentado e não pertencente a uma região homogênea; é qualitativo no sentido de ser denominado de espaço de alguma função econômica (e.g. espaço financeiro; espaço agrícola; espaço industrial; espaço residencial e/ou de classe alta, ou residencial de classe baixa, etc.).

O conceito de ‘espaço vital’ é temporal e contíguo e sua diferenciação se estabelece pela variação na ‘rugosidade’¹⁸ (Milton Santos, 1994) do ‘tecido’ terrestre; que pode variar com o tempo, com as mudanças de uso e ocupação do solo. Vizinhanças podem ser gentrificadas¹⁹, para dar lugar a construções novas, ou novas ocupações. A rugosidade do tecido urbano é mais variada e variável de espaços que a rugosidade do tecido rural.

Creemos que Boudeville, ao se referir a espaço, idealizava o conceito de espaço em nível macro ou global, sem a ideia de hierarquia areal. Na geografia, ao mudarmos de escala de análise, i.e., ao observar uma área em nível urbano, percebemos diferentes espaços de ocupação humana e econômica; contudo, essa área urbana está inserida numa região maior. Por isso, na geografia os conceitos de espaço (e tempo) e região são comumente usados, para discriminar características de evolução do desenvolvimento econômico em nível de microanálise (Sposito, 2003).

Thrift (1996) procura achar o conceito de região na filosofia de Karl Marx (1818 – 1883); na afirmação que Marx faz quando estabelece que “o capital era essencialmente uma influência homogeneizante e centralizante” (p. 227). Contudo, Sposito (2003) argumenta que, a noção de Marx ainda apresenta problemas, para o conceito de região nessa interpretação de Thrift. Porque não leva em consideração a variedade local à dinâmica do capitalismo, que inclui a noção de desenvolvimento desigual. Para Thrift, “a reestruturação industrial leva à reestruturação regional”, o que, para esse autor, implicaria “a questões mais amplas... reformuladas acerca da

¹⁸ Milton Santos se vale de metáforas para descrever discrepâncias que se observa nas atividades humanas; então, rugosidade, neste caso, se refere a mudanças sutis de atividades produtivas ou sociais sobre o território.

¹⁹ Processo de renovação e reconstrução acompanhado de fluxo de classe média ou pessoas afluentes em vizinhanças/áreas deterioradas que, geralmente, desalojam residentes pobres. (fonte: <http://www.merriam-webster.com/dictionary>; acessado em 07/04/2013)

natureza de regiões capitalistas modernas e qual a melhor maneira de se apresentar esta natureza”, pois a “região está sendo redefinida” desde a época de Marx e de La Blache.”(THRIFT, 1996, p. 233)

QUADRO 01 – “Três autoridades: Vidal, Marx e Jameson”

	Vidal	Marx	Jameson
Imaginário principal	Camponês, França	Industrial, Inglaterra	Suburbano, EUA
Modo de produção dominante	Feudalismo	Capitalismo industrial	Capitalismo recente ou multinacional
Principais classes	Camponeses / donos de terras	Proletários / capitalistas	Classe média
Experiência dominante	Vivendo	Produzindo	Consumindo
Modo dominante de representação social	Falado	Escrito	Imagens
Meios principais de interpretação cultural	Contar histórias / metáforas naturais	Metanarrativa / ciência/geral	Narrativas locais / hermenêutica / diferença
Espacialidade principalidade	Retorno / restabelecimento / homogeneização	Explosão / colonização / heterogeneidade	Implosão / colonização / mobilidade
Sítios principais	Aldeia / campo	Lar / fábrica	Lar / lojas

Fonte: THRIFT, 1996, p. 217.

Thrift busca, com seu quadro comparativo, mostrar três cenários idealizados por diferentes estudiosos, de diferentes épocas, com diferentes perspectivas, o quanto o conceito de região vem mudando, ao longo do tempo e da história do desenvolvimento econômico.

Concentrando-se no cenário de Jameson, que se desenrola num ambiente de total poder econômico das firmas transnacionais, apoiado por uma forte estrutura de crédito e poder financeiro, o crédito e poder são ‘transmitidos por meios eletrônicos’ e há a ‘predominância absoluta da forma de mercadoria’ e, sua razão de ser, passa a ser verdadeira, através da mídia, especialmente da televisão. Com isso, impõe-se uma ‘nova ordem espacial’ que é retratada através do capitalismo do shopping center. Pode-se dizer que isso é um fenômeno atual do mundo globalizado. (SPOSITO, 2003, p. 110)

Para Jameson, “a mercadoria é a sua própria ideologia *e+ esta cultura pós-moderna é a ‘dominante cultura’ do capitalismo recente” (THRIFT, 1996, p. 235). Sposito sustenta que, por essas razões, o conceito de região, como uma área contínua homogênea, está se fragmentando e tornando-se menos desorganizado, porém, mais afastado das condições prévias do que era aceito por região. O conceito de região

passa a ser mais próximo do que é denominado por David Harvey (1989) ‘lugares de mercado’, havendo aí também a “especialização da cultura” (THRIFT, 1996, p. 239-240).

Para Thrift, é preciso repensar o conceito de região para melhor representar as atuais transformações, melhorando os instrumentos de análise e leitura da realidade.

2.2.3 Região e Desenvolvimento

Em tempos de globalização econômica²⁰, e ainda havendo muita discrepância com relação à evolução do desenvolvimento regional mundial; nesta seção descrever-se-á sobre as regiões que ganham, ou estão em condições de vantagem na corrida ao desenvolvimento.

Segundo Dunning:

*[the] pace of globalization is not uniformly spread across the planet, nor across different value-added activities. Some goods and services, for example, are non-tradable, i.e. they are immobile across space. Some are produced in their entirety in only one or a few countries and are exported across the globe. Some are replicated in their entirety in several countries, but only sold in their country of production. Some parts of the global activities of firms (e.g. research and development) tend to be concentrated in a few countries and regions, while others are spread more widely.*²¹
(DUNNING, 2002, p. 14)

A percepção de Dunning segue o pensamento de François Perroux, porém extrapolado para o fenômeno da globalização do final do século XX.

Para Perroux “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.” (PERROUX, 1967, p. 164). Perroux promove a ideia do crescimento via uma indústria motriz e/ou pólo de indústrias que, por sua vez, irá promover o

²⁰ Para Anthony McGrew (apud Dunning, 2002): “Globalização se refere à multiplicidade de conexões e interconexões entre Estados e sociedades que perfazem o sistema mundial. Descreve o processo pelo qual eventos, decisões e atividades numa parte do mundo passam a ter consequências significantes para indivíduos e comunidades em distantes partes do globo. Globalização contém dois fenômenos distintos: escopo (ou alcance) e intensidade (ou profundidade). [...]. Dependentemente, junto com o alcance segue o aprofundamento do processo global. (p. 14)

²¹ [o] ritmo da globalização não é espalhado no planeta uniformemente, nem as diferentes atividades de valor agregado. Alguns bens e serviços, por exemplo, não são negociáveis, isto é, eles são inertes no espaço. Alguns são produzidos inteiramente em apenas um ou mais países e são exportados para o mundo. Alguns são replicados integralmente em vários países, mas vendidos apenas no país de suas fabricações. Algumas atividades das firmas globais (ex: pesquisa e desenvolvimento) tende a se concentrar em poucos países e regiões, enquanto outras são espalhadas mundo afora.

desenvolvimento de uma região através do efeito de propagação. Já outros autores como Jane Jacobs e Cláudio Egler acreditam que o crescimento econômico nasce nas áreas urbanas. A dinâmica urbana que promove o desenvolvimento econômico é sustentada pela qualidade da diversidade e quantidade dos fenômenos urbanos.

Egler (1995) acredita que o desenvolvimento de uma região está diretamente relacionado com o sistema de redes urbanas dessa região. Quanto mais integrada for essa rede de cidades (intraregional) por vias de acesso (estradas, ferrovias, ciclovias e hidrovias) mais coeso e menos desigual será o desenvolvimento territorial da região. Para Egler, “a região é *...+ síntese das relações entre cidade e campo”. Egler justifica sua opinião ao afirmar que:

a geografia nos ensina que, a ‘região não criou a sua capital, é a cidade que forjou sua região’ e ‘a indústria e o banco, mais do que simples instrumentos desta construção, são o verdadeiro cérebro dela’ (Kayser, 1964). Toda região possui um centro que a estrutura e a manifestação mais concreta dos níveis de integração territorial em uma determinada região é a consolidação de sua rede urbana. [...] O próprio estágio de desenvolvimento da rede urbana revela os níveis de integração produtiva e financeira de uma região. (EGLER, 1995, p. 9)

Audretsch (2002) descreve o fenômeno do centro urbano como sendo o grande promotor do desenvolvimento, através do pensamento de Jane Jacobs (1916 – 2006).

*Jacobs (1969) argues that the most important source of knowledge spillover are external to the industry in which the firm operates and that cities are the source of considerable innovation because the diversity of these knowledge sources is greater in cities. According to Jacobs, it is the exchange of complementary knowledge across diverse firms and economic agents which yields a greater return on new economic knowledge. She develops a theory that emphasizes that the variety of industries within a geographic region promotes knowledge externalities and ultimately innovate activity and economic growth*²². (AUDRETSCH, 2002, p. 74)

Dunning (2002) descreve que o aumento do conhecimento tecnológico, nos últimos séculos, resultou na mudança do mercado econômico de bens naturais (terra e trabalho pouco qualificado), para a criação de bens tangíveis (edificações, maquinário e equipamento, e finanças) e, atualmente, para a criação de bens intangíveis (conhecimento e informação de vários tipos). As estimativas apontam que, na década

²² Jacobs sustenta que a fonte mais importante de disseminação do conhecimento está fora do ambiente industrial que as firmas operam e que, é as cidades a fonte considerável de inovação, pois a diversidade das fontes de conhecimento é maior nas cidades. De acordo com Jacobs, a troca complementar de conhecimento através das diversas firmas e agentes econômicos que promove um maior retorno ao novo conhecimento econômico. Ela desenvolveu a teoria que enfatiza que a variedade de indústrias de uma região geográfica é que promove conhecimento exógeno e resulta na atividade inovadora e crescimento econômico.

de 1950, oitenta por cento do valor agregado da indústria manufatureira americana era de alimentos, materiais, ou produtos de mineração, e, apenas vinte por cento da indústria do conhecimento. Em 1995 essas proporções mudaram para trinta e setenta por cento respectivamente (Dunning, 2002). Outras estimativas apontadas por Dunning mostram a grande transformação do mercado econômico:

... the book value of the tangible assets of corporations is becoming a decreasing component of their market value. One estimate (Handy 1990) put this at between 25 and 33 per cent in the mid-1980s, while Leif Edvinson (1997) has more recently calculated that, for most organizations, the ratio of their intellectual capital to that of their physical and financial capital is between five-to-one and sixteen-to-one. Between 1975 and 1995, expenditure on all kinds of research and development in the OECD [Organization for Economic Co-operation and Development] economies rose three times the rate of output in manufacturing industry (OECD 1997). Over the same period, while the number of patents registered in the USA increased from 76,800 to 113,600, i.e. by 48 per cent, those in the more knowledge-intensive sectors, rose from 16,827 to 47,533, i.e. by 182 per cent (US Patent and Trademark Office 1997). The proportion of the age group 15-24 engaged in higher education increased from 35 per cent in 1980 to 56 per cent in 1993 (World Bank 1997). Finally, capital spending on information technology, which, in 1965, was only one-third of that on production technology, now exceeds it.²³ (DUNNING, 2002, p. 9)

A citação acima explica as mudanças no mercado econômico, nos valores econômicos e na qualificação profissional que está sendo cada vez mais valorizada. Os bens materiais de consumo passam a ser mais baratos e o conhecimento intelectual (intensivo) do agente econômico passa a ser mais caro.

Para produzir bens materiais de consumo que se tornam, com o passar dos anos, mais baratos, são utilizados, cada vez mais, conhecimentos específicos que envolvem programação, engenharia de produção, design entre outras habilidades codificadas. Como foi publicado pela revista *The Economist*, por Paul Markillei (2012), ele sugere que é a entrada na terceira revolução industrial (primeira revolução foi a

²³ o valor nominal dos bens tangíveis das corporações é um componente que a perder valor de mercado. Uma estimativa (Handy 1990) coloca este valor entre 25 e 33 % em meados de 1980, enquanto Leif Edvinson (1997) calculou, recentemente, para a maioria das organizações, a razão dos capitais intelectuais aos seus bens físicos e capitais financeiros entre 5 por 1 e 16 por 1. Entre 1975 e 1995, investimentos em todos os tipos de pesquisa e desenvolvimento nos países da OCDE [Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico] cresceram três vezes a taxa de produção da indústria manufatureira (OCDE 1997). No mesmo período, enquanto o nº de patentes registrada nos EUA cresceu de 76.800 para 113.600, i. e., 48 %, as patentes relacionadas ao setor de alto conhecimento, cresceram de 16.827 para 47.533, i. e., 182 % (US Patent and Trademark Office 1997). A proporção da faixa etária de 15-24 engajada no ensino superior cresceu de 35 % em 1980 para 56 % em 1993 (Banco Mundial 1997). Enfim, o investimento em tecnologia da informação em 1965 era um terço do que da produção tecnológica, agora esse investimento o ultrapassou.

mecanização da produção de tecidos, entre outras produções; segunda revolução foi a linha de montagem com Henry Ford; terceira é a digitalização da produção). Esta última exigirá conhecimento intensivo e pouquíssimo, ou nada de mão de obra física; os objetos que puderem ser produzidos pelas impressoras tridimensionais (3D) serão completamente programados pelos agentes econômicos via tecnologia da informação.

Segundo Paul Markillei, assim como indústrias do mundo desenvolvido mudaram suas fábricas para outros países, onde a mão de obra era mais barata (por razão da produção não exigir conhecimento intensivo), com a chegada da terceira revolução industrial, que ocorre paulatinamente, está acontecendo o retorno de algumas das indústrias hoje localizado em países em desenvolvimento, para os países desenvolvidos, para acelerar a produção da terceira revolução industrial. Isso se justificaria pelo fato que no mundo desenvolvido há mais oferta de capital humano referente às técnicas que envolvem conhecimento intensivo. A terceira revolução industrial está ocorrendo e se materializará nas regiões com vantagens competitivas. Segundo Richard Florida, as regiões que ganham são aquelas imbuídas de talento humano. O talento humano é forjado, principalmente, via educação e retreinamento humano que se dissemina nos centros urbanos.

Jane Jacobs (1961) já defendia a ideia que as cidades têm um papel crucial no desenvolvimento econômico através da geração e mobilização do novo conhecimento. Isso se dá pela intensa interação através do convívio e diversidade dos agentes econômicos de uma cidade. Ullman (1958) (apud Florida, 2002), também, sustentou a importância do papel da concentração do capital humano no desenvolvimento regional. Florida em seu trabalho *"The Economic Geography of Talent"* discorre sobre fatores que atraem o recurso humano para certo local/região, demonstrando que a diversidade econômica e abertura da sociedade local à aceitação de diferentes culturas étnicas, bem como estilos e opções de vida (incluindo artistas e homossexuais) são premissas para a concentração do talento humano. Para Florida, uma região com alta porcentagem de agentes econômicos bacharelados, com um percentual relevante de formados nas áreas de ciências exatas e similares, bem como professores e trabalhadores técnicos é a região que atrai as empresas de alta tecnologia que, por sua vez, afetam diretamente a renda local. Este tipo de região é a que ganha no contexto do desenvolvimento regional.

Para Florida (1991, 1993, 1995), as regiões que irão continuar a crescer são as que estiverem prontas para se adaptarem ao novo paradigma de produção. Isto é, os agentes econômicos precisarão se adequar as demandas da terceira revolução industrial (que Florida (1991) se referiu à 'nova revolução industrial') que demandará alto conhecimento, ou conhecimento intensivo. O novo paradigma econômico (que Florida (1993) denomina 'nova era do capitalismo') consiste na reformulação da

organização do trabalho. O chão de fábrica precisa ser transformado, i.e., Florida nos explica que a 'pesquisa e desenvolvimento' (P&D) precisam trabalhar ao lado do operador-técnico, que está comandando a produção junto à máquina/computador/robô; qualquer alteração na metodologia de produção é realizada em colaboração com o operador-técnico e P&D, por isso as decisões e melhoramento da produção são ações efetuadas em tempo real, de maneira colaborativa.

As regiões que se desenvolverão, no contexto da terceira, ou nova revolução industrial, são as regiões chamadas de regiões de conhecimento intensivo. Como já mencionado, onde há talento, ou capital humano pronto para novas adaptações e a técnicas de trabalho e de organização. Florida se refere a essas regiões como 'regiões criativas', nas quais há criatividade intelectual para inovação; conseqüentemente, constante renovação para sustentar o desenvolvimento econômico.

O quadro 02 a seguir mostra um resumo esquemático e conceitual sobre a produção econômica em duas tipologias de região. Florida (1995) separa os dois modelos de produção industrial de maneira a caracterizar a região que produz em massa e a região que produz através da aplicação do conhecimento intensivo. As regiões, que ainda hoje produzem no modelo 'em massa', contemplam a situação das regiões subdesenvolvidas e, ou em desenvolvimento; por isso esses lugares estão em desvantagem no contexto da nova revolução industrial, já que essas economias não estão aptas para as novas adaptações tecnológicas, que requerem pouca interface da mão de obra física e mais intelectual. Já as regiões do modelo de produção, que utilizam conhecimento intensivo, são lugares localizados em regiões desenvolvidas, que estão prontas e, inclusive, já fazem parte da nova economia que está inserida no conceito da nova revolução industrial.

QUADRO 02 – De Produção em Massa ao do Conhecimento Intensivo

	Produção em Massa Vantagem comparativa	Conhecimento Intenso Vantagem sustentável
Bases da Competitividade	recurso natural trabalho físico	criação de conhecimento aprendizagem contínua
Sistema produtivo	produção massiva fonte de valor trabalho físico	base de conhecimento fonte de valor conhecimento
	inovação e produção separados	inovação e produção sintetizado
Infraestrutura de manufatura	fornecedor doméstico/local	rede de firmas e sistema de fornecedores como fonte de inovação
Infraestrutura humana	baixo conhecimento e custo de mão de obra força de trabalho taylorista	alto conhecimento aprendizagem contínua do recurso humano
	educação e treinamento taylorista	aprendizagem contínua do treinamento
Infraestrutura de comunicação e física	Infraestrutura física localmente orientada	Infraestrutura de comunicação e física globalmente orientada troca de dados eletrônica
Sistema industrial de governança	relações advesárias modelo regulatório de comando e controle	relações de dependência mútua organização de rede modelo regulatório fleível

Fonte: FLORIDA, 1995, p. 533.²⁴

Como se desenvolve essa “classe criativa”, ou que nicho oportuniza o florescimento de uma sociedade imbuída de predicativos, que podem gerar soluções para o constante desenvolvimento econômico regional? Qual é a instituição orgânica que pode promover este ambiente inovador? Abaixo, descrever-se-á sobre a nova economia e o papel da instituição de ensino superior (IES), no desenvolvimento regional.

²⁴ Taylorismo: (Frederick W. Taylor) se refere ao gerenciamento da produção industrial inventado no final do século 19 para aumentar a eficiência através da avaliação de cada etapa do processo de manufatura e divisão dessa produção especializada em tarefas repetitivas. *A mão de obra se comporta como máquina.* (<http://www.merriam-webster.com/dictionary/taylorism>)

2.2.4 IES e Desenvolvimento Regional

Nos itens anteriores, contempla-se aspectos os quais se acredita serem essenciais para a discussão sobre o desenvolvimento regional; isto é, a importância do capital humano, os conceitos de desenvolvimento e região e, através da bibliografia, o que se entende sobre o que promove o desenvolvimento regional. O último tópico abordará a opinião de alguns estudiosos sobre o tema do papel da IES no desenvolvimento regional.

O exemplo contemporâneo mais bem sucedido, relacionado ao impacto da IES na região imediata, deve ser o caso da Universidade Stanford na região do Vale do Silício, Estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Acredita-se que esta experiência não tenha sido ao acaso, nem pelo planejamento da fundação dessa universidade naquela região, mas sim pelo esforço empenhado por um de seus professores (Frederick Terman). Portanto, um visionário com capacidade de persuasão, mobiliza um grupo que leva adiante uma missão, que desde seu início começa a colher frutos que iriam se multiplicar. O resultado desse trabalho, não só concedeu dois prêmios Nobel da física a professores da Stanford, mas deu origem à região conhecida como Vale do Silício. Além de muitas das mais importantes empresas do ramo da tecnologia da informação terem sido criadas nessa região (e.g. Hewlett-Packard Company, Cisco Systems, Silicon Graphics, Sun Microsystems, etc.), a própria história da invenção da Internet está profundamente relacionada com a Universidade Stanford. No começo da década de 1970, o protocolo TCP/IP (*transmission control protocol/internet protocol*) foi inventado por Vinton Cerf, um professor da Stanford. Outras invenções essenciais não só para a operacionalização da Internet, mas outras modalidades eletrônicas foram inventadas no ambiente da Universidade Stanford e na região do Vale do Silício (e.g. DSL- digital subscriber lines; music synthesizer...).²⁵

No livro *Regional Advantage: Culture and Competition in Silicon Valley and Route 128*, de 1994, Annelee Saxenian fez um estudo comparativo entre o Vale do Silício e a Rota 128; duas regiões econômicas dos Estados Unidos, com histórias e desfechos distintos. Nesses exemplos, observa-se diferentes impactos das instituições de ensino superior.

A Universidade Stanford promoveu, na região do Vale, um ambiente científico democrático, onde laboratórios serviram como incubadoras e, a ideia de que simples oficinas bastavam para o início de firmas de produtos eletrônicos, sem grande formalismo e hierarquia administrativa. Com essa mentalidade foi crescendo uma região econômica com alta competência científica e produtiva.

²⁵ http://www.stanford.edu/about/history/history_ch3.html (acessado 2/11/2013)

No caso da Rota 128, região econômica do Estado de Massachusetts e, fortemente influenciada pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) e a Universidade de Harvard, o ambiente científico altamente qualificado e tradicionalmente hierarquizado produziu uma região econômica menos flexível e criativa no que tange a achar novas alternativas para continuar florescendo.

Durante a década de 80, as duas regiões sofreram crises econômicas. Todavia, o Vale do Silício soube se reinventar e achar alternativas para continuar crescendo. A Rota 128 não trilhou o mesmo caminho por algumas razões, que Saxenian alega serem relacionadas com a mentalidade e estrutura de trabalho existente na região da Nova Inglaterra, onde a mesma está inserida.

A Rota 128 continua existindo, mas como uma região quase exportadora de talentos e sem o mesmo parque industrial que havia antigamente. Exportadora de talentos porque tanto a MIT quanto a Harvard são IESs de excelência e, seus graduados, com um capital humano de alta qualidade. Já o Vale do Silício é uma região econômica altamente competitiva, que soube alterar sua estratégia de trabalho para continuar se desenvolvendo. Hoje esta região goza de um dinamismo econômico sustentado pelo alto grau de inovação. Ligada essencialmente pela indústria de semicondutores, as empresas trabalham numa espécie de risco compartilhado, pois produzem para uma grande demanda externa.²⁶

Nos casos descritos acima, pode-se perceber que não só os avanços da ciência são cruciais para o constante desempenho positivo de uma região econômica. Quando o crescimento econômico entra em crise, a estrutura social democrática e a criatividade inovadora são aspectos importantes na alternância de planejamento e estratégia de produção. Este tipo de possibilidade se dá em ambientes plurais e abertos ao novo e estrangeiro.

Como será explicado abaixo, o papel da universidade ganha novas dimensões no contexto da economia dirigida pela tecnologia de informação e comunicação. Todavia, para melhor apreciar o papel da IES no desenvolvimento econômico, precisa-se compreender a economia a que se refere.

2.2.4.1 Nova Economia

Para evitar qualquer determinismo epistemológico, vai-se usar a 'posição' de Lundvall (2003), que optou por se abster de conceituar a *nova economia*, para, objetivamente, caracterizá-la pelo uso intenso da tecnologia de informação e comunicação.

²⁶ http://www.vedpuriswar.org/book_review/Regional%20advantage.PDF (acessado 03/11/2013)

Em tempos de “tecnologia de informação e comunicação” não só os produtos ligados à computação têm vida breve, mas o conhecimento científico relacionado com a tecnologia da informação evolui em curto espaço de tempo.

... It only takes one year from the exam, before half of what a computer engineer has learnt has become obsolete. The “halving time” of what has been learnt in the education system is longer for other specific professions but on average, it is argued, it is about 8 years²⁷ (Danish Ministry of Education 1998, p. 56f.; Apud LUNDVALL, 2003).

A economia do aprendizado (*learning economy*) é um termo que está inserido na nova economia, a qual é também referida como “economia do conhecimento”, ou economia baseada no conhecimento (*knowledge economy; knowledge-based economy*). Esta pode ser apreendida pelas palavras de David e Foray (2002):

[t]he crux of the issue lies in the accelerating (and unprecedented) speed at which knowledge is created, accumulated and, most probable, depreciates in terms of economic relevance and value. This trend has resulted, inter alia, in intense scientific and technological progress²⁸ (p. 21).

A economia do aprendizado também é percebida pela mudança de paradigma, quando se pensa em valores. Isto é, essa economia valoriza a priori a capacidade intelectual mais do que os bens físicos, ou recursos naturais (Carlaw et al. 2006). Vale salientar que, o conhecimento humano sempre foi importante para o desenvolvimento econômico; mas o que o torna mais evidente é o acelerado ritmo em que o conhecimento e a informação estão sendo transferidos. O resultado dessa rápida transferência e absorção é a grande geração de inovação. Contudo, para que ocorra inovação, necessita-se mais do que a vasta disponibilização de conhecimento e informação existentes via a comunicação tecnológica. Se não houver capital humano preparado para absorver a guisa de material codificado e não codificado, a produção de inovação será pífia.

Na nova economia, o conhecimento é a capacidade cognitiva. Informação é a dimensão estruturada e formatada do dado, que está passiva e ainda inerte a ser usada por aqueles que a processam (David e Foray, 2002. p. 25). Portanto, o saber codificado e tácito (aquele transferido/adquirido via experiências vividas) são os fundamentos para o eficiente aproveitamento do conhecimento e informação, hoje

²⁷ ... Metade do conhecimento aprendido por um engenheiro da computação se torna obsoleto após um ano da sua graduação. A fração de tempo para o quê é aprendido em um sistema educacional é maior em outras profissões, mas na média, considera-se que este tempo seja de 8 anos.

²⁸ A essência do problema está no aumento da velocidade em que o conhecimento é criado, acumulado e, provavelmente, depreciado. Esta tendência resulta, entre outras coisas, no intenso progresso tecnológico.

mais do que nunca, disponibilizados a qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, através de uma conexão de internet.

Contudo, o conhecimento codificado e tácito requer a interação interpessoal. O conhecimento ainda é ensinado, registrado e transferido de pessoa para pessoa, do mais experiente ao mais novato, dos mais velhos aos mais jovens. Com a evolução de modelos e estruturas de trabalho, como do artesão para o fordismo e ao taylorismo; nessas fases havia grande interação e transferência de conhecimento. Na nova economia, a estrutura fica mais democrática e dá mais oportunidade criativa a cada pessoa, mas a transferência de conhecimento pode ser prejudicada se não houver uma grande sintonia entre grupos de trabalho. Se houver desigualdade de conhecimento, então, o problema da capacitação humana fica prejudicado, no contexto do aproveitamento da tecnologia de informação e comunicação.

Com o que foi descrito no parágrafo acima, pode-se inferir que existe a economia do conhecimento e a sociedade do conhecimento. A última contempla as pessoas que são capazes de melhor usufruir e produzir no conceito e prática da nova economia. Essa parte da sociedade mais afluyente tem a capacidade de mudar o rumo da produção econômica e, mesmo, do consumo; pois é ela que promove a inovação. No âmbito da nova economia, a democratização ao acesso à informação e ao conhecimento é fato; porém, percebe-se um potencial para o aumento da discrepância social e disparidade de poder (Carlaw et al. 2006).

Como tratar a problemática da desigualdade socioeconômica regional? Esse é um problema antigo, mas que a nova economia pode torná-lo mais acentuado. Todavia, a nova economia tem características democráticas e, permite um alto grau de criatividade para a produção e inovação. Portanto, como melhor usufruir dessa nova era da tecnologia de informação e comunicação e, ao mesmo tempo, promover um ambiente produtivo e socialmente inclusivo? Nesse contexto, existem muitos estudiosos e pesquisadores que vêm há anos se dedicando em desenhar soluções e alternativas para o desenvolvimento econômico sustentável.

A seguir se explica algumas alternativas, promovidas por diferentes acadêmicos. Essas conceituações se diferem um pouco entre si, mas no âmago da idealização de novas dinâmicas de trabalho a característica fundamental é um novo papel para a universidade/IES no desenvolvimento econômico.

2.2.4.2 Desenvolvimento Regional e o Papel da IES

O papel da instituição de ensino superior, por mais de cem anos, esteve fortemente relacionado ao ensino e à pesquisa. Já as escolas técnicas e profissionalizantes tiveram o papel de formar seus alunos para o ambiente de

trabalho, ou o mundo profissional específico. Essas eram as duas grandes diferenças entre esses dois tipos de educação de terceiro grau. As universidades eram percebidas como instituições, onde se aprendia o conhecimento compreensivo e teórico; muitas vezes pouco prático para a vida profissional, exceto no caso das áreas médicas, odontológicas, entre outras ciências com aplicações restritas.

Como foi abordado nos últimos três itens deste capítulo: o conhecimento cognitivo intensivo, a classe criativa, a economia do aprendizado e a economia do conhecimento fazem parte da *nova economia*. Esta, que é impulsionada pela tecnologia de informação e comunicação, urge um papel mais empreendedor da IES no desenvolvimento socioeconômico regional.

Nas últimas três décadas, organizações multilaterais, com destaque a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), juntamente com estudiosos e acadêmicos vêm promovendo conferências, publicações e discussões sobre o terceiro papel da IES no desenvolvimento regional. Este novo papel tem como principal característica o empreendedorismo, mas seu escopo é maior e mais complexo.

No discurso da OCDE (2007), a IES precisa liderar as ações de capacitação humana e transferência de tecnologia, para que essa competência consiga fomentar o desenvolvimento econômico local e regional. A IES deve promover, de maneira planejada e empreendedora, um dinamismo econômico que consiga reter as novas gerações no mercado de trabalho local. Essa sincronização, entre oferta e demanda, faz parte de uma concertação entre o foco de trabalho da IES e, a necessidade de competência do setor produtivo. Numa perspectiva mais ampla, uma vez firmada uma sistemática eficiente entre a IES e o setor produtivo, a primeira deve orquestrar a sustentabilidade desse arranjo com o apoio de políticas públicas.

Um aspecto importante, que tanto a OCDE como Lundvall (2002; 2003) promovem, é que a IES deve, primeiramente, se ater à sustentação da produção econômica nativa, para mais adiante promover suas diversificações e inovações. Portanto, promover o desenvolvimento regional com base na produção existente, vislumbrando o contínuo fortalecimento da competência e organização local, para que esses dois requisitos se tornem aptos a criar inovação.

Outra proposta largamente discutida é a tese encabeçada por Henry Etzkowitz, mais conhecida como a Hélice Tríplice (ou Triple Helix). Essa tese promove uma profunda sinergia entre três instâncias importantes do desenvolvimento econômico, são elas: universidade, indústria e governo. Na Hélice Tríplice, o papel da IES tem similaridade com a proposta da OCDE, contudo, a sinergia entre os três atores

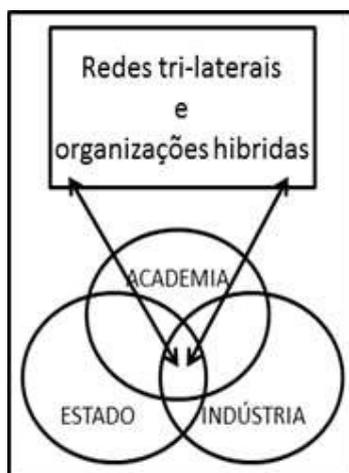
mencionados é tão intensa que os papéis se sobrepõem e, até pode haver troca de funções. Essa troca de funções pode ser percebida como novas estratégias gerenciais, que são oportunizadas pela forte interação entre esses agentes. Isto é, a indústria por conhecer o seu mercado dita como o conhecimento precisa ser desenvolvido; já a universidade pode influenciar o governo em questões de investimento sustentáveis, que subsidiem o ensino fundamental de maneira heterodoxia. E o governo pode agir, quando necessário, como garantidor do investimento de iniciativas que gerem inovação e, ou subsidiando a criação de novas competências.

Ao mesmo tempo, que os propositores da Hélice Tríplice promovem um papel mais amplo para a IES, ou seja, mais empreendedor eles também entendem que:

*[t]eaching is the university's comparative advantage, especially when linked to research and economic development. Students are also potential inventors. They represent a dynamic flow-through of 'human capital' in academic research group, as opposed to more static industrial laboratories and research institutes. [...], the turnover of students insures the primacy of the university as a source of innovation.*²⁹ (Etzkowitz e Leydesdorff, 2000. p. 118)

²⁹ A vantagem comparativa da universidade é o ensino, especialmente quando relacionado com a pesquisa e desenvolvimento econômico. Os estudantes são também inventores em potencial. Eles representam a fluidez de capital humano na pesquisa em grupo, diferentemente, do ambiente mais estático dos laboratórios industriais e institutos de pesquisa. ... A quantidade de estudantes garante a primazia da universidade como fonte de inovação. (Etzkowitz e Leydesdorff, 2000. p. 118)

FIGURA 01 – O modelo da Hélice Tríplice: Universidade-Indústria-Relações Governamentais.



Fonte: Etzkwoitz e Leydesdorff (2000); p. 111.

A concepção inicial da tese da Hélice Tríplice compreende que a indústria opera em locais de produção; o governo como fonte de relações contratuais, que garantem interações estáveis de troca; e como princípio gerador da economia baseada no conhecimento, a universidade atua como fonte do novo conhecimento e tecnologia³⁰.

Ao descrever o mecanismo teórico da Hélice Tríplice, Etzkwoitz e Leydesdorff (2000) explicam como a inovação surge:

[the] sources of innovation in a Triple Helix configuration are no longer synchronized a priori. They do not fit together in a pre-given order, but they generate puzzles for participants, analysts, and policymakers to solve. This network of relations generates a reflexive subdynamics of intentions, strategies, and projects that adds surplus value by reorganizing and harmonizing continuously the underlying infrastructure in order to achieve at least an approximation of the goals. The issue of how much we are in control or non-control of these dynamics specifies a research program on innovation³¹. (Etzkwoitz e Leydesdorff, 2000. p. 113)

Outros dois pesquisadores que merecem ser mencionados, por suas contribuições sobre o papel da IES no paradigma do desenvolvimento econômico, é

³⁰ O Conceito da Hélice Tríplice – Modelo funcional teórico.

<http://www.triplehelixconference.org/the-triple-helix-concept.html> (acessado 11/11/2013).

³¹ Na Hélice Tríplice, a configuração das fontes de inspiração não é mais sincronizada a priori. Elas não cabem numa ordem preestabelecida, elas geram confusão para ser resolvida pelos participantes, analistas e políticos. Essa rede de relação gera uma sub-dinâmica reflexiva de intenções, estratégias e projetos, com excedente de valor, agregando reorganização e harmonia, que continuamente sustenta a infraestrutura que provoca o alcance, no mínimo, de objetivos aproximados. O que especifica o programa de pesquisa de inovação está relacionado à capacidade de controle ou não dessas dinâmicas.

John Goddard e Bengt-Ake Lundvall. Esses estudiosos enfatizam o papel da universidade como animador da economia local e regional. Suas perspectivas não divergem da tese da Hélice Tríplice, mas cada um enfatiza diferentes aspectos.

Goddard promove a concepção da IES como principal animadora da cidade e região onde esta atua. Esta função de animar a região deve acontecer em todos os níveis, i.e., econômico, estrutural e cultural. Esse autor acredita que a IES precisa focar sua missão em objetivos que promovam o desenvolvimento socioeconômico da sua cidade e região, através da valorização da identidade regional, da vocação da indústria local, bem como descobrir novas alternativas para a produção da economia local e regional. Neste contexto quase 'reinventor' da cidade e da região, a IES precisa tornar o local/região mais atraente as indústrias e pessoas de fora. A IES pode viabilizar a sustentabilidade da região, através da sua competência e constante reavaliação.

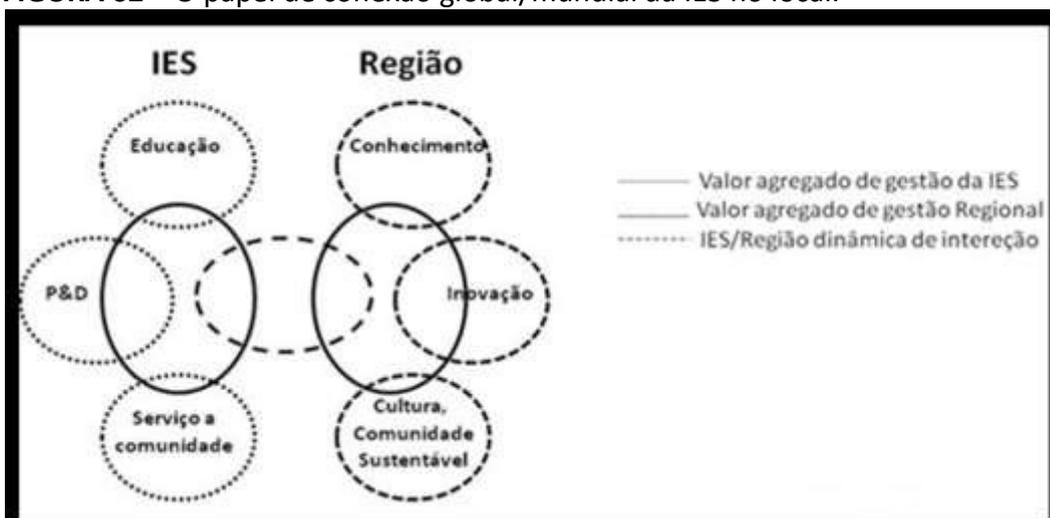
Para que a IES tenha sucesso em todas essas frentes (isto é, todas as instancias da IES precisam se engajar nesta empreitada) é necessário um profundo conhecimento da situação da cidade e região. Este conhecimento requer considerar todas as formas de desigualdades, exclusões sociais, limitações e potenciais econômicos, assim como as causas do desemprego regional.

Para Goddard, a IES precisa buscar conhecimento acadêmico dentro e fora da sua região de atuação. O conhecimento qualificado que venha de outras regiões, ou mesmo de outros países serve para melhor qualificar e diversificar a região, podendo torná-la mais próspera economicamente e culturalmente e, conseqüentemente, mais atrativa às indústrias e pessoas criativas. Esse tipo de atração geográfica pode resultar na criação de aglomerados de indústrias com diferentes especialidades, incluindo as áreas da saúde, turismo de negócios, gastronomia e cultura.

Portanto, a IES precisa ter uma qualificada massa critica de professores, pesquisadores nas áreas de ciências exatas, tecnológicas, médicas e nas áreas de artes e humanidades. Com este 'arsenal' a IES está 'munida' para desempenhar seu crucial papel de animadora/mantedora da cidade e região.

Assim como na proposta da Hélice Tríplice, Goddard promove a interação da IES com o setor privado para a geração da inovação. Para esse autor as políticas públicas devem contemplar a importância do papel da IES no contínuo desenvolvimento da cidade e região, através de subsídios financeiros, ou doações de terra e, ou logística que facilite o trabalho da IES. Este último aspecto é de total pertinência nas regiões menos prósperas em capital humano e físico. Nesse sentido, uma política que leve a educação às cidades menores de regiões isoladas, pode ser a alternativa para alavancar tais lugares.

FIGURA 02 – O papel de conexão global/mundial da IES no local.



Fonte: Goddard e Chatterton, 2003.

Lundvall foca seu trabalho na perspectiva do desempenho da indústria (firma) e economia. Compreendendo que a nova economia é dirigida pela tecnologia de informação e comunicação, Lundvall explica que sem a construção de competência e mudanças organizacionais (dando mais flexibilidade de adaptação a rotinas de trabalho), as empresas e economia como um todo não conseguirão prosperar por muito tempo. Neste caso, esse autor percebe que o trabalho da IES deve estar relacionado com a transferência de tecnologia e educação continuada. Lundvall promove o papel do governo como agente regulador da economia, bem como patrocinador da formação de competência e pesquisa que gerem sustentabilidade a economia local/regional. Sem a constante criação de competência e a reorganização das empresas e instituições, Lundvall acredita que a nova economia tem forte tendência a sofrer crises econômicas, causadas pelo advento da economia dirigida pela tecnologia de informação e comunicação, que pode não encontrar capital humano suficiente para ser produtivamente utilizada.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo buscou-se construir o raciocínio teórico e lógico do que se entende por desenvolvimento regional e, quais são as condições imprescindíveis para que esse fenômeno se suceda e continue ocorrendo no contexto socioeconômico regional. Abaixo segue o resumo dos principais pontos defendidos nesse capítulo:

Capital humano

1. Educação é percebida como investimento no ser humano que retornará ganhos financeiros para ele próprio, bem como ao mercado que ele atua; portanto, educação é investimento que retornará em capital humano;
2. Educação formal oportuniza melhores chances ao ser humano de adquirir cultura, conhecimento e conscientização para gozar uma vida melhor;
3. Quanto mais anos de educação formal e/ou especialização profissional mais retorno financeiro o ser humano pode adquirir.
4. Pessoas qualificadas profissionalmente através da educação formal trabalham menos anos que pessoas sem escolaridade e/ou treinamento profissional.
5. A procura por educação pode ser percebida como investimento ou consumo: escolaridade (para atingir melhor remuneração), ou cultura (sofisticação/conscientização do ser humano)
6. Leis coibindo trabalho infantil, bem como obrigando escolaridade mínima refletem no aumento de anos de escolaridade da população.

Desenvolvimento regional

1. Desenvolvimento regional não quer dizer somente desenvolvimento econômico de um território;
2. O fenômeno do desenvolvimento regional ocorre, quando há capital humano para promovê-lo; i.e., um ambiente favorável e sustentável a produção, comercialização e constante melhoria das condições socioeconômicas de uma região;
3. Desenvolvimento regional necessita de instituições fortes que promovam o bem-estar e ordem da comunidade, bem como a justiça social e proteção ao meio ambiente. Tais instituições sobrevivem a mudança de partidos políticos, uma vez que elas têm suas missões institucionalizadas, por isso são independentes à vontade política.
4. Democracia deve ser um pré-requisito ao desenvolvimento regional, pois é através da participação que o povo exerce a sua liberdade de expressão e cidadania;
5. Desenvolvimento regional deve proporcionar a comunidade acesso a serviços básicos como saúde, educação secundária universal, saneamento básico e segurança.
6. Para que o desenvolvimento regional seja um fenômeno constante, ou incessante, é preciso o contínuo investimento em educação, treinamento, pesquisa e desenvolvimento.
7. Inovação (soluções que animam a economia local e regional e, que podem propagar e refletir num território maior) é crucial para o sustento duradouro do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

O papel da IES na nova economia

1. A nova economia é dirigida pela tecnologia de informação e comunicação, a qual promove uma rápida obsolescência do conhecimento codificado e tacito.
2. Além de atuar nas duas clássicas missões (i.e., educação e pesquisa), a IES deve ter um terceiro papel no desenvolvimento socioeconômico, contextualizado pela nova economia.
3. A terceira missão da IES tem um forte caráter empreendedor e promovedor da sustentabilidade econômica local e regional.
4. A geração da inovação ocorre via sinergia de processos (procura de soluções) constante entre a IES, a indústria e a governança local e regional.
5. A terceira missão da IES também contempla a invenção do local e região, através da geração de competência e transferência de tecnologia a comunidade produtiva, bem como a promoção de serviços a comunidade (saúde, cultura e entretenimento).
6. A existência de competência promovida pelo terceiro papel da IES resulta em um ambiente inovador, atrativo as indústrias externas e as pessoas criativas.
7. Pessoas criativas promovem um ambiente que exige manutenção da economia e atrativos relacionados a amenidades sociais e culturais.

No próximo capítulo apresentar-se-á a região de estudo e estudo de caso que será analisado nesta tese. A ambição é fazer uma descrição que caracterize socioeconomicamente a região de estudo em relação ao seu grande território. Através desta estratégia descritiva, busca-se conseguir justificar a relevância da escolha da região e IES, objeto de estudo e desenvolvimento da tese.

3. TERRITÓRIO E REGIÃO DE ESTUDO

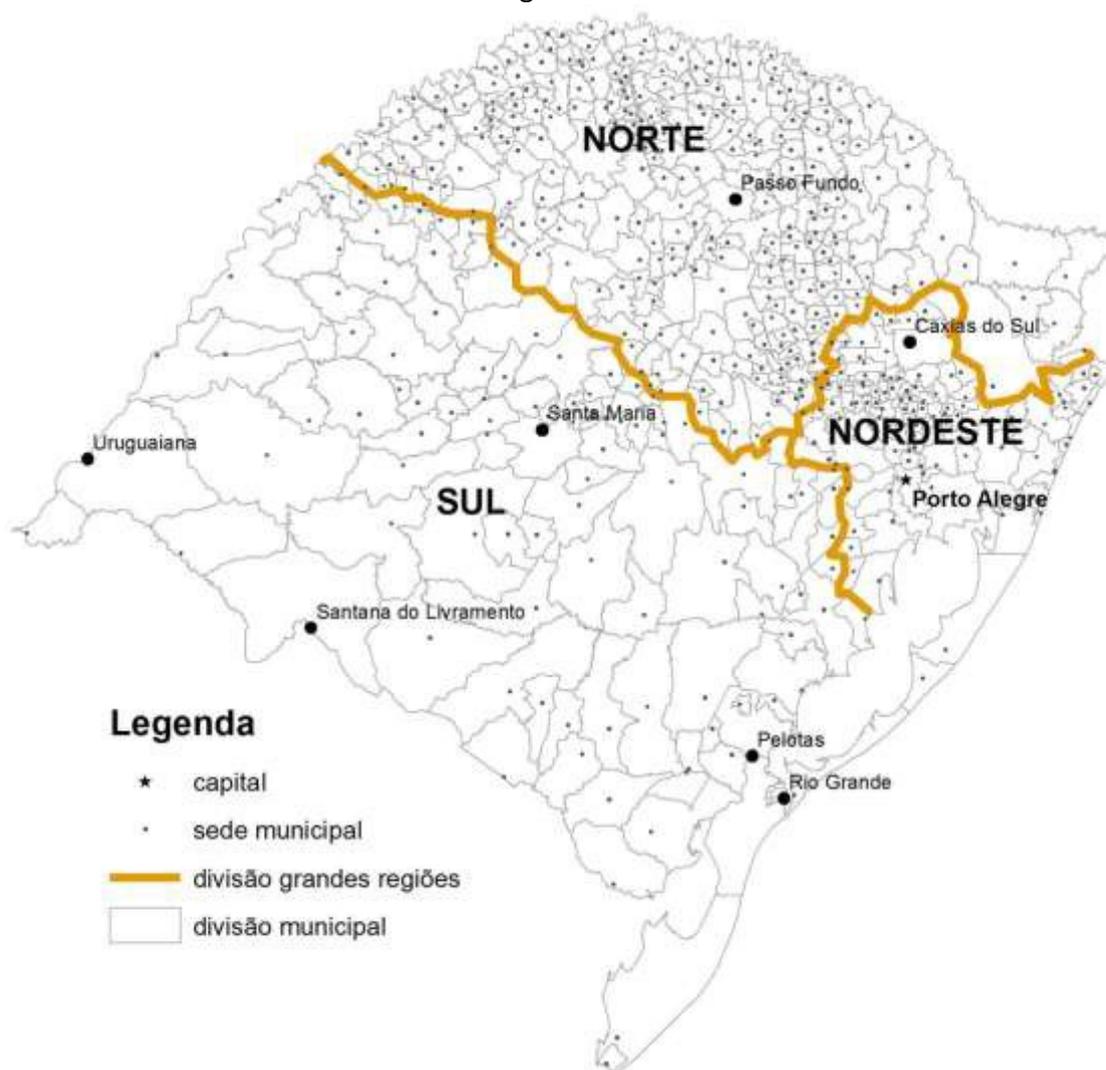
No capítulo anterior, apresenta-se uma discussão teórica que objetiva ser marco referencial para os próximos capítulos. Uma das hipóteses do trabalho busca entender o efetivo desempenho, ou impacto da instituição de ensino superior (IES) no desenvolvimento socioeconômico local e regional. Essa hipótese sustenta que a IES local/regional deveria exercer maior impacto no desempenho do desenvolvimento da região de estudo.

Nesse capítulo, mostra-se uma análise qualitativa e quantitativa do território Estadual e região objeto de estudo. O COREDE Sul é dotado de algumas Instituições de Ensino Superior (IES). O objetivo de estudo é a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Por mais que pese essa região possuir IESs, e essas estarem formando uma parte da população que trabalha na mesma, busca-se compreender o impactado dos egressos oriundos da UFPEL no desenvolvimento local e regional.

Como base comparativa para o desempenho regional, descrever-se-á, nesta seção, o grande território e região de estudo. Esse território contempla três grandes regiões que perfazem o Estado do Rio Grande do Sul. As regiões possuem um histórico de ocupação diferente entre si. Almeja-se fazer uma sucinta descrição histórica da colonização de cada região, para construir um raciocínio que facilitará a apreensão das diferentes situações de desenvolvimento regional.

As regiões, na figura 04, não são divisões administrativas, mas como se explica abaixo, elas compartilham de algumas características de ocupação, que as tornam mais fáceis de serem percebidas. Após, descritas as características das três grandes regiões, serão apresentadas outras divisões territoriais administrativas; quando então será introduzida a região de estudo e o estudo de caso, objeto de análise da tese. Este último será descrito e analisado no capítulo quatro.

FIGURA 03 – Três Grandes Regiões do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Dado bruto: IBGE; BANDEIRA (2003); SIG.

3.1 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

O atual estado do Rio Grande do Sul, à época da colonização do Brasil (primeiras décadas do século XVI), era território em disputa entre a coroa espanhola e portuguesa. Pode-se dizer que os espanhóis foram os primeiros colonizadores de parte do Estado, através da introdução das Reduções Jesuíticas já em meados do século XVII. Primeiramente, as reduções foram localizadas na parte central do Estado, mas essas primeiras foram destruídas através de conflitos entre os espanhóis e portugueses (bandeirantes). As reduções se estabeleceram e floresceram na Região Norte.

Apesar das primeiras ocupações terem ocorrido na Região Norte, a ocupação que iria estabelecer as atuais fronteiras do Estado foi feita através da coroa portuguesa, a qual antes de iniciar a colonização do território do Rio Grande do Sul, funda em 1680 a cidade de Colônia do Sacramento nas margens do rio da Prata, hoje território uruguaio. A partir das primeiras décadas do século XVIII os portugueses começaram a colonização do litoral do Estado (fundação de Rio Grande em 1737) e, posteriormente, a ocupação das áreas de fronteira internacional da Região Sul, como estratégia de ocupação para proteção do território português contra os vizinhos espanhóis.

Deve-se também considerar que a ocupação primeiramente do Sul, deu-se por questões topográficas de fácil acesso entre outras. Isto é, a Região tem uma vocação natural ao pastoreio e a agricultura extensiva já que apresenta uma vasta área de planície e campos naturais, com a presença de alguns sítios com relevo suave (coxilhas), bem como alguns cerros. Portanto, na sua maior parte proporciona um ambiente excelente para a criação de gado e cultivo agrícola.

As áreas de fronteira, as quais podem ser entendidas como toda a Região Sul, foram ocupadas através da destinação de terras (sesmarias³²) doadas pela coroa portuguesa a pessoas de confiança do império português. Portanto, a Região Sul foi colonizada através da destinação de grandes propriedades (KUHN, 2007). Esta realidade, relativa ao tamanho das propriedades rurais, é vigente até os dias de hoje e é, notoriamente, percebida pela diferença de tamanho dos municípios que compõem a Região Sul.

A Região Nordeste foi inicialmente colonizada por europeus oriundos de povos germânicos e, posteriormente, por italianos. A primeira leva dos novos colonos chega ao Rio Grande do Sul em 1824. A esses novos colonizadores foram destinadas terras, no Vale do rio dos Sinos e nos vales das escarpas do planalto (popularmente são chamados os vales da serra), bem como as próprias escarpas (popularmente chamadas serras). Estas áreas eram significativamente menores que as sesmarias destinadas aos primeiros colonizadores portugueses. Tendo sido os povos germânicos os primeiros colonos a chegarem à Região Nordeste, estes se estabeleceram, predominantemente, nos vales, áreas mais acessíveis ao plantio agrícola.

A região adjacente, isto é, a Região Norte, foi em parte colonizada, como já foi mencionado, através das Reduções Jesuíticas. Estes assentamentos, numa certa época, contaram com uma grande população de ameríndios/nativos. Contudo, após a

³² No RS sesmaria é equivalente a $\frac{1}{4}$ de légua em quadra, ou 1.089 ha. O tamanho variava muito. O sistema foi extinto em 1822. Uma légua quadrada é igual a 21.780 ha.

expulsão dos espanhóis-jesuítas dessa região, restaram na mesma os povoados remanescentes das Reduções e uma população de ameríndios já não tão numerosa, pois muitos acabaram morrendo em batalhas travadas com os colonizadores portugueses.

A Região Norte foi contemporaneamente colonizada, através da imigração de novas levas de colonos, oriundos de povos germânicos entre outras etnias européias, bem como pelo excedente de mão de obra da Região Nordeste (KUHN, 2007). Cabe lembrar que, na Região Norte, também havia proprietários de sesmarias (colonizadores portugueses e agregados de negros cativos (MARTINS, 2009)) que deram origem, posteriormente, junto com os novos imigrantes, às primeiras localidades desse território. Um exemplo deste tipo de processo é a fundação da cidade de Santa Cruz do Sul.

Esse excedente de mão de obra ocorre em grande parte pela carência de terra para o cultivo agrícola na Região Nordeste. Essa falta de terra é devido ao fato das primeiras propriedades coloniais, desta região, serem pequenas e, com a divisão das mesmas por motivo de herança, tornava-as inviáveis para o cultivo agrícola comercial pelas novas gerações. Portanto, há um excedente de agricultores que necessita ir à procura de novas terras. O destino mais próximo era a Região Norte, a qual ainda continha vastas áreas a serem ocupadas (KUHN, 2007).

Por este breve relato histórico de ocupação do Estado, pode-se inferir, empiricamente, algumas diferenças socioeconômicas básicas entre as regiões. Essas diferenças básicas se referem à distribuição de terra e, conseqüentemente, de renda; fora a questão de diferença étnica de ocupação do território. Pode-se observar que a concentração de terra no Sul é muito maior que na Região Nordeste e maior que na Região Norte, onde também se encontra médias e grandes propriedades. Conseqüentemente, a concentração de renda na parte Sul é grande e desequilibrada, quando comparada com as demais Regiões do Estado. E, por essas evidências empíricas, privilegiou-se a descrição do território estadual a partir da divisão das três Regiões.

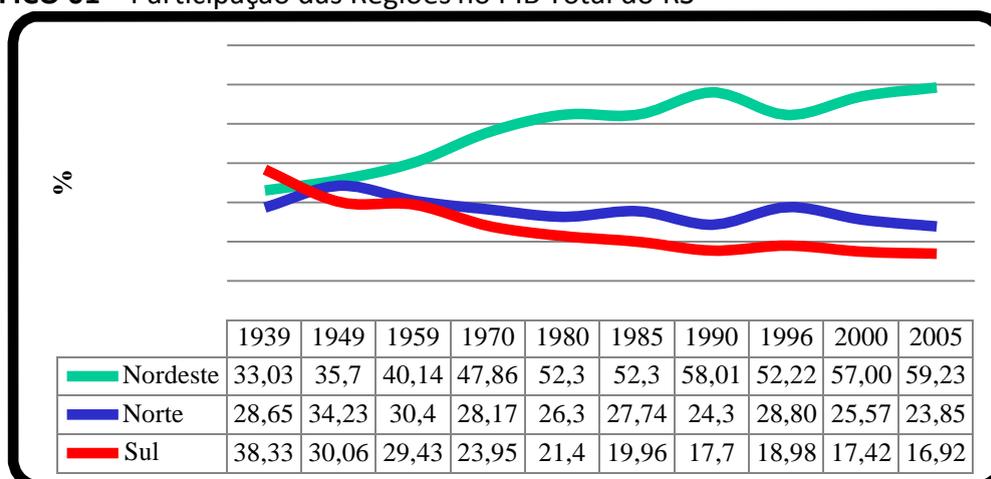
Na Região Nordeste, incluindo as primeiras áreas de colonização germânica, como o Vale do rio dos Sinos e Vale do rio Caí, iniciam-se, nas últimas décadas do século XIX, pequenas atividades ligadas à produção moveleira, de curtume, calçadista e metalúrgica, as quais são desenvolvidas através do conhecimento e capacitação introduzidos e trazidos pelos novos imigrantes colonos. Por conseguinte, além da agricultura outras atividades especializadas foram desenvolvidas alguns anos após a chegada dos novos colonos. Com isso, observa-se uma diversificação das atividades

econômicas na incipiência da colonização do Nordeste; o que difere enormemente da história do desenvolvimento econômico da Região Sul.

O Sul floresceu, primeiramente através das atividades ligadas às charqueadas e à pecuária extensiva, que duraram mais de um século (últimas décadas do século XVIII ao final do século XIX). Posteriormente, sua economia se sustentou e continuou a ser caracterizada pelo setor agropecuário o qual ainda é a principal produção econômica da Região. Empiricamente, percebe-se que, durante toda sua história de colonização, não houve no Sul grandes iniciativas de diversificação da produção econômica, que resultasse na transformação do setor primário, ou efetiva verticalização da produção primária. Esta última pode ser vivenciada pelo beneficiamento do arroz por algumas indústrias locais, a produção de laticínios por cooperativas locais e a presença da indústria de conservas vegetais³³ e dos frigoríficos de carne. As indústrias mais importantes da região até o final do século XX, grosso modo, foram e continuam relacionadas à produção agrícola e à pecuária.

Apesar de não ter havido grandes mudanças na base econômica da Região Sul, esta ainda continuou tendo, dentre as outras Regiões, maior importância na formação do PIB do Estado até as primeiras décadas do século XX. O gráfico 01 mostra um trabalho que vem sendo incrementado por Pedro Bandeira ao longo dos anos (BANDEIRA, 2003, 2010). A informação gerada por Bandeira inclui a participação relativa das três Regiões. Contudo, quando se observa as participações relativas por setores da economia (tabela 04, 05 e 06; ALONSO, 2006), constata-se que a Região Sul, desde o ano de coleta (1939), já produzia menos que a Região Norte, no setor agropecuário; e o Sul apresentava um resultado bem aquém, no setor industrial, com relação às duas outras Regiões.

³³ A indústria de conservas vegetais dessa Região diminuiu suas atividades significativamente por alguns motivos relacionados com falta de competitividade ocasionada pela falta de investimento e inovação por parte das empresas do setor em relação à produção, falta de mercado e marketing para expansão das vendas. Segundo Chiechelski (1994), “as instituições de pesquisa e extensão rural existentes na [R]egião [Sul] não [foram] utilizadas de forma sistemática pelas empresas industriais, [objetivando o] desenvolvimento de projetos conjuntos com os produtores rurais. Neste sentido, não [foram] aproveitados os benefícios advindos da concentração geográfica das empresas fabricantes e dos centros produtores de matéria-prima de origem vegetal, bem como da infraestrutura física e técnica existente na [R]egião.” (CHIECHELSKI, 1994, p. 113)

GRÁFICO 01 – Participação das Regiões no PIB Total do RS

Fonte: Dados cedidos por Pedro Bandeira, 2010.

TABELA 04– Participação relativa das Regiões Nordeste, Norte e Sul no PIB agropecuário do RS – 1939-2001

ANOS	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO SUL
1939	16,77	44,12	39,11
1949	16,56	53,43	31,02
1959	13,50	52,69	33,79
1970	11,77	54,03	33,18
1980	10,95	49,95	39,08
1990	13,87	52,73	33,41
1997	14,03	53,94	32,03
1998	13,90	53,51	32,59
1999	14,10	51,25	34,66
2000	14,55	54,47	30,98
2001	13,62	54,63	31,76

FONTE: FEE.

Fonte: ALONSO, 2006, p. 104.

TABELA 05 – Participação relativa das Regiões Nordeste, Norte e Sul no PIB industrial do RS – 1939-2001

ANOS	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO SUL
1939	47,57	17,85	34,57
1949	51,15	21,53	27,33
1959	55,06	19,29	25,63
1970	70,20	16,28	13,50
1980	68,21	16,46	15,31
1990	69,96	17,24	12,81
1997	65,61	22,96	11,13
1998	66,15	22,44	11,41
1999	67,95	21,87	10,18
2000	71,81	19,03	9,16
2001	70,35	20,05	9,60

FONTE: FEE.

Fonte: ALONSO, 2006, p. 104.

TABELA 06 – Participação relativa das Regiões Nordeste, Norte e Sul no PIB terciário do RS – 1959-2001

ANOS	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO SUL
1959	48,79	22,66	28,53
1970	52,80	22,79	24,39
1980	54,77	23,07	22,14
1990	51,03	27,18	21,79
1997	52,61	26,30	21,10
1998	52,04	26,32	21,63
1999	52,34	26,36	21,30
2000	53,57	25,73	20,70
2001	53,24	26,19	20,57

FONTE: FEE.

Fonte: ALONSO, 2006, p. 104.

Segundo Alonso (2006), a Região Sul apresentou nas últimas seis décadas um declínio econômico em relação às Regiões Nordeste e Norte. Esse autor sustenta que, apesar desse fato, o Sul “não mudou de produtos, não diversificou sua base econômica e nem alterou a sua estrutura social e de propriedade da terra, restringindo as possibilidades de expansão econômica.” (ALONSO, 2006, p. 103)

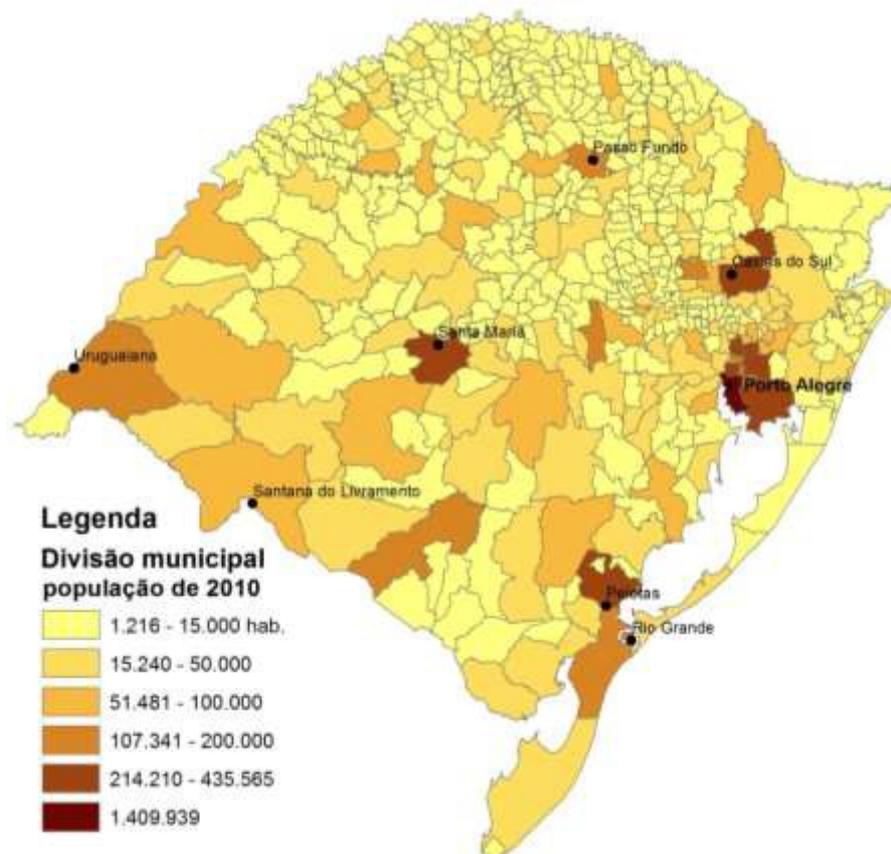
Alonso (2006), explica que, apesar de ser praxe associar o subdesenvolvimento do Estado à Região Sul, quando se analisa os dados quantitativos oficiais por município, constata-se que há problemas de desempenho socioeconômicos nas diferentes Regiões. Os bolsões de pobreza extrema (e.g., renda per capita por domicílio igual ou menor que R\$70,00 por mês) são evidenciados junto a algumas das grandes cidades do Estado como: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Uruguaiana e Santana do Livramento, bem como em municípios com indicadores de educação, saúde e saneamento bastante baixos (MARTINS, 2012). Todavia, cinco dessas cidades estão localizadas na Região Sul.

3.2 DIVISÕES ADMINISTRATIVAS

O Estado do Rio Grande do Sul é composto por quatrocentos e noventa e seis municípios (Figura 05), os quais são agrupados por Conselhos de Desenvolvimento Regional (COREDE). A Figura 05 objetiva ilustrar alguns aspectos relacionados a características geográficas areais, bem como da distribuição da população do Estado³⁴. Como foi mencionado acima, a variedade de tamanho dos municípios, aproximadamente, caracteriza suas próprias grandes regiões (Figura 04). Existem vinte e oito COREDEs (Figura 06) os quais variam em área e número de município que os compõem. Os COREDEs não são divisões políticas e administrativas, largamente reconhecidas como regiões de planejamento estratégico pela população do Estado, ou mesmo pelos diferentes governos políticos. Na realidade, a institucionalização dos COREDEs ainda está sendo construída.

³⁴ (10.819.519 hab. (*Relógio Populacional*; FEE, 22/04/2013)).

FIGURA 04 – Divisão Municipal e Centros Regionais



Fonte: Dado bruto: IBGE 2010; SIG.

3.3 COREDE

A divisão dos COREDEs (Figura 06) e sua *de jure* institucionalização ocorreram em 1994, após dois anos de debate e negociações na Assembleia Legislativa do Estado, através da Lei Estadual nº 10.283, de 17/10/1994, e regulamentação pelo Decreto 35.764 de 28/12/1994. A idealização desses conselhos para o desenvolvimento regional seguiu um movimento mundial, em que vários países (França, Espanha, Canadá, Austrália e nas Filipinas) optaram por esta estratégia, com o intuito de buscar mais eficiência no planejamento territorial (BANDEIRA, 2007). A divisão dessa nova unidade regional buscou na contiguidade, os municípios com identidades e objetivos econômicos semelhantes.

A estrutura administrativa do COREDE é formada por uma Assembleia Geral Regional, um Conselho de Representantes, Comissão Setorial, Diretoria Executiva composta de Presidente, Vice Presidente, Secretário Executivo e Tesoureiro (os cargos dos Conselhos Regionais não são remunerados) (BANDEIRA, 2007). A Assembleia Geral regional é constituída de agentes sociais e econômicos das respectivas regiões.

Segundo Bandeira (2007), com a implantação dos COREDEs, o governo à época objetivava promover a descentralização das decisões de planejamento Estadual. Contudo, Bandeira acredita que para isso ter ocorrido seria imprescindível uma ampla capacitação da administração pública do Estado, para planejar e trabalhar de forma efetiva e articulada em nível regional. Tal processo exigiria mudanças profundas na cultura administrativa do governo do Estado. Os principais empecilhos para um desempenho melhor dos COREDEs, entre outros são: a falta de adoção da divisão regional dos COREDEs por todas as instituições Estaduais (alguns órgãos do Estado continuam trabalhando com suas próprias regionalizações, ou agrupamento de municípios); nem todas as administrações do governo do Estado deram a devida importância à instância de planejamento regional dos COREDEs (BANDEIRA, 2007). Com isso, o papel (conhecimento regional para o eficiente planejamento) dos COREDEs foi desprezado e, conseqüentemente, desacreditado pelos respectivos integrantes e sociedade. Essa realidade fez um desserviço para a institucionalização dos COREDEs, como território regional de fomento ao desenvolvimento socioeconômico.

FIGURA 06 – Divisão de COREDEs



Fonte: Dado bruto: FEE, 2012; SIG.

Dentre as diferentes esferas de participação local nas atividades e planejamento dos COREDEs, está a participação das IESs locais. Para Bandeira (2007), os COREDEs mais dinâmicos são aqueles que recebem maior suporte operacional das IESs locais. Estes COREDEs tendem a ser mais articulados na discussão referente ao desenvolvimento de suas regiões. Bandeira sustenta que as universidades, ao apoiarem os COREDEs, exercem uma maior integração com a comunidade das regiões nas quais elas atuam.

Na verdade, pode-se afirmar que as Universidades têm sido pressionadas no sentido de estreitar os laços que as ligam às regiões em que estão situadas, contribuindo para o seu crescimento econômico, até mesmo porque muitas dependem do dinamismo das regiões em que atuam para assegurar os recursos necessários à sua manutenção, pois são financiadas pelas anuidades cobradas de seus alunos. (BANDEIRA, 2007, p.18)

O papel da IES, no desenvolvimento local é considerado por uma série de autores e instituições (GODDARD (2000, 2003), SAXENIAN (1994), LUNDVALL (2002), OCDE (2007)) como importante e, ou essencial, ao fomento de novas ideias – inovação – e soluções para os gargalos, que dificultam o desenvolvimento constante de uma região. Portanto, mesmo que os primeiros vinte anos de experiência dos COREDEs não tenham sido tão exitosos, acredita-se que esse período tenha servido de amadurecimento institucional e reconhecimento do que precisa ser consertado.

Apesar das sérias e pertinentes observações de Bandeira, os COREDEs continuam vigentes como meios de planejamento regional e estão completando mais de vinte anos de existência. Os COREDEs participaram das *Consultas Populares*³⁵ e promoveram planos regionais de desenvolvimento. Em outros casos, COREDEs participaram de estudos amplos, que envolviam suas respectivas regiões (e.g., *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Uruguai; Programa do Desenvolvimento Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas*). Também faz parte da missão dos COREDEs apresentar “a cada quatro anos à sociedade gaúcha e aos candidatos ao Executivo e Legislativo do Estado, uma pauta de políticas, programas e ações considerados prioritários para o desenvolvimento do RS e de suas regiões” (Pró-RS IV, 2010, p. 39).

³⁵ A Consulta Pública é um instrumento de consulta usado por diferentes administrações do governo do Estado, para identificar projetos importantes e requisitados pelas comunidades locais e regionais. Portanto, é uma ferramenta que promove a participação democrática de diferentes agentes e organizações da sociedade. Nesse caso, as propostas municipais foram vinculadas aos respectivos COREDEs; então, o Conselho como unidade regional foi o agente propositivo das intervenções locais e regionais. A Consulta Pública é um banco de projetos, que podem ser executados de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros, bem como da aprovação dos projetos em nível Estadual.

Em 2010, através do XIII Encontro Anual de Avaliação e Planejamento, foi aprovada a *Carta de São Borja*, a qual integra uma publicação maior denominada *Pró-RS IV – Proposta estratégica para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul – 2011-2014*. A *Carta de São Borja* consiste num documento de intenções setorizadas a serem seguidas pelos COREDEs dentro do período de quatro anos. Dentre vários objetivos da *Carta de São Borja*, acredita-se que, a intenção mais importante da mesma, seja a vontade dos COREDEs em “discutir com a sociedade todo o orçamento Estadual (Executivo, Legislativo e Judiciário), [e] assegurar no mínimo 2% destes recursos, para a deliberação e aplicação nas [suas] regiões, permitindo a reserva de 2% para a elaboração e gestão de projetos regionais, o que ampliará e qualificará a participação popular na definição das prioridades, assegurando a sua execução” (Pró-RS IV, 2010, p. 40).

Visando o fortalecimento histórico e efetivo da instituição regional COREDE, o presente trabalho adota essa divisão como unidade territorial de análise.

3.4 REGIÃO DE ESTUDO

O COREDE Sul contempla vinte e dois municípios, tendo sua sede administrativa na cidade de Pelotas. A população da região representa 7,91% da população total do Estado, segundo dados do censo de 2010. Abaixo, observam-se alguns dados oficiais do COREDE Sul (FEE, 2013). Os dados areais e de distância mencionados nas tabelas 07 a 09 foram extraídos do sistema de informação geográfica (SIG).

COREDE Sul

População Total (2011): 845.109 habitantes

Área (2011): 35.042,9 km²

Densidade Demográfica (2011): 24,1 hab/km²

Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010): 5,99 %

Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 69,54 anos

Coefficiente de Mortalidade Infantil (2010): 13,33 por mil nascidos vivos

PIB PM (2010): R\$ mil 16.624.109

PIB per capita (2010): R\$ 19.725

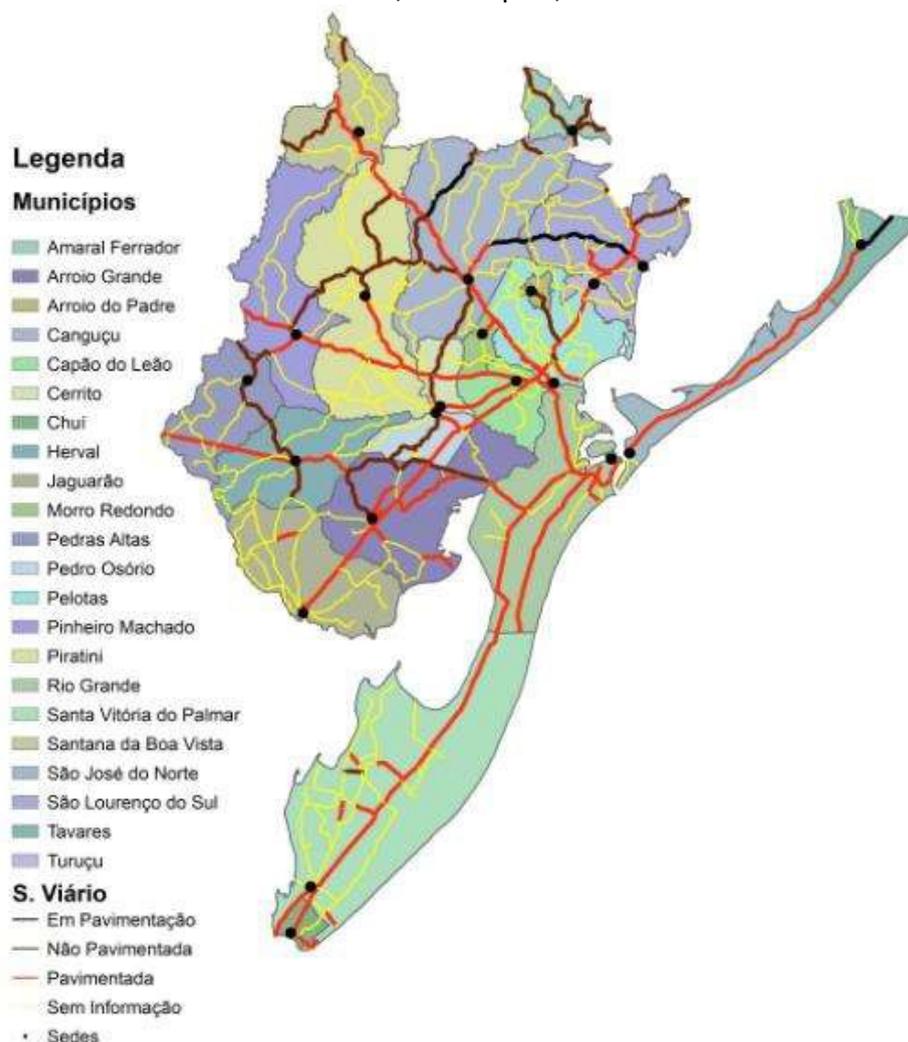
Exportações Totais (2010): U\$ FOB 1.772.488.126

Fonte: FEE, 2013.

O mapa (Figura 07) abaixo mostra os municípios que compõem o COREDE, o nível de abrangência do sistema viário da região, bem como a qualidade dos acessos viários entre as sedes municipais. A partir da informação espacial do sistema viário, pode-se quantificar todos os trechos de estradas e analisar o grau de conectividade do COREDE como um todo. Como base de comparação, escolheu-se o COREDE Vale do Rio dos Sinos para se observar as respectivas diferenças entre os dois COREDEs. O Vale

do Rio dos Sinos, nos últimos onze anos tem ocupado a segunda posição de melhor desempenho na formação do PIB do Estado. Interessa observar, dentre outras diferenças, se a abrangência e qualidade do sistema viário pode ser um fator relevante de desempenho dentre os COREDES. Após as características do sistema viário do COREDE Sul, serão apresentados os mesmos dados para o COREDE Vale do Rio dos Sinos.

FIGURA 07 – COREDE Sul, Municípios, Sistema Viário e Sedes

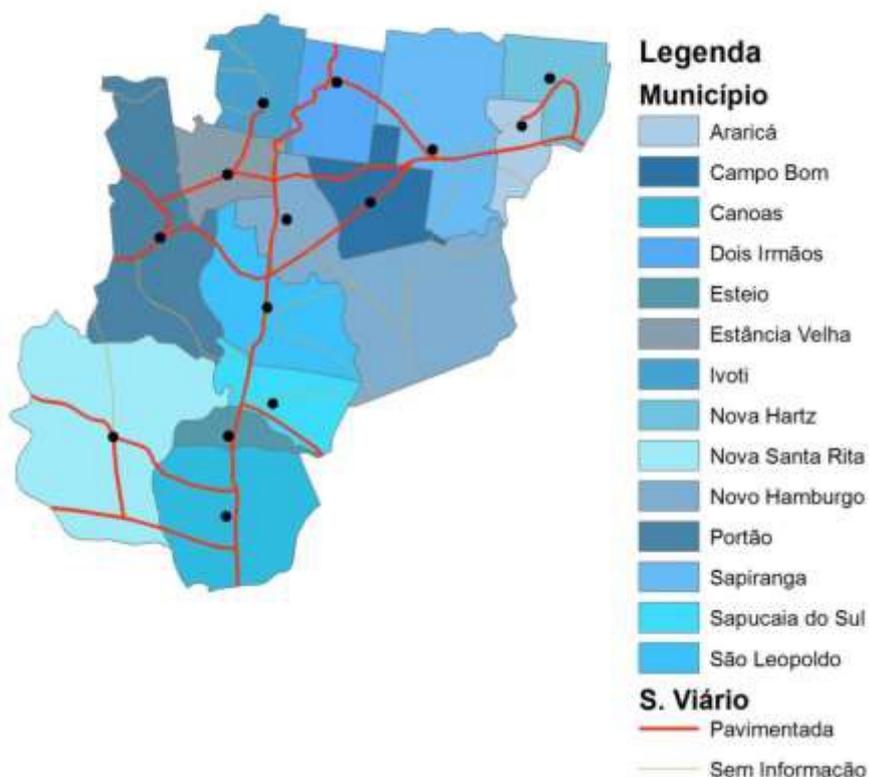


Fonte: Dado bruto: IBGE e FEE, 2012; SIG.

TABELA 07 – Sistema viário COREDE Sul

Nº de rodovias	Pavimentação	Nº Vias	DIST_KM
12	Em Pavimentação	Sem Informação	116,44
58	Não Pavimentada	Sem Informação	643,13
4	Pavimentada	Duas vias	32,03
107	Pavimentada	Sem Informação	1166,38
46	Pavimentada	Uma via	290,54
258	Sem Informação	Sem Informação	3116,51
1	Sem Informação	Uma via	6,75

Fonte: SIG.

FIGURA 08 – COREDE Vale do Rio dos Sinos, Municípios, Sistema Viário e Sedes

Fonte: Dado bruto: IBGE e FEE, 2012; SIG.

TABELA 08 – Sistema viário COREDE V. do Rio dos Sinos (dados extraídos do SIG).

Nº de rodovias	Pavimentação	Nº Vias	DIST_KM
3	Pavimentada	Duas vias	23,27
32	Pavimentada	Sem Informação	209,91
20	Sem Informação	Sem Informação	184,79

Fonte: SIG.

TABELA 09 – Dados comparativos entre os COREDEs Sul e Vale do Rio dos Sinos.

COREDE	Área km ²	Todas vias km	Asfaltado km	%
Sul	34984	5372	1489	28
V. do Rio dos Sinos	1403	418	233	56

Fonte: SIG

Apesar do COREDE Sul ter uma área maior e ser composto por mais municípios (oito a mais que o Vale do Rio dos Sinos) o que poderia lhe conferir mais renda, o COREDE Vale do Rio dos Sinos tem apresentado, na média dos últimos onze anos, um desempenho econômico 2,51 vezes maior que o COREDE Sul (tabela 11). Como se pode ver na tabela 09, este último também possui pouco mais da metade de seu sistema viário asfaltado em relação ao COREDE Vale do Rio dos Sinos. Outro aspecto importante, que se pode observar entre os dois mapas é que no Vale do Rio dos Sinos todas as sedes municipais são interligadas via sistema viário asfaltado; já no Sul, nem todas as sedes municipais têm o mesmo acesso.

A questão da acessibilidade intrarregional é importante, para fortalecer e nutrir a rede de cidades da região (como foi mencionado no capítulo dois). Uma boa conectividade entre a rede de cidades promove a troca de bens de consumo e serviços, por meio de uma logística segura e rápida. Conseqüentemente, gera sustentabilidade ao intercâmbio entre as populações locais, através do fornecimento e abastecimento dos diferentes mercados intermunicipais.

TABELA 10 – Ranking de participação na formação do PIB do RS por COREDE (1999-2010)

COREDE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var 10 / 99
Metropolitano Delta do Jacuí	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Vale do Rio dos Sinos	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0
Serra	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0
Sul	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	0
Vale do Rio Pardo	5	5	5	5	5	5	5	5	5	6	5	5	0
Fronteira Oeste	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5	6	6	0
Produção	7	7	7	7	7	7	8	7	7	7	7	7	0
Vale do Taquari	8	8	8	8	8	8	7	8	8	8	8	8	0
Central	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	0
Norte	10	10	10	12	12	12	11	10	10	10	10	10	0
Missões	13	14	11	11	11	14	14	11	11	11	11	11	2
Fronteira Noroeste	11	11	12	10	10	10	12	14	12	12	13	12	-1
Alto Jacuí	18	18	16	14	13	13	19	15	14	13	12	13	5
Centro Sul	12	12	13	13	15	11	10	12	13	14	14	14	-2
Litoral	16	15	17	18	16	17	13	13	15	16	15	15	1
Noroeste Colonial	17	17	14	15	14	16	18	17	16	15	16	16	1
Vale do Caí	19	19	19	16	18	18	15	16	17	17	17	17	2
Paranhana Encosta da Serra	14	13	15	19	19	19	17	19	19	19	19	18	-4
Campanha	15	16	18	17	17	15	16	18	18	18	18	19	-4
Nordeste	25	24	23	20	22	20	21	20	20	20	20	20	5
Médio Alto Uruguai	24	25	25	25	24	25	23	24	23	23	23	21	3
Rio da Várzea	21	21	21	22	20	21	25	21	21	21	21	22	-1
Campos de Cima da Serra	26	26	26	26	25	26	26	25	26	26	26	23	3
Jacui Centro	20	23	22	23	23	22	22	23	24	22	22	24	-4
Hortênsias	23	22	24	24	26	24	20	22	25	25	24	25	-2
Celeiro	22	20	20	21	21	23	24	26	22	24	25	26	-4
Vale do Jaguarí	27	27	27	27	28	27	27	27	27	28	28	27	0
Alto da Serra do Botucaraí	28	28	28	28	27	28	28	28	28	27	27	28	0

Fonte: Dado bruto: FEE, 2013; SIG.

A tabela 10 apresenta o dado de desempenho por COREDE, por ordem decrescente de contribuição na formação do PIB Estadual, nos últimos doze anos. A

última coluna da tabela mostra alteração de desempenho econômico do COREDE; nesta coluna, registram-se os COREDEs que alteraram de posição positivamente e negativamente. Como se pode ver abaixo, com esta informação, criou-se quatro indicadores.

Ainda na tabela 11, observa-se que os quatro primeiros COREDEs apresentam um desempenho estável. Todavia, ao se examinar os dados por município do COREDE Sul, na tabela 12, verifica-se que o município de Rio Grande vem apresentando um crescimento constante; já o município de Pelotas vem demonstrando um decréscimo constante. Com a crescente participação de Rio Grande nas diversas atividades industriais e portuárias em nível nacional, pode-se afirmar que este município, no presente e futuro próximo, apresentará dados ainda mais arrojados. Consequentemente será importante observar o impacto do dinamismo local de Rio Grande na formação do PIB Estadual.

TABELA 11 – Participação na formação do PIB do RS por COREDE (1999 – 2010)

COREDE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Metropolitano Delta do Jacuí	28,85%	29,02%	27,88%	28,25%	26,40%	27,06%	29,77%	29,04%	28,68%	27,67%	27,02%	26,94%
Vale do Rio dos Sinos	15,06%	16,02%	16,06%	15,37%	15,01%	15,68%	15,36%	14,79%	14,35%	14,28%	15,53%	14,94%
Serra	9,99%	10,31%	10,00%	10,10%	9,84%	10,37%	10,86%	10,43%	10,31%	10,60%	10,45%	10,96%
Sul	6,15%	5,96%	6,06%	6,02%	5,88%	5,94%	5,58%	5,71%	6,00%	6,25%	6,46%	6,58%
Vale do Rio Pardo	3,96%	3,66%	3,94%	4,05%	4,07%	4,26%	4,11%	4,01%	3,75%	3,66%	4,25%	3,95%
Fronteira Oeste	3,83%	3,43%	3,58%	3,64%	3,55%	3,63%	3,73%	3,89%	3,75%	3,97%	3,83%	3,86%
Produção	3,21%	3,25%	3,13%	3,32%	3,52%	3,26%	3,08%	3,22%	3,35%	3,40%	3,23%	3,31%
Vale do Taquari	3,16%	3,17%	3,01%	3,16%	3,08%	3,15%	3,08%	3,05%	3,05%	2,98%	2,93%	3,11%
Central	2,62%	2,52%	2,50%	2,60%	2,80%	2,59%	2,45%	2,69%	2,72%	2,76%	2,70%	2,59%
Norte	1,85%	1,83%	1,96%	1,74%	2,05%	1,89%	1,76%	1,87%	2,03%	2,06%	1,92%	1,93%
Missões	1,66%	1,56%	1,81%	1,86%	2,08%	1,66%	1,54%	1,80%	1,96%	1,97%	1,85%	1,83%
Fronteira Noroeste	1,78%	1,80%	1,79%	1,87%	2,13%	2,04%	1,60%	1,61%	1,77%	1,79%	1,68%	1,72%
Alto Jacuí	1,47%	1,36%	1,57%	1,58%	2,04%	1,70%	1,29%	1,54%	1,71%	1,78%	1,80%	1,67%
Centro Sul	1,66%	1,68%	1,63%	1,60%	1,68%	1,94%	1,89%	1,76%	1,72%	1,78%	1,66%	1,64%
Litoral	1,53%	1,48%	1,48%	1,46%	1,50%	1,54%	1,58%	1,62%	1,57%	1,58%	1,59%	1,63%
Noroeste Colonial	1,48%	1,38%	1,62%	1,49%	1,79%	1,55%	1,35%	1,41%	1,54%	1,61%	1,52%	1,54%
Vale do Caí	1,39%	1,36%	1,42%	1,48%	1,45%	1,46%	1,52%	1,48%	1,43%	1,48%	1,43%	1,50%
Paranhana Encosta da Serra	1,62%	1,62%	1,58%	1,45%	1,33%	1,35%	1,40%	1,33%	1,27%	1,24%	1,28%	1,41%
Campanha	1,55%	1,43%	1,47%	1,47%	1,47%	1,55%	1,44%	1,37%	1,32%	1,36%	1,32%	1,33%
Nordeste	0,79%	0,83%	0,91%	0,94%	1,08%	0,97%	0,82%	0,98%	1,06%	1,11%	1,00%	1,02%
Médio Alto Uruguai	0,83%	0,82%	0,84%	0,82%	0,95%	0,82%	0,77%	0,85%	0,90%	0,90%	0,87%	0,94%
Rio da Várzea	0,91%	0,92%	0,97%	0,93%	1,16%	0,95%	0,76%	0,91%	1,00%	1,01%	0,96%	0,94%
Campos de Cima da Serra	0,71%	0,73%	0,75%	0,76%	0,84%	0,74%	0,68%	0,84%	0,82%	0,81%	0,82%	0,90%
Jacuí Centro	0,93%	0,87%	0,92%	0,92%	0,96%	0,93%	0,82%	0,85%	0,87%	0,94%	0,95%	0,88%
Hortênsias	0,90%	0,88%	0,87%	0,85%	0,80%	0,83%	0,88%	0,87%	0,84%	0,85%	0,86%	0,85%
Celeiro	0,90%	0,94%	0,97%	0,93%	1,08%	0,87%	0,76%	0,84%	0,92%	0,89%	0,82%	0,83%
Vale do Jaguarí	0,65%	0,62%	0,66%	0,67%	0,71%	0,64%	0,59%	0,64%	0,67%	0,65%	0,64%	0,63%
Alto da Serra do Botucaraí	0,56%	0,55%	0,64%	0,64%	0,73%	0,63%	0,52%	0,62%	0,65%	0,65%	0,65%	0,59%
TOTAL	100,00%											

Fonte: Dado bruto: FEE, 2013.

A tabela 12 exemplifica o que foi mencionado por Alonso (2006) e confirmado por Martins (2012). As diferenças de desempenho socioeconômico são efetivamente verificadas em nível municipal (i.e., o dado pode ser mascarado quando observado pela unidade espacial do COREDE). Contudo, isto não remove a instância COREDE como agente de planejamento e desenvolvimento regional. Há vários municípios que se emanciparam nos últimos dez anos, ou menos, então, o histórico de desenvolvimento desses territórios ainda é bastante recente. No Anexo I, são demonstrados todos os dados dos respectivos COREDEs que, no corpo deste trabalho, são apresentados para o

COREDE Sul. No Anexo I, pode-se verificar que mesmo os COREDEs mais pujantes também apresentam municípios com crescimento econômico baixo, ou comparável com outros municípios, pertencentes a COREDEs mal posicionados na hierarquização da tabela 10.

TABELA 12 – Participação por município na formação do PIB do COREDE Sul (1999 – 2010)

Município	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Amaral												
Ferrador	0,35%	0,35%	0,43%	0,42%	0,48%	0,45%	0,40%	0,44%	0,41%	0,40%	0,44%	0,35%
Arroio do Padre	0,00%	0,00%	0,16%	0,16%	0,19%	0,18%	0,21%	0,22%	0,20%	0,19%	0,19%	0,18%
Arroio Grande	2,36%	2,04%	2,25%	2,06%	2,33%	2,49%	2,11%	2,11%	1,98%	2,10%	2,25%	2,11%
Canguçu	3,73%	3,67%	3,92%	3,93%	4,40%	4,23%	4,42%	4,48%	4,37%	3,89%	3,91%	3,59%
Capão do Leão	2,27%	2,41%	2,29%	2,19%	2,17%	2,28%	2,58%	2,72%	2,64%	2,55%	2,28%	2,21%
Cerrito	0,35%	0,34%	0,36%	0,36%	0,37%	0,37%	0,35%	0,38%	0,38%	0,36%	0,37%	0,37%
Chuí	0,86%	0,91%	0,84%	1,01%	0,87%	0,85%	1,17%	0,96%	1,12%	1,13%	1,01%	0,97%
Herval	0,67%	0,66%	0,57%	0,54%	0,50%	0,55%	0,58%	0,53%	0,51%	0,53%	0,50%	0,47%
Jaguarão	2,70%	2,64%	2,48%	2,40%	2,44%	2,40%	2,89%	2,94%	2,76%	2,61%	2,62%	2,57%
Morro Redondo	0,57%	0,65%	0,68%	0,57%	0,54%	0,58%	0,62%	0,57%	0,54%	0,53%	0,48%	0,47%
Pedras Altas	0,00%	0,00%	0,18%	0,26%	0,33%	0,33%	0,34%	0,34%	0,35%	0,35%	0,34%	0,31%
Pedro Osório	0,63%	0,61%	0,60%	0,62%	0,63%	0,63%	0,64%	0,60%	0,55%	0,56%	0,56%	0,55%
Pelotas	37,09%	34,54%	32,67%	32,25%	30,54%	30,61%	32,65%	31,91%	29,91%	28,60%	27,61%	27,46%
Pinheiro Machado	1,50%	1,49%	1,36%	1,38%	1,32%	1,24%	1,32%	1,19%	1,17%	1,27%	1,15%	1,13%
Piratini	1,33%	1,45%	1,48%	1,48%	1,56%	1,54%	1,57%	1,49%	1,50%	1,47%	1,37%	1,29%
Rio Grande	34,94%	37,97%	39,04%	40,16%	40,57%	40,15%	37,44%	38,81%	41,93%	43,35%	45,06%	46,55%
Santa Vitória do Palmar	4,01%	3,66%	3,67%	3,39%	3,82%	4,15%	3,59%	3,18%	2,84%	3,25%	3,17%	3,21%
Santana da Boa Vista	0,56%	0,57%	0,60%	0,59%	0,61%	0,58%	0,60%	0,63%	0,68%	0,64%	0,60%	0,55%
São José do Norte	1,31%	1,37%	1,49%	1,43%	1,49%	1,50%	1,69%	1,72%	1,60%	1,56%	1,53%	1,65%
São Lourenço do Sul	3,80%	3,62%	3,79%	3,72%	3,79%	3,99%	3,99%	4,02%	3,82%	3,88%	3,79%	3,29%
Tavares	0,43%	0,44%	0,45%	0,38%	0,37%	0,38%	0,37%	0,38%	0,36%	0,41%	0,42%	0,44%
Turuçu	0,53%	0,62%	0,70%	0,68%	0,67%	0,52%	0,47%	0,40%	0,36%	0,34%	0,33%	0,29%

Fonte: Dado bruto: FEE, 2013.

Tabelas 13 e 14 mostram o quociente de localização (QL) entre 2000 e 2010. Este indicador foi aplicado para entender-se qual atividade econômica que mais empregava, na época de coleta dos dados. Através do QL, também, identificou-se o cluster/agrupamento de tipos de empresa, porém, o dado que foi usado é referente a emprego. O QL é gerado, a partir de números absolutos referentes, neste caso, ao

número de empregados em cada atividade econômica observada (e.g., indústria, construção civil, comércio, serviço e agropecuária). A seguir é descrita sua fórmula:

$$QLi = (ei/e) / (Ei/E)$$

no qual,

QLi = quociente de localização por atividade econômica na região (e.g., COREDE)

ei = emprego na atividade econômica *i* na região.

e = emprego total na região.

Ei = emprego na atividade econômica *i* em nível Estadual.

E = emprego total em nível Estadual.

O que percebe-se é que, o COREDE Sul empregou 22% a menos na atividade agropecuária em 2010 que 2000. Em geral, 'agropecuária', 'comércio', 'serviço' e 'indústria', nesta ordem, são as atividades que mais empregaram em 2010 nesse COREDE.

Na tabela 14, o dado totalizado referente ao grau de escolaridade superior dos empregados é mostrado, para que se observe a qualidade do capital humano empregado nos diferentes COREDEs. Na tabela 13, não consta essa informação, pois os dados disponíveis do MTE/RAIS foram compilados de maneira incompatível com os dados de 2010 (MTE/RAIS disponibiliza dados agrupados de 1985-2005).

TABELA 13– Quociente de localização de atividades econômicas do COREDE Sul (2000)

Quantidade município	COREDE	Industria	Constcivil	Comércio	Serviço	Agropec
20	Sul	0,58	1,01	1,23	1,07	2,25

Fonte: Dado bruto: RAIS/MTE, 2013.

TABELA 14 – Quociente de localização de atividades econômicas por COREDE (2010)

Quantidade município	COREDE	Empregados com nível superior			Industria	Constcivil	Comercio	Serviço	Agropec	PIB 2010 (R\$1.000.000)
		mestre	doutor							
10	Metropolitano Delta do Jacuí	226475	3333	1371	0,49	1,12	0,91	1,44	0,10	68019,25
14	Vale do Rio dos Sinos	41247	1400	621	1,44	1,03	0,93	0,82	0,05	37718,63
31	Serra	41259	1401	494	1,83	0,72	0,76	0,65	0,58	27683,23
22	Sul	27254	278	105	0,60	1,28	1,21	1,04	1,84	16624,11
23	Vale do Rio Pardo	10704	517	204	1,45	0,82	1,06	0,71	0,92	9964,24
13	Fronteira Oeste	11640	182	30	0,37	0,69	1,47	0,86	5,10	9736,26
21	Produção	14318	276	68	0,87	1,09	1,34	0,91	0,82	8358,93
36	Vale do Taquari	8462	297	52	1,70	0,92	0,85	0,66	0,53	7839,80
19	Central	15954	873	236	0,47	1,22	1,34	1,14	1,10	6545,84
32	Norte	8792	97	35	1,16	1,99	0,99	0,77	0,77	4881,90
25	Missões	6968	310	40	0,56	0,94	1,46	0,99	1,83	4627,89
20	Fronteira Noroeste	6839	216	36	1,12	0,95	1,23	0,82	0,87	4335,74
14	Alto Jacuí	4771	34	10	0,20	0,57	1,42	0,73	3,89	4211,93
17	Centro Sul	4889	39	3	0,92	0,78	1,05	0,93	0,09	4133,93
21	Litoral	6839	140	39	0,42	1,48	1,66	0,99	0,87	4103,08
11	Noroeste Colonial	5478	700	109	0,95	1,04	1,41	0,82	1,01	3887,79
19	Vale do Caí	4031	44	8	1,87	0,60	0,83	0,56	1,12	3790,44
10	Paranhana Encosta da Serra	3657	22	5	2,57	0,31	0,52	0,39	0,11	3556,89
7	Campanha	7439	141	46	0,15	1,50	1,12	0,89	3,81	3354,26
19	Nordeste	3600	13	0	1,23	0,64	1,27	0,77	0,94	2583,57
22	Médio Alto Uruguai	4113	82	10	0,79	1,22	1,26	1,01	0,68	2366,25
20	Rio da Várzea	2972	13	1	0,90	1,29	1,35	0,82	1,23	2365,19
10	Campos de Cima da Serra	2443	7	1	0,29	0,26	0,53	0,37	17,42	2277,40
7	Jacuí Centro	2781	19	1	0,79	0,78	1,26	0,87	2,88	2217,44
7	Hortênsias	2978	22	7	1,33	1,58	0,83	0,93	0,93	2141,04
21	Celeiro	3058	6	3	0,77	0,80	1,33	0,96	1,49	2090,52
9	Vale do Jaguarí	2665	87	18	0,48	1,02	1,35	0,97	3,18	1587,89
16	Alto da Serra do Botucaraí	1863	2	2	0,64	0,96	1,46	1,00	1,11	1479,17

Fonte: Dado bruto: RAIS/MTE, 2012; SIG.

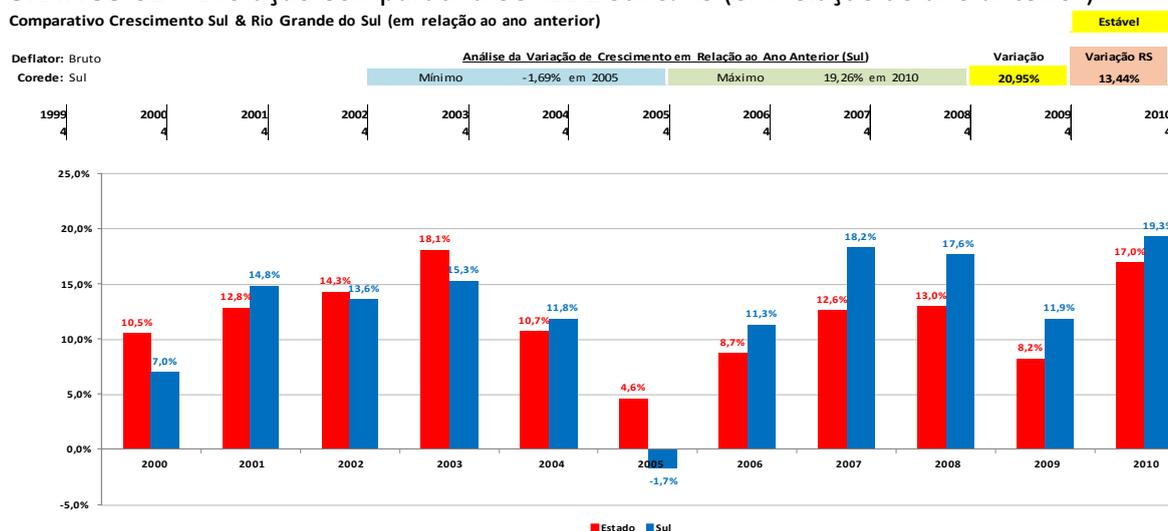
A tabela 14 está organizada em ordem decrescente em relação aos COREDES com maior PIB. Pode-se observar que apesar dos primeiros quatro COREDES possuírem o maior número de empregados com nível superior, a partir da quinta posição, este aspecto começa a não valer mais. Apesar de não ser analisada especificamente renda per capita, o que se busca, com esta observação, é conferir o impacto do capital humano na geração de riqueza dos COREDES.

Gráfico 02 apresenta o crescimento percentual do PIB do COREDE Sul e do Estado com relação aos seus respectivos dados do ano anterior e baseado no dado bruto, sem levar em consideração a inflação dos períodos. Esses dados foram gerados para todos os COREDES e podem ser observados no Anexo I. O objetivo desta análise foi identificar a estabilidade do crescimento econômico dos diferentes COREDES, ao longo dos onze anos de dados. Com os resultados, conclui-se que o desempenho do COREDE Sul teve uma variação de 20,95% (estável) e o do Estado uma variação de 13,44%, no período analisado. Com o conjunto de dados para os vinte e oito COREDES, faz-se uma classificação entre as diferentes variações o que resultou num indicador para cada COREDE como: *muito estável, estável, instável e muito instável*. O COREDE Hortência (variação de 7,88%) e o Alto do Jacuí (variação de 73,27%) foram classificados como muito estável e muito instável respectivamente.

Esse tipo de análise também permitiu identificar crises econômicas pontuais como no ano de 2005 e 2008. No ano de 2005, houve problemas climáticos que provocaram a quebra da safra agrícola de verão que, aliada a forte valorização do Real,

prejudicaram as exportações agropecuárias do Estado (FEE, 2005). Com isso, os COREDEs que tinham no setor agropecuário suas principais fontes de renda, cresceram negativamente naquele ano. Já em 2008, quando ocorreu o início da crise financeira internacional, os COREDEs que tinham na indústria, serviço e comércio suas principais fontes de renda, cresceram menos naquele ano, bem como no ano seguinte.

GRÁFICO 02 – Evolução Comparativa COREDE Sul & RS (em relação ao ano anterior)



Fonte: Dado bruto: FEE, 2013.

Recordando os tópicos mencionados na última seção do capítulo anterior, referente à concepção de desenvolvimento regional, recorre-se ao indicador socioeconômico sintético desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado. O IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) foi construído a partir dos parâmetros mínimos estipulados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organização das Nações Unidas (ONU), o que o torna um indicador compatível ao IDH de qualquer localidade no mundo. O IDESE é calculado estatisticamente através da ponderação de doze parâmetros que são agrupados em três blocos que caracterizam as diferentes situações em: baixo desenvolvimento, índice até 0,499; médio desenvolvimento, índice de 0,500 a 0,799; e alto desenvolvimento, índice igual ou maior que 0,800. Lista-se abaixo os indicadores que compõem o IDESE de cada COREDE.

TABELA 15 – IDESE por COREDE em 2009 e Respectiva posição do PIB em 2010

Coredes	Educação	Renda	Saneamento	Saude	Idese 2009	Rank PIB 2010
Serra	0,894	0,839	0,692	0,845	0,818	3
Metropolitano Delta do Jacuí	0,879	0,841	0,683	0,845	0,812	1
Vale do Rio dos Sinos	0,869	0,886	0,56	0,854	0,792	2
Alto Jacuí	0,88	0,896	0,522	0,869	0,792	13
Campos de Cima da Serra	0,844	0,783	0,645	0,843	0,779	23
Noroeste Colonial	0,916	0,846	0,508	0,84	0,778	16
Produção	0,876	0,843	0,546	0,833	0,774	7
Central	0,864	0,776	0,609	0,842	0,772	9
Fronteira Noroeste	0,905	0,798	0,487	0,881	0,768	12
Campanha	0,872	0,708	0,639	0,85	0,767	19
Missões	0,876	0,777	0,523	0,87	0,762	11
Fronteira Oeste	0,864	0,729	0,591	0,86	0,761	6
Sul	0,854	0,773	0,579	0,837	0,761	4
Norte	0,88	0,779	0,48	0,856	0,749	10
Vale do Taquari	0,879	0,788	0,438	0,872	0,744	8
Vale do Caí	0,872	0,76	0,443	0,888	0,741	17
Nordeste	0,85	0,788	0,483	0,828	0,737	20
Vale do Jaguari	0,877	0,682	0,505	0,881	0,736	27
Hortênsias	0,874	0,751	0,478	0,839	0,736	25
Centro-Sul	0,852	0,697	0,53	0,845	0,731	14
Jacuí-Centro	0,849	0,719	0,528	0,824	0,73	24
Rio da Várzea	0,846	0,771	0,411	0,856	0,721	22
Litoral	0,853	0,711	0,436	0,875	0,719	15
Vale do Rio Pardo	0,845	0,78	0,398	0,836	0,715	5
Celeiro	0,873	0,718	0,359	0,882	0,708	26
Paranhana-Encosta da Serra	0,861	0,683	0,415	0,868	0,707	18
Alto da Serra do Botucaraí	0,838	0,738	0,359	0,844	0,695	28
Médio Alto Uruguai	0,844	0,701	0,337	0,861	0,686	21
Rio Grande do Sul	0,87	0,813	0,569	0,85	0,776	

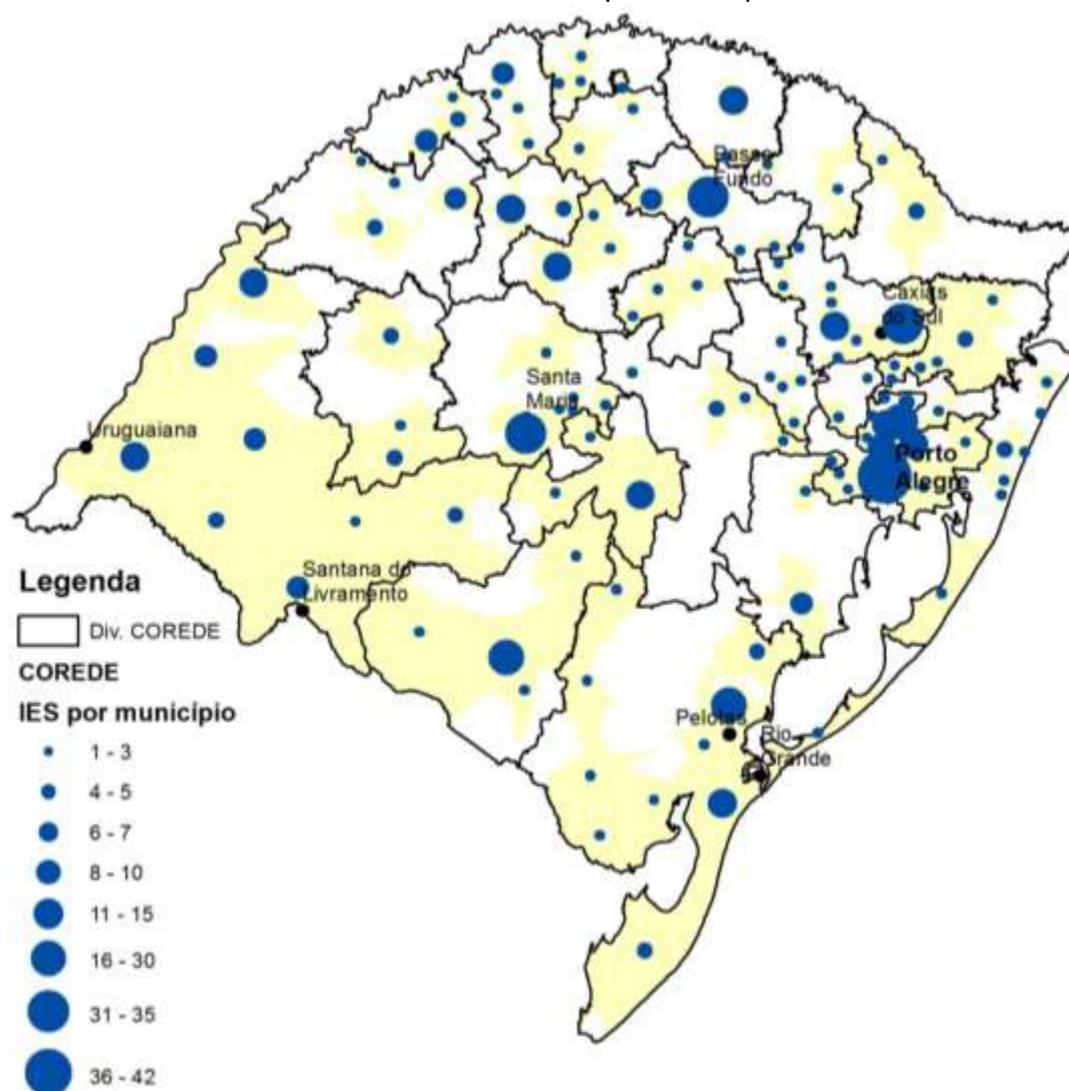
Fonte: Dado bruto: FEE, 2013; SIG.

A tabela 15 contempla duas informações de anos diferentes. Como os parâmetros, que calculam o IDESE, são mais estáveis, que os parâmetros que geram o PIB, pode-se comentar sobre os mesmo. A informação nessa tabela lista os COREDEs em ordem decrescente de valor de IDESE. A última coluna corresponde à posição do PIB em 2010 para o respectivo COREDE. Pode-se constatar que a hierarquização do IDESE em nenhum dos casos coincide com a hierarquização do PIB. Apesar do parâmetro renda ter o maior peso na equação do cálculo do IDESE, os demais fatores alteram o resultado final. Fato que reforça o que foi descrito no capítulo dois, em relação ao conceito de desenvolvimento regional o qual não está somente atrelado ao crescimento econômico da região.

A figura 09 mostra a quantidade de IES por município, nos COREDEs. No Anexo I são listados os nomes e quantidades de IES existentes por municípios e por COREDEs. No COREDE Sul há 43 IESs distribuídas em 81 campi. Há no Estado 487 IESs com 660 campi distribuídos em 125 municípios. Vinte e cinco por cento dos municípios do RS possuem um ou mais centro de ensino superior, ou faculdade ou/e universidade (dado

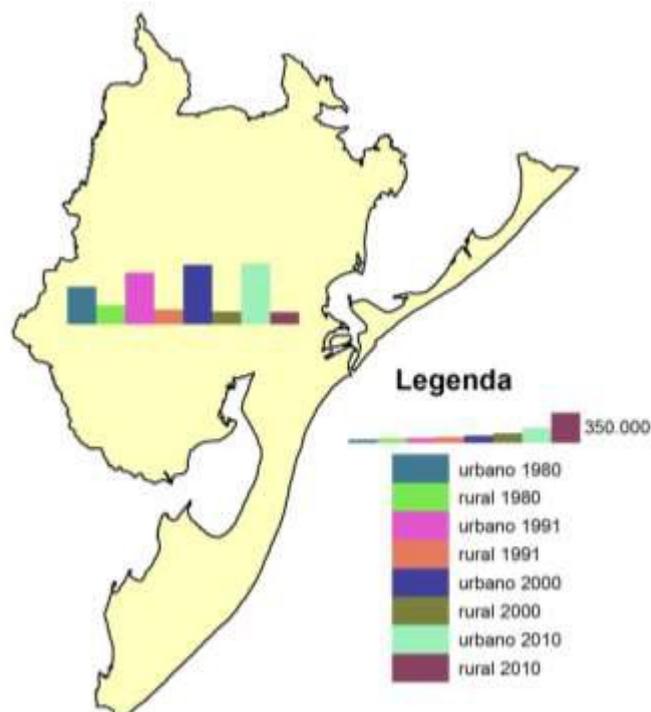
bruto do MEC, 2012). Apesar de haver grande concentração de IESs no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, todos os COREDEs contêm uma ou mais IESs.

FIGURA 09 – Quantitativo de IESs por município e COREDEs



Fonte: Dado bruto: MEC, 2012; SIG.

FIGURA 10 – Migração da população rural e urbana nos últimos 30 anos no COREDE Sul



Fonte: Dado bruto: Censo de 1980, 1991, 2000 e 2010; SIG.

Através do gráfico da figura 10, pode-se inferir que a população no COREDE Sul tem se tornado cada vez mais urbana, nos últimos trinta anos. Sua taxa de urbanização chega a 83,62%, de acordo com os dados do censo de 2010, próximo ao grau de urbanização do Brasil (84,4% em 2010³⁶). Os dados de urbanização dos demais COREDEs variam bastante (o menos urbanizado é o Alto da Serra do Botucarái com uma taxa de 53,64%, e o mais urbanizado é o Vale do Rio dos Sinos com taxa de 97,90%). Novamente, como foi mencionado no capítulo anterior, crescimento econômico pode estar associado com o meio urbano.

Até este momento, mostrou-se uma série de dados quantitativos que foram analisados isoladamente; resta compreender o que, realmente, impacta no aumento do índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE). Entende-se, pela fórmula que gera o IDESE, quais são os parâmetros que mais impactam no resultado final do mesmo. Porém, no caso, testa-se como os dados usados neste capítulo (e.g. PIB, número de IESs e população urbana e rural por COREDE) afetam o resultado final do IDESE. Para isso, foi aplicada uma análise de regressão múltipla, usando o parâmetro IDESE como variável dependente e os demais dados como variáveis independentes.

A seguir a figura 11 mostra os resultados alcançados pela regressão múltipla.

³⁶ http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=capitulo_33_a_urbanizacao_no_brasil

FIGURA 11 – Resumo – Regressão Múltipla – Método Stepwise.

Regression Summary for Dependent Variable: Idese09 (regre_mult2)						
R= ,77334482 R ² = ,59806221 Adjusted R ² = ,52815999						
F(4,23)=8,5557 p<,00022 Std.Error of estimate: ,02323						
N=28	Beta	Std.Err. of Beta	B	Std.Err. of B	t(23)	p-level
Intercept			0,739595	0,009890	74,78415	0,000000
Urb2010	-3,29211	1,221641	-0,000000	0,000000	-2,69483	0,012930
Rur2010	-0,29975	0,140987	-0,000000	0,000000	-2,12608	0,044449
IES	1,04882	0,301388	0,002225	0,000639	3,47996	0,002025
PIB10	3,01231	1,110410	0,000007	0,000003	2,71279	0,012413

Fonte: Programa Statistica 7, 2013.

A análise estatística identifica quais são as variáveis independentes mais significativas, i.e., que influenciam mais fortemente na variável dependente, dentre todas as variáveis. Portanto, as variáveis na figura 11 em vermelho, foram as que demonstraram a maior chance (mais de 95% dos casos) de impactarem (neste caso positivamente) o resultado final do IDESE. Nesta aplicação, todas as variáveis independentes escolhidas afetam o indicador de desenvolvimento socioeconômico.

O resultado atingido vem a corroborar com a teoria do capital humano, no que tange ao papel da IES, como promotora de conhecimento técnico e científico na região. Já a variável população urbana, também vai ao encontro da percepção de vários autores, a qual defende a importância do meio urbano na inovação e no desenvolvimento socioeconômico local e regional. A variável do PIB também impacta, positivamente, o resultado final do IDESE. Contudo, pela ordem de significância, através desta análise e com estas variáveis, a significância da IES é um pouco maior dentre as demais variáveis, como se pode observar, pelo campo ‘p-level’ (figura 11). Já a variável população rural é a de menor significância, dentre elas.

3.5 POR QUE A ESCOLHA DO COREDE SUL?

Primeiramente, a escolha ocorreu pelos fatos históricos relacionados à economia do Estado. Isto é, como foi mostrado através dos dados de Bandeira (2003, 2010) e Alonso (2006), essa região já foi a mais importante na formação do PIB Estadual. Aliado a esse fato, a tradição que a cidade de Pelotas tem com educação é notória, já que ali foi fundada em 1883 a mais antiga escola superior do Estado (Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica). Além deste fato, como será descrito no próximo capítulo, só na cidade de Pelotas, desde o início do século XX, existiram várias outras escolas superiores, bem como escolas técnicas (e.g. duas Faculdades de Medicina, uma

de Odontologia, Conservatório de Música, Escola de Belas Artes, Faculdade de Direito, entre outras). Por esta razão, houve muitas iniciativas no sentido de fomentar a educação daquela região. A UFPEL surge da união de algumas dessas escolas.

Todavia, o desenvolvimento econômico da região vem perdendo seu dinamismo nas últimas sete décadas. Ao mesmo tempo, a UFPEL está crescendo em matrícula, portanto, em orçamento. O que se propõe é identificar o real impacto dessa IES e de seus egressos no mercado local e regional. Para tanto, dedicou-se o próximo capítulo para descrever o estudo de caso sobre a UFPEL.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo buscou-se caracterizar o grande território que contém a região de estudo, para criar uma base comparativa de desempenho do desenvolvimento econômico no contexto Estadual. Apesar de analisar diferentes divisões geográficas do Estado, optou-se pela adoção da divisão dos COREDEs. Esta divisão não é largamente reconhecida pela população e órgãos Estaduais, porém ela existe há mais de vinte anos e está sempre buscando uma melhor inserção na política orçamentária e de planejamento territorial. Optou-se por analisar o COREDE Sul pelas razões mencionadas no item anterior. Além do mais, fica claro que há um ótimo potencial para este COREDE apresentar um desempenho melhor do que ele vem apresentando.

Observa-se, pelos dados quantitativos demonstrados acima, que o COREDE Sul, em relação aos demais COREDEs, apresenta um crescimento do PIB estável. Contudo, exceto pela cidade de Rio Grande, a economia local apresenta números, que demonstram desaquecimento em relação a sua principal atividade econômica (agropecuária). Tanto a cidade de Pelotas como algumas das sedes do COREDE Sul, contam com a presença de IESs. Como discorrido no capítulo dois, educação formal, técnica e/ou profissional são essenciais para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico da região. Resta compreender o porquê da falta de melhores resultados econômicos no COREDE Sul. Nessa região, estão situadas 8,83% das IESs do Estado e há uma alta taxa de urbanização, porém seu IDESE representa uma situação de médio desenvolvimento.

Como se pôde constatar, através da análise estatística e pelas variáveis escolhidas, a presença de IESs mostrou ser o parâmetro mais significativo no resultado final do IDESE. Contudo, há mais fatores que precisam ser esclarecidos, para explicar o médio resultado do IDESE para o COREDE Sul. Objetivando identificar o problema da falta de um maior dinamismo econômico no COREDE Sul, no próximo capítulo

comentar-se-á o papel da Universidade Federal de Pelotas, para apreender a real contribuição desta IES ao desenvolvimento econômico do COREDE Sul.

4. SURGIMENTO DO ENSINO NO BRASIL

Neste capítulo, será descrita e analisada a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O objetivo principal desse capítulo é identificar o impacto da UFPel no desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul. Lembrando aqui, que uma das hipóteses sustentada pela tese, defende que a educação formal é um dos pilares do desenvolvimento socioeconômico regional.

Nesse capítulo, também é necessário construir um cenário histórico sobre como o ensino superior (ES) surgiu em nível nacional e Estadual. Esta contextualização é relevante para que se entenda o legado educacional significativo existente no COREDE Sul. Para tanto, serão descritos os principais acontecimentos que deram origem ao ES que se tem no país atualmente. Como a história da educação superior está estreitamente relacionada ao surgimento da educação menor, ou das *primeiras letras*, a descrição irá contemplar ambos os contextos, para posteriormente focar no ES.

Quando comparado com outros países das Américas, o ensino superior no Brasil começou tardiamente. Diferentemente da coroa espanhola que, no início do século XVI, implantou universidades no estilo medieval (LEITE et al., 1997), em algumas de suas colônias, a coroa portuguesa não apoiou ou permitiu tal iniciativa durante os primeiros séculos de colonização do Brasil.

No contexto historiográfico da educação brasileira, observa-se que há dois períodos distintos: um antes das Reformas Pombalinas (RP) (1549-1759) (BARAGLIO, 2011; BONTEMPI, 2000; VILLALTA, 2002.) e outro após (1759-1889) (CARVALHO, 1972; PERES, 2005), este caracterizado pela introdução das RP e final do Império, no Brasil. O primeiro período é compreendido pela educação conduzida pela igreja, influenciada pela Companhia de Jesus, especificamente pelos Jesuítas. Villalta (2002) descreve que:

até 1759, a Companhia de Jesus foi o principal agente da educação escolar, possuindo vários colégios, voltados para a formação de clérigos e leigos, sendo o colégio da Bahia o mais importante deles. Outras ordens religiosas também se dedicaram à educação escolar na colônia, como as ordens dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas, mas não alcançaram a projeção dos inicianos [Jesuítas]. Apenas os oratorianos, instalados em Olinda e, depois, em Recife, em 1683, tiveram alguma expressão. (VILLALTA, 2002, p. 171.)

Os portugueses começaram a expulsar os Jesuítas de Portugal e de todas as suas colônias a partir de 1750 (VILLALTA, 2002.), com isso realizaram uma reforma no ensino através da introdução das RP. Para Laerte Ramos de Carvalho, as RP eram “simples consequência da expulsão dos jesuítas do reino e dos domínios portugueses” (CARVALHO, 1978, P. 99). Era largamente reconhecido o alcance da obra jesuítica, por

isso a tarefa principal do Gabinete era manter a continuidade do ensino e prevenir o desamparo das populações que até então se beneficiaram dos colégios inicianos (BONTEMPI, 2000.).

Bontempi, ao analisar a pesquisa de Ramos de Carvalho, justifica que, além de dar continuidade a qualidade do ensino, as RP

... manifestavam os intentos [do governo de D. José I], coerentes com sua filosofia política, de recuperação econômica e de formação de quadros. [...] O Colégio dos Nobres deveria cuidar da educação da aristocracia, a fim de prepará-la para melhor servir à pátria, seja na guerra ou na paz. [...] A simplificação dos estudos gramaticais correspondia a um imperativo bastante pragmático: de o governo poder recrutar, entre os estudantes das escolas menores, os candidatos aos postos civis e eclesiásticos de que necessitava a nação. (BONTEMPI, 2000, p. 158 e 159)

Apesar do sentido mais pragmático que foi buscado com as RP, as mudanças não seguiram modelos de ensino de outros povos mais avançados. “O pombalismo foi a expressão de um ideal político e cultural muito mais voltado para o passado do que para o futuro” (BONTEMPI, 2000, p. 159). Bontempi resume sua análise sobre o trabalho de Ramos de Carvalho, descrevendo que:

o pombalismo se caracterizou pelo predomínio dos valores de ação sobre os princípios especulativos, fazendo da realidade portuguesa a matéria-prima sobre a qual o pensamento político deveria modelar o futuro de Portugal. As reformas da instrução pública, que marcaram a introdução da filosofia moderna no programa pedagógico nacional, manifestam o espírito e os interesses do despotismo esclarecido, que orientou as reformas para um amplo programa político de secularização das instituições escolares, ao mesmo tempo nacional e cristão. Tal programa se fundamenta na ideia de que os interesses civis e cristãos demandavam uma ordem em que o poder secular fiasse a unidade civil na harmonia da família cristã. (BONTEMPI, 2000, p. 159)

Com este relato sobre as Reformas Pombalinas, pode-se inferir que a estratégia de implantação da educação menor e maior no Brasil, iniciou-se de maneira retrógrada aos padrões já sendo empregados em territórios mais avançados. Também, pode-se ainda observar que o objetivo da educação era utilitário (FÁVERO, 2000; LEITE et al., 1997), sem claras intenções para o desenvolvimento da ciência, bem como para o ensino desinteressado. Este último, referente à importância do estudo geral básico, incluindo disciplinas como filosofia, ciências e letras, para mais tarde alcançar a especialização.

Segundo De Paula (2008), o ensino no Brasil, inicialmente, foi influenciado pela escola francesa a qual privilegiara o estudo de cunho profissionalizante, com

dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização pelo Poder Central. Já a estratégia de ensino utilizada nos territórios que hoje constituem a Alemanha, era diferente da francesa. A concepção da universidade alemã é baseada na faculdade de filosofia, ciências e letras como órgãos articuladores da pesquisa e ensino, sendo pesquisa e ensino, a função primordial da universidade (De PAULA, 2008). Para essa autora, a Universidade de São Paulo (USP) é a primeira IES no país criada nessa concepção.

Até 1808, o ES era privilégio de poucos pertencentes à elite brasileira da época. Tais pessoas adquiriam educação superior nas universidades da Europa e da Metrópole.

Com a migração da família real para o Brasil, no ano de 1808, inicia-se um novo período no desenvolvimento do território brasileiro. A mudança, por tempo indeterminado, do rei de Portugal para o Brasil ocasiona não só o início da indústria brasileira (FURTADO, 2007), através de concessões dadas pelo rei a pessoas próximas à coroa portuguesa, mas também o surgimento das primeiras escolas superiores no país.

Conforme Fávero (2006), os esforços para a criação de universidades, durante a era colonial e monárquica, foram fracassados, pois havia uma política de controle por parte da Metrópole que impedia qualquer iniciativa de independência cultural. “Mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante” (FÁVERO, 2006, p. 20). Contudo, em 1827, quando são criados os Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda e São Paulo, essas duas instituições de ensino foram pensadas para serem universidades, porém, ambas eram compostas por somente um curso (FAVERO, 2006; PERES, 2005).

Há muitos trabalhos, pesquisas e publicações sobre o tema do surgimento das primeiras escolas e faculdades no Brasil, mas nem todas coincidem nas suas datações. Portanto, mostra-se abaixo no quadro 03 a concordância, ou não, entre diferentes autores, com relação à data de criação das primeiras IES, de acordo com Leite et al. (1997).

QUADRO 03 – Surgimento das primeiras escolas de ES no Brasil, por ano e estado (1808-89).

	Rio de Janeiro	Bahia	Pernambuco	São Paulo	Minas Gerais	R. Grande do Sul
1808	*Academia da Marinha 4, 5 *Cadeira de Anatomia (Hospital Real Militar)	*Escola de Cirurgia (Hospital Real da Bahia)				
1809	*Cadeira de Medicina Teórica e Prática (Hospital Real Militar da Marinha)					
1810	*Academia Real Militar					
1812		*Curso de Agricultura 3, 4, 5				
1813	Academia Médico- Cirúrgica 1					
1815		*Academia Médico- Cirúrgica 1				
1817		*Curso de Química (Industrial, Geologia e Minerologia) 3, 4, 5				
1820	*Academia de Artes 4					
1826	*Academia de Belas Artes 4					
1827			*Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda	*Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo		
1832	*Faculdade de Medicina RJ	*Faculdade de Medicina BA				
1833	*Academia Naval/ Academia Militar					
1839	*Escola Militar				Faculdade de Farmácia 2, 3	
1841	*Escola Nacional de Música 1, 3					
1854			*Faculdade de Direito de Recife	*Faculdade de Direito de SP		
1855	*Escola de Aplicação do Exército 3, 4					
1858	Escola Central - Curso de atemática e Ciências Físicas e Naturais					
1874	*Escola Politécnica do RJ					
1875		Escola Superior de Agronomia (Cruz das Almas)			*Escola de Minas e Metalurgia	
1878	Curso de Odontologia 2, 3					
1883						Escola de Medicina Veterinária e Agric. Prática (Pelotas)
1884	Escola de Farmácia 3					
1888		Escola Politécnica				
1889						

(OBS: A variação de números ao lado dos referentes cursos indica o autor que revela tal informação. A ausência de números ao lado dos cursos significa concordância de todos os autores em relação à informação. O asterisco significa que a informação foi confirmada pelo índice da legislação de Josephina CHAIA. FONTES: 1) TOBIAS, José, História da Educação Brasileira. São Paulo: Ed. Juriscredi, 1972. 2) CAMPOS, Ernesto de Souza. Instituições culturais de Ensino Superior no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1941. 3) CUNHA, Luís Antônio. A Universidade Temporã. 4) AZEVEDO, Fernando de. A Transmissão de Cultura. São Paulo: Melhoramento, 1076. 5) RIBEIRO, Maria Luiza S. História da Educação Brasileira. São Paulo: Moraes, 1984. 6) CHAIA, Josephina. A Educação Brasileira. Índice da Legislação.) (LEITE et al., 1997; p. 43.) (Fonte: LEITE et al. 1997)

A história da educação no Brasil, tanto do ensino inicial como do superior, durante o Império (1822-1889), é caracterizada pela falta de objetividade e organização no que tange cumprimento de propostas de ensino que eram apresentadas ao Poder Central, bem como pela falta de uniformização de um sistema educacional para as diferentes províncias do país. O projeto da constituição de 1824 contava com uma Comissão de Instrução Pública (CIP) da Assembleia Legislativa, destinada a tratar somente da educação no país. Porém, a Constituinte foi dissolvida

por D. Pedro I, o qual prometera uma Constituição ainda mais liberal da que tinha sido proposta (PERES, 2008). Outras legislaturas se seguiram, mas a política de educação foi inconstante e marcada pelo viés da promoção sistemática do ensino superior elitista.

Lendo o trabalho de Tirsia R. Peres (2008), e levando em consideração a afirmação de Fávero (2006) com respeito à falta de interesse por parte de Portugal, faz-se importante relatar um resumo do que foi o período Imperial no Brasil, em relação às políticas públicas de educação. Compreendendo esse período, apreende-se, claramente, como o sistema de educação superior público privilegiou o acesso das elites as melhores universidades federais do país, nas decorrentes décadas; realidade existente até os dias de hoje.

Durante a elaboração da constituição de 1824, a CIP apresentou dois projetos de lei (Tratado de Educação para Mocidade Brasileira e Criação de Universidades). Vale lembrar que, durante este período havia uma forte intenção de reivindicar a educação popular em nome de princípios liberais e democráticos, que fundamentavam o novo regime que governava o país após sua independência (1822). ‘Retomava-se, em verdade, a ideia de José Bonifácio, apresentada às Cortes Portuguesas, em 1821, sobre a inviabilidade de governo constitucional sem a instrução do povo’ (LEMBRANÇAS E APONTAMENTOS... apud PERES, 2008, p.2).

O que restou da proposta da CIP foi o Decreto de 30 de junho de 1821 que permitia “a qualquer cidadão o ensino, e a abertura de escolas de *primeiras letras*, independente de exame ou licença”. Este decreto agilizaria a abertura de escolas privadas, a qual foi vista pelo Império, como importante colaboração já que a falta de recursos públicos não atenderia a total demanda por instrução. Esta medida também buscou “assegurar a liberdade que todo o cidadão tem de fazer o devido uso de seus talentos” (PERES, 2008, p. 3). Apesar de não estar claramente documentado na carta da Constituição, segundo Peres (2008), o entendimento a respeito de a educação ser um direito do cidadão e dever do Estado, também, prevaleceu.

Houve um projeto em discussão sobre a apresentação de propostas elaboradas pelos cidadãos, para a institucionalização da educação nas diferentes províncias, porém, não foi aprovado. A CIP aprova, sem mostrar resultado, a publicação da “Memória de Martim Francisco Ribeiro D’Andrada Machado”, a qual versava sobre o dever do Estado com a educação e a graduação do processo educativo. Essa publicação era baseada nos métodos de Condorcet (1791), teórico da pedagogia revolucionária francesa; similar proposta já tinha sido apresentada à administração joanina quando da reforma dos estudos da Capitania de São Paulo. Contudo, tal aprovação também não é levada a cabo e a ideia de um sistema nacional de educação,

proposto pela CIP, não teve êxito. A partir daí, o ensino inicial e superior foram tratados paralelamente e, como se verá, sem conexão no que diz respeito à escola pública preparar os cidadãos ao ingresso no ensino superior do país.

O que foi adotado, na Constituição de 1823, foi uma organização sistemática de educação também aos moldes da Constituição Francesa de 1791, que promovia a difusão da instrução pública de todos os níveis como consta no Art. 250: “Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais” (PERES, 2008, p. 3).

Todavia, a situação da educação popular, fora da Corte, pouco se alterou entre 1823 a 1826. Na legislatura de 1826-1829, foram relatados problemas como falta de recursos e precariedade do ensino nas diversas províncias do Império. Em 1826, a CIP, novamente, apresenta um plano integral de ensino público o qual era baseado no método lancasteriano, caracterizado pelo conceito do ensino mútuo³⁷. Essa proposta, que contemplava a criação de quatro graus (pedagogia, liceu, ginásio e academia) não teve sucesso e logo foi rechaçada pela Corte; contudo, o ensino mútuo foi praticado por algum tempo.

Apesar da ineficiência do sistema público educacional, a proposta de educação pública gratuita era vista como uma ‘ousadia liberal’ pelos estrangeiros. Cumprindo essa ‘ousadia’, os legisladores, em 1827, apresentaram um projeto de lei desenvolvido a partir de propostas já apresentadas, o qual determinava que: “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos deveriam existir, desde que necessárias, escolas de primeiras letras; além das escolas para meninos, deveriam existir também escolas para meninas; os professores fossem vitalícios, ingressando no magistério por concurso público” (PERES, 2008, p. 5).

As escolas de *primeiras letras* contemplavam o seguinte currículo programático:

escrever, ler e contar (quatro operações, decimais, e proporções), geometria prática, gramática da língua nacional, moral e doutrina da religião católica. Como livros de leitura teriam preferência a Constituição do Império e a História do Brasil. Nas escolas para meninas, haveria uma variante curricular: quanto à aritmética nada mais que as quatro operações; nenhuma geometria e, em vez disso, as prendas que servem à economia doméstica. O método deveria ser o do ensino mútuo.

³⁷ Alunos mais avançados praticariam seus conhecimentos ao auxiliarem os professores no ensinamento dos demais alunos; tal método foi aplicado em diversos países, incluindo Inglaterra, França e E.U.A.

Também é de 1827 a lei de 11 de agosto, que cria os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, que seriam abertos no ano seguinte, no Convento São Francisco e no Mosteiro de São Bento, respectivamente. A criação desses dois cursos superiores é resultado dos esforços de trabalho da CIP, iniciados em 1823.

Cabe salientar que, durante o Brasil colônia e Império, o município da Corte e os territórios próximos dela foram as áreas mais beneficiadas pelas políticas de educação. Isto é, políticas nesses lugares eram implementadas, experimentadas e alteradas, caso fosse necessário. Nas demais províncias, eram constantes as reclamações apresentadas pelos Conselhos Provinciais, os quais eram subordinados ao Poder Central. Os Conselhos não tinham poder decisório, só podiam fazer projetos de leis para serem analisados e aprovados pela Assembleia Geral.

Devido à inconsistência da qualidade de ensino, de infraestrutura (predial e material de ensino) e de zelo por parte do Poder Central, em relação à implementação do ensino primário nas províncias, em 1834 um novo Ato Adicional é aprovado. Tal Ato é considerado a política educacional mais duradoura da história da educação do Brasil. Os Conselhos Provinciais passam a legislar sob a aprovação do Presidente da Província. Contudo, o ensino superior permaneceu como responsabilidade do Governo Central.

Em suma, esta nova situação gerou mais ônus ao orçamento das províncias e, as iniciativas locais sofriam descontinuidade, pois com o término do mandato do Presidente da Província, programas de educação eram mudados. Com a falta da profissionalização do magistério, a qualidade do ensino público em muitas províncias deixava a desejar. Simultaneamente, as escolas privadas encontram campo fértil para florescerem.

O ensino secundário, inicialmente, era praticado por todo o Império, através de aulas avulsas (de latim, retórica, filosofia, geometria, francês, e comércio) e sem continuidade com a educação primária. Com o Ato de 1834, o secundário começa a se organizar com a reunião das disciplinas avulsas, primeiramente, nas escolas de tradição jesuítica, ou religiosas. A escola secundária pública existia nas capitais das províncias, porém, o secundário particular teve maior alcance. O secundário teve um papel indispensável na preparação dos alunos que almejavam ingressar no ensino superior, pois ele preparava os mesmos para os *exames de preparatórios*.

Depois do Ato Adicional de 1834, houve alterações de leis referentes à uniformização da educação primária e secundária em todas as províncias, bem como a criação de Escolas Normais, que objetivaram a preparação de profissionais certificados a exercer o magistério. Em 1854, através de um regulamento, o ensino primário se

tornou obrigatório no município da Corte, com matrícula entre cinco e quinze anos, porém vedada aos escravos (PERES, 2008). O secundário se caracteriza por dois vieses: um profissionalizante e outro preparatório para o ingresso no ensino superior. Até o final do Império, novas propostas foram apresentadas com o intuito de melhorar a qualidade dos ensinos primário e secundário, bem como dos cursos superiores avulsos que foram se tornando em faculdades e institutos.

No contexto das reformas do sistema de ensino, cabe mencionar que, entre 1882 e 1883, Rui Barbosa apresentou dois pareceres a serem considerados para melhorar a qualidade da educação no país. Um parecer incluía sugestões de mudanças na reforma do ensino secundário e superior e outro a respeito do ensino primário. Segundo Peres (2008), esses pareceres podem ser entendidos como uma reforma global da educação brasileira. O trabalho de Rui Barbosa se fundamentou através de uma profunda análise sobre as deficiências do ensino no país e do estudo da história das práticas e teorias educacionais das nações mais adiantadas; bem como nas contribuições de importantes educadores da época. Peres afirma que Rui Barbosa percebia a reforma social através da reforma educacional.

Foi no final do Império, que surge a primeira escola de nível superior no Estado do Rio Grande do Sul. A Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática foi fundada em 1883, na cidade de Pelotas, região Sul (COREDE Sul). Esse tipo de Escola fazia parte de uma iniciativa nacional de promover o conhecimento das melhores práticas relacionadas com a agricultura e manejo dos animais. Escolas similares foram fundadas em outras províncias (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Sergipe) do país. Porém, de acordo com Peres (2008), essas instituições não sobreviveram por “falta de recursos, de alunos e por deficiências de organização”, assim como indiferença por parte do Poder Central. Segundo Leite et al. (1997), a Escola fundada em Pelotas foi fechada pelo Poder Central, mesmo antes do seu funcionamento. Todavia, a elite política e intelectual pelotense se organizou e a municipalidade abarcou os custos e manutenção dessa Escola, que passou a funcionar como Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios, em 1887. Essa instituição de ensino superior, juntamente com outras fundadas no início do século XX, deu origem à criação da UFPel. Retorna-se a este tema no próximo item.

Após a proclamação da República (1889), com a Constituição de 1891³⁸ o ensino superior continuou sendo atribuição do Poder Central, porém, não

³⁸ Resumidamente, os pontos mais importantes estipulados pela Constituição de 1891, referentes à liberdade de ensino, foram os seguintes: autonomia didática e financeira, organização independente de currículos, frequência livre e livre docência (LEITE et al. 1997, p. 54).

exclusivamente. Durante a Velha República (1889 -1930), a política educacional no país como um todo foi fortemente influenciada pela filosofia positivista, a qual promoveu a institucionalização do ensino superior livre (privado).

A influência positivista se manifestava através dos conceitos chave como: *ordem, progresso, trabalho e moral*. Para Leite et al. (1997), a educação é a forma mais importante de propagar esses conceitos e definir os “papeis” na sociedade. A filosofia comteana³⁹ defendia que:

Nenhuma ordem real pode estabelecer-se, sobretudo durar, se ela não é plenamente compatível com o progresso; nenhum grande progresso poderá realizar-se efetivamente, se não tender finalmente para uma evidente consolidação da ordem. (COMTE, 1983, p. 5 e 6, apud. LEITE et al., 1997, p. 52)

Fávero (2006) percebe nesta ‘desoficialização’ da educação superior, um meio catalisador para o surgimento das universidades no Brasil. Essa autora defende sua opinião pelo fato do surgimento de três universidades livres, entre os anos de 1909 a 1912 (e.g., Universidade de Manaus (1909); São Paulo (1911) e no Paraná (1912)). Contudo, essas instituições não vigoraram e, a primeira universidade do país foi, de fato, criada somente em 1920.

Sem um planejamento específico e missão própria de uma instituição de ensino superior, a Universidade do Rio de Janeiro foi criada pela justaposição das Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, e das Faculdades Livres de Direito. A criação da Universidade do Rio de Janeiro da maneira que foi feita, incitou, na época, a discussão sobre o que deveria ser a Universidade para o país. Esses debates foram levados a cabo, principalmente, pelas instituições já existentes no país como a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Pode-se compreender que o núcleo da discussão girava entorno de duas posições: uma que apoiava as funções básicas da Universidade, de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais; e a outra defendia a prioridade à formação profissional. Entre outras propostas, a visão geral compartilhada pela ABE e outros estudiosos da época, era que “a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova” (FÁVERO, 2006, p. 23); e a pesquisa como núcleo da instituição universitária.

A descrição histórica da educação no Brasil objetivou mostrar que, o ensino primário público, por falta de investimento consistente ao longo dos anos, não

³⁹ Augusto Comte (1798-1857) filósofo francês mentor do Positivismo.

conseguiu manter sua qualidade, já a educação privada floresceu. Ao mesmo tempo, o ensino superior, desde o início da sua história até o final do Império, era, por lei, público e comandado pelo Poder Central. Para ingressar no ensino superior, fazia-se necessário a admissão via exame de preparatório. A educação privada secundária era a que melhor preparava seus alunos para tal exame. Portanto, na maioria dos casos, só quem conseguia ingressar no ensino superior era a população que podia pagar a escola privada.

Esta realidade sociocultural gerou um legado educacional extremamente desigual, privilegiando a formação superior da elite e, na melhor das hipóteses, a formação profissionalizante das camadas sociais menos favorecidas. Até os dias de hoje, o ensino fundamental e médio públicos, com raras exceções, não oferecem condições educacionais suficientes para o cidadão ingressar em universidades federais (gratuitas), as quais, via de regra, são as melhores instituições de ensino superior do país. Vale salientar que este fato ainda impera; mas poderá mudar de acordo com as novas políticas públicas de inclusão social.

Como descrito no começo deste capítulo, uma das hipóteses da tese defende o papel da IES como sendo um dos pilares para o desenvolvimento socioeconômico de uma região. Compreendendo o que ocorreu no Brasil, fica claro que o sistema de ensino favoreceu o ingresso das elites nas instituições de ensino superior.

4.1 SURGIMENTO DA UFPEL

A Universidade Federal de Pelotas foi fundada em 1969, porém as faculdades que a constituíram possuem um histórico mais antigo. O contexto socioeconômico da cidade de Pelotas, que deu origem à fundação da UFPEl, foi diferenciado das demais regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Havia nesta cidade, desde o final do século XIX e primeiras duas décadas do século XX, alguns centros de prática, experimentação e pesquisa nas áreas de agricultura e veterinária, bem como cursos de Direito, Odontologia e Farmácia; dentre outras referências de disseminação da cultura, artes e ofícios. Também existiam na cidade a cultura e tradição do associativismo, relacionado às atividades de maior desempenho na Região Sul, e.g. agricultura e pecuária. Uma elite crítica e consciente da importância da educação surge de um ambiente rudimentar, sustentado pela economia escravocrata das charqueadas, que se iniciou por volta de 1760 (LEITE et al. 1997), nos arredores da cidade de Pelotas.

Como já mencionado, a primeira iniciativa de formação de uma escola superior na região do COREDE Sul ocorreu em 1883, na cidade de Pelotas. Segundo Leite et al. (1997), a elite da sociedade pelotense via na criação de escolas superiores a solução

para o desenvolvimento da região que, em meados do século XIX, já sofria os reveses das atividades charqueadoras.

A bonança da atividade saladeiril entra em declínio no Estado por alguns motivos relacionados à competitividade desse produto com o similar vindo da Argentina; bem como pela falta de poder de acúmulo de capital, por parte dos charqueadores, os quais recebiam dos atravessadores o mínimo de valor por seus produtos. A indústria das charqueadas no Estado foi baseada na mão de obra escrava. Esta característica a conferiu ineficiência por falta de especialização e despesas a mais, pois havia o compromisso de manter os escravos. Já a indústria saladeiril argentina era desenvolvida por mão de obra assalariada, o produto era de melhor qualidade e sua produção era mais eficiente, pois usava técnicas mais avançadas (MULLER, 1998).

Mesmo sem competitividade, as charqueadas do Estado geraram riqueza às famílias latifundiárias da região da Campanha (Sul e Sudoeste) do Rio Grande do Sul e à elite da cidade de Pelotas. Por estar bem situada em relação à Laguna dos Patos e à cidade portuária de Rio Grande, Pelotas, em meados do século XIX, era considerada a cidade representante da zona de criação de gado e das charqueadas do Estado. Na primeira metade do século XIX, o comércio dessa cidade viveu um rápido desenvolvimento, chegando a ser mais pujante que o de Porto Alegre. Vale lembrar que, Pelotas também fica mais próximo das cidades de Montevidéu, Uruguai e Buenos Aires, Argentina, que Porto Alegre dessas duas últimas. Outra influência que aferiu mais cultura e sofisticação à elite de Pelotas.

Apesar da decadência da produção saladeiril, os anos de prosperidade trouxeram educação e cultura à cidade de Pelotas, e a outras sedes municipais da Região Sul. Portanto, mesmo com a diminuição das atividades das charqueadas, sobra uma elite urbana que busca na educação superior alternativa para a reestruturação das atividades econômicas da cidade de Pelotas e sua região de entorno. Como já descrito, foi a municipalidade que assume o sustento financeiro da Escola de Agronomia. Por volta de 1848, também, foi a Prefeitura de Pelotas, com apoio do setor privado que, buscando desenvolver sua produção agrícola, promove a imigração de estrangeiros europeus para Região. A estes novos imigrantes foram vendidas terras legais e devolutas, ou apossadas pelos intermediários, por preços acima do mercado local. A esses novos colonos (alemães, italianos, franceses e outros) são atribuídos não só o início das atividades relacionadas à indústria de conservas de frutas, mas também outras atividades econômicas ligadas ao artesanato, entre outros ofícios.

No quadro 04 são listados, cronologicamente, as instituições, organizações e fatos que ocorreram antes da fundação da UFPel. Essa lista objetiva ilustrar a

quantidade e pertinência das instituições relacionadas ao ensino superior, bem como o grau de associativismo que existia na cidade de Pelotas.

QUADRO 04 – Datas e Fatos

1887	Lyceu de Agronomia, Artes e Ofício (originário da Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática de 1883; que mais tarde ficou conhecida como Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel);
1890	Estancieiros e charqueadores organizam-se em associações e posteriormente em sindicatos;
1897	Fundada a Sociedade Agrícola Pastoril do RS, em Pelotas;
1906	Fundado o Banco Pelotense;
1908	1º Congresso Agrícola do Estado, em Pelotas;
1909	Fundada a Federação das Associações Rurais do RS, em Pelotas;
1910	1º Congresso da Federação das Associações Rurais do RS, em Pelotas;
1911	Fundação do Curso de Odontologia e Farmácia (apoiado pela Maçonaria);
1912	Fundação do Curso de Direito (apoiado pela Maçonaria) - Mantiveram-se com seus próprios recursos, através da matrícula, até 1949; mais tarde foram incorporados a URGs (esta última foi federalizada em 1950, passando a ser UFRGS);
1917	Aberto o Frigorífico Riograndense, em Pelotas;
1918	Fundado o Conservatório de Música;
1921	O Frigorífico Riograndense é vendido ao capital estrangeiro;
1923	Fundado o Patronato Agrícola (instituição de ensino de 1º e 2º grau; atualmente o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça);
1931	Liquidado o Banco Pelotense (encampado pelo Estado e absorvido pela criação do Banco de Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul);
1934	Patronato Agrícola é renomeado Aprendizado Agrícola;
1937	O Conservatório de Música é municipalizado;
1944	Criado o Instituto Agrônomo do Sul, em Pelotas;
1945	Escola de Agronomia Eliseu Maciel foi federalizada e incorporada pelo Instituto Agrônomo do Sul;
1947	O Aprendizado Agrícola é renomeado Escola Agrícola (ainda subordinada ao Ministério da Agricultura);
1949	Criada a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões. Cursos de Direito e Odontologia foram incorporados à URGs;
1958	Fundação do Instituto de Sociologia e Política (ISP);
1959	Medicina, vinculada ao Bispado. Inauguração do prédio da Escola de Agronomia Eliseu Maciel pelo presidente Juscelino Kubitschek;
1960	Criação a Universidade Rural do Sul, tendo como núcleo a Escola de Agronomia Eliseu Maciel;
1969	Criação da Universidade Federal de Pelotas e da Fundação Universidade de Rio Grande.

Fonte: dado bruto LEITE et al. (1997)

Sobre as instituições de ensino e treinamento listadas acima, cabe esclarecer que, a grande maioria dessas era paga. Por esta razão, somente parte da sociedade tinha possibilidade de frequentá-las. Em alguns casos, havia uma pequena oferta de matrículas gratuitas para o pessoal carente, mas essas ofertas ocorriam mais comumente nas escolas técnicas.

Com relação ao corpo docente, também, esse era formado, majoritariamente, pela elite regional que havia adquirido educação localmente, ou em outras escolas nacionais ou internacionais. A carreira acadêmica era vista com bons olhos pela elite

local já que a geração de renda provida pelas atividades do campo não conseguiam sustentar toda a elite da sociedade local (LEITE et al. 1997). Esta realidade serviu para aprofundar a distância entre as classes sociais da Região Sul, como um todo. Portanto, mesmo que houvesse interesse pela institucionalização da educação, cultura e associativismo, essa estrutura organizacional não foi largamente difundida entre as classes sociais. O resultado a médio e longo prazo foi o acúmulo de capital nas mãos de poucas famílias, bem como a geração de uma elite intelectualmente culta e sofisticada, que não foi capaz ou não teve interesse de mudar o rumo do desenvolvimento socioeconômico da Região Sul. A UFPel surge desse contexto rico em instituições acadêmicas e comunitárias, mas em um ambiente socialmente pouco inclusivo.

A criação da UFPel acontece de uma reestruturação da UFRGS e de um plano de ampliação da Universidade Rural do Sul (URS). Esta foi criada em 1960, tendo como núcleo a Escola de Agronomia Eliseu Maciel. A URS também contava com os cursos de Ciências Domésticas (1961) e de Veterinária (1968). Porém, a URS não tinha Reitoria própria, quem desempenhava esta função eram os diretores da Agronomia. Em 1967, a URS é transferida ao Ministério da Educação, transformando-se em Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS) no ano seguinte.

Com essas transformações, havia um plano de criação de outros institutos que fariam parte da UFRRS. A UFPel surgiu, em 1969, de uma proposta nacional maior a qual objetivou levar a educação superior para o interior do país. Com esse intuito, a UFPel engloba a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul e seu planejamento de expansão. No mesmo ano também foi criada a Fundação Universidade de Rio Grande. Segundo Leite et al. (1997), a decisão de criar duas universidades tão próximas geograficamente foi política.

Especificamente, as instituições que, primeiramente, formaram a UFPel são as seguintes: Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Veterinária, Escola Agrotécnica Visconde da Graça, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Direito (pertencentes a UFRGS), Instituto de Sociologia e Política, Conservatório de Música e a Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões e, posteriormente, a Faculdade de Medicina (leiga).

Vale esclarecer que, a Faculdade de Ciências Domésticas, que já não existe mais, teve papel importante na formação profissional das pessoas que por ela passaram.

... a Faculdade de Ciências Domésticas deu origem a outras unidades, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo. Foi responsável também pela criação do Serviço de

Informação ao Consumidor (Siocon), que atuou durante 18 anos em Pelotas, na educação e defesa do consumidor. O objeto de estudo da Faculdade de Ciências Domésticas sempre foi a família, principalmente a de baixa renda. Formava profissionais bacharéis e licenciados para ensino de 1º e 2º graus.⁴⁰

Lendo diferentes documentos de diferentes anos, pode se observar que a missão da UFPel muda sutilmente de tempos em tempos. Esta observação pode passar despercebida pela própria IES, mas, parece peculiar já que não contém uma mensagem persuasiva e duradoura. Em documentos de 2004 a 2008, a missão era a seguinte:

...como princípios basilares a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional em nível superior e técnico, buscando o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter sua natureza orgânica, social e comunitária, visando à integração com o distrito geoeducacional que integra e contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência, segundo os princípios de liberdade, justiça e respeito aos direitos e demais valores humanos. (UFPel, 2008)

A missão de então era clara quanto à preocupação de desenvolver o local e região, ao mesmo tempo, que conservava seu “espírito científico” global. Isto é, a consciência da formação acadêmica do capital humano, com aptidão a desenvolver seus conhecimentos adquiridos localmente em qualquer outro lugar, ou região. Atualmente, no portal da UFPel, pode se encontrar a seguinte missão e visão⁴¹:

Promover a formação integral e permanente do profissional, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade.

A UFPel será reconhecida como universidade de referência pelo comprometimento com a formação inovadora e empreendedora capaz de prestar para a sociedade serviços de qualidade, com dinamismo e criatividade.

A missão e visão atual podem ser interpretadas, segundo palavras de Goddard (2008), em ideia de formação de nação; nesse caso formação de sociedade – qualquer. São idealizações globais que não transparecem o comprometimento com o local e região. A missão de uma IES, situada em uma cidade regional com identidade própria, como é o caso da UFPel, na cidade de Pelotas, para Goddard precisa trazer consigo a mensagem do engajamento com o desenvolvimento local e regional. Por mais que o trabalho dessa IES esteja bastante atrelado à Região.

⁴⁰ <http://www.UFPel.edu.br/portal/institucional-%C2%B7-UFPel-44-anos/> (acessado 21/09/2013).

⁴¹ <http://www.ufpel.edu.br/portal/missao-visao/> (acessado em 23/10/2013).

Aos 44 anos de existência, a UFPel em números⁴² de recursos humanos conta, atualmente, com:

Discentes de Graduação Vinculados – Presencial: 15.751
Discentes de Graduação Matriculados – Presencial: 12.511
Discentes de Graduação Vinculados – EaD: 5.620
Discentes de Graduação Matriculados – EaD: 1.276
Discentes de Mestrado: 1.224
Discentes de Doutorado: 698
Servidores Técnico-Administrativos: 1.234
Docentes Permanentes 20h: 16
Docentes Permanentes 40h: 1.161
Docentes Substitutos: 8
Docentes Temporários: 163
Cursos de Graduação: 68 bacharelados; 25 licenciaturas e 5 licenciaturas à distância ; 16 tecnólogos;
Cursos de Pós-Graduação: 17 doutorados e mestrados; 40 mestrados; 3 mestrados profissionais; 30 especializações; e 9 residências médicas.
Projetos de Pesquisa: 1.349.
Projetos de Extensão: 674.

UNIDADES ACADÊMICAS⁴³

1. Centro de Artes (Ca)
2. Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (Ccqfa)
3. Centro de Desenvolvimento Tecnológico (Cdtec)
4. Centro de Educação Aberta e a Distância (Cead)
5. Centro de Engenharias (Ceng)
6. Centro de Integração do Mercosul (Cim)
7. Centro de Letras e Comunicação (Clc)
8. Conservatório de Música
9. Escola Superior de Educação Física (Esef)
10. Faculdade de Administração e Turismo (Fat)
11. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (Faem)
12. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Faurb)
13. Faculdade de Direito
14. Faculdade de Educação (Fae)
15. Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (Feo)
16. Faculdade de Medicina (Fm)
17. Faculdade de Meteorologia (Fmet)
18. Faculdade de Nutrição (Fn)
19. Faculdade de Odontologia (Fo)
20. Faculdade de Veterinária (Fvet)

⁴² <http://www.UFPel.edu.br/portal/institucional-%C2%B7-UFPel-44-anos/> (acessado 21/09/2013); <http://wp.ufpel.edu.br/acessoainformacao/institucional/> (acessado em 23/10/2013).

⁴³ Os cursos que compõem estas unidades acadêmicas são listados no Anexo II.

21. Instituto de Biologia (Ib)
22. Instituto de Ciências Humanas (Ich)
23. Instituto de Física e Matemática (Ifm)
24. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (Ifisp)

4.1.1 Projetos de Pesquisa e Extensão da UFPel

A UFPel desenvolve milhares de projetos de pesquisa e centenas de extensão e os números foram mostrados acima. Todavia, como as atividades relacionadas à agropecuária são as que geram maiores divisas para o COREDE Sul; optou-se por descrever os projetos desenvolvidos pelo PPGCTA⁴⁴, ligado à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Segundo documentação do PPGCTA, o objetivo desse programa é fortalecer a matriz econômica da região e/ou do País. Para tanto, o grande enfoque dessa pós-graduação é levar eficiência e inovação aos setores da agroindustrialização de grãos, frutos, carnes e leite através da otimização de processos, implantação de sistemas de produção de alimentos seguros e com diferencial qualitativo, incluindo certificações.

Nos últimos 15 anos, o Laboratório de Pós-Colheita, Industrialização e Qualidade de Grãos (Labgrãos) produziu mais de 60% dos trabalhos de pesquisa em secagem, armazenamento, controle de qualidade e industrialização de grãos de arroz, apresentados em congressos no sul do País. Os trabalhos científicos produzidos pela UFPel servem como padrões para recomendações técnicas oficiais, para a pesquisa de arroz nos estados do RS e SC, bem como a grande parte do que é normatizado para outros grãos; gerando avanços consideráveis para o desenvolvimento da Região e do Estado (Região Sul, incluindo o COREDE Sul, é o território que mais produz arroz⁴⁵ no Brasil).

Outras inovações produzidas por esse laboratório incluem: métodos de avaliação das características de cozimento, bem como de propriedades sensoriais do arroz. Esses métodos são adotados no fito-melhoramento do arroz, pela agroindústria e pelos institutos de pesquisa como a EMBRAPA, EPAGRI-SC, IRGA⁴⁶ e empresas do setor privado. O Labgrãos também desenvolveu o protocolo operacional de monitoramento da secagem de grãos. Através desse protocolo foi desenvolvida a tecnologia usada pela maioria dos produtores e agroindústria de arroz irrigado do RS, SC e GO e TO; produzindo um incremento de rendimento de até seis pontos percentuais em grãos inteiros.

⁴⁴ Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

⁴⁵ <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/arroz> (acessado 24/10/2013)

⁴⁶ Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA); Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI-SC), Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA).

O Labgrãos criou metodologia de avaliação tecnológica de farinhas mistas de arroz, trigo e soja para espessantes de sopa e para produtos de panificadoras. Esse tipo de produção agregou valor e melhorou o aproveitamento dos grãos quebrados, consequentes do processo de industrialização. O desenvolvimento de tecnologias de armazenamento e conservação de grãos para pequenos e médios proprietários também foram geradas por esse laboratório da PPGCTA.

Com relação à transferência de tecnologia e capacitação do capital humano da Região, Estado e País, a equipe do Labgrãos ministra cursos para vários agentes público e privado. Esses cursos compreendem desde qualificação profissional, atualização tecnológica, treinamentos de produtores, operadores de agroindústrias e profissionais da área técnica. O laboratório mantém projetos em convênio com a EMBRAPA, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do RS, o IRGA, os Sindicatos Estaduais de Indústria de Arroz, a ABIAP⁴⁷, a EMATER-RS⁴⁸ e a UFRGS.

O Labgrãos está, entre os três laboratórios do País, credenciado a ministrar o Curso de Formação de Auditores Técnicos do Sistema Nacional de Armazenagem, bem como os Cursos de Atualização Tecnológica em Armazenagem de Grãos. Esses cursos são para engenheiros agrônomos e agrícolas e responsáveis técnicos por unidades armazenadoras de grãos no Estado, e correspondem a série de atualização profissional promovida pelo CREA-RS, CONAB-RS⁴⁹ e pela Associação de Engenheiros Agrônomos do RS, desde 2000. Outros cursos ministrados pelo Labgrãos incluem: o de Formação e de Atualização Tecnológica de Técnicos e Analistas; treinamento para analistas de laboratório das indústrias de arroz dos municípios de Camaquã, Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Cristal, Capão do Leão, Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Arroio Grande e Pedro Osório.

Há dez anos, a UFPel mantém convênio com o COREDE Sul e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do RS, através do Programa Estrutural de Agroenergia do Rio Grande do Sul e do Programa Pólo de Modernização Tecnológica em Alimentos da Região Sul. Além das inovações mencionadas a respeito do controle de qualidade de diversos grãos, o PPGCTA já ministrou mais de quarenta cursos em todas as regiões orizícolas do RS e SC.

O PPGCTA, juntamente com a ABRAPÓA⁵⁰, foi o idealizador e realizador dos Simpósios Sul-Brasileiros de Qualidade de Arroz.

⁴⁷ Associação Brasileira de Indústria de arroz Parboilizado (ABIAP).

⁴⁸ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴⁹ Companhia Nacional de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁰ Associação Brasileira de Pós-Colheita.

Com relação à vitivinicultura e enoturismo, a UFPel, através do PPGCTA, apóia alternativas da agricultura familiar, viabilizando a sustentabilidade desse grupo na Região Sul. A UFPel, juntamente com a EMBRAPA Clima Temperado, EMATER-RS, Associação de Produtores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativas de Crédito, apóia os produtores familiares na produção de uva para mesa e para processamento na forma de vinhos de mesa e de sucos, de forma a promover a diversidade produtiva dessas propriedades, com isso agregando valor a suas produções rurais. Esse trabalho é feito no contexto dos municípios que compõem o Território da Cidadania Zona Sul do Estado⁵¹, objetivando a melhoria da matéria prima e dos produtos desenvolvidos pelo cultivo das uvas comuns. A iniciativa é implementada em etapas de viabilização da agroindústria e aspectos de gestão econômico-financeira, sanitária, ambiental, organizacional e da valorização do enoturismo.

O PPGCTA também faz trabalho de cooperação e parcerias científicas em pesquisas relacionadas à biologia, biotecnologia, fitopatologia, agropecuária e outros temas afins com universidades, centros e instituições de pesquisa do Estado, nacionais e internacionais. São muitas frentes de pesquisa, que em certos casos, já geraram trabalhos de mestrado e doutorado. Segue lista de todas IES, centros e institutos que a UFPel mantém acordos de cooperação científica em nível Estadual e nacional: UFRGS; UFSM; FURG; EMATER (extensão rural); SEBRAE (APLs e Programa Alimentos Seguros e Certificação de Unidades de Armazenadora - MAPA⁵² e CONAB); OCERGS; Sindiarroz-RS; Cipel e Senai; USP; UNIFESP; UNESP; UFV; Universidade de Viçosa; URCAMP; Petrobras; EMBRAPA Caprinos-Ceará; Universidade de Ponta Grossa-PR; Ministério da Agricultura; Fundação Ezequiel Dias de Minas Gerais; EPAGRI-SC; Sindiarroz-SC; Sindicato-TO; Saggoias-GO; e OCEPAR-PR.

Em nível internacional: Instituto Nacional de Ciência y Tecnología Agraria y Alimentaria (de Madrid, Espanha); Universitat Bielefeld (Alemanha); Universidade de Londres (Inglaterra); Universidade de Purdue (E.U.A); INRA-ENSAT e INRA-Angers (França); John Innes Center (Inglaterra); e University of Halle (Alemanha).

Com a descrição feita acima, objetivou-se mostrar que o trabalho de extensão, cooperação e pesquisa da UFPel é muito importante para o avanço da ciência e produção agropecuária regional, Estadual e nacional. Com relação à economia da

⁵¹ O Território Zona Sul do Estado - RS abrange uma área de 39.960,00 Km² e é composto por 25 municípios: Aceguá, Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Chuí, Cristal, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Turuçu, Amaral Ferrador, Arroio Grande, Candiota e Capão do Leão.

⁵² Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Região Sul e COREDE Sul, os impactos dos resultados já colhidos são extremamente positivos e sustentáveis, pois, no mínimo, colocaram e mantêm o Estado como o maior produtor de arroz do País, entre outros benefícios para essas regiões.

4.2 ANÁLISES COMPARATIVAS

Neste item será identificado o impacto da UFPel⁵³ na cidade de Pelotas, COREDE Sul e demais COREDEs. Trabalhar-se-á com diferentes dados. Primeiramente, será analisado dados quantitativos referentes ao orçamento da UFPel de 2004 a 2010⁵⁴, PIB do município de Pelotas e COREDE Sul para os respectivos anos; número de egressos da UFPel⁵⁵ que são registrados em conselhos profissionais como: CREA-RS, CREME-RS e CRMV-RS⁵⁶; número de registros dos respectivos conselhos referentes a profissionais oriundos da UFPel⁵⁷, bem como oriundos da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e UPF (Universidade de Passo Fundo).

O objetivo de usar dados da UFSM e UPF está na possibilidade de se comparar o impacto dessas diferentes IES no território Estadual. Com isso será mostrado abaixo, de maneira comparativa, o grau de retenção dos egressos de cada IES, nos seus respectivos COREDEs. Outros aspectos que serão comparados dizem respeito ao êxodo dos egressos das três IES para a cidade de Porto Alegre. Abaixo será demonstrado em mapas específicos, para cada IES, o destino percentual de seus respectivos egressos para cada COREDE.

A segunda estratégia de análise contemplará a aplicação e interpretação de um questionário de campo. O objetivo do questionário é captar informação sobre a percepção da sociedade com respeito ao papel e impacto da UFPel na região do COREDE Sul. Por esta razão, optou-se por buscar pessoas-chaves no contexto desenvolvimentista dos diferentes municípios do COREDE Sul e colaboradores (funcionários e professores) da UFPel.

⁵³ Por consistência e uniformização dos bancos de dados dos conselhos profissionais, optou-se por fazer um recorte espacial; isto é, só será considerado o destino dos profissionais que residem no RS.

⁵⁴ Serie escolhida por razões de compatibilidade dentre os demais dados.

⁵⁵ Os dados de formandos da UFPel se referem aos egressos a partir de 1990. Dados mais antigos, segundo dirigentes da UFPel, não são confiáveis, razão para se fazer o corte de 1990 em diante.

⁵⁶ CREA-RS: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS; CREME-RS: Conselho Regional de Medicina do Estado do RS; CRMV-RS: Conselho Regional de Medicina Veterinária do RS.

⁵⁷ Dentre as diferentes análises e comparações, quando se mensura o impacto da UFPel com relação ao número de egressos, com o número de profissionais na ativa, também, utiliza-se somente os registros profissionais a partir de 1990. Nas demais análises, utiliza-se os dados dos conselhos profissionais na íntegra.

4.2.1 Quantitativos Orçamentários

O dado orçamentário anual da UFPel compreende os custos executados dentro do ano, que são listados no documento referente ao Relatório de Gestão, que as IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) apresentam anualmente ao Ministério da Educação. Este orçamento executado pela IES é despendido, na sua maior parte, na região imediata, através dos salários e manutenção da própria instituição. Portanto, é um capital que flui dentro da região e tem o potencial de animar uma série de atividades econômicas locais e regionais. Em 1995, como apontado por Leite et al. (1997), o orçamento da UFPel representava o segundo maior orçamento do município de Pelotas, perdendo somente para a Prefeitura. Por isso a importância dessa IES no sentido de aporte de capital no local é significativa para economia, resta compreender seu impacto na Região.

Observando a tabela 16, verifica-se que a porcentagem do orçamento da UFPel em relação ao PIB do município de Pelotas vem crescendo ao longo do tempo; e durante os sete anos de observação, a média do orçamento representou 8,77% do PIB desse município. Com exceção dos anos de 2008 e 2009, que coincidem com o início da crise financeira internacional, o orçamento está em trajetória ascendente. Similar situação é observada com relação ao orçamento da UFPel em comparação ao PIB do COREDE Sul, que na média, do tempo examinado, representou 2,61% do PIB deste COREDE. Novamente, durante os anos de 2008 e 2009, há um decréscimo percentual entre as proporções.

TABELA 16 – Orçamento⁵⁸ da UFPel, PIB de Pelotas e PIB do COREDE Sul (2004 – 2010).

UFPel	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Custo corrente	R\$ 182.792.453,18	R\$ 222.363.464,09	R\$ 247.390.023,02	R\$ 325.244.444,83	R\$ 326.335.215,08	R\$ 330.547.774,00	R\$ 408.632.359,00
Pelotas	R\$ 2.507.673.928,00	R\$ 2.629.071.890,00	R\$ 2.859.906.249,00	R\$ 3.169.401.875,00	R\$ 3.564.295.551,00	R\$ 3.847.927.934,00	R\$ 4.564.464.002,00
COREDE Sul	R\$ 8.191.064.998,00	R\$ 8.052.783.885,00	R\$ 8.961.345.609,00	R\$ 10.595.176.130,00	R\$ 12.462.107.776,00	R\$ 13.939.206.207,00	R\$ 16.624.108.554,00
%ufpel -Pelotas	7,29%	8,46%	8,65%	10,26%	9,16%	8,59%	8,95%
%ufpel -COREDE Sul	2,23%	2,76%	2,76%	3,07%	2,62%	2,37%	2,46%

Fonte: Relatório de Gestão da UFPel e FEE.

4.2.2 Egressos da UFPel, UFSM e UPF no mercado de trabalho (em 2013)

Neste item será mostrado alguns dados quantitativos sobre duas outras IES do Estado, que estão localizadas em diferentes COREDEs, mas em regiões com um histórico de ocupação territorial semelhante no que tange divisão de terras, bem como regiões com forte cunho de produção agrícola. As três IESs analisadas foram fundadas na década de 1960. As tabelas 17 e 18 mostram as características dos COREDEs nos quais as IESs estão localizadas e as características em números de cada IES

⁵⁸ Preços correntes.

respectivamente. É importante esclarecer que dentre as três IES, a UPF é a única instituição de ensino particular.

TABELA 17 – Características política, demográfica, econômica e areal dos COREDEs.

IES	COREDE	Quantidade município	Pop. 2010	PIB 2010	Área km ²
UFPeI	Sul	22	842809	R\$ 16.624.108.554,00	34.984,42
UFSM	Central	19	391651	R\$ 6.545.835.390,00	12.392,67
UPF	Produção	21	338081	R\$ 6.978.509.715,00	6.017,55

Fonte: SIG; censo IBGE (2010); e FEE (2013).

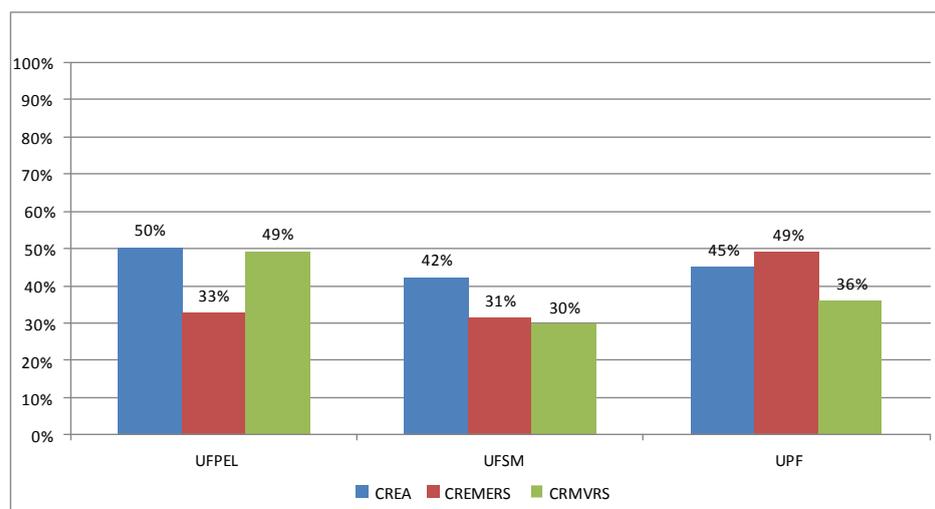
TABELA 18 – Números de docentes, discentes e técnico-administrativos por IES.

IES	Docentes	Discentes	Técnico-adm.	Curso grad.	Pós-grad.
UFPeI	1367	21371	1234	114	77
UFSM	1822	28216	2808	127	125
UPF	1100	17248	1200	59	51 ⁵⁹

Fonte: portais da Internet (2013) da UFPeI, da UFSM e da UPF.

A partir da manipulação dos dados cedidos pelos conselhos profissionais, foram obtidas algumas informações que serão demonstradas abaixo. O dado bruto disponibilizado por cada conselho de classe permitiu o conhecimento de destino de todos os egressos profissionalmente ativos de cada IES, no ano de 2012. O total de registros trabalhados foi de 30.684 profissionais; sendo 19.970 correspondentes às diferentes profissões representadas pelo CREA-RS, 6.455 profissionais da classe médica (CREME-RS) e 4.259 profissionais representados pelo CRMV-RS. Cabe salientar que, o local de destino não restringe o profissional a atuar em outras regiões do Estado; porém, neste estudo de caso, subentende-se que esse destino seja o local de maior atuação profissional. Portanto, a informação abaixo será explanada à luz da perspectiva que compreende a região (COREDE) de destino como sendo a região impactada pela IES específica.

⁵⁹ Os dados da UPF correspondem ao ano de 2011.

GRÁFICO 04 – Grau de Retenção das três IESs.

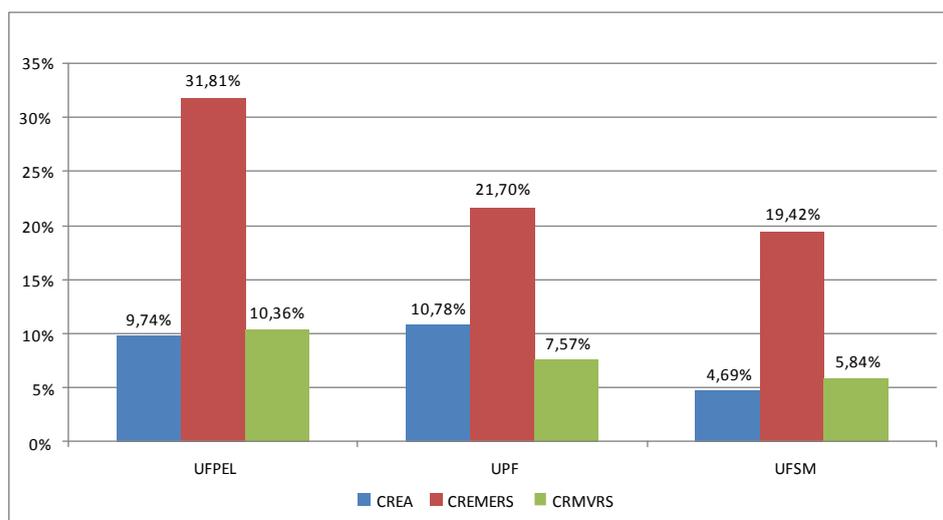
Fonte: dado bruto conselhos de classe

No gráfico 04, observa-se que a UFPEL é a IES que mais retém na sua região os egressos representados pelo CREA⁶⁰ e CRMV. Já a UFSM é a IES que menos absorve na sua região os egressos registrados nos conselhos analisados. Com exceção da UPF, que é a IES que retém o maior número de egressos da medicina na sua Região; a classe dos profissionais do CREA tem a maior tendência de permanecer no local de sua formação acadêmica, e a UFPEL⁶¹, dentre as IESs analisadas, é a universidade que mais impacta seu mercado de trabalho local e regional.

O gráfico 05 mostra o percentual de expulsão, ou tendência dos egressos, de cada IES, de deixar as regiões onde eles se formaram, para ir atuar profissionalmente no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

⁶⁰ CREA-RS contempla uma gama de profissionais, incluindo: engenheiros de vários ramos (civil, mecânico, de minas, químico, etc.), agrônomos, agrícolas, agrimensores, geólogos, geógrafos, cartógrafos, técnicos de todos os tipos e gestores ambientais. Já o CREME-RS e o CRMV-RS só contemplam os médicos e médicos veterinários respectivamente.

⁶¹ No COREDE Sul há duas IESs que oferecem o curso de medicina; portanto, o mercado local e regional de trabalho não deve ser capaz de absorver todo o fluxo de egresso dessa classe profissional. Possível razão que somente 33% dos egressos da UFPEL, dessa classe, são absorvidos na região.

GRÁFICO 05 – Êxodo para o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

Fonte: dado bruto conselhos de classe

O padrão observado no gráfico 05 mostra que a classe médica tem a maior tendência de deixar suas regiões de formação acadêmica, para ir atuar no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí. Os egressos da UFPel lideram esta tendência, seguidos pelos egressos da UPF. Esta apesar de absorver mais os profissionais do CREME-RS no seu COREDE, tem na classe médica a que mais migra para o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí. Contudo, os egressos da UPF, registrados no CREA-RS e CRMV-RS, apresentam a menor tendência de migrar para esse COREDE, dentre os equivalentes profissionais egressos da UFPel e UFSM.

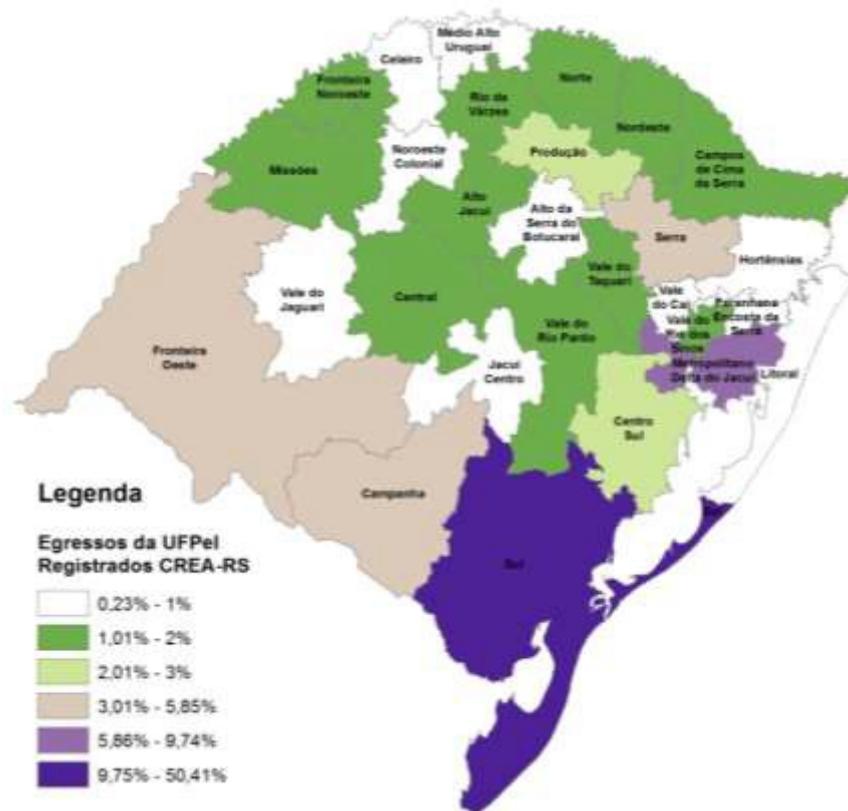
A seguir serão mostradas nove figuras⁶² que ilustram o destino final dos três grupos profissionais analisados. Nesses mapas observa-se o percentual de distribuição de cada classe pesquisada em todos os COREDEs. Através dos resultados alcançados, pode-se observar que a maioria dos egressos, das profissões estudadas, tende a sair do local de formação acadêmica. Todavia, o maior índice percentual de retenção sempre é o COREDE no qual o profissional recebeu sua formação acadêmica.

Entretanto, observa-se que, com exceção dos egressos da UFPel, registrados no CREA e no CRMV, bem como dos egressos da UPF da classe médica e do CREA, a absorção dos demais profissionais das três IES, nos seus COREDEs de origem acadêmica, não chega aos 43%. Com isso, percebe-se que a capacidade de absorção no COREDE de formação acadêmica é média para fraca. A seguir serão detalhados os resultados espacializados.

⁶² Todos os mapas (aqui em formato de figura) foram gerados a partir do SIG, pela a autora. As informações que geraram estas espacializações estão listadas no Anexo I.

As faixas dos intervalos nas legendas dos mapas abaixo foram selecionadas de maneira que destacassem as diferenças mais significativas, dentre cada resultado. Por esta razão, alguns mapas contêm mais faixas de intervalos que outros.

FIGURA 12 – Participação dos egressos da UFPel entre os profissionais registrados no CREA-RS, 2013.



Observando as figuras 12, 13 e 14, pode-se concluir que há um padrão de destino entre os primeiros quatro intervalos das legendas desses mapas. Isto é, os destinos dos profissionais cadastrados nos três conselhos analisados são na ordem de grandeza: os COREDEs Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Serra e Produção. Em alguns casos, outros COREDEs podem também fazer parte desta ordem de grandeza; porém, em nenhum caso, os COREDEs citados ficam fora dessa ordem.

A UFPel impacta, com diferentes intensidades, todos os COREDEs; isto é, seus egressos migram para todo o território Estadual. O aspecto dos egressos da UFPel escolherem o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí como o segundo local mais importante de atuação profissional, pode estar relacionado com diversas causas. Todavia, este fato pode ser um indicativo que, esses profissionais têm capacidade técnica para trabalhar dentro do mercado profissional mais rico e competitivo do Estado. Hipoteticamente, a UFPel pode ser considerada uma boa, ou ótima universidade. Contudo, isto não pode ser comprovado através desta pesquisa.

FIGURA 13 – Participação dos egressos da UFPel entre os profissionais registrados no CREME-RS, 2013.

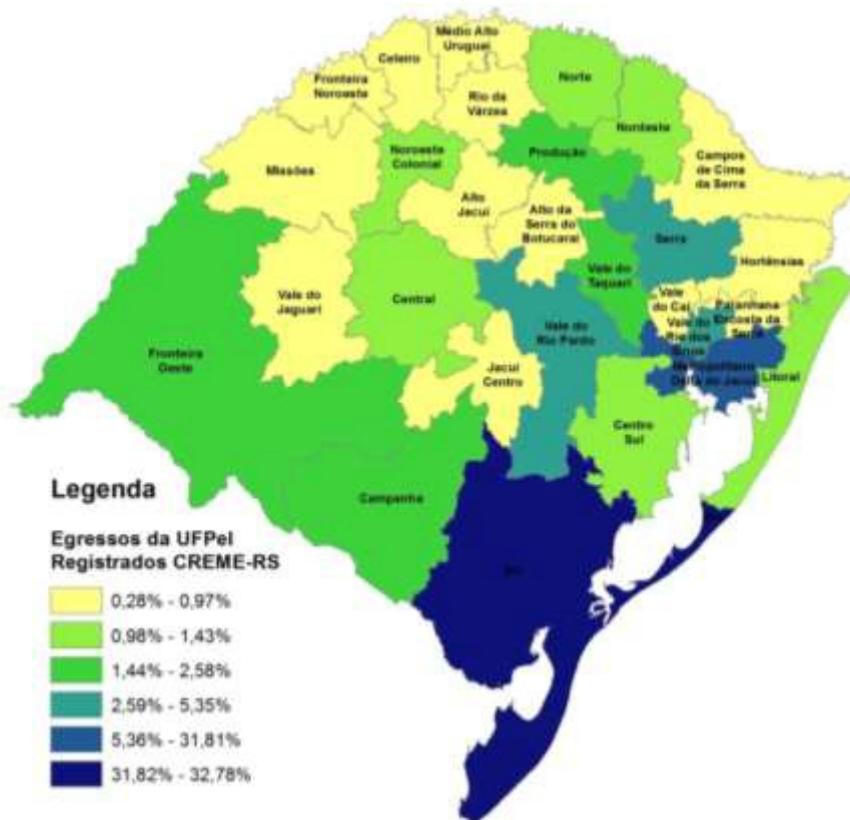
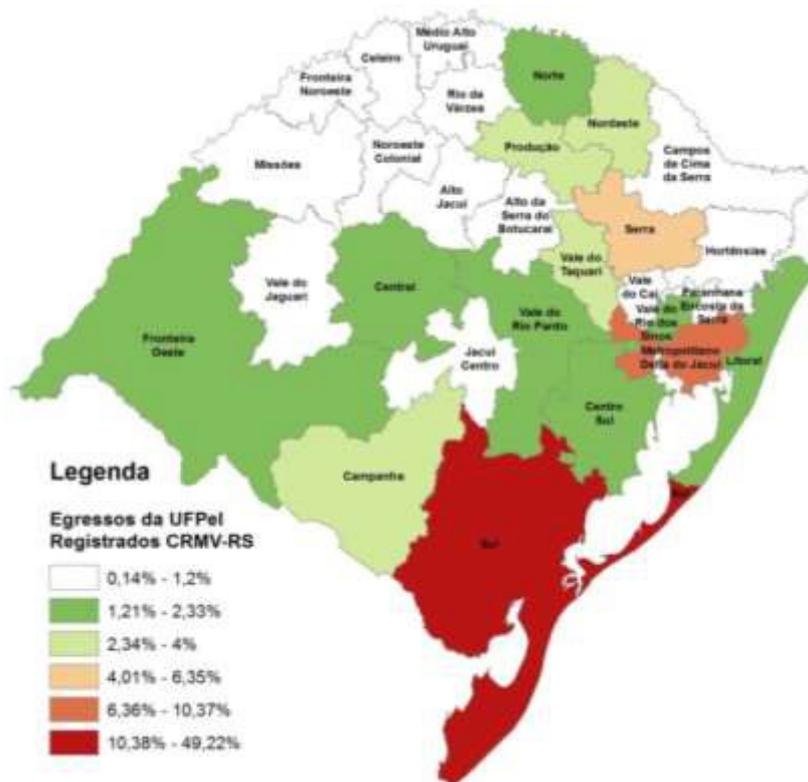
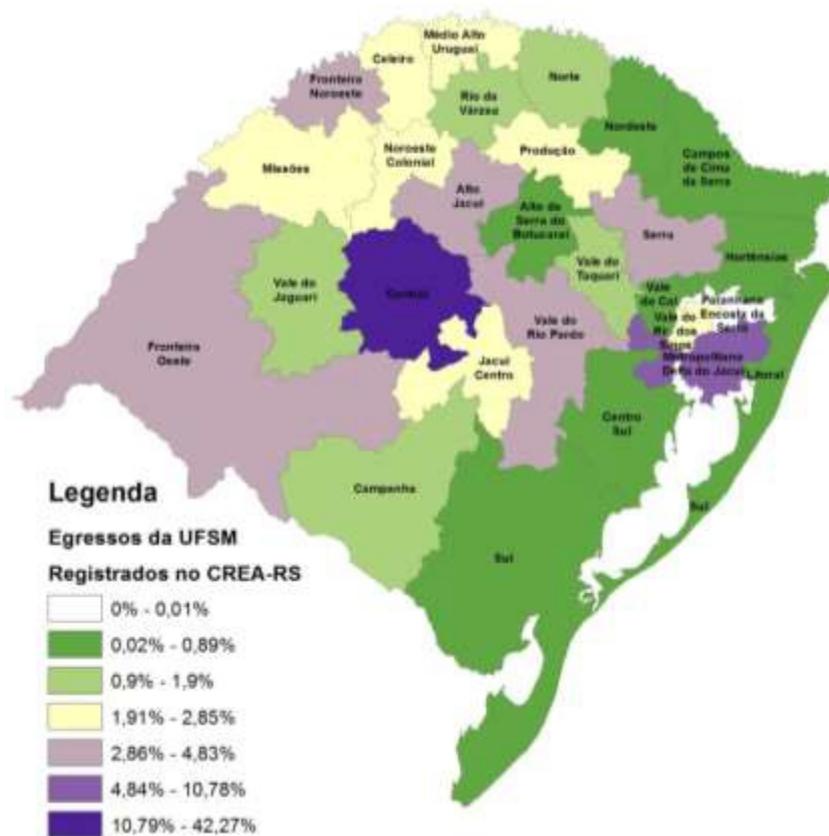


FIGURA 14 – Participação dos egressos da UFPel entre os profissionais registrados no CRMV-RS, 2013.



Ainda com relação ao papel e impacto da UFPel no território regional, quando se observa o destino dos egressos para cada COREDE, verifica-se que esta IES impacta significativamente os COREDEs limítrofes e próximos ao COREDE Sul. Os COREDEs Campanha e Fronteira Oeste (ambos na Região Sul) estão sempre em terceiro ou quarto lugar, como principal destino dos profissionais representados pelo CREA-RS e CREME-RS. No caso do principal destino dos profissionais registrados no CRMV-RS, também se percebe a presença do COREDE Campanha no quarto lugar de destino, porém o COREDE Fronteira Oeste cai para quinta posição.

FIGURA 15 – Participação dos egressos da UFSM entre os profissionais registrados no CREA-RS, 2013.



Com relação aos egressos de UFSM, também se verifica um padrão nas figuras 15 e 16, referente aos profissionais cadastrados no CREA-RS e CREME-RS. Os destinos desses profissionais são na ordem de grandeza: os COREDEs Central, Metropolitano Delta do Jacuí, Serra e Produção. Como no caso anterior, há outros COREDEs dentro dessa ordem, porém os aqui mencionados sempre aparecem nessa ordem. Os dados brutos podem ser observados no Anexo II.

A UFSM, como a UFPel, também impacta significativamente os COREDEs limítrofes ao seu, bem como outros COREDEs da Região Norte. A UFSM também,

hipoteticamente, pode ser considerada uma IES boa, ou ótima, por possibilitar a mobilidade de seus egressos.

FIGURA 16 – Participação dos egressos da UFSM entre os profissionais registrados no CREME-RS, 2013.

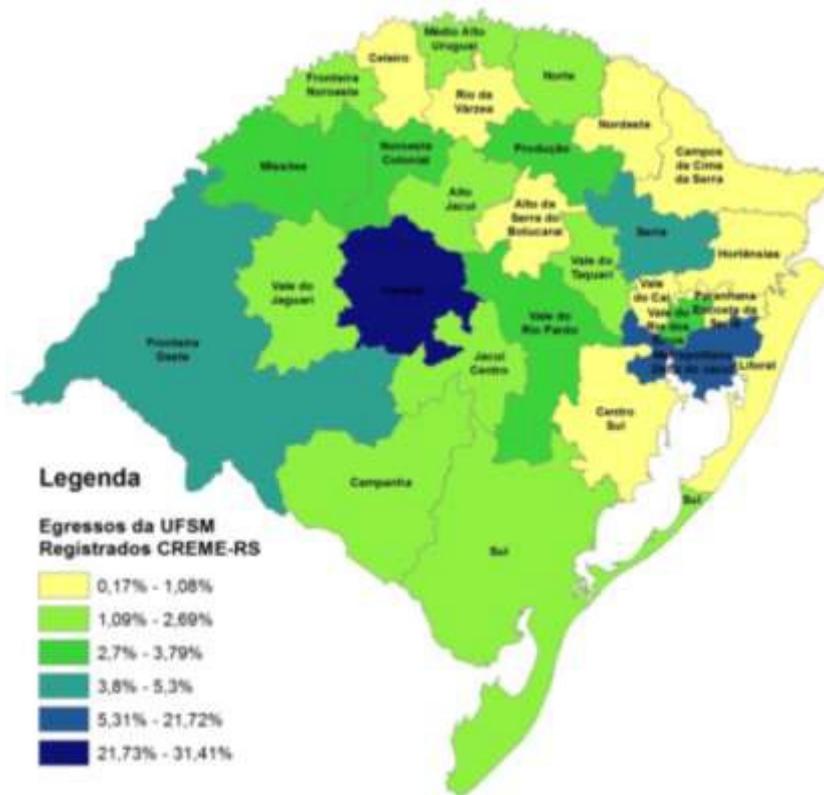
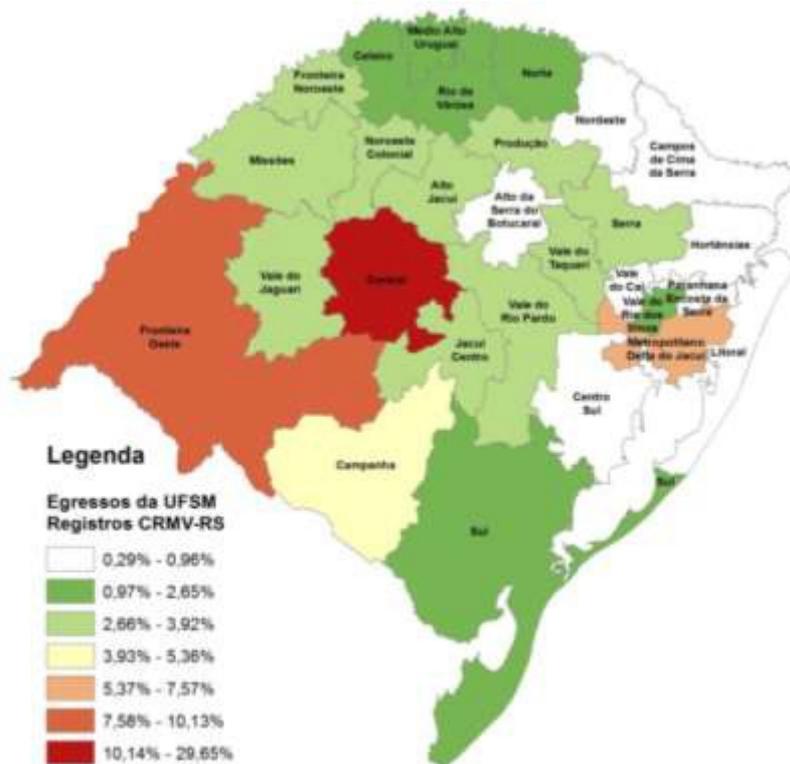


FIGURA 17 – Participação dos egressos da UFSM entre os profissionais registrados no CRMV-RS, 2013.



Na figura 17, percebe-se que a UFSM é, das IES analisadas, a que mais envia profissionais da área médica veterinária para o COREDE Fronteira Oeste. Nesse caso e como se pode ver a seguir com relação à UPF, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí cai para terceira posição de destino, para essa classe profissional. O fato dos médicos veterinários egressos da UFSM migrarem em maior número para o COREDE Fronteira Oeste pode ser uma das razões para esse COREDE não estar na quarta posição de maior destino dos respectivos egressos da UFPel.

Com relação à comparação do impacto local e na região (COREDE no qual está localizada a IES), percebe-se que a UFSM é a IES que menos retém na sua região os egressos das classes profissionais analisadas. Consequentemente, esta IES impacta mais o mercado de trabalho dos demais COREDEs.

Os mapas a seguir ilustram o caso da UPF. A distribuição das três classes profissionais de egressos da UPF não segue um padrão como nos casos anteriores. O aspecto mais peculiar sobre a dispersão dos profissionais oriundos da UPF é que eles tendem a migrarem com maior intensidade para os COREDEs limítrofes ao COREDE Produção (no qual a UPF está localizada). Portanto, impactando fortemente o mercado de trabalho da Região Norte do Estado.

FIGURA 18 – Participação dos egressos da UPF entre os profissionais registrados no CREA-RS, 2013.

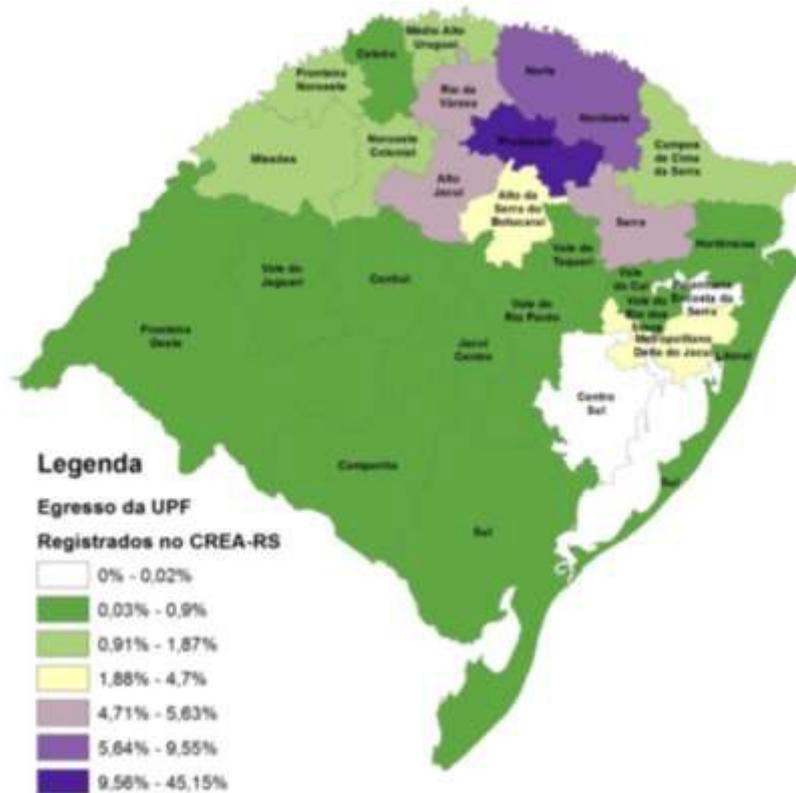


FIGURA 19 – Participação dos egressos da UPF entre os profissionais registrados no CREME-RS, 2013.

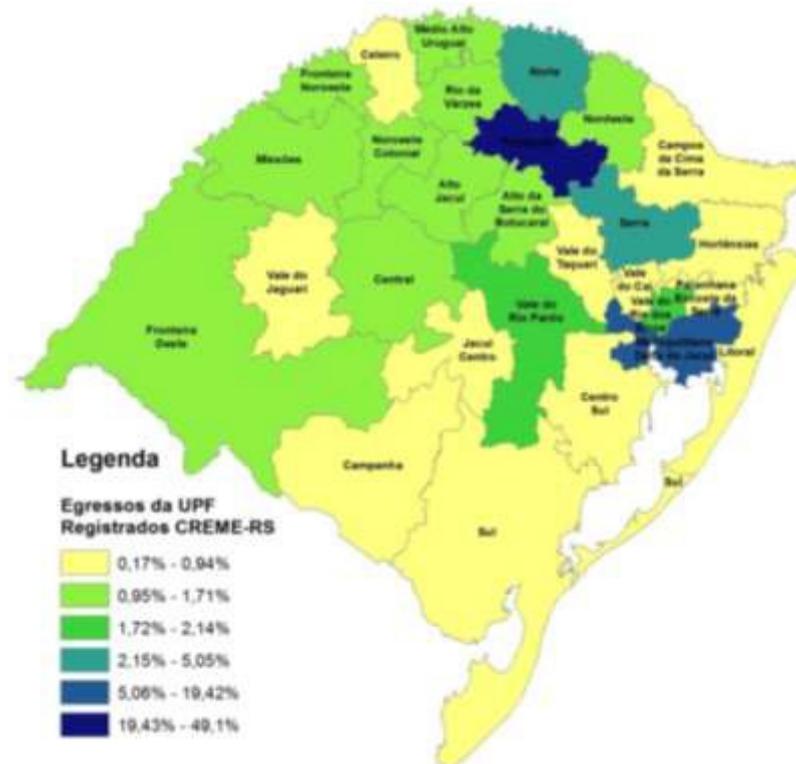
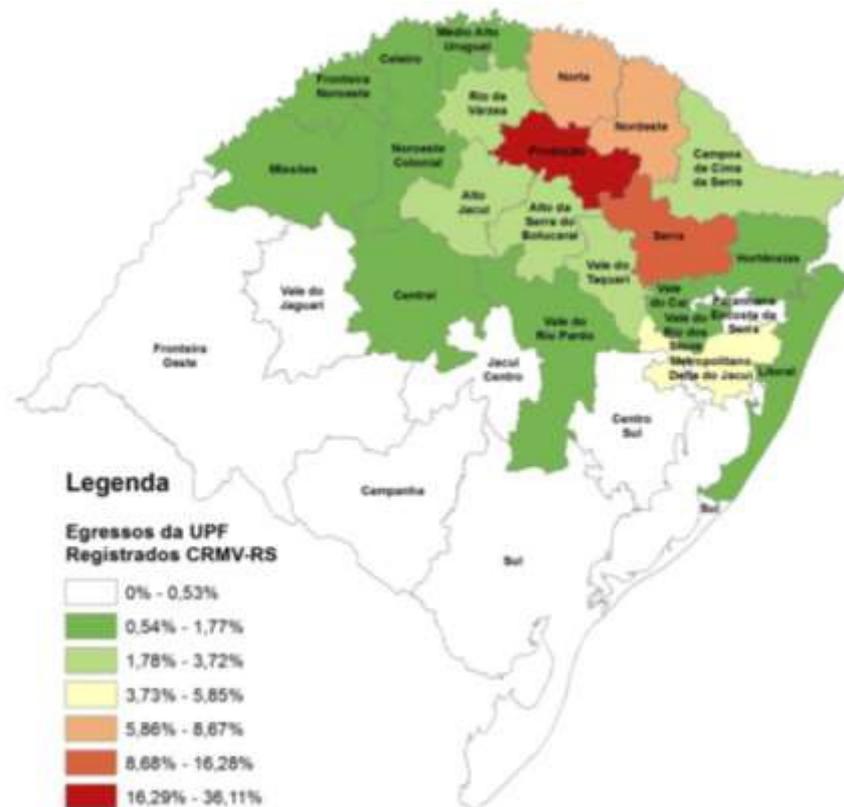


FIGURA 20 – Participação dos egressos da UPF entre os profissionais registrados no CRMV-RS, 2013.



A figura 19 demonstra a exceção do que foi descrito no parágrafo anterior. Neste caso, a classe médica apesar de migrar em segundo lugar, com maior intensidade para o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, em terceiro lugar ela migra para os COREDEs limítrofes ao COREDE Produção. Em quarto lugar, esses profissionais migram para COREDEs próximos a Região Norte; portanto, não se afastando muito do COREDE Produção. Na figura 20, observa-se uma situação similar à figura 18, i. e., o destino dos médicos veterinários se concentra com maior intensidade na Região Norte do Estado.

No caso da UPF, quando comparado com os demais padrões de distribuição, dentre todos os profissionais analisados, pode-se inferir que a UPF é a IES estudada que mais impacta a sua grande Região de atuação (Região Norte). Já o padrão de distribuição dos profissionais egressos da UFPel e UFSM não apresenta um impacto no mercado de trabalho fortemente concentrado em uma só grande Região. Portanto, acredita-se ser muito importante o papel da UPF no contexto geral da Região Norte. Isso gera um impacto de propagação, ou “spillover” no mercado de trabalho e desenvolvimento socioeconômico regional. Essa situação tem o potencial de gerar um desenvolvimento socioeconômico mais equitativo entre os diferentes COREDEs da Região Norte.

Através da leitura de documentos institucionais das três IESs estudadas, percebe-se que a preocupação com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais é evidente no trabalho e missão da UPF. Esta IES, através do seu corpo docente e discente, já em 1971 começou a refletir de maneira pragmática sobre seu papel na sua Região.

Nessa época as reflexões sobre o desempenho das atividades acadêmicas motivaram a adoção de três linhas de ação: melhorar a qualidade do ensino, implantar núcleos "emergentes" de pesquisa e a UPF integrar-se mais na comunidade regional. Estas linhas deram origem a projetos de pesquisa institucional tais como estudo sobre a área de influência da UPF, levantamento das condições socioeconômicas e culturais dos vestibulandos e descrição das atividades de extensão da UPF como forma de integração com a comunidade regional.⁶³

Essa estratégia se integrou nos anos seguintes a projetos constantes de avaliação do desempenho da UPF e, em 1994, essa IES adotou a proposta de avaliação do MEC (Ministério da Educação - programa PAIUB – Programa de Avaliação Institucional).

Apesar do estudo de caso ser a UFPel, a exposição parcial do impacto da UFSM e UPF no território Estadual foi extremamente útil como material de comparação e aprovação ou rejeição das hipóteses levantadas por essa tese, com relação a efetividade do impacto da UFPel no COREDE Sul. Mais adiante voltar-se-á a esse tópico. Os mapas a seguir ajudam a ilustrar aspectos mencionados nesse capítulo.

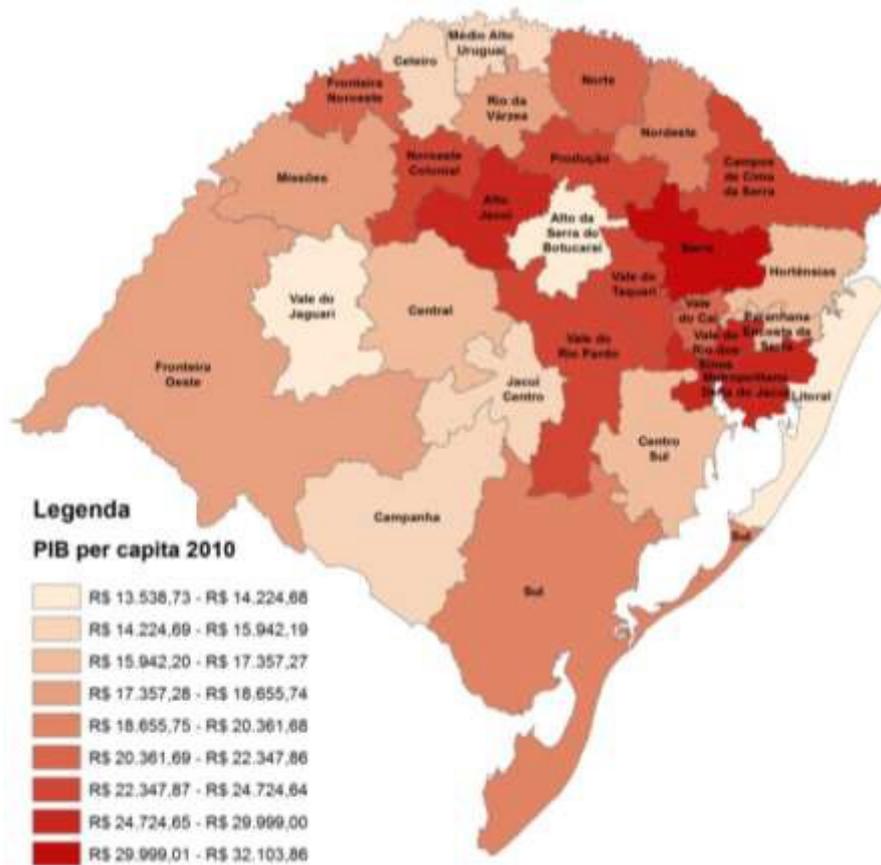
63

http://www.upf.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=322&Itemid=456#.Ula--dK1G32

FIGURA 21 – Três Grandes Regiões Sobre Divisão do COREDE.



FIGURA 22 – PIB Per Capita do COREDE, em 2010



4.3 NÚMERO DE EGRESSOS DA UFPel ENTRE 1990 A 2013

Buscando compreender e mensurar melhor o impacto da UFPel no COREDE Sul e no território Estadual, nesta seção será trabalhado os números de egressos dessa IES e seus respectivos registros profissionais. Para tanto, foi obtido o número de graduados na UFPel de 1990 a 2012, pertencentes aos cursos que são representados pelo CREME-RS, CRMV-RS e CREA-RS. Do banco de dados desses três conselhos foram extraídos todos os profissionais oriundos da UFPel e cadastrados desde 1990 até 2013. Com esses dados conseguiu-se identificar quantos profissionais formados na UFPel, dentro do período analisado, estão realmente no mercado de trabalho, dessas respectivas áreas profissionais.

É importante salientar que, essa estratégia de mensuração é temporal e serve para se analisar o potencial de impacto da UFPel no mercado de trabalho em um espaço de tempo. Poder-se-ia trabalhar com datas mais espaçadas, mas por falta de dados precisos da UFPel, foi necessário fazer o corte a partir de 1990. Um aspecto positivo desse intervalo, de vinte e três anos, é que esse tempo se traduz, realisticamente, em um período mínimo de atividade profissional. Todavia, há mais profissionais provenientes da UFPel exercendo suas profissões formais⁶⁴. Este fato é provado quando se observa todos os egressos da UFPel cadastrados nos conselhos de classe; isto é, sem fazer o corte, a partir de 1990. Novamente, a estratégia preservou a integridade da análise.

Abaixo seguem os dados obtidos da UFPel e dos três conselhos profissionais.

TABELA 19 – Egressos da UFPel Profissionalmente Ativos.

Conselhos	Egressos da UFPel de 1990 a 2012	Registros Profissionais de 1990 a 2013	Diferença
CREME-RS	1940	1308	-632
CRMV-RS	1603	1231	-372
CREA-RS	4017	2748	-1269
total	7560	5287	-2273

Fonte: Dado bruto UFPel e conselhos de classe.

Observando os números da tabela 19, pode-se compreender que há mais egressos do que profissionais na ativa, nas respectivas áreas. Portanto, há uma parcela, razoavelmente, grande de egressos que não está atuando nas áreas de suas

⁶⁴ A UFPel perdeu o banco de dados que continha todos os egressos dessa IES desde o tempo de sua fundação. Por esta razão, a UFPel garante integridade da informação somente a partir de 1990. Portanto, há mais profissionais no mercado, oriundos da UFPel, porém, para se fazer uma análise precisa, trabalhou-se somente os dados de 1990 em diante.

formações acadêmicas, ou está fora do Estado⁶⁵. Também se deve considerar que há profissões e/ou cargos no mercado de trabalho que, não exigem registro de classe (e.g. professor e/ou funcionário público, entre outros empregos). Portanto, pode haver egressos nas áreas analisadas que estão trabalhando no território Estadual, consequentemente, impactando a economia, porém não aparecem na presente pesquisa. Mas, hipoteticamente, deve-se observar os dados aqui apresentados como um indicativo de impacto da UFPel nas respectivas áreas profissionais estudadas.

Resumidamente, na área médica 32,58% dos médicos não estão praticando no território Estadual ou, simplesmente, não estão praticando na área médica. Em relação aos médicos veterinários 23,21% não estão atuando como veterinário no mercado de trabalho. A respeito dos diversos profissionais cadastrados no CREA-RS, o percentual de profissionais que não está atuando em suas áreas representa 31,59%.

No total das profissões mensuradas, há 30,06% de profissionais egressos da UFPel que não estão atuando nas suas áreas profissionais no território Estadual. Essa informação nos indica que o potencial total de geração de capital humano da UFPel, pode não impactar nem o COREDE Sul, nem o Estado. Apenas 69,94% do potencial total estão impactando o território Estadual. Novamente, aqui se refere ao impacto dos profissionais com formação acadêmica específica, que não estão atuando nos seus respectivos campos de trabalho.

4.4 QUESTIONÁRIO DE CAMPO

A elaboração do questionário buscou obter informação qualitativa, que representasse o imaginário de pessoas ligadas, primeiramente, a setores da administração pública, que vivem no COREDE Sul. O objetivo foi apreender a percepção dos respondentes sobre o papel e atuação da UFPel na Região. Procurou-se como respondentes servidores e/ou colaboradores das prefeituras, servidores da UFPel e representantes do COREDE Sul. Apesar do setor produtivo privado e de serviços não estarem entre os respondentes, os dados quantitativos oriundos dos conselhos de classe os consideraram de certa forma, quanto à possibilidade de emprego no COREDE Sul.

⁶⁵ Como se trabalhou com três fontes distintas de dados e, os conselhos cederam diferentes estruturas de dado, foi necessário fazer um recorte, que refletisse somente os profissionais que atuassem no Rio Grande do Sul. Com esta estratégia, garantiu-se a integridade da informação gerada a partir desses bancos de dados.

O questionário (ver Anexo II) foi aplicado via formulário eletrônico, elaborado com respostas de escolha múltipla. Após o envio do mesmo a mais de noventa pessoas ligadas a diferentes setores das administrações municipais do COREDE Sul e, sem receber nenhuma resposta. Optou-se pelo uso de uma estratégia objetiva, que foi a de telefonar e solicitar a resposta do questionário a cada pessoa (público alvo). De vinte e quatro questionários enviados, foram obtidas dezoito respostas; i.e., 75% do retorno esperado e a representação de 64% dos municípios almejados. Houve casos de três respondentes pertencerem a um mesmo município, bem como um respondente de fora da Região, mas que trabalha na mesma.

Abaixo mostrar-se-á os resultados e a análise das respostas obtidas.

QUADRO 05 – 1. Municípios representados:

1- Arroio do Padre	8- Pelotas (3 respostas)
2- Arroio Grande	9- Porto Alegre
3- Canguçu	10- Rio Grande
4- Chui	11- Santana da Boa Vista
5- Jaguarão	12- São Lourenço do Sul (2 respostas)
6- Morro Redondo	13- Tavares
7- Pedras Altas	14- Turuçu

QUADRO 06 – 2. Cargos dos respondentes:

Servi dora Públ ica Federal/ Ps icól ogo-Área	Vice-Presidente do COREDE-SUL	Sec. Mun. do Des envol vi mento Ss oci al e Ha bi ta çã o
Secretário Muni cipal de Admi ni stra çã o e Planej amento	As sistente Soci al/Di retora da Atençã o Bá sica, ESF e Vi gi lã nci as em Sa úde	Secretario Adj unto
Sub Secretaria Muni cipal do Tra ba lho, Ha bi ta çã o e Des envol vi mento Soci al	Sec. Mun. de Edu. Cul . Des p. e Tur.	Agente Adm. AUX.
Di retor do depa rta mento de eventos da coordena dori a de cul tura do muni cípi o	Coordenadora Peda gógi ca	Servi dor Publ ico / Fotografo
Coordenadora do CRAS	Di reça o	Professor do Ens ino Superior
Secretária adjunta educa çã o	Engenheira agronoma	

Fonte: programa Qualtrics

FIGURA 23 – 3. Escolaridade dos respondentes:

#	Answer	Bar	Response	%
1	primeiro grau		0	0.00%
2	segundo grau		2	11.11%
3	graduação		4	22.22%
4	pós-graduação		12	66.67%
	Total		18	100.00%

Fonte: programa Qualtrics

O nível escolaridade dos respondentes é extremamente alto. Suas respostas podem representar uma perspectiva crítica e fundamentada.

FIGURA 24 – 4. Qual é sua imagem da UFPel?

#	Answer	Bar	Response	%
1	ruim		0	0.00%
2	boa		11	61.11%
3	ótima		7	38.89%
	Total		18	100.00%

Fonte: programa Qualtrics

A percepção dos respondentes quanto a UFPel é positiva; porém só a minoria acha ser ótima.

FIGURA 25 – 5. Você sabe quantos campi a UFPel tem distribuídos no COREDE Sul?

#	Answer	Bar	Response	%
1	10 campi		1	5.88%
2	18 campi		1	5.88%
3	29 campi		0	0.00%
4	não sei.		15	88.24%
	Total		17	100.00%

Fonte: programa Qualtrics

A resposta certa é 29 campi. Apesar da maioria dos respondentes não saber a resposta certa, nas perguntas a seguir, os mesmos mostram conhecer a IES. Contudo, vale ressaltar que os campi da UFPel se concentram na cidade de Pelotas (20 dos 29).

FIGURA 26 – 6. Em sua opinião, qual é a relevância da UFPel no contexto do desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul?

#	Answer	Bar	Response	%
1	importante		12	66.67%
2	relativamente importante		6	33.33%
3	não importante		0	0.00%
	Total		18	100.00%

Fonte: programa Qualtrics

Nesta resposta, como na resposta 4, apreende-se que a maioria dos respondentes acredita ser importante o trabalho da UFPel na Região; mas 33% deles a vêem como apenas relativamente importante.

FIGURA 27 – 7. Aproximadamente, qual é o percentual do orçamento da UFPel em relação ao PIB (produto interno bruto) de Pelotas e do COREDE Sul?

#	Answer	Bar	Response	%
1	6% e 1,7%		0	0.00%
2	3% e 0,4%		0	0.00%
3	10% e 3%		3	17.65%
4	não sei.		14	82.35%
	Total		17	100.00%

Fonte: programa Qualtrics

Apenas 17,65% dos respondentes têm noção do total impacto econômico local e regional da UFPel.

FIGURA 28 – 8. Você já teve algum contato institucional, acadêmico ou cultural com UFPel?

#	Answer	Bar	Response	%
1	sim		15	83.33%
2	não		3	16.67%
	Total		18	100.00%

Fonte: programa Qualtrics

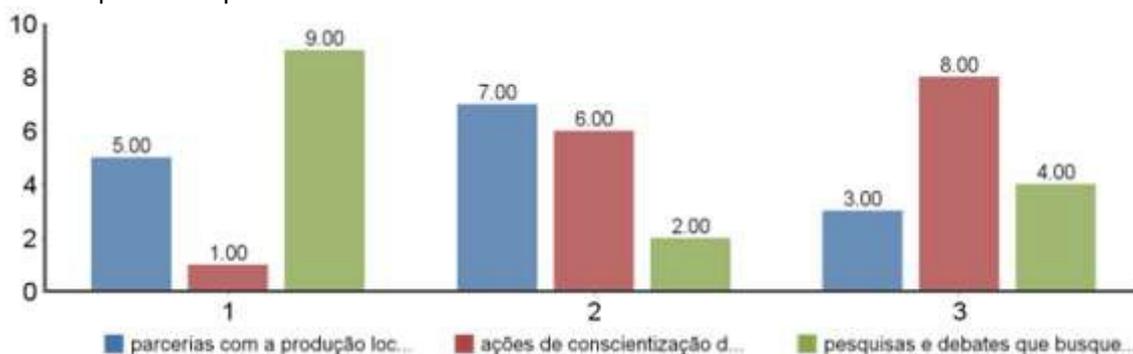
FIGURA 29 – 9. Você conhece alguma parceria/interação entre a UFPel e comunidade local ou regional (indústria, comércios, prefeituras, associações comunitárias, instituições de pesquisa e desenvolvimento, sindicatos, etc) ?

#	Answer	Bar	Response	%
1	sim		16	88.89%
2	não		2	11.11%
	Total		18	100.00%

Fonte: programa Qualtrics

A partir das respostas 8 e 9, reafirma-se os resultados das respostas 4 e 6. Isto é, a boa imagem e importância do papel da UFPel na Região, como, no mínimo, uma referência acadêmica.

GRÁFICO 06 – 10. Em ordem crescente enumera as ações mais impactantes, que a UFPel deveria promover para o desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul.



Fonte: programa Qualtrics

As opções de respostas eram: (1) parcerias com a produção local e regional; (2) ações de conscientização da cidadania e proteção ambiental; (3) pesquisas e debates que busquem alternativas para o desenvolvimento econômico da Região.

Observe que nessas duas perguntas (10 e 11), nem todos os respondentes preencheram as respostas (só há 15 respostas para a pergunta 10 e 16 respostas para a pergunta 11). No gráfico 06, pode-se ver que a maioria dos respondentes acredita que a opção nº 3 seria a de maior impacto no desenvolvimento do COREDE Sul. Respectivamente, a opção nº 1 seria a de segundo maior impacto e a opção nº 2 a terceiro maior impacto.

A diversidade da ordem de importância escolhida pelos respondentes nos sinaliza para a necessidade da discussão democrática e plural que deve ser feita, preferencialmente, no âmbito dos municípios, para depois alcançar o contexto da Região.

FIGURA 30 – 11. O que você percebe ser o ponto mais fraco a respeito do papel da UFPel no COREDE Sul?

#	Answer	Bar	Response	%
1	falta de entendimento da realidade da Região.		2	12.50%
2	falta de comprometimento em promover iniciativas importantes para o desenvolvimento da Região.		3	18.75%
3	falta de engajamento com o setor produtivo da Região.		5	31.25%
4	nenhuma das alternativas acima.		6	37.50%
	Total		16	100.00%

Fonte: programa Qualtrics

Novamente, com as respostas da pergunta 11, observou-se divergências de opiniões. Isso pode indicar falta de consenso entre as opiniões das pessoas que representam os diferentes municípios do COREDE Sul. Ao mesmo tempo, uma

significativa parte dos respondentes (37,50%) não percebe haver algum problema com os aspectos mencionados nas opções 1, 2 e 3.

Algo indica que este tipo de resposta pode carregar um preconceito do respondente. Todavia, é importante esclarecer que, nas opções de respostas deveria haver a opção de “outras”; falha do autor. Portanto, a interpretação deste dado fica prejudicada. Pois, realisticamente, deve haver problemas com relação à falta de melhores resultados a respeito do trabalho da UFPel na Região. Como já foi exposto nas diferentes análises desse capítulo e no capítulo três, o COREDE Sul apresenta um crescimento econômico estável por estar ocupando a quarta posição de maior PIB do Estado há mais de dez anos, mas sem crescimento significativo. Como foi apontado no capítulo três, exceto pelo caso do município de Rio Grande, os demais municípios da Região não cresceram durante o tempo analisado por este trabalho e, no caso de Pelotas se constatou um declínio do seu PIB ao longo tempo.

FIGURA 31 – 12. Se você desejar fazer seu próprio comentário a respeito da atuação da UFPel no COREDE Sul, abaixo há espaço para isso. Todos os comentários serão considerados como material de análise e percepção da sociedade local e regional.

Text Entry
Apenas Falta mais engajamento, da universidade, e do corede, junto as prefeituras, para ai sim formar uma parceria e criar uma forma de acelerar o desenvolvimento da região.
Não conheço detalhes da ação da Universidade em relação ao Corede, sei de segmentos e suas interações na sociedade em campos específicos, mas percebo um certo distanciamento da Universidade em setores na qual era para estar mais presente do estar somente representada por seu corpo docente. Ela tem um patrimônio pensante que as vezes é pouco exigido.
A maior dificuldade é a de acompanhar e participar das diferentes ações promovidas pela UFPel na Região. Os conhecimentos produzidos pela Universidade são disponibilizados on-line, mas em linguagem acadêmica e não são acessados por muitos segmentos que poderiam se beneficiar destas informações.
A UFPel é algo muito importante, em parceria a região pode obter inúmeros resultados positivos, promovendo o bem comum, basta comprometimento e vontade.
A UNIVERSIDADE DEVERIA PARTICIPAR DE FORMA EFETIVA E PERMANENTE DO COREDE SUL, PROPONDO ALTERNATIVAS VIÁVEIS, E COM BASE NA REALIDADE DA REGIÃO, MENOS ACADÊMICAS.

Fonte: programa Qualtrics

Os depoimentos obtidos na questão 12, cujo preenchimento era opcional, apontam para uma situação já, de certo modo, constatada nas respostas 10 e 11. Isto é, parece que há falta de interlocutores entre o setor público, neste caso as prefeituras, com a universidade (UFPel) e o próprio COREDE Sul; não existe uma concertação entre esses três agentes/atores do desenvolvimento local e regional.

Como foi explicado no capítulo 2, a sinergia entre o governo, a IES e a indústria é a alternativa para o desenvolvimento econômico (e a geração de inovação) do local e Região.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos tópicos foram abordados neste capítulo: da história da educação no Brasil ao surgimento da UFPel; do percentual orçamentário da UFPel em relação ao município de Pelotas e do COREDE Sul; da comparação do destino final de egressos das universidades UFSM e UPF em relação aos respectivos egressos da UFPel; do total impacto dos egressos da UFPel atuando no Estado; e por fim da aplicação do questionário com trabalhadores dos municípios do COREDE Sul.

Através das diferentes análises feitas nesse capítulo, alcançou-se uma série de propósitos e se chegou a conclusões que aprovam as hipóteses preestabelecidas. Objetivamente, a UFPel impacta de maneira positiva o COREDE Sul, mas poderia fazer ainda mais para o desenvolvimento socioeconômico da Região.

Abaixo se lista as conclusões alcançadas pelos itens apresentados:

1. As hipóteses referentes à UFPel poder exercer maior impacto no desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul e a UFPel ser eficiente na formação de profissionais para o mercado de trabalho nacional ou internacional foram provadas nesse capítulo. Salienta-se que, a última é somente um indicativo, pois mais pesquisa é necessário para se concluir tal hipótese.
2. Sobre o histórico do ensino no Brasil: entendendo o histórico do sistema de ensino no Brasil, compreende-se como esse sistema privilegiou a capacitação humana das elites regionais. A existência de um segundo grau público fraco contribui notoriamente para o aumento da desigualdade socioeconômica no país; este fato, no mínimo, dificultou o ingresso da esmagadora maioria das populações regionais no ensino superior.
3. Orçamento da UFPel em relação ao PIB de Pelotas é significativo. Na média dos anos observados, o valor do orçamento ficou em 8,77% e 2,61% em relação ao PIB do COREDE Sul.
4. Análise comparativa dos impactos gerados pela UFPel, UFSM e UPF: as três IESs impactam mais o mercado de trabalho dos seus próprios COREDEs; há mobilidade social dentre os profissionais analisados oriundos das três IES, isto é, os profissionais são eficientemente preparados para atuar em diferentes mercados de trabalho; o local de origem acadêmica não consegue absorver mais da metade dos graduados, nas profissões analisadas; o destino dos egressos da UPF apresenta um padrão de distribuição distinto das duas outras IES estudadas.
5. O potencial total de impacto da UFPel tanto no COREDE Sul quanto no Estado não chega a 100%. Dos médicos formados por esta IES, somente 67,42% atuam no território Estadual. Dos médicos veterinários egressos da UFPel, 76,79% da

classe praticam no Estado. Dos profissionais representados pelo CREA-RS, 68,41% trabalham no RS. Portanto, existe uma exportação, ou fuga de capital humano referentes às profissões analisadas, que representa 30,06% dos egressos da UFPel.

6. Aplicação do questionário: O resultado não foi quantitativo, mas qualitativo. Acredita-se que a estratégia de escolha das perguntas, assim como dos respondentes cumpriu a missão esperada. Conclui-se que há uma percepção positiva da imagem da UFPel, entre diferentes agentes do COREDE Sul. Todavia, essa universidade poderia impactar mais a Região, se sua missão fosse mais engajada com os problemas locais e regionais. Isto é, a IES deveria ser menos acadêmica e ir para o campo experimentar saber das carências técnicas dos diferentes municípios do COREDE Sul. Este último, como representante do setor produtivo e 'forças vivas' da sociedade regional, precisa fazer uma interface mais eficiente entre a universidade e os municípios. Os três atores: universidade, governo (municípios) e COREDE Sul precisam trabalhar de maneira mais coesa e criar uma sinergia, a qual gere um sistema de retorno (feedback) de atuação e avaliação dos esforços; objetivando o aperfeiçoamento das estratégias para o desenvolvimento socioeconômico da Região.

5. CONCLUSÃO

O impacto da Universidade Federal de Pelotas no COREDE Sul foi possível de ser mensurado a partir da metodologia usada nessa tese e todas as hipóteses foram comprovadas. Pelo uso de uma metodologia que se valeu de diferentes dados e estratégias de análise, pôde-se fazer conclusões além do objetivo inicialmente estabelecido pela tese. A seguir se faz um resumo do que foi abordado e as conclusões alcançadas.

Após trinta e três anos do primeiro prêmio Nobel de economia ter sido concedido à consagração da teoria do capital humano, a teoria segue como alicerce a novos constructos e perspectivas para soluções que objetivam o desenvolvimento socioeconômico. Nessa tese, usou-se a teoria do capital humano como principal pilar teórico e se explorou outros conceitos para formular uma situação ideal para a manutenção do desenvolvimento local e regional. Ainda na questão teórica, no final do capítulo um, descreveu-se a proposta para o terceiro papel da instituição de ensino superior. Esta proposta não é uma teoria propriamente estabelecida, mas como ocorreu com a formulação e articulação da teoria do capital humano, o terceiro papel da IES é uma estratégia que vem ocorrendo silenciosamente. As pessoas foram adquirindo educação, pois percebiam que isto gerava vantagens profissionais e culturais. O mesmo acontece com as IESs. Professores de universidades há anos prestam diferentes tipos de consultoria para instituições públicas e privadas. Faz um tempo também que empresas são criadas dentro de universidades no conceito de incubadoras, onde elas ficam por alguns anos e depois se liberam deste ambiente 'protegido' para seguirem seus próprios rumos. Portanto, o terceiro papel da IES já está de certa forma sendo praticado, porém o que falta é sua sistematização e ampla institucionalização no contexto da governança regional.

Como descritas na introdução, as hipóteses da tese são três e todas foram comprovadas. As hipóteses foram elaboradas de maneira espontânea, a partir do conhecimento teórico e empírico. A primeira hipótese desafia a própria teoria do capital humano; contudo, de maneira mais ampla, pois a inclui como um dos fatores do desenvolvimento socioeconômico. Essa hipótese além de ser comprovada pelas diferentes menções sobre o crescimento econômico dos Estados Unidos a partir do momento que este país apresentou melhores indicadores de escolaridade; ela é provada com a melhora de qualidade de vida dos trabalhadores, que com mais escolaridade, trabalham menos anos de suas vidas (tabela 2). Esse fato proporciona às pessoas com mais escolaridade, mais tempo para aproveitarem a vida do que trabalharem para seus sustentos. Essa hipótese é provada, ainda nesse capítulo, através da citação de Schultz (1961), quando ele explica que conhecimento e especialidade são o produto do investimento, que combinado a outros investimentos

sociais, contabilizam pela superioridade dos países tecnicamente avançados. Portanto, não só escolaridade, mas investimentos em infraestrutura (que proporcione conforto e bem-estar à sociedade) são elementos que promovem o desenvolvimento socioeconômico de uma região.

No capítulo três, indiretamente, a primeira hipótese ganha força também. Através da regressão múltipla gerada com três parâmetros independentes (e.g. população urbana, população rural, presença de IES e valor de PIB por COREDE), o resultado mostrou que a presença da IES no COREDE é o parâmetro que mais influi positivamente no IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) final. Neste caso pode-se pensar que, havendo IES próxima à moradia das pessoas, estas têm maior possibilidade de adquirirem conhecimento, o qual melhora suas condições de desenvolvimento socioeconômico.

A segunda hipótese se refere ao potencial de impacto da UFPel no local e Região e, foi elaborada empiricamente, pensando na realidade do território; a cidade de Pelotas (local), local de notória tradição relacionada à cultura, educação e sofisticação da sociedade urbana. Todavia, o município de Pelotas, quando observado no contexto da Região Sul, como se viu no gráfico 01, vem numa trajetória econômica descendente nos últimos setenta anos. Mesmo quando se observa os dados na tabela 12 que mostra a participação percentual dos municípios na formação do PIB do COREDE Sul, observa-se que a cidade de Pelotas diminuiu sua participação relativa nos últimos onze anos. Contudo, esse resultado não afetou o desempenho final do COREDE Sul, o qual está no quarto lugar de maior importância na formação do PIB do Estado, pelos últimos onze anos. A cidade de Rio Grande tomou o lugar de Pelotas. Cabe lembrar que, nessa cidade há também uma universidade federal importante. Porém, Rio Grande vem crescendo significativamente através da ampliação do porto marítimo e da indústria naval que ali está se fortalecendo com o aumento da produção de petróleo no Brasil.

Outros aspectos a serem apontados para provar essa segunda hipótese, estão relacionados com informações apresentadas no capítulo quatro. Como se viu no gráfico 04 referente ao grau de retenção dos egressos da UFPel no COREDE Sul. O mercado de trabalho local e regional não consegue absorver: mais que 50% dos egressos da UFPel representados pelo CREA-RS, mais que 33% dos médicos e mais que 49% dos médicos veterinários.

Como foi explicado no capítulo quatro, há outra universidade em Pelotas que oferece o curso de medicina, esta realidade pode corroborar com a baixa retenção de egressos da UFPel da medicina. Contudo, parece que a oferta de profissionais da medicina poderia ser mais bem utilizada se houvesse um planejamento coeso entre a

universidade e os diferentes municípios do COREDE Sul, pois é sabido que dependendo do caso de saúde, a população regional precisa se deslocar do seu município sede para ser atendida em Pelotas, quando não for o caso do paciente ter que vir a Porto Alegre (informação de morador do município de Jaguarão; confirmado por médico de Porto Alegre, graduado na Universidade Católica de Pelotas). Esse problema é bastante complexo, pois falta investimento infraestrutural nas sedes municipais. Este tema sinaliza a necessidade de haver mais pesquisa, para se compreender qual instituição (i.e., governo ou IES) precisa maior engajamento na promoção do desenvolvimento local e regional.

Com relação aos egressos profissionais do CREA-RS, o grau de absorção é um pouco melhor. Vale lembrar que, esse conselho de classe contempla não só engenheiros e técnicos de diversas áreas, mas agrônomos e engenheiros agrícolas, bem como engenheiros ambientais. Como foi descrito no capítulo quatro, a UFPel faz ótimo trabalho com relação a disseminação de melhores técnicas para cultivo e beneficiamento do arroz, dentre outros grãos e está envolvida com a produção industrial do arroz do COREDE Sul e Estado. Acredita-se que esta sinergia da UFPel com a produção primária e secundária do arroz, tenha papel vital no posicionamento do Estado como o maior produtor desse grão no Brasil. Mas sempre resta a pergunta; será que essa universidade poderia fazer mais para o setor primário com relação a diversificação da produção agrícola que é fortemente baseada na orizicultura. Cabe salientar que, predominantemente, o cultivo do arroz na Região Sul é praticado pouco ecologicamente correto já que o tipo de prática consome muita água e, na alta da estação do verão, esse uso compete com o abastecimento de água das cidades.

Sem um planejamento sistêmico entre IES, indústria e governo, o investimento é feito em curto prazo. A produção agrícola muda conforme o mercado (e.g. a soja está começando a se espalhar pelo COREDE Sul e Região Sul porque esta cultura tem preço e liquidez no mercado internacional). Contudo, outras culturas, em terras com diferentes vocações, poderiam ser incentivadas para promover a diversidade da produção e industrialização de alimentos; aproveitando o vasto recurso natural da terra e conhecimento científico da IES local e regional.

A retenção dos médicos veterinários fica semelhante com os profissionais representados pelo CREA. Novamente, o COREDE Sul tem a tradição centenária do manejo de animais. O Uruguai, país limítrofe do COREDE Sul, produz mais e melhores produtos de origem animal que a Região. Acredita-se que a ineficiência não esteja somente na atuação da IES, ou falta de competência da mesma. Como na situação da agricultura, um trabalho tripartite entre IES, indústria e governo poderia trazer mais eficiência à produção de carne, laticínio e coureira, entre outras ramificações.

Em suma, a segunda hipótese é comprovada quantitativamente no item 4.3, do capítulo quatro. Nesse item se quantifica o total de egressos da UFPel, formados a partir de 1990 até 2012, e se compara com o total de profissionais graduados por esta IES, com registros profissionais iniciados a partir de 1990, das três classes profissionais analisadas. Pouco menos de setenta por cento dos egressos da UFPel trabalham nas suas respectivas áreas de formação acadêmica, no território Estadual. Essa análise demonstra que mais de trinta por cento dos egressos da UFPel estão fora dos respectivos mercados de trabalho regional; com isso, não impactando especificamente tais funções na Região.

A última hipótese diz respeito à boa ou excelente qualidade profissional dos egressos da UFPel. Esta hipótese é indicativamente comprovada pelo potencial de mobilidade social dos graduados dessa IES. A mobilidade social se refere à capacidade da pessoa poder atuar profissionalmente em outras localidades, diferente daquela onde ela estudou. A capacidade das pessoas de atuar profissionalmente em outros mercados, principalmente, mais pujantes do que o de origem acadêmica é um excelente indicativo que esta pessoa tem capital humano. Mobilidade social também é importante para a pessoa em si, pois ela tem mais possibilidade de opções de trabalho e maior chance de acúmulo financeiro.

Através do gráfico 05 o qual ilustra o êxodo do capital humano para o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, observa-se que mais de 31% dos médicos da UFPel vão atuar no mercado mais competitivo do Estado. Pelos mapas de destino final dos profissionais da UFPel, verifica-se que o segundo lugar de maior migração de todos os profissionais analisados é o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí. Logo após vêm o COREDE Serra, Vale do Rio dos Sinos e Produção. Portanto, os egressos da UFPel estão migrando para os COREDEs mais ricos do Estado, nos quais se subentende que haja mais concorrência e demanda por excelência profissional. Essas conclusões fazem crer que os graduados da UFPel possuem uma boa ou ótima formação acadêmica. Por essas razões a hipótese três também é considerada como comprovada. Todavia, mais pesquisa necessita ser feita junto ao mercado de trabalho e, mesmo, a migração dos demais egressos de todas as universidades do Estado. Outro tema que influi nessa assunção seria compreender se a medicina existente no Estado é boa ou ótima. Por isso a provação da hipótese que se refere à qualidade acadêmica da UFPel deve ser percebida como um indicativo e não uma comprovação.

Outras conclusões realizadas através da análise comparativa sobre o destino final de egressos das três IESs (UFPel, UFSM e UPF) estudadas, são as seguintes: as IESs primeiramente impactam mais os COREDEs nos quais elas estão localizadas. Todavia, a UFSM é IES que menos retém egressos no seu COREDE. Consequentemente, essa IES é a que mais impacta os demais COREDEs do Estado. A UPF apresenta um padrão

diferente de distribuição de seus egressos, quando comparada as demais IESs. Essa IES impacta mais seus COREDEs limítrofes e da Região Norte. Já o padrão de migração dos egressos da UFPel e UFSM é mais parecido, seus egressos tendem a migrar para todos os COREDEs. Contudo, exceto pelos médicos veterinários oriundos da UFSM, os demais profissionais da UFPel e UFSM migram sempre nesta ordem: segundo, terceiro e quarto lugar para os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Serra e Produção respectivamente. No caso dos médicos veterinários da UFSM, em segundo lugar eles migram para o COREDE Fronteira Oeste, em terceiro, quarto e quinto lugar eles migram para os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Campanha e Serra respectivamente. Como foi explicado no capítulo quatro, dentro dessas ordens de grandeza, pode haver mais COREDEs, mas se cita os COREDEs que sempre aparecem dentro do padrão de destino final dos diferentes profissionais.

A partir da aplicação do questionário, conseguiu-se informações importantes que contribuíram para a aceitação da segunda hipótese. As perguntas tiveram um caráter qualitativo e objetivaram captar a percepção dos respondentes quanto ao papel da UFPel no desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul. A informação adquirida serviu de complemento ao restante dos dados quantitativos trabalhados nos capítulos três e quatro.

Apesar do nível de escolaridade dos respondentes ser muito bom e, todos eles trabalham ou para municípios do COREDE Sul, ou para a UFPel e/ou para a instituição do COREDE Sul; a maioria dos respondentes não tinha ciência do que representa o orçamento dessa IES para o município de Pelotas, ou para o COREDE Sul. Nenhum respondente sabia quantos campi a UFPel tem (Anexo I contém lista de IESs por município e COREDE), sendo que há oito municípios, fora Pelotas e Capão do Leão, que possuem campi dessa IES. Esse tipo de desconhecimento, sinaliza para a falta de contato entre as prefeituras e a UFPel; para a falta de aproveitamento de um recurso humano que poderia estar criando mais competência e soluções para o desenvolvimento local.

A percepção dos respondentes a respeito da importância da UFPel para o desenvolvimento do COREDE Sul é relevante, isto é, a maioria percebe como importante. Todavia, no conjunto de respostas, observa-se certa inconsistência de ideários. Os respondentes não têm o mesmo ponto de vista quanto as prioridades que deveriam ser objetivadas pela UFPel para tentar melhorar, ou fazer com que seu impacto seja maior no desenvolvimento do COREDE Sul. Ao mesmo tempo, acredita-se que houve certa tendência na resposta de uma pergunta, então, isso pode ter causado a inconsistência mencionada. O que faz desconfiar e relevar tais resultados.

Contudo, de modo geral, identifica-se que há falta de comunicação e debate construtivo entre as municipalidades, COREDE Sul e UFPel. Essa observação sumariza a percepção que se obteve no resultado de três perguntas do questionário. Grosso modo, as críticas mais recorrentes dos respondentes se referiram a falta de engajamento/comprometimento da UFPel em solucionar os problemas locais, que dificultam o desenvolvimento da Região como um todo.

Aproveitando a observação do parágrafo acima, passa-se para os dois próximos pontos a serem abordados. Primeiramente, pensa-se ser muito importante ter trabalhado em nível de COREDE, pois é uma estrutura administrativa existente e que olha o território na perspectiva regional. Esse ponto de vista é eficiente porque congrega um território nem muito pequeno, nem muito grande, mas passivo de ser bem administrado. Se bem gestado, esse tipo de estratégia administrativa deve facilitar muito o desenvolvimento socioeconômico da região e, conseqüentemente, a administração do governo do Estado. Por mais que haja falta de adesão das diferentes instâncias governamentais com relação ao papel e trabalho dos COREDEs, espera-se que os governos de Estado apõem os mesmos. Acredita-se que, o tempo de amadurecimento dos COREDEs irá consagrá-los como agentes do desenvolvimento regional.

Com relação à administração regional, os COREDEs devem unir esforços com os outros agentes do desenvolvimento regional. Aqui se refere à proposta do terceiro papel para a IES. As referências bibliográficas que se pesquisou que abordam o assunto do terceiro papel da IES são estrangeiras, são soluções exógenas. Portanto, precisam ser digeridas localmente e adaptadas à realidade local. Como as boas universidades são na maioria das vezes públicas, os entraves para torná-las mais empreendedoras podem ser grandes. Por esta razão, talvez fosse mais rápido convencer os COREDEs a demandar mais participação das IESs, no desenho de suas estratégias para o desenvolvimento regional.

Todavia, acredita-se que o crucial seja fomentar a estratégia de sinergia entre a instituição de ensino superior, a indústria (setor produtivo) e a governança local/regional. A fonte de criação, promoção de competência e inovação reside na IES. Como é enfatizado por Lundvall, para o desenvolvimento econômico ser sustentável, a criação de competência deverá ser constante. A organização de trabalho precisará se tornar flexível/adaptável, pois o conhecimento muda e evolui de maneira acelerada na 'nova economia', a qual se caracteriza pela ubiquidade do uso da tecnologia de informação e comunicação.

Acredita-se que o impacto da UFPel no desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul é muito importante, porém, existe mais potencial a ser empregado por

essa IES na Região. Em curto prazo, parece que tanto o COREDE como as prefeituras locais precisam quebrar a inércia (o que só acontecerá via conscientização) e buscar o envolvimento da IES para a elaboração de planos estratégicos, que solucionem os gargalos do desenvolvimento local e regional.

A pesquisa realizada foi muito importante no sentido de alertar para uma série de aspectos em relação ao papel da UFPel na Região do COREDE Sul. Porém, essa pesquisa aponta para diferentes abordagens que urge mais pesquisa e aprofundamento, que busquem soluções efetivas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. O caminho foi apenas aberto; agora resta desbravá-lo.

REFERÊNCIAS

AUDRETSCH, David. (1998). "Agglomeration and the location of economic Activity" <http://userwww.service.emory.edu/~erein/misc/oxrep3.pdf> (acessado 14/02/2013)

AUDRETSCH, David. (2003). "Knowledge, Globalization, and Regions: An Economist's Perspective." *Regions, Globalization, and the Knowledge-Based Economy* Dunning, John H. (Editor), Rutgers University, Newark, and Emeritus Professor, University of Reading Print publication date: 2002, Published to Oxford Scholars hip Online: November 2003
Print ISBN-13: 978-0-19-925001-1, doi:10.1093/0199250014.001.0001
http://www.oxfordscholarship.com/oso/public/privacy_policy.html.
Subscriber: Universite Laval; date: 21 February 2011

BANDEIRA, Pedro Silveira. (2003). Origens, Evolução e Situação Atual das Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul. In: Maria Flora Gonçalves; Carlos Antônio Brandão; Antônio Carlos Galvão. (Org.). **Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: O Desafio Urbano-Regional**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, v., p. 519-548.

BANDEIRA, Pedro Silveira. (2007). "Uma Experiência de Institucionalização de Regiões no Brasil: Os COREDEs do Rio Grande do Sul". <http://www.cidts.ufsc.br/articles/ArtigoBandeira.pdf> (acessado 10/12/2013)

BANDEIRA, Pedro Silveira. (2010). "As Desigualdades Regionais Gaúchas no Novo Milênio." **Em Pro-RS IV – Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)**. COREDES-RS – Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estados do Rio Grande do Sul. 2010. <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=ZLSG7-e8ceE%3D&tabid=5363&mid=7972>

BARAGLIO, G. F. (2011). "História da Educação no Brasil". <http://gisele-finatti-baraglio.blogspot.com.br/2011/07/historia-da-educacao-no-brasil-um-breve.html> (acessado 28/06/2013)

BECKER, Gary S. et al. (1960). "Underinvestment in College Education." **The American Economic Review**, Vol. 50, No. 2, Papers and Proceedings of the Seventy-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1960), pp. 346-354

BECKER, Gary S. et al. (1990). "Human Capital, Fertility, and Economic Growth." **Journal of Political Economic**. Vol. 98, no. 5, part 2: The Problem of Development: A Conference of the Institute for the Study of Free Enterprise Systems (Oct. 1990), pp. S12-S37.

Book Note: REGIONAL ADVANTAGE: CULTURE AND COMPETITION IN SILICON VALLEY AND ROUTE 128. By AnnaLee Saxenian. Cambridge, Massachusetts: Pp. 226.

<http://jolt.law.harvard.edu/articles/pdf/v08/08HarvJLTech521.pdf> (acessado 03/11/2013)

BONTEMPI Jr, Bruno. (2000). "RESENHAS - CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública.*" São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200011

(acessado 28/06/2013)

BOUDEVILLE, J.R. (1966). **Problems of Regional Economic Planning**; Edinburgh at University Press.

CARLAW, Kenneth; et al. Les Oxley, Paul Walker, David Thorns, Michael Nuth. (2006). "Beyond The Hype: Intellectual Property and The Knowledge Society/Knowledge Economy."

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6419.2006.00262.x/abstract> (acessado

06/11/2013)

CHATTERTON, P., **GODDARD**, J. 2003. "The response of HEIs to regional needs." in **RUTTEN**, R., **BOEKEMA**, F., **KUIJPERS**, E. (ed.). **Economic geography of higher education**. Londres: **Routledge**.

CHIECHELSKI, P. C. S. (1994). "Análise da Indústria de Conservas Vegetais de Pelotas/RS." Dissertação – Mestre em Administração. Prof. Orientador Jaime Evaldo Fenstermacher. UFRGS. Repositório Lume.

www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29906

DAVID, P.; **FORAY**, D. (2003). Economic Fundamentals of the Knowledge Society. *Policy Futures in Education*, Volume 1, Number 1, 2003

http://www.worlds.co.uk/pdf/validate.asp?j=pfie&vol=1&issue=1&year=2003&article=2_D

[avid PFIE 1 1](http://www.worlds.co.uk/pdf/validate.asp?j=pfie&vol=1&issue=1&year=2003&article=2_D) (acessado 07/11/2013)

DE PAULA, Maria de Fátima. (2008). "A formação universitária no Brasil: concepções e influências"

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000100005

(acessado 12/05/2013)

DUNNING, John H. (2003). "Regions, Globalization, and the Knowledge Economy: *The Issues Stated*". *Regions, Globalization, and the Knowledge-Based Economy*

Dunning, John H. (Editor), Rutgers University, Newark, and Emeritus Professor, University of Reading Print publication date: 2002, Published to Oxford Scholarship Online: November 2003 Print ISBN-13: 978-0-19-925001-1, doi:10.1093/0199250014.001.0001.

http://www.oxfordscholarship.com/oso/public/privacy_policy.html).

Subscriber: Universite Laval; date: 21 February 2011

EGLER, C. A. G. (1995). “Questão Regional e Gestão do Território no Brasil”
<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf../Gestao.pdf> (acesso 28/10/2013)

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. (2000). “The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations”
[http://www.chss.uqam.ca/Portals/0/docs/sts8020/\(20\)Etzk-Leides.Triple.Helix.pdf](http://www.chss.uqam.ca/Portals/0/docs/sts8020/(20)Etzk-Leides.Triple.Helix.pdf) (acessado 27/10/2013)

FÁVERO, M. de L. de Albuquerque. (2000). **Universidade do Brasil das Origens à Construção.** Editora UFRJ. Comped. MEC/Inep. 2000.

FÁVERO, M. de L. de Albuquerque. “A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”
<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf> (acesso 18/10/2013)

FEE: série histórica do PIB municipal

http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_1985_1998.php
 (acessado 18/12/2013)

FLORIDA, R. Kenney, M. (2002). “The Economic Geography of Talent.” **Annals of the Association of American Geographers**, 92(4), 2002, pp. 743-755

FLORIDA, Richard. (1995). “Toward the Learning Region”. **Futures**, Vol. 27, No. 5, pp. 527-536. 1995.
http://www.creativeclass.com/rfcgdb/articles/1995-Futures-Toward_the_Learning_Region.pdf
 (acessado 13/02/2013)

FLORIDA, R. Kenney, M. (1993). “The New Age of Capitalism – innovation-mediated production.” **Futures**,..., 1993.
http://www.creativeclass.com/rfcgdb/articles/1993-Futures-The_New_Age_of_Capitalism.pdf
 (acessado 18/12/2013)

FLORIDA, R. Kenney, M. (1991). “The New Industrial Revolution.” **Futures**,..., 1991.
http://creativeclassgroup.com/rfcgdb/articles/1991-Futures-The_New_Industrial_Revolution.pdf (acessado 18/12/2013)

FRIEDMANN, J. WEAVER, C. (1981). **Territorio y Función.** Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.

FURTADO, C. 2007. *Formação Econômica do Brasil.* 34 ed. São Paulo. Ed. Companhia das Letras.

GAROFOLI, G. (2002). “Local development in Europe”. **European Urban and Regional Studies.** 9(3); 225-239.

GODDARD, J. 2008. “The Role of the University in the Development of its City and Region”

<http://www.ncl.ac.uk/curds/assets/documents/roleoftheuniversity.pdf> (acessado 24/10/2013)

GODDARD, J. (2000). *The response of HEIs to regional needs*. <http://www.oecd.org/dataoecd/53/6/40033173.pdf> (acessado 24/10/2013)

GOODE, Richard B. (1959). "Adding to the Stock of Physical and Human Capital". *American Economic Review*, v. 49, n. 2, p. 147-155, may. 1959

HALL, Stuart (2006) **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 11° Ed.;

HOUTHAKKER, H. S. (1959). "Education and Income"
The Review of Economics and Statistics, Vol. 41, No. 1 (Feb., 1959), pp. 24-28.

IBGE – Censo 2010
<http://www.ibge.gov.br/home/> (acessado 18/12/2013)

IDESE – Metodologia
http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_metodologia.php (acessado 10/12/2013).

KUHN, F. (2007) **Breve História do Rio Grande do Sul**; 3ª Ed. Ampl. Porto Alegre: Leitura XXI.

LEITE, D.; CUNHA, M.I; MOROSINI, M.; LONER, B. A.; BLUMENTHAL, G. W.; MARSICO, H. H. L. **Universidade e Ensino de Graduação – memória e caracterização na UFRGS e na UFPel**. Pelotas: UFPel, 1997.

LQ (location quotient).
<http://www.economicmodeling.com/2011/10/14/understanding-location-quotient-2/>
(acessado 10/12/2013).

LUCAS, Jr. R. E. (1988). "On the Mechanics of Economic Development". *Journal of Monetary Economics* 22; 3 – 42. North-Holland.
<http://www.sfu.ca/~kkasa/lucas88.pdf> (acessado 23/11/2013)

LUNDVALL, B.-Å. (2002). DRUID Working Paper No 02-06. "The University in the Learning Economy". Department of Business Studies, University of Aalborg. ISBN 87-7873-122-4
<http://www3.druid.dk/wp/20020006.pdf> (acesso 04/11/2013)

LUNDVALL, B.-Å. (2003). **DRUID Working Paper No 04-01.** "Why the New Economy is a Learning Economy" Department of Business Studies. Aalborg University . ISBN 87-7873-151-8
<http://webdoc.sub.gwdg.de/ebook/serien/lm/DRUIDwp/04-01.pdf> (acesso 04/11/2013)

MARKILLEI, Paul. (2012). "Third industrial revolution"

<http://www.economist.com/blogs/schumpeter/2012/04/special-report-manufacturing-and-innovation> (acessado 10/02/2013)

MARTINS, E. M., Hirt, C. "SANTA CRUZ DO SUL & OKTOBERFEST: TRADUÇÃO OU TRADIÇÃO ALEMÃ?". *Boletim Gaúcho de Geografia*, 34: 78-94, maio, 2009.

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37429/24175> (acessado em 15/01/2014)

MARTINS, C. H. B., Wink Jr, M. V. (2012). "População em pobreza extrema no Rio Grande do Sul, Brasil: caracterização e regionalização." *Anais – Seminário Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio*. 2012.

MINCER, Jacob. (1958). "Investment in Human Capital and Personal Income". *Journal of Political Economy*, Vol. 66, No. 4 (Aug., 1958), pp. 281-302

Ministério da Agricultura: Mapa do Arroz

<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/arroz> (acessado em 24/10/2013)

Ministério do Trabalho e Emprego: RAIS de 2000 - 2010

<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/> (acessado 18/12/2013)

MORAES, A. C. R. (1983) *Geografia – Pequena História Crítica*. São Paulo, Hucitc, 1983.

MULLER, Carlos. (1998). *A história Econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gazeta Mercantil.

OCDE. (2007). *Higher Education and Regions: Globally Competitive, Locally Engaged*. ISBN 978-92-64-03414-3 (acessado 11/11/2013)

<http://www.oecd.org/edu/imhe/39378517.pdf>

OHMAE, Kenichi. (1993). "The rise of the region nation". *Foreign Affairs*. Vol. 72.2 (1993): p. 78+. Academic OneFile. Web 14 Feb. 2013.

<HTTP://go.galegroup.com.ez45.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do> (acessado 14/02/2013)

PASSI, Anssi. (1986). "The institutionalization of regions: a theoretical framework for understanding the emergence of regions and the constitution of regional identity." *Geography Society of Finland. FENNIA* 164:1 pp. 105-146. 1986.

PERES, Tirsia R. (2005). "Educação Brasileira no império". In Este texto foi originariamente publicado em PALMA FILHO, J. C. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação*. 3 ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

<http://www.pedagogiaaopedaleta.com.br/wp-content/uploads/2013/04/EDUCA%C3%87%C3%83O-NO-BRASIL-IMP%C3%89RIO.pdf>

(acessado 25/06/2013)

PERROUX, François. (1967). **A economia do século XX**. Capítulo 2 e 3. Herder.

Portal da Cidadania

http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/zonasuldoestados/one-community?page_num=0 (acessado em 24/10/2013)

RAIS – 2010. (2010). Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais - 2010 - RAIS 2010 -

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012FE039D8AA15D9/resultado_2010.pdf (acessado 03/12/2013)

Regional Advantage - Culture & Competition in Silicon Valley & Route 128

Annalee Saxenian, Harvard University Press, 1996. "Basic differences between Silicon Valley & Route 128"

http://www.vedpuriswar.org/book_review/Regional%20advantage.PDF (acessado 03/11/2013)

ROMER, Paul M. (1990). "Endogenous Technological Change." **The Journal of Political Economy**, Vol. 98, No. 5, Part 2: The Problem of Development: A

<http://links.jstor.org/sici?sici=0022-3808%28199010%2998%3A5%3CS71%3AETC%3E2.0.CO%3B2-8> (acessado 10/12/2013)

SANTOS, Milton. (1997) **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico informacional**. São Paulo, Hucitc, 1997.

SCHULTZ, Theodore William. (1960). "Capital Formation by Education." **Journal of Political Economy**. Vol. 68, no. 6 (Dec., 1960), pp. 571-583.

SCHULTZ, Theodore William. (1961). "Investment in Human Capital." **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

SCHULTZ, Theodore William. (1962). "Reflections on Investment in Man." **Journal of Political Economy**. Vol. 70, no. 5, part 2: Investment in Human Beings (Oct., 1962), pp. 1-8.

SCHULTZ, Theodore William. (1962). "Reflections on Investment in Man." **The Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, p. 1-8, out. 1962.

SCHULTZ, Theodore William. (1962). "Investment in human Capital in Poor Countries." **Foreign Trade and Human Capital**. 1962.

SCHULTZ, Theodore William. (1960). "Capital Formation by Education." **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 68, n. 6, p. 571-583, (dez. 1960).

SEN, Amartya. (2000) **Development as Freedom**. 4 ed. Alfred A. Knopf. 2000.

SLEE, Bill. (1993). "Endogenous Development; A concept in search of a theory." **Options Méditerranéennes**. Sér. A/nº 23, 1993 – Strengthening endogenous development pattern in European agriculture.

<http://om.ciheam.org/om/pdf/a23/CI000373.pdf> (acessado 10/12/2013)

SOARES, Maria Susana Arrosa. et al. "A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL"

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf> (acessado 10/02/2013)

SPOSITO, E. S. (2003). **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

STAEHLE, Hans. (1943). "Ability, wage and income". **The Review of Economics and Statistics**. Vol. 25. No. 1 Feb. 1943.

Stanford University: "THE RISE OF SILICON VALLEY"

http://www.stanford.edu/about/history/history_ch3.html (15/11/2013)

STIGLER, George J. (1950). **Employment and Compensation in Education**. NBER. ISBN: 0-87014-348-4

SWEETLAND, Scott R. (1996). "Human Capital Theory: Foundations of a Field of Inquiry." **Review of Educational Research**. Fall 1996. Vol. 66 No. 3. PP. 341-359

THRIFT, N. "Visando o âmago da região". In **GREGORY**, Derek. et al. org. (1994) **Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Jorge Zahar Editor. (1994)

VILLALTA, Luiz C. *Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos*.

http://www.google.com.br/#q=carvalho+laerte+ramos+de+Introdu%C3%A7%C3%A3o+ao+estudo+da+Hist%C3%B3ria+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Brasileira&ei=E_bNUbGEJaHQ0gGDt4DgCg&start=40&sa=N&bav=on.2,or.r_qf.&fp=63822b4961a55c63&biw=1124&bih=818

(acessado 28/06/2013)

The Triple Helix Concept – Theoretical framework

<http://www.triplehelixconference.org/the-triple-helix-concept.html> (acessado 11/11/2013)

WEISBROD, Burton A. (1961). "The Valuation of Human Capital." **The Journal of Political Economy**. Vol. 69, no. 5 (Oct. 1961), pp. 425-436.

Site da UFPel:

Prestação de Contas 2004: *RELATÓRIO de ATIVIDADES do GESTOR 2004- UFPel* (acessado em 10 novembro, 2012)

Prestação de Contas 2005: *RELATÓRIO de ATIVIDADES do GESTOR 2005- UFPel* (acessado em 10 novembro, 2012)

Prestação de Contas 2006: *RELATÓRIO de ATIVIDADES do GESTOR 2006- UFPel* (acessado em 10 novembro, 2012)

Prestação de Contas 2007: *RELATÓRIO de ATIVIDADES do GESTOR 2007- UFPel* (acessado em 10 novembro, 2012)

Prestação de Contas 2008: *RELATÓRIO de ATIVIDADES do GESTOR 2008- UFPel* (acessado em 10 novembro, 2012)

Prestação de Contas 2009: *RELATÓRIO de ATIVIDADES do GESTOR 2009- UFPel* (acessado em 10 novembro, 2012)

Prestação de Contas 2010: *RELATÓRIO de ATIVIDADES do GESTOR 2010- UFPel* (acessado em 10 novembro, 2012)⁶⁶

Extensão

<http://www.ufpel.tche.br/faem/dcta/ppgcta/site/content/extensao/> (acessado 09/10/2013)

Cooperações

<http://www.ufpel.tche.br/faem/dcta/ppgcta/site/content/cooperacao/> (acessado 9/10/2013)

Institucional UFPel - 44 anos

<http://www.ufpel.edu.br/portal/institucional-%C2%B7-ufpel-44-anos/> (acessado 21/09/2013)

Avaliação Institucional (UPF)

http://www.upf.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=322&Itemid=456#.Ula--dK1G32 (acessado em 12/10/2013)

UFPel – Um pouco de sua história e do seu presente...:

<http://wp.ufpel.edu.br/acessoainformacao/institucional/> (acessado em 23/10/2013)

Lista de cursos da pós-graduação stricto sensu.

<http://wp.ufpel.edu.br/prppg/stricto/> (acessado em 23/10/2013)

Lista de cursos da pós-graduação lato sensu.

<http://wp.ufpel.edu.br/prppg/lato/> (acessado em 23/10/2013)

Lista de cursos de Bacharelado.

<http://wp.ufpel.edu.br/prg/cursos/bacharelados/> (acessado em 23/10/2013)

Lista de cursos de Licenciatura à distância.

<http://wp.ufpel.edu.br/prg/cursos/licenciaturas/> (acessado em 23/10/2013)

Lista de cursos de Tecnólogo.

<http://wp.ufpel.edu.br/prg/cursos/tecnologos/> (acessado em 23/10/2013)

Unidades Acadêmicas.

<http://www.ufpel.edu.br/portal/#> (acessado em 23/10/2013)

⁶⁶ Documentos acessados através do portal antigo da UFPel, que não estão mais disponíveis.

ANEXO I – Dados quantitativos e qualitativos sobre os demais COREDEs.

TABELA AI1 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Alto da Serra do Botucaraí

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Alto Alegre	2,32%	2,37%	2,47%	2,48%	2,57%	1,94%	1,78%	2,07%	2,13%	2,25%	2,41%	2,25%
Barros Cassal	8,75%	8,68%	8,55%	8,74%	8,22%	8,99%	9,29%	9,06%	7,76%	7,62%	8,06%	7,95%
Campos Borges	3,66%	3,46%	3,63%	3,53%	3,67%	3,17%	2,87%	2,90%	3,07%	3,30%	3,31%	3,02%
Espumoso	20,93%	19,65%	19,11%	18,82%	19,83%	18,81%	17,17%	17,94%	19,18%	19,22%	20,18%	19,69%
Fontoura Xavier	8,43%	8,41%	7,58%	7,32%	5,97%	6,43%	8,61%	7,74%	7,06%	7,30%	7,44%	7,76%
Gramado Xavier	3,11%	3,23%	3,19%	2,91%	2,98%	3,43%	3,64%	3,67%	3,19%	3,09%	3,08%	2,99%
Ibirapuitã	4,25%	4,14%	3,80%	3,77%	4,12%	3,52%	3,02%	3,66%	4,35%	4,10%	3,95%	3,98%
Itapuca	2,39%	2,56%	2,52%	2,14%	2,04%	2,20%	2,39%	2,32%	2,23%	2,15%	2,17%	2,29%
Jacuzinho	0,00%	0,00%	2,59%	2,50%	3,56%	2,82%	1,87%	2,96%	2,97%	3,29%	3,22%	2,21%
Lagoão	3,61%	3,83%	3,54%	3,20%	3,14%	3,54%	4,25%	4,34%	4,13%	4,39%	4,30%	4,14%
Mormaço	2,74%	2,60%	2,89%	2,95%	3,56%	3,17%	2,61%	2,93%	3,48%	3,21%	3,49%	3,55%
Nicolau Vergueiro	2,78%	3,06%	3,27%	3,54%	3,56%	3,25%	2,30%	2,90%	3,24%	3,71%	3,29%	3,35%
São José do Herval	2,01%	1,93%	1,87%	1,68%	1,52%	1,61%	2,03%	1,84%	1,73%	1,76%	1,72%	1,93%
Soledade	26,42%	27,24%	24,81%	25,96%	23,87%	26,90%	29,86%	25,85%	25,35%	24,35%	23,40%	25,67%
Tio Hugo	0,00%	0,00%	3,64%	3,51%	4,02%	3,72%	3,29%	3,87%	3,92%	3,70%	4,16%	3,74%
Victor Graeff	8,60%	8,83%	6,54%	6,93%	7,39%	6,50%	5,00%	5,96%	6,20%	6,57%	5,82%	5,48%

TABELA AI2 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Alto Jacuí

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Boa Vista do Cadeado	0,00%	0,00%	2,26%	1,82%	2,70%	2,40%	1,28%	2,36%	2,50%	2,81%	2,27%	1,98%
Boa Vista do Incra	0,00%	0,00%	2,28%	2,20%	2,65%	1,66%	1,17%	1,89%	1,77%	1,93%	1,89%	1,57%
Colorado	3,14%	2,93%	3,37%	3,02%	3,11%	2,80%	2,60%	2,54%	2,73%	2,72%	2,39%	2,11%
Cruz Alta	40,30%	39,65%	33,54%	36,05%	34,28%	34,97%	37,27%	37,03%	37,34%	34,91%	39,34%	40,55%
Fortaleza dos Valos	3,56%	3,19%	3,92%	3,63%	4,13%	2,80%	2,65%	3,27%	3,23%	3,43%	3,17%	2,70%
Ibirubá	12,53%	12,82%	12,72%	13,12%	13,56%	14,94%	15,14%	13,22%	13,10%	14,60%	14,15%	14,14%
Lagoa dos Três Cantos	1,29%	1,15%	1,35%	1,08%	1,22%	1,12%	0,94%	1,12%	1,08%	1,17%	1,09%	1,02%
Não-Me-Toque	11,12%	12,91%	12,90%	13,01%	11,92%	13,80%	13,10%	11,30%	11,90%	13,04%	11,34%	12,63%
Quinze de Novembro	2,47%	2,47%	2,50%	2,24%	2,29%	2,01%	2,17%	2,37%	2,33%	2,54%	2,02%	1,83%
Saldanha Marinho	1,92%	2,06%	2,09%	1,86%	2,08%	2,06%	1,73%	1,83%	1,93%	1,92%	1,88%	1,60%
Salto do Jacuí	6,09%	5,96%	5,23%	4,98%	4,40%	4,14%	5,01%	5,65%	5,49%	4,90%	4,73%	4,69%
Santa Bárbara do Sul	8,32%	7,93%	8,84%	8,03%	9,35%	8,26%	6,49%	7,58%	7,73%	7,48%	6,97%	6,22%
Selbach	3,09%	3,08%	3,12%	2,94%	2,81%	2,98%	3,05%	2,79%	2,56%	2,79%	2,49%	2,70%
Tapera	6,17%	5,83%	5,87%	6,02%	5,52%	6,06%	7,43%	7,06%	6,32%	5,78%	6,28%	6,26%

TABELA AI3 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Campanha

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Aceguá	0,00%	0,00%	2,82%	3,02%	3,31%	3,72%	3,48%	3,13%	3,30%	3,36%	4,03%	3,99%
Bagé	47,21%	49,96%	44,65%	43,64%	42,49%	40,23%	43,79%	45,15%	44,04%	42,67%	40,89%	42,66%
Caçapava do Sul	13,98%	14,97%	14,11%	13,96%	14,94%	14,84%	13,86%	13,66%	14,27%	13,59%	14,28%	13,74%
Candiota	7,43%	7,77%	10,18%	9,49%	9,19%	10,64%	12,47%	10,89%	9,91%	9,65%	8,66%	9,62%
Dom Pedrito	24,31%	19,33%	21,69%	22,91%	23,49%	23,25%	19,24%	19,73%	20,02%	22,18%	23,85%	22,06%
Hulha Negra	4,24%	4,91%	3,34%	3,44%	3,04%	3,67%	3,20%	3,34%	3,53%	3,53%	3,24%	3,27%
Lavras do Sul	2,83%	3,05%	3,19%	3,53%	3,54%	3,64%	3,96%	4,09%	4,94%	5,01%	5,04%	4,66%

TABELA AI4 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Campos de Cima da Serra

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
André da Rocha	1,63%	1,60%	1,87%	1,60%	2,19%	2,23%	1,60%	2,09%	2,21%	2,37%	2,39%	1,54%
Bom Jesus	11,44%	11,39%	9,84%	9,34%	8,45%	8,08%	9,18%	7,04%	8,69%	8,69%	11,14%	9,43%
Campestre da Serra	4,23%	3,69%	3,74%	4,03%	3,54%	4,69%	3,86%	3,98%	3,66%	3,26%	3,27%	2,95%
Esmeralda	4,41%	5,15%	4,21%	3,68%	5,00%	4,27%	3,06%	3,74%	4,53%	4,14%	3,41%	3,70%
Ipê	5,24%	4,81%	5,18%	5,40%	5,79%	5,93%	6,26%	5,62%	5,70%	5,64%	5,49%	5,19%
Monte Alegre dos Campos	2,44%	2,44%	2,63%	2,35%	2,17%	2,11%	2,10%	2,12%	2,05%	1,77%	1,78%	1,63%
Muitos Capões	6,73%	7,57%	8,86%	10,51%	12,84%	8,14%	6,56%	9,10%	9,00%	10,24%	7,34%	9,46%
Pinhal da Serra	0,00%	0,00%	1,74%	2,64%	3,48%	5,58%	4,74%	8,97%	7,68%	7,90%	7,24%	7,19%
São José dos Ausentes	3,78%	3,18%	3,06%	3,22%	3,51%	3,12%	4,62%	4,40%	3,86%	3,80%	5,65%	3,83%
Vacaria	60,09%	60,18%	58,86%	57,24%	53,04%	55,83%	58,02%	52,94%	52,62%	52,18%	52,29%	55,08%

TABELA AI5 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Cealeiro

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Barra do Guarita	1,22%	1,48%	1,65%	1,23%	1,06%	1,08%	1,35%	1,32%	1,20%	1,20%	1,24%	1,27%
Bom Progresso	1,72%	1,73%	1,83%	1,81%	1,83%	1,91%	1,46%	1,80%	1,72%	1,45%	1,54%	1,73%
Braga	2,05%	2,12%	2,06%	1,81%	2,04%	1,82%	1,77%	1,98%	2,14%	2,18%	2,15%	2,13%
Campo Novo	4,40%	4,27%	4,25%	4,65%	4,52%	4,47%	4,10%	4,74%	4,55%	4,45%	4,10%	4,50%
Chiapetta	4,07%	3,86%	3,94%	3,70%	4,78%	3,86%	2,71%	3,31%	4,03%	4,23%	4,32%	4,08%
Coronel Bicaco	5,73%	6,46%	6,37%	5,65%	7,41%	6,94%	4,72%	6,71%	6,66%	5,88%	6,51%	7,01%
Crissiumal	9,22%	9,65%	9,38%	9,41%	7,99%	9,08%	10,35%	9,99%	8,65%	8,63%	9,47%	9,44%
Derrubadas	1,99%	2,10%	2,28%	2,12%	2,11%	2,17%	2,05%	2,18%	2,48%	2,48%	2,35%	2,27%
Esperança do Sul	1,84%	1,82%	1,92%	1,95%	1,91%	1,95%	2,03%	1,96%	2,08%	1,96%	1,94%	2,11%
Humaitá	3,49%	3,54%	3,80%	3,71%	3,90%	3,92%	4,03%	4,23%	4,20%	4,14%	4,01%	4,00%
Inhacorá	1,60%	1,64%	1,60%	1,64%	1,85%	1,58%	1,20%	1,33%	1,85%	1,79%	1,56%	1,57%
Miraguaí	2,09%	2,11%	1,85%	1,73%	1,85%	1,92%	2,23%	2,18%	2,47%	2,59%	2,73%	3,55%
Redentora	3,27%	3,67%	3,89%	3,05%	3,36%	3,11%	3,15%	3,45%	4,04%	3,66%	3,88%	4,03%
Santo Augusto	13,33%	12,59%	12,18%	12,46%	13,91%	13,52%	12,30%	11,27%	12,38%	12,70%	12,49%	12,17%
São Martinho	3,79%	3,76%	3,81%	3,88%	4,22%	4,15%	4,27%	4,39%	4,37%	4,60%	4,39%	4,47%
São Valério do Sul	1,30%	1,30%	1,27%	1,20%	1,47%	1,21%	1,03%	1,08%	1,47%	1,42%	1,43%	1,33%
Sede Nova	2,05%	2,05%	2,04%	1,90%	1,98%	2,15%	2,26%	2,55%	2,73%	2,77%	2,42%	2,39%
Tenente Portela	6,84%	7,09%	6,97%	6,80%	6,56%	7,07%	7,69%	7,52%	7,63%	8,16%	8,04%	8,03%
Tiradentes do Sul	4,03%	3,79%	3,57%	3,61%	3,47%	3,70%	3,91%	3,34%	3,40%	3,36%	3,58%	3,54%
Três Passos	24,35%	23,41%	23,52%	26,00%	21,87%	22,58%	25,27%	22,62%	19,88%	20,07%	19,71%	18,34%
Vista Gaúcha	1,64%	1,55%	1,81%	1,70%	1,93%	1,83%	2,14%	2,06%	2,06%	2,28%	2,13%	2,04%

TABELA AI6 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Central

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Agudo	4,52%	4,87%	4,62%	5,24%	5,14%	5,05%	4,76%	4,47%	4,22%	4,42%	4,55%	4,20%
Dilermando de Aguiar	0,82%	0,79%	0,83%	0,72%	0,64%	0,83%	0,65%	0,76%	0,81%	0,92%	0,82%	0,92%
Dona Francisca	0,90%	0,87%	0,86%	0,81%	0,83%	0,93%	0,81%	0,76%	0,68%	0,73%	0,70%	0,66%
Faxinal do Soturno	1,87%	1,87%	1,78%	1,85%	1,71%	1,76%	1,79%	1,70%	1,63%	1,57%	1,61%	1,91%
Formigueiro	1,63%	1,50%	1,63%	1,69%	1,59%	1,75%	1,35%	1,44%	1,43%	1,55%	1,63%	1,55%
Itaara	1,09%	1,15%	1,02%	0,90%	0,83%	0,82%	0,82%	0,81%	0,83%	0,87%	0,78%	0,89%
Ivorá	0,52%	0,50%	0,54%	0,52%	0,48%	0,59%	0,54%	0,49%	0,46%	0,53%	0,55%	0,56%
Jari	1,10%	1,00%	1,32%	1,28%	1,41%	1,17%	0,88%	1,32%	1,52%	1,60%	1,53%	1,16%
Júlio de Castilhos	5,65%	5,83%	6,33%	6,10%	7,88%	6,52%	5,01%	6,03%	6,61%	6,55%	6,80%	6,47%
Nova Palma	1,81%	1,84%	1,97%	2,03%	2,32%	2,21%	2,34%	2,27%	2,29%	2,31%	2,24%	2,21%
Pinhal Grande	2,03%	2,13%	2,30%	2,03%	2,00%	1,82%	1,65%	1,75%	2,00%	2,02%	2,08%	1,91%
Quevedos	0,85%	0,66%	0,95%	0,95%	1,23%	0,89%	0,66%	0,93%	1,01%	1,09%	1,04%	0,92%
Santa Maria	63,80%	63,92%	60,77%	61,20%	55,08%	60,38%	66,44%	62,80%	60,93%	59,09%	59,37%	62,68%
São João do Polêsine	0,61%	0,59%	0,61%	0,60%	0,63%	0,63%	0,60%	0,60%	0,55%	0,61%	0,62%	0,59%
São Martinho da Serra	0,82%	0,78%	1,08%	1,04%	1,25%	1,09%	0,72%	1,10%	1,25%	1,35%	1,14%	1,16%
São Pedro do Sul	3,50%	3,33%	3,45%	3,39%	3,22%	3,49%	3,50%	3,48%	3,17%	3,28%	3,24%	3,27%
Silveira Martins	0,86%	0,67%	0,56%	0,54%	0,48%	0,48%	0,44%	0,42%	0,43%	0,46%	0,51%	0,44%
Toropi	0,60%	0,68%	0,74%	0,62%	0,60%	0,61%	0,61%	0,61%	0,55%	0,56%	0,57%	0,58%
Tupanciretã	7,02%	7,01%	8,64%	8,49%	12,68%	8,97%	6,42%	8,25%	9,64%	10,47%	10,25%	7,92%

TABELA AI7 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Centro Sul

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Arambaré	1,96%	1,86%	2,00%	1,93%	2,16%	2,08%	1,43%	1,51%	1,67%	1,76%	2,02%	1,92%
Arroio dos Ratos	3,42%	3,80%	3,67%	3,42%	3,44%	3,28%	3,65%	3,79%	3,85%	3,98%	3,38%	2,95%
Barão do Triunfo	1,74%	1,66%	1,93%	2,22%	2,35%	2,22%	1,74%	1,82%	1,73%	1,73%	1,98%	1,62%
Barra do Ribeiro	3,93%	3,88%	3,90%	4,25%	4,33%	3,82%	3,32%	3,60%	3,57%	3,65%	3,99%	4,12%
Butiá	7,06%	7,96%	7,24%	7,66%	6,70%	6,31%	6,43%	6,37%	6,41%	6,81%	5,55%	6,82%
Camaquã	31,59%	29,97%	30,18%	29,32%	29,43%	27,54%	25,58%	25,19%	25,11%	26,06%	29,67%	27,00%
Cerro Grande do Sul	2,21%	2,25%	2,63%	2,78%	2,74%	2,90%	2,18%	2,49%	2,31%	2,57%	2,64%	2,41%
Charqueadas	20,18%	20,87%	19,18%	19,23%	20,29%	26,16%	31,95%	28,11%	28,74%	25,96%	20,25%	24,43%
Chuívisca	1,41%	1,43%	1,65%	1,92%	1,92%	1,56%	1,24%	1,71%	1,59%	1,65%	1,95%	1,56%
Cristal	2,17%	1,87%	2,06%	2,17%	2,14%	1,98%	1,70%	1,96%	1,96%	2,14%	2,61%	2,37%
Dom Feliciano	4,03%	3,92%	4,41%	4,24%	4,23%	3,92%	3,52%	3,91%	3,73%	3,89%	4,36%	4,11%
Mariana Pimentel	1,06%	1,03%	1,08%	1,05%	1,11%	0,87%	0,85%	0,99%	0,91%	1,00%	1,24%	1,09%
Minas do Leão	3,03%	3,14%	2,69%	2,28%	2,30%	2,14%	1,97%	2,01%	2,47%	2,50%	2,28%	2,25%
São Jerônimo	6,62%	6,97%	7,56%	7,57%	7,26%	6,84%	7,29%	8,38%	7,93%	7,80%	7,87%	7,99%
Sentinelado do Sul	1,87%	2,04%	1,99%	1,78%	1,47%	1,15%	0,96%	1,19%	1,14%	1,18%	1,99%	1,32%
Sertão Santana	1,94%	1,78%	2,07%	2,11%	2,42%	2,36%	1,83%	2,26%	2,13%	2,30%	2,63%	2,37%
Tapes	5,80%	5,56%	5,76%	6,06%	5,69%	4,86%	4,35%	4,71%	4,76%	5,01%	5,59%	5,66%

TABELA AI8 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Fronteira Noroeste

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Alecrim	2,12%	2,07%	2,09%	1,90%	1,73%	1,60%	1,93%	2,00%	1,88%	1,82%	1,89%	1,86%
Alegria	1,41%	1,42%	1,41%	1,26%	1,54%	1,20%	1,13%	1,27%	1,43%	1,28%	1,33%	1,29%
Boa Vista do Buricá	2,49%	2,74%	2,89%	2,54%	2,24%	2,18%	2,58%	2,68%	2,66%	2,48%	2,35%	2,46%
Campina das Missões	2,20%	2,08%	2,27%	2,07%	2,06%	1,78%	2,01%	2,03%	2,08%	1,87%	1,87%	1,87%
Cândido Godói	2,48%	2,42%	2,64%	2,52%	2,57%	2,18%	2,50%	2,88%	2,79%	2,58%	2,63%	2,61%
Doutor Maurício Cardo	2,25%	2,06%	2,15%	2,27%	2,43%	2,07%	1,94%	2,39%	2,50%	2,46%	2,42%	2,28%
Horizontina	19,25%	20,59%	17,13%	20,22%	22,43%	27,62%	18,61%	14,29%	15,70%	15,12%	14,68%	16,59%
Independência	3,05%	2,65%	2,80%	2,77%	3,05%	2,32%	2,47%	2,79%	3,02%	2,76%	2,76%	2,73%
Nova Candelária	0,82%	0,91%	1,04%	1,04%	1,18%	1,03%	1,31%	1,33%	1,47%	1,55%	1,78%	1,53%
Novo Machado	1,40%	1,38%	1,43%	1,54%	1,80%	1,21%	1,10%	1,53%	1,57%	1,50%	1,56%	1,41%
Porto Lucena	1,84%	1,66%	1,63%	1,52%	1,44%	1,31%	1,51%	1,59%	1,50%	1,42%	1,37%	1,47%
Porto Mauá	0,75%	0,72%	0,76%	0,67%	0,70%	0,63%	0,80%	0,90%	0,83%	0,77%	0,88%	0,84%
Porto Vera Cruz	0,66%	0,66%	0,68%	0,65%	0,62%	0,57%	0,61%	0,68%	0,63%	0,61%	0,61%	0,69%
Santa Rosa	33,04%	32,90%	34,75%	32,95%	31,48%	31,85%	35,38%	34,16%	32,97%	35,72%	36,04%	36,32%
Santo Cristo	7,23%	7,65%	7,96%	7,57%	6,92%	6,47%	7,69%	8,68%	8,28%	8,17%	7,34%	7,01%
São José do Inhacorá	0,70%	0,66%	0,68%	0,69%	0,59%	0,60%	0,70%	0,73%	0,70%	0,79%	0,80%	0,91%
Senador Salgado Filho	1,08%	0,99%	1,13%	1,02%	1,13%	0,98%	0,94%	1,13%	1,25%	1,24%	1,27%	1,22%
Três de Maio	10,96%	10,19%	10,10%	10,40%	9,62%	8,84%	10,87%	12,28%	12,12%	11,39%	11,54%	10,48%
Tucunduva	2,69%	2,88%	2,92%	3,02%	2,88%	2,38%	2,55%	2,87%	2,97%	2,93%	3,24%	2,98%
Tuparendi	3,57%	3,38%	3,54%	3,37%	3,59%	3,15%	3,34%	3,78%	3,65%	3,54%	3,64%	3,45%

TABELA AI9 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Fronteira Oeste

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Alegrete	14,64%	14,51%	14,60%	13,76%	14,65%	15,25%	13,83%	13,43%	12,95%	12,92%	13,60%	12,87%
Barra do Quaraí	1,62%	1,32%	1,43%	1,45%	1,57%	1,69%	1,15%	1,29%	0,96%	1,25%	1,31%	1,38%
Itacurubi	0,63%	0,62%	0,69%	0,62%	0,72%	0,66%	0,56%	0,51%	0,61%	0,63%	0,62%	0,61%
Itaqui	11,19%	10,48%	9,62%	10,04%	10,87%	10,86%	9,02%	8,86%	7,97%	8,72%	9,44%	8,72%
Maçambará	1,71%	1,48%	1,70%	1,84%	2,22%	2,12%	1,30%	1,49%	1,37%	1,58%	1,63%	1,53%
Manoel Viana	1,06%	1,00%	1,19%	1,30%	1,54%	1,16%	0,97%	1,09%	1,28%	1,29%	1,19%	1,16%
Quaraí	3,45%	3,60%	3,75%	3,56%	3,25%	3,32%	3,03%	2,95%	2,79%	2,79%	2,85%	2,97%
Rosário do Sul	5,80%	5,99%	6,09%	5,94%	6,08%	6,05%	5,26%	5,15%	5,53%	6,01%	6,48%	6,14%
Santa Margarida do Sul	0,00%	0,00%	0,63%	0,76%	1,04%	0,87%	0,59%	0,67%	0,85%	0,87%	0,83%	0,92%
Santana do Livramento	13,37%	14,08%	13,30%	12,59%	11,31%	11,27%	12,25%	11,61%	11,80%	11,24%	10,63%	10,37%
São Borja	11,60%	11,83%	11,48%	11,95%	13,08%	12,57%	12,81%	14,60%	12,82%	12,82%	14,03%	13,79%
São Gabriel	10,21%	9,91%	9,61%	9,60%	10,07%	9,89%	8,58%	8,51%	9,23%	8,95%	9,67%	12,37%
Uruguaiana	24,71%	25,18%	25,93%	26,58%	23,59%	24,28%	30,64%	29,85%	31,83%	30,93%	27,72%	27,18%

TABELA AI10 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Hortênsias

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Cambará do Sul	8,04%	7,49%	7,37%	8,87%	8,03%	7,89%	6,40%	6,05%	6,02%	5,93%	5,40%	5,38%
Canela	20,87%	21,38%	21,23%	21,71%	22,27%	21,45%	21,71%	21,18%	21,15%	20,21%	20,00%	20,22%
Gramado	26,02%	26,27%	27,47%	27,54%	28,38%	27,89%	28,35%	28,67%	29,67%	28,99%	28,24%	29,63%
Jaquirana	2,29%	2,50%	2,58%	2,63%	2,44%	2,32%	2,18%	2,14%	2,14%	2,22%	2,13%	2,23%
Nova Petrópolis	21,63%	20,50%	20,27%	18,39%	18,75%	18,63%	18,60%	18,67%	19,06%	18,79%	18,52%	18,96%
Picada Café	7,18%	8,26%	6,93%	6,87%	6,29%	7,23%	7,81%	8,00%	7,22%	7,68%	8,29%	8,32%
São Francisco de Paula	13,97%	13,60%	14,14%	13,98%	13,85%	14,60%	14,97%	15,29%	14,74%	16,18%	17,41%	15,26%

TABELA AI11 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Jacuí Centro

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Cachoeira do Sul	56,53%	56,67%	55,21%	55,18%	53,95%	55,21%	58,58%	56,83%	57,23%	57,49%	59,75%	61,99%
Cerro Branco	2,61%	2,76%	3,00%	2,67%	2,56%	2,63%	2,64%	2,76%	2,81%	2,84%	2,67%	2,50%
Novo Cabrais	2,12%	2,22%	2,51%	2,36%	2,29%	2,38%	2,35%	2,48%	2,42%	2,40%	2,44%	2,24%
Paraíso do Sul	4,48%	4,58%	4,80%	4,77%	4,65%	4,86%	4,89%	5,39%	5,19%	5,06%	4,86%	4,36%
Restinga Seca	14,55%	14,82%	15,14%	14,49%	13,98%	13,04%	11,11%	12,14%	11,84%	11,85%	11,10%	9,77%
São Sepé	17,29%	16,52%	16,86%	18,21%	19,87%	19,08%	17,28%	17,54%	17,66%	17,62%	16,70%	16,66%
Vila Nova do Sul	2,42%	2,42%	2,47%	2,33%	2,69%	2,80%	3,15%	2,87%	2,86%	2,74%	2,49%	2,48%

TABELA AI12 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Litoral

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Arroio do Sal	2,12%	2,21%	2,18%	2,21%	2,26%	2,16%	2,35%	2,48%	2,44%	2,37%	2,34%	2,37%
Balneário Pinhal	2,92%	3,00%	2,94%	2,81%	2,87%	2,76%	2,78%	2,80%	2,81%	2,81%	2,82%	2,79%
Capão da Canoa	12,44%	12,91%	13,12%	12,74%	12,84%	12,90%	13,64%	13,61%	14,02%	13,60%	13,51%	13,67%
Capivari do Sul	2,57%	2,57%	2,81%	3,11%	3,41%	3,70%	2,73%	2,61%	2,74%	3,30%	3,43%	3,46%
Caraá	1,35%	1,34%	1,41%	1,40%	1,35%	1,27%	1,22%	1,27%	1,24%	1,22%	1,27%	1,25%
Cidreira	3,51%	3,66%	3,59%	3,50%	3,63%	3,50%	3,51%	3,45%	3,45%	3,49%	3,44%	3,47%
Dom Pedro de Alcântara	0,55%	0,59%	0,59%	0,63%	0,64%	0,63%	0,65%	0,64%	0,61%	0,59%	0,82%	0,74%
Imbé	5,74%	5,76%	5,88%	5,73%	5,83%	5,80%	5,83%	5,62%	5,59%	5,47%	5,47%	5,54%
Itati	0,00%	0,00%	0,47%	0,49%	0,49%	0,59%	0,60%	0,67%	0,59%	0,55%	0,50%	0,51%
Mampituba	0,81%	0,82%	0,96%	0,84%	0,89%	0,82%	0,79%	0,78%	0,77%	0,79%	0,80%	0,77%
Maquiné	1,88%	1,96%	1,90%	1,80%	1,81%	1,79%	2,13%	2,42%	2,53%	2,39%	2,39%	2,05%
Morrinhos do Sul	0,77%	0,78%	0,87%	0,90%	0,96%	0,90%	0,91%	0,90%	0,90%	0,88%	0,93%	0,91%
Mostardas	5,85%	5,54%	6,22%	6,17%	6,80%	7,06%	5,40%	5,28%	5,21%	6,10%	6,06%	5,78%
Osório	18,34%	17,63%	16,74%	16,44%	15,69%	16,49%	16,99%	17,44%	17,19%	16,94%	17,82%	18,21%
Palmares do Sul	5,99%	5,38%	5,17%	5,37%	5,72%	6,04%	5,23%	4,98%	4,76%	5,20%	5,15%	5,12%
Terra de Areia	3,14%	3,12%	2,73%	2,91%	3,15%	3,15%	2,95%	2,86%	2,68%	2,62%	2,47%	2,45%
Torres	12,26%	12,81%	12,65%	13,21%	12,34%	11,69%	12,09%	12,05%	12,15%	12,01%	11,32%	11,21%
Tramandaí	11,82%	12,01%	11,84%	12,14%	11,71%	11,24%	12,14%	12,04%	12,16%	11,79%	11,44%	11,38%
Três Cachoeiras	2,69%	2,71%	2,85%	2,84%	2,67%	2,66%	2,84%	2,87%	2,74%	2,56%	2,55%	3,06%
Três Forquilhas	0,81%	0,80%	0,83%	0,75%	0,77%	0,75%	0,77%	0,78%	0,75%	0,69%	0,78%	0,69%
Xangri-lá	4,45%	4,41%	4,26%	4,03%	4,16%	4,10%	4,44%	4,46%	4,65%	4,63%	4,68%	4,56%

TABELA AI13 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Médio Alto Uruguaí

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Alpestre	5,08%	5,19%	5,06%	4,74%	5,14%	4,86%	5,04%	4,78%	4,96%	4,76%	4,66%	4,56%
Ametista do Sul	3,15%	3,14%	3,11%	3,48%	3,11%	3,43%	3,72%	3,35%	2,98%	2,79%	2,85%	2,86%
Caçara	3,60%	3,62%	3,50%	3,60%	3,35%	3,56%	3,57%	3,48%	3,05%	3,17%	3,25%	2,65%
Cristal do Sul	1,57%	1,96%	1,80%	1,74%	1,90%	1,80%	1,54%	1,73%	1,71%	1,70%	1,43%	1,51%
Dois Irmãos das Missões	2,39%	2,67%	2,97%	2,42%	3,06%	2,66%	1,63%	2,50%	2,89%	2,51%	2,55%	2,37%
Eval Seco	5,06%	5,31%	5,54%	5,09%	7,01%	5,02%	4,74%	4,93%	5,32%	5,21%	4,93%	5,09%
Frederico Westphalen	23,28%	22,77%	21,63%	25,36%	21,12%	24,22%	26,71%	25,90%	24,55%	25,36%	26,19%	30,52%
Gramado dos Loureiros	1,36%	1,27%	1,32%	1,15%	1,38%	1,16%	1,00%	1,23%	1,32%	1,25%	1,17%	1,14%
Iraí	5,11%	4,91%	4,66%	4,92%	4,55%	4,58%	4,84%	4,64%	4,15%	4,10%	4,10%	3,73%
Nonoai	10,07%	9,27%	10,15%	8,73%	9,63%	10,52%	8,20%	8,11%	8,38%	8,69%	10,15%	9,36%
Novo Tiradentes	1,49%	1,59%	1,74%	1,39%	1,48%	1,27%	1,34%	1,19%	1,24%	1,27%	1,35%	1,27%
Palmitinho	4,03%	4,00%	4,03%	4,15%	3,95%	3,88%	4,14%	4,02%	4,19%	4,26%	4,02%	3,64%
Pinhal	1,78%	1,89%	2,71%	2,34%	2,11%	1,90%	2,01%	2,03%	2,40%	2,35%	2,13%	2,01%
Pinheirinho do Vale	2,71%	2,63%	2,51%	2,70%	2,73%	2,56%	2,76%	2,63%	2,81%	2,96%	2,67%	2,32%
Planalto	6,08%	5,83%	6,17%	5,58%	5,08%	5,22%	5,96%	5,46%	5,26%	4,83%	5,01%	4,92%
Rio dos Índios	2,16%	2,45%	2,51%	2,33%	2,83%	2,64%	2,02%	2,36%	2,63%	2,51%	2,22%	2,00%
Rodeio Bonito	3,56%	3,72%	3,42%	3,36%	3,41%	3,39%	3,48%	3,42%	3,48%	3,42%	3,35%	3,19%
Seberi	6,38%	6,87%	6,46%	6,86%	7,35%	6,96%	6,77%	7,22%	7,62%	7,59%	7,33%	6,94%
Taquaruçu do Sul	2,22%	2,40%	2,32%	2,02%	2,23%	2,08%	2,08%	2,00%	1,98%	2,00%	1,88%	1,92%
Trindade do Sul	3,79%	3,50%	3,51%	3,15%	3,77%	3,34%	3,05%	3,89%	4,14%	4,08%	3,68%	3,53%
Vicente Dutra	3,51%	3,31%	3,23%	3,28%	3,19%	3,30%	3,49%	3,35%	2,90%	3,13%	3,05%	2,45%
Vista Alegre	1,62%	1,69%	1,65%	1,62%	1,63%	1,65%	1,92%	1,81%	2,02%	2,06%	2,01%	2,01%

TABELA AI14 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Alvorada	1,77%	1,79%	1,91%	1,96%	1,94%	1,86%	1,84%	1,87%	1,86%	1,97%	2,04%	2,17%
Cachoeirinha	4,17%	4,15%	4,33%	4,29%	4,73%	4,98%	4,56%	4,47%	4,63%	5,14%	5,53%	6,42%
Eldorado do Sul	1,38%	1,65%	1,58%	1,43%	1,64%	1,74%	1,51%	1,65%	1,07%	0,80%	1,12%	1,12%
Glorinha	0,09%	0,09%	0,11%	0,12%	0,15%	0,24%	0,24%	0,28%	0,37%	0,40%	0,32%	0,34%
Gravataí	5,69%	6,35%	8,24%	7,96%	8,04%	8,72%	8,26%	8,50%	9,60%	9,70%	9,65%	10,41%
Guaíba	2,77%	2,22%	2,18%	2,22%	2,26%	2,23%	2,83%	3,25%	3,11%	3,16%	3,33%	3,63%
Porto Alegre	72,99%	69,54%	68,96%	68,41%	66,51%	63,76%	65,53%	66,17%	66,31%	66,62%	64,79%	63,27%
Santo Antônio da Patrulha	0,73%	0,70%	0,73%	0,75%	0,81%	0,77%	0,70%	0,70%	0,73%	0,84%	0,85%	0,88%
Triunfo	7,60%	10,63%	8,97%	9,73%	10,58%	12,43%	11,44%	9,99%	9,29%	8,24%	9,22%	8,49%
Viamão	2,81%	2,88%	2,99%	3,13%	3,34%	3,27%	3,10%	3,13%	3,03%	3,13%	3,15%	3,27%

TABELA AI15 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Missões

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Bossoroca	2,96%	3,05%	3,51%	3,11%	4,03%	3,09%	2,89%	2,67%	3,12%	3,10%	3,01%	3,05%
Caibaté	2,76%	2,86%	2,09%	1,87%	1,92%	1,80%	1,78%	1,81%	1,93%	1,80%	1,66%	1,75%
Cerro Largo	6,09%	6,34%	5,70%	5,37%	5,12%	6,03%	6,99%	6,02%	6,40%	6,96%	6,67%	7,07%
Dezesseis de Novembro	0,79%	0,81%	0,73%	0,69%	0,63%	0,74%	0,84%	0,82%	0,71%	0,71%	0,74%	0,75%
Entre-Ijuís	3,71%	3,60%	3,72%	3,25%	3,89%	3,64%	3,10%	3,18%	3,60%	3,43%	3,65%	2,64%
Eugênio de Castro	1,45%	1,41%	1,60%	1,28%	1,69%	1,41%	1,04%	1,44%	1,83%	2,05%	2,00%	1,84%
Garruchos	1,41%	1,35%	6,66%	14,05%	9,48%	7,23%	6,41%	11,60%	5,10%	5,41%	5,46%	4,80%
Giruá	8,77%	8,67%	7,54%	7,84%	8,16%	7,88%	6,52%	7,15%	8,03%	7,03%	8,67%	8,94%
Guarani das Missões	3,83%	3,90%	3,65%	3,64%	3,57%	3,57%	3,55%	3,41%	3,53%	3,50%	4,52%	4,27%
Mato Queimado	0,00%	0,00%	0,66%	0,54%	0,64%	0,54%	0,57%	0,62%	0,70%	0,63%	0,63%	0,65%
Pirapó	0,93%	0,92%	0,84%	0,80%	0,81%	0,81%	0,82%	0,78%	0,77%	0,78%	0,73%	0,77%
Porto Xavier	3,59%	3,17%	2,95%	2,71%	2,54%	3,11%	4,25%	3,72%	4,61%	6,00%	3,58%	3,90%
Rolador	0,00%	0,00%	0,97%	0,82%	1,17%	0,84%	0,83%	0,92%	1,03%	1,11%	0,99%	0,98%
Roque Gonzales	2,49%	2,54%	2,44%	2,22%	2,38%	2,25%	2,46%	2,19%	2,18%	2,22%	2,15%	2,20%
Salvador das Missões	1,21%	1,32%	1,35%	1,29%	1,55%	1,53%	1,40%	1,20%	1,31%	1,42%	1,60%	1,42%
Santo Ângelo	31,74%	31,34%	27,99%	26,03%	24,80%	29,81%	30,58%	27,24%	27,15%	26,93%	27,50%	27,33%
Santo Antônio das Missões	3,96%	3,79%	3,96%	3,38%	4,27%	4,02%	3,84%	3,49%	3,95%	3,72%	3,77%	4,02%
São Luiz Gonzaga	13,52%	13,67%	12,61%	11,96%	12,14%	11,71%	12,19%	11,42%	11,98%	11,62%	11,18%	11,86%
São Miguel das Missões	3,25%	3,46%	3,65%	2,70%	4,10%	3,00%	2,79%	3,28%	4,49%	4,19%	4,21%	4,43%
São Nicolau	1,48%	1,48%	1,54%	1,36%	1,49%	1,36%	1,46%	1,36%	1,38%	1,44%	1,38%	1,50%
São Paulo das Missões	2,22%	2,30%	2,03%	1,78%	1,79%	1,95%	1,89%	1,92%	1,94%	1,90%	1,91%	1,88%
São Pedro do Butiá	1,15%	1,17%	1,10%	0,97%	1,26%	1,19%	1,34%	1,23%	1,38%	1,49%	1,42%	1,27%
Sete de Setembro	0,66%	0,75%	0,70%	0,57%	0,67%	0,62%	0,63%	0,67%	0,82%	0,63%	0,59%	0,65%
Ubiratama	0,92%	0,88%	0,86%	0,85%	0,82%	0,89%	0,81%	0,77%	0,83%	0,82%	0,89%	0,87%
Vitória das Missões	1,10%	1,21%	1,16%	0,94%	1,07%	1,00%	1,03%	1,10%	1,22%	1,10%	1,10%	1,17%

TABELA AI16 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Nordeste

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Água Santa	3,95%	3,53%	3,31%	3,41%	3,70%	3,31%	2,71%	3,22%	3,66%	3,67%	3,70%	3,74%
Barracão	4,01%	4,07%	4,07%	3,89%	4,58%	3,35%	3,41%	4,14%	4,48%	4,68%	4,53%	4,58%
Cacique Doble	2,89%	2,96%	2,80%	2,45%	2,56%	2,45%	2,18%	2,37%	2,50%	2,34%	2,42%	2,48%
Capão Bonito do Sul	0,00%	0,00%	2,01%	1,92%	2,31%	2,19%	1,55%	2,44%	2,51%	2,65%	2,23%	2,81%
Caseiros	2,39%	2,30%	2,02%	1,90%	2,18%	2,13%	1,85%	2,04%	1,79%	1,91%	2,04%	1,99%
Ibiaçá	4,84%	4,81%	4,29%	4,19%	4,55%	3,89%	3,28%	4,16%	4,24%	4,19%	4,01%	3,85%
Ibiraiaras	6,76%	6,31%	7,41%	7,36%	5,68%	6,36%	6,29%	6,13%	5,95%	6,08%	6,34%	5,64%
Lagoa Vermelha	23,21%	23,62%	20,04%	21,30%	19,10%	19,60%	21,19%	20,48%	19,10%	18,36%	18,94%	19,46%
Machadinho	3,13%	3,12%	5,92%	5,31%	3,99%	4,13%	2,68%	2,83%	3,20%	2,85%	2,65%	2,95%
Maximiliano de Almeida	3,26%	3,44%	3,11%	3,48%	3,18%	3,27%	3,40%	3,59%	3,28%	3,01%	2,52%	2,43%
Paim Filho	3,12%	3,08%	2,82%	2,71%	2,73%	2,64%	2,87%	2,59%	2,50%	2,44%	2,48%	2,63%
Sananduva	13,97%	13,60%	12,82%	13,49%	14,07%	14,05%	14,83%	13,36%	13,07%	12,95%	12,86%	12,16%
Santa Cecília do Sul	0,00%	0,00%	1,47%	1,37%	1,52%	1,48%	1,14%	1,46%	1,31%	1,48%	1,33%	1,47%
Santo Expedito do Sul	1,56%	1,59%	1,46%	1,38%	1,57%	1,33%	1,14%	1,32%	1,68%	1,94%	1,80%	1,72%
São João da Urtiga	2,92%	2,99%	2,92%	2,70%	2,73%	2,84%	2,82%	2,62%	2,63%	2,72%	2,76%	2,54%
São José do Ouro	5,75%	5,86%	6,01%	5,30%	5,81%	4,94%	5,11%	5,54%	5,89%	5,69%	5,12%	5,41%
Tapejara	14,89%	15,48%	14,15%	15,01%	16,14%	18,91%	21,17%	18,73%	19,20%	20,01%	21,41%	21,38%
Tupanci do Sul	1,45%	1,50%	1,56%	1,20%	1,30%	1,02%	0,89%	1,07%	1,11%	1,08%	1,05%	1,05%
Vila Lângaro	1,91%	1,75%	1,80%	1,64%	2,30%	2,12%	1,49%	1,91%	1,92%	1,95%	1,80%	1,72%

TABELA AI17 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Noroeste Colonial

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Ajuricaba	3,53%	3,48%	3,26%	3,31%	3,77%	3,28%	3,07%	3,57%	4,39%	4,00%	3,93%	3,88%
Augusto Pestana	3,83%	3,35%	3,41%	3,55%	3,85%	3,61%	3,30%	3,64%	4,24%	4,28%	3,89%	3,85%
Bozano	0,00%	0,00%	1,02%	0,99%	1,53%	1,08%	0,76%	1,09%	1,29%	1,15%	1,10%	0,98%
Catuípe	4,66%	4,46%	4,29%	4,52%	5,00%	4,48%	3,82%	4,64%	5,21%	4,94%	4,68%	4,03%
Condor	4,57%	4,36%	4,62%	4,60%	4,89%	4,54%	3,72%	4,50%	4,88%	4,89%	5,00%	4,37%
Coronel Barros	1,43%	1,18%	1,27%	1,40%	1,67%	1,34%	1,04%	1,36%	1,41%	1,42%	1,31%	1,20%
Ijuí	49,69%	51,30%	49,53%	47,17%	41,75%	45,26%	48,94%	47,37%	45,42%	44,74%	45,34%	46,75%
Jóia	5,32%	4,16%	5,51%	4,88%	7,68%	4,63%	3,38%	5,09%	6,14%	6,57%	5,67%	4,99%
Nova Ramada	1,48%	1,31%	1,36%	1,28%	1,66%	1,21%	0,87%	1,10%	1,52%	1,61%	1,55%	1,26%
Panambi	22,44%	23,71%	22,50%	25,50%	24,59%	27,70%	29,23%	24,31%	22,04%	23,05%	23,80%	25,72%
Pejuçara	3,07%	2,68%	3,22%	2,78%	3,62%	2,86%	1,87%	3,33%	3,46%	3,36%	3,74%	2,96%

TABELA AI18 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Norte

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Aratiba	3,93%	5,07%	8,74%	5,57%	6,29%	8,94%	9,11%	8,49%	8,05%	7,73%	7,95%	8,02%
Áurea	1,02%	0,97%	1,01%	1,11%	1,27%	1,17%	0,96%	1,09%	1,17%	1,13%	1,08%	1,07%
Barão de Cotegipe	2,24%	2,12%	1,83%	1,95%	2,28%	1,98%	1,97%	2,05%	2,17%	2,23%	2,20%	2,41%
Barra do Rio Azul	0,67%	0,64%	0,61%	0,62%	0,64%	0,62%	0,64%	0,61%	0,72%	0,79%	0,69%	0,71%
Benjamin Constant do Sul	0,49%	0,47%	0,46%	0,45%	0,51%	0,46%	0,45%	0,45%	0,42%	0,44%	0,41%	0,45%
Campinas do Sul	3,12%	3,09%	2,42%	2,75%	2,84%	2,58%	1,98%	2,36%	2,48%	2,13%	2,09%	2,05%
Carlos Gomes	0,48%	0,47%	0,44%	0,50%	0,45%	0,41%	0,36%	0,41%	0,46%	0,47%	0,49%	0,46%
Centenário	0,81%	0,79%	0,79%	0,84%	0,90%	0,81%	0,67%	0,78%	0,82%	0,76%	0,83%	0,70%
Charrua	1,03%	1,15%	1,11%	1,15%	1,33%	1,15%	0,83%	1,10%	1,16%	1,19%	1,08%	1,07%
Cruzaltense	0,00%	0,00%	0,64%	0,66%	0,86%	0,72%	0,50%	0,66%	0,80%	0,76%	0,68%	0,68%
Entre Rios do Sul	2,12%	2,09%	2,36%	1,80%	1,75%	1,85%	1,93%	2,29%	2,42%	2,08%	1,85%	2,70%
Erebango	1,36%	1,29%	1,35%	1,27%	1,37%	1,25%	0,91%	1,18%	1,22%	1,18%	1,02%	0,94%
Erechim	51,45%	51,79%	48,88%	49,32%	45,99%	47,10%	51,33%	47,93%	47,19%	48,23%	50,71%	50,69%
Erval Grande	1,28%	1,30%	1,22%	1,21%	1,37%	1,19%	1,22%	1,26%	1,36%	1,40%	1,29%	1,37%
Estação	3,61%	3,29%	2,89%	3,21%	3,19%	3,46%	3,32%	3,18%	2,80%	2,73%	2,70%	2,44%
Faxinalzinho	0,75%	0,79%	0,76%	0,71%	1,47%	0,72%	0,61%	0,72%	0,76%	0,84%	0,67%	0,61%
Florianópolis	0,72%	0,74%	0,70%	0,69%	0,79%	0,71%	0,57%	0,71%	0,75%	0,78%	0,70%	0,66%
Gaurama	2,43%	2,46%	2,38%	2,64%	2,77%	2,65%	2,64%	2,45%	2,50%	2,68%	2,30%	2,35%
Getúlio Vargas	7,52%	6,60%	5,45%	6,02%	5,36%	5,58%	5,77%	5,69%	5,58%	5,57%	5,57%	5,58%
Ipiranga do Sul	1,02%	1,00%	1,04%	1,16%	1,38%	1,22%	0,94%	1,06%	1,14%	1,13%	1,07%	1,01%
Itatiba do Sul	1,18%	1,15%	1,05%	1,01%	0,99%	0,99%	1,07%	1,13%	1,21%	1,14%	1,01%	1,00%
Jacutinga	1,49%	1,59%	1,45%	1,53%	1,82%	1,52%	1,13%	1,48%	1,63%	1,60%	1,75%	1,49%
Marcelino Ramos	1,99%	1,81%	1,56%	1,76%	1,67%	1,69%	1,70%	1,65%	1,58%	1,52%	1,43%	1,46%
Mariano Moro	0,70%	0,69%	0,59%	0,60%	0,61%	0,56%	0,61%	0,58%	0,61%	0,60%	0,57%	0,57%
Paulo Bento	0,00%	0,00%	0,69%	0,75%	0,97%	0,73%	1,02%	1,02%	1,06%	1,04%	0,91%	0,93%
Ponte Preta	0,66%	0,66%	0,54%	0,62%	0,62%	0,53%	0,48%	0,62%	0,62%	0,63%	0,57%	0,55%
Quatro Irmãos	0,00%	0,00%	1,14%	1,28%	1,48%	1,16%	0,54%	0,99%	1,14%	0,98%	0,79%	0,84%
São Valentim	1,22%	1,16%	1,15%	1,27%	1,31%	1,24%	1,13%	1,21%	1,24%	1,26%	1,11%	1,16%
Sertão	2,90%	2,85%	3,16%	3,64%	3,88%	3,10%	2,45%	3,19%	3,11%	3,16%	2,94%	2,58%
Severiano de Almeida	1,31%	1,36%	1,25%	1,34%	1,33%	1,28%	1,28%	1,26%	1,29%	1,33%	1,28%	1,23%
Três Arroios	0,99%	1,00%	0,91%	0,99%	0,98%	0,95%	0,93%	0,91%	0,97%	0,97%	0,84%	0,87%
Viadutos	1,53%	1,62%	1,44%	1,56%	1,54%	1,54%	1,44%	1,39%	1,47%	1,48%	1,42%	1,36%

TABELA AI19 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Paranhana Encosta da Serra

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Igrejinha	18,22%	18,26%	20,04%	19,36%	18,56%	20,34%	21,63%	21,99%	21,87%	22,78%	24,93%	24,66%
Lindolfo Collor	3,88%	3,54%	4,09%	4,45%	4,51%	4,96%	3,98%	4,10%	3,66%	3,50%	3,76%	3,42%
Morro Reuter	2,80%	2,71%	2,74%	2,89%	3,32%	3,24%	2,96%	2,82%	2,91%	2,93%	2,69%	2,59%
Parobé	30,48%	29,73%	27,63%	27,12%	25,19%	22,76%	22,27%	20,87%	21,25%	19,63%	18,48%	18,45%
Presidente Lucena	0,97%	0,98%	1,07%	1,13%	1,45%	1,24%	1,23%	1,24%	1,30%	1,40%	1,27%	1,23%
Riozinho	1,61%	1,74%	1,75%	1,89%	2,02%	2,08%	1,96%	2,06%	2,07%	2,08%	2,12%	1,85%
Rolante	7,55%	7,63%	6,42%	6,66%	6,92%	6,96%	7,12%	7,91%	7,99%	8,11%	7,90%	7,58%
Santa Maria do Herval	2,98%	2,78%	3,40%	3,61%	3,80%	3,76%	3,75%	3,84%	3,67%	3,97%	3,72%	3,95%
Taquara	19,75%	18,99%	19,28%	19,94%	20,05%	20,13%	20,54%	20,85%	21,17%	21,17%	20,33%	20,94%
Três Coroas	11,77%	13,65%	13,58%	12,94%	14,18%	14,52%	14,55%	14,32%	14,11%	14,44%	14,81%	15,32%

TABELA AI20 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Produção

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Almirante Tamandaré do Sul	0,00%	0,00%	0,96%	0,91%	1,12%	0,89%	0,54%	0,90%	0,88%	0,94%	0,84%	0,66%
Camargo	0,60%	0,62%	0,70%	0,70%	0,77%	0,60%	0,58%	0,65%	0,77%	0,79%	0,73%	0,73%
Carazinho	15,12%	15,55%	15,39%	14,89%	14,88%	14,52%	14,10%	14,93%	14,74%	14,25%	13,17%	14,29%
Casca	2,49%	2,39%	2,45%	2,59%	2,41%	2,49%	2,64%	2,73%	2,82%	3,05%	2,89%	2,94%
Ciriaco	0,85%	0,89%	1,07%	1,09%	1,17%	0,95%	0,86%	1,08%	1,06%	1,07%	0,99%	1,02%
Coqueiros do Sul	0,64%	0,60%	0,67%	0,71%	0,86%	0,62%	0,47%	0,71%	0,76%	0,75%	0,65%	0,62%
Coxilha	1,28%	1,13%	1,28%	1,36%	1,85%	1,13%	0,57%	1,16%	1,17%	1,07%	1,15%	1,00%
David Canabarro	0,91%	0,98%	1,01%	0,96%	0,87%	0,91%	0,79%	1,05%	1,05%	1,18%	1,08%	1,02%
Ernestina	0,91%	0,90%	0,91%	0,82%	1,10%	0,82%	0,56%	0,85%	0,98%	0,89%	0,87%	0,77%
Gentil	0,46%	0,52%	0,56%	0,68%	0,82%	0,60%	0,37%	0,55%	0,62%	0,69%	0,62%	0,61%
Marau	17,85%	16,12%	16,03%	15,78%	15,95%	16,98%	18,75%	16,66%	15,94%	16,35%	16,09%	15,05%
Mato Castelhano	0,73%	0,80%	0,88%	0,84%	0,91%	0,68%	0,46%	0,65%	0,73%	0,76%	0,79%	0,61%
Multiterno	0,39%	0,39%	0,44%	0,42%	0,37%	0,35%	0,34%	0,44%	0,44%	0,48%	0,44%	0,43%
Nova Alvorada	0,79%	0,73%	1,04%	0,96%	1,03%	1,05%	1,00%	1,02%	1,08%	1,07%	1,07%	1,04%
Passo Fundo	52,95%	53,95%	51,81%	52,57%	50,67%	52,61%	54,08%	51,76%	51,79%	51,55%	53,44%	54,45%
Pontão	0,94%	1,28%	1,46%	1,44%	1,79%	1,52%	0,95%	1,50%	1,65%	1,71%	1,54%	1,25%
Santo Antônio do Palma	0,51%	0,49%	0,52%	0,46%	0,43%	0,40%	0,37%	0,45%	0,49%	0,54%	0,51%	0,48%
Santo Antônio do Planalto	0,71%	0,77%	0,85%	0,85%	0,94%	0,91%	0,57%	0,81%	0,78%	0,82%	0,65%	0,58%
São Domingos do Sul	0,52%	0,51%	0,50%	0,50%	0,46%	0,47%	0,48%	0,48%	0,49%	0,51%	0,53%	0,51%
Vanini	0,32%	0,35%	0,35%	0,35%	0,40%	0,34%	0,35%	0,39%	0,40%	0,39%	0,38%	0,37%
Vila Maria	1,04%	1,02%	1,11%	1,13%	1,20%	1,16%	1,18%	1,21%	1,37%	1,50%	1,57%	1,57%

TABELA AI21 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Rio da Várzea

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Barra Funda	2,70%	2,58%	2,28%	2,39%	2,39%	2,92%	3,29%	3,13%	2,92%	2,89%	3,09%	3,19%
Boa Vista das Missões	1,90%	1,98%	2,94%	2,36%	3,02%	2,47%	1,61%	2,40%	2,89%	2,82%	2,66%	2,56%
Cerro Grande	1,24%	1,14%	1,18%	0,97%	0,98%	0,98%	1,19%	1,15%	1,15%	1,16%	1,12%	1,42%
Chapada	8,75%	9,81%	10,78%	10,59%	10,46%	9,79%	9,00%	9,66%	9,57%	9,97%	9,19%	8,95%
Constantina	6,71%	6,93%	5,60%	6,11%	5,55%	5,68%	6,56%	6,29%	5,73%	5,69%	5,70%	5,96%
Engenho Velho	1,48%	1,40%	1,42%	1,42%	1,29%	1,25%	1,20%	1,35%	1,21%	1,24%	1,16%	1,23%
Jaboticaba	2,45%	2,41%	2,75%	2,34%	2,20%	2,09%	2,37%	2,42%	2,16%	2,26%	2,19%	2,53%
Lajeado do Bugre	1,19%	1,16%	1,51%	1,06%	1,02%	0,93%	1,03%	1,10%	1,15%	1,38%	1,14%	1,22%
Liberato Salzano	3,07%	2,85%	3,17%	2,79%	2,59%	2,48%	3,23%	3,30%	3,07%	2,95%	3,65%	3,42%
Nova Boa Vista	1,55%	1,63%	1,61%	1,79%	1,60%	1,59%	1,62%	1,74%	1,74%	1,71%	1,60%	1,55%
Novo Barreiro	1,87%	1,89%	2,05%	1,83%	1,72%	1,74%	1,87%	1,94%	2,10%	2,02%	2,05%	2,18%
Novo Xingu	0,00%	0,00%	1,00%	0,96%	1,00%	0,90%	1,02%	1,08%	1,18%	1,15%	1,03%	1,04%
Palmeira das Missões	32,21%	30,42%	28,88%	28,59%	31,01%	30,38%	24,09%	24,72%	27,97%	26,34%	28,90%	27,58%
Ronda Alta	6,91%	7,31%	6,87%	7,44%	7,70%	6,73%	6,58%	7,44%	6,92%	6,92%	7,04%	6,64%
Rondinha	3,72%	3,98%	3,68%	4,22%	3,72%	3,92%	4,49%	4,47%	4,46%	4,62%	3,96%	3,79%
Sagrada Família	1,19%	1,23%	1,15%	1,14%	1,09%	1,14%	1,11%	1,11%	1,24%	1,39%	1,33%	1,28%
São José das Missões	1,54%	1,56%	1,66%	1,28%	1,55%	1,37%	1,25%	1,34%	1,25%	1,40%	1,36%	1,77%
São Pedro das Missões	0,00%	0,00%	0,81%	0,77%	0,86%	1,01%	0,86%	1,07%	1,16%	1,20%	1,10%	1,10%
Sarandi	18,89%	18,95%	17,89%	19,19%	17,30%	19,96%	24,71%	21,09%	19,24%	19,89%	18,82%	19,62%
Três Palmeiras	2,63%	2,77%	2,78%	2,77%	2,94%	2,69%	2,89%	3,20%	2,89%	3,01%	2,90%	2,96%

TABELA AI22 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Serra

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Antônio Prado	1,38%	1,25%	1,26%	1,28%	1,31%	1,20%	1,10%	1,16%	1,08%	1,04%	1,04%	1,02%
Bento Gonçalves	13,73%	13,39%	12,91%	12,73%	11,86%	11,87%	12,23%	12,16%	12,10%	11,35%	11,49%	11,38%
Boa Vista do Sul	0,19%	0,18%	0,22%	0,23%	0,25%	0,20%	0,18%	0,19%	0,19%	0,16%	0,17%	0,22%
Carlos Barbosa	3,08%	3,05%	3,12%	3,19%	3,41%	3,46%	3,53%	3,62%	3,47%	3,18%	3,20%	3,20%
Caxias do Sul	50,46%	51,49%	52,03%	51,29%	51,64%	52,33%	52,97%	52,62%	53,74%	55,43%	55,46%	56,69%
Coronel Pilar	0,00%	0,00%	0,14%	0,14%	0,15%	0,13%	0,12%	0,12%	0,11%	0,10%	0,11%	0,11%
Cotiporã	0,24%	0,23%	0,27%	0,27%	0,29%	0,28%	0,27%	0,30%	0,31%	0,32%	0,41%	0,37%
Fagundes Varela	0,16%	0,16%	0,17%	0,19%	0,20%	0,18%	0,17%	0,19%	0,20%	0,18%	0,23%	0,25%
Farroupilha	8,10%	8,10%	7,71%	7,62%	7,56%	7,30%	6,97%	6,99%	6,59%	6,05%	6,08%	6,02%
Flores da Cunha	3,11%	2,99%	3,04%	3,04%	2,91%	2,71%	2,64%	2,71%	2,51%	2,18%	2,29%	2,39%
Garibaldi	5,09%	4,58%	4,40%	4,31%	4,35%	4,34%	4,12%	3,75%	3,85%	3,91%	3,99%	3,74%
Guabiju	0,11%	0,10%	0,12%	0,12%	0,13%	0,14%	0,15%	0,16%	0,15%	0,17%	0,17%	0,14%
Guaporé	1,68%	1,61%	1,59%	1,54%	1,55%	1,44%	1,45%	1,50%	1,55%	1,53%	1,48%	1,50%
Montauri	0,11%	0,09%	0,12%	0,12%	0,15%	0,12%	0,09%	0,11%	0,12%	0,11%	0,12%	0,14%
Monte Belo do Sul	0,16%	0,17%	0,19%	0,23%	0,21%	0,19%	0,18%	0,20%	0,25%	0,27%	0,26%	0,25%
Nova Araçá	0,26%	0,31%	0,33%	0,37%	0,41%	0,36%	0,36%	0,43%	0,44%	0,73%	0,79%	0,65%
Nova Bassano	1,23%	1,40%	1,37%	1,67%	1,61%	1,68%	1,65%	1,61%	1,73%	1,83%	1,62%	1,39%
Nova Pádua	0,35%	0,32%	0,38%	0,36%	0,31%	0,30%	0,28%	0,37%	0,26%	0,21%	0,22%	0,19%
Nova Prata	2,91%	3,25%	3,22%	3,51%	3,49%	4,01%	4,05%	4,14%	3,71%	3,61%	3,04%	2,85%
Nova Roma do Sul	0,26%	0,24%	0,26%	0,24%	0,24%	0,25%	0,22%	0,30%	0,29%	0,29%	0,39%	0,35%
Paráí	0,49%	0,51%	0,53%	0,58%	0,67%	0,62%	0,64%	0,66%	0,66%	0,63%	0,58%	0,55%
Protásio Alves	0,12%	0,12%	0,13%	0,14%	0,20%	0,17%	0,13%	0,15%	0,14%	0,14%	0,13%	0,12%
Santa Tereza	0,13%	0,12%	0,15%	0,16%	0,20%	0,17%	0,15%	0,15%	0,12%	0,10%	0,11%	0,10%
São Jorge	0,19%	0,17%	0,20%	0,21%	0,22%	0,21%	0,17%	0,20%	0,23%	0,23%	0,22%	0,19%
São Marcos	1,82%	1,76%	1,68%	1,74%	1,60%	1,50%	1,47%	1,49%	1,46%	1,34%	1,36%	1,48%
São Valentim do Sul	0,14%	0,12%	0,15%	0,14%	0,18%	0,27%	0,30%	0,33%	0,30%	0,20%	0,15%	0,15%
Serafina Corrêa	1,57%	1,49%	1,51%	1,57%	1,65%	1,54%	1,48%	1,46%	1,51%	1,55%	1,46%	1,35%
União da Serra	0,11%	0,11%	0,15%	0,14%	0,22%	0,17%	0,13%	0,15%	0,15%	0,15%	0,14%	0,14%
Veranópolis	2,51%	2,38%	2,25%	2,51%	2,57%	2,50%	2,41%	2,38%	2,36%	2,55%	2,84%	2,61%
Vila Flores	0,22%	0,23%	0,25%	0,25%	0,28%	0,27%	0,30%	0,32%	0,32%	0,35%	0,36%	0,32%
Vista Alegre do Prata	0,10%	0,09%	0,13%	0,13%	0,16%	0,12%	0,08%	0,09%	0,10%	0,10%	0,11%	0,13%

TABELA AI23 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Vale do Caí

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Alto Feliz	1,26%	1,31%	1,32%	1,11%	1,04%	1,00%	0,97%	1,01%	0,94%	0,84%	0,90%	1,01%
Barão	2,15%	2,10%	2,19%	2,02%	1,84%	1,84%	1,83%	1,89%	1,98%	2,14%	2,57%	2,73%
Bom Princípio	6,04%	6,43%	6,57%	6,20%	6,27%	6,67%	6,49%	6,76%	6,67%	6,61%	6,73%	6,20%
Brochier	1,66%	1,72%	1,67%	1,58%	1,54%	1,72%	1,56%	1,67%	1,75%	1,69%	1,76%	1,66%
Capela de Santana	3,45%	3,82%	3,54%	3,35%	3,63%	3,45%	3,17%	3,10%	3,08%	2,91%	2,90%	2,81%
Feliz	8,05%	6,94%	6,37%	6,11%	6,02%	5,87%	6,08%	6,32%	6,34%	6,16%	6,02%	6,28%
Harmonia	2,18%	2,28%	1,96%	1,82%	1,95%	1,99%	2,21%	2,59%	2,57%	2,45%	2,37%	2,35%
Linha Nova	0,70%	0,67%	0,71%	0,64%	0,64%	0,63%	0,57%	0,64%	0,61%	0,59%	0,64%	0,59%
Maratá	1,22%	1,44%	1,44%	1,45%	1,43%	1,35%	1,20%	1,27%	1,32%	1,34%	1,33%	1,36%
Montenegro	45,49%	44,74%	46,31%	49,30%	48,39%	48,06%	48,08%	45,69%	45,28%	48,22%	47,08%	47,46%
Pareci Novo	1,10%	1,23%	1,22%	1,15%	1,32%	1,28%	1,35%	1,73%	1,85%	1,58%	1,70%	1,62%
Salvador do Sul	4,83%	5,19%	4,79%	4,75%	5,20%	4,88%	5,10%	5,16%	5,17%	4,85%	4,52%	4,57%
São José do Hortêncio	2,39%	2,67%	2,57%	2,46%	2,28%	2,15%	2,03%	2,11%	1,86%	1,94%	2,07%	1,99%
São José do Sul	0,00%	0,00%	0,67%	0,64%	0,73%	0,77%	0,73%	0,80%	0,86%	0,80%	0,82%	0,84%
São Pedro da Serra	1,48%	1,35%	1,13%	1,03%	1,10%	1,16%	1,27%	1,18%	1,25%	0,94%	0,92%	0,94%
São Sebastião do Caí	13,98%	13,57%	12,69%	11,74%	11,66%	12,09%	12,70%	12,80%	12,66%	11,18%	11,46%	11,26%
São Vendelino	0,69%	0,70%	0,73%	0,73%	0,70%	0,76%	0,81%	0,87%	1,00%	1,00%	0,93%	0,86%
Tupandi	1,60%	2,03%	2,25%	2,17%	2,49%	2,50%	2,12%	2,60%	3,00%	3,15%	3,71%	3,94%
Vale Real	1,73%	1,83%	1,88%	1,76%	1,78%	1,80%	1,73%	1,83%	1,81%	1,59%	1,56%	1,52%

TABELA AI24 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Vale do Jaguari

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Cacequi	13,08%	12,40%	11,50%	11,50%	12,07%	12,83%	12,00%	12,35%	12,15%	12,13%	12,64%	11,76%
Capão do Cipó	0,00%	0,00%	4,23%	3,88%	8,09%	4,38%	2,83%	5,56%	7,71%	8,43%	7,65%	7,19%
Jaguari	10,20%	9,89%	9,22%	10,72%	9,46%	10,15%	10,32%	10,62%	9,91%	9,61%	9,98%	10,46%
Mata	3,54%	3,52%	3,41%	3,44%	3,37%	3,70%	3,83%	4,03%	3,73%	3,70%	3,69%	3,52%
Nova Esperança do Sul	8,10%	9,42%	9,29%	10,75%	9,42%	8,41%	6,79%	5,58%	5,93%	5,08%	4,67%	4,94%
Santiago	41,02%	41,14%	37,97%	36,48%	33,80%	36,78%	39,75%	37,40%	36,17%	36,66%	36,06%	37,59%
São Francisco de Assis	14,34%	14,14%	14,58%	13,92%	14,52%	13,74%	14,81%	15,25%	14,91%	14,69%	15,24%	14,60%
São Vicente do Sul	7,68%	7,42%	7,60%	7,33%	7,09%	7,93%	7,64%	6,90%	7,13%	7,43%	7,99%	7,70%
Unistalda	2,04%	2,07%	2,20%	1,98%	2,17%	2,08%	2,03%	2,30%	2,37%	2,27%	2,08%	2,24%

TABELA AI25 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Vale do Rio dos Sinos

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Araricá	0,16%	0,14%	0,12%	0,13%	0,14%	0,15%	0,16%	0,17%	0,16%	0,17%	0,18%	0,19%
Campo Bom	5,83%	5,74%	5,55%	5,46%	5,08%	5,07%	5,11%	4,73%	4,40%	4,12%	3,71%	4,14%
Canoas	35,26%	36,94%	39,62%	36,71%	39,29%	40,13%	40,03%	41,38%	42,47%	44,16%	49,06%	43,87%
Dois Irmãos	2,17%	2,19%	2,24%	2,41%	2,22%	2,15%	2,02%	1,95%	1,86%	1,79%	1,66%	1,92%
Estância Velha	2,51%	2,42%	2,40%	2,57%	2,55%	2,27%	2,19%	2,12%	1,96%	1,87%	1,89%	2,18%
Esteio	7,87%	7,27%	6,91%	7,32%	7,27%	6,54%	6,89%	7,25%	7,30%	7,22%	6,64%	6,82%
Ivoti	1,96%	2,11%	1,54%	1,45%	1,38%	1,59%	1,36%	1,27%	1,23%	1,24%	1,09%	1,21%
Nova Hartz	1,11%	1,17%	1,11%	1,10%	1,00%	0,90%	0,94%	0,99%	0,99%	1,02%	0,97%	1,15%
Nova Santa Rita	0,91%	0,99%	0,88%	0,92%	0,93%	0,88%	0,85%	0,94%	0,97%	1,07%	1,16%	1,56%
Novo Hamburgo	17,37%	16,83%	16,32%	18,22%	16,92%	17,26%	17,33%	16,80%	16,19%	15,51%	13,42%	14,30%
Portão	2,06%	2,57%	2,95%	3,08%	2,76%	2,89%	2,37%	2,19%	2,23%	2,05%	1,82%	1,93%
São Leopoldo	11,29%	10,73%	10,07%	10,09%	10,18%	9,88%	10,32%	10,31%	10,51%	10,30%	9,85%	10,94%
Sapiranga	4,73%	4,19%	3,97%	4,15%	3,86%	3,72%	3,65%	3,61%	3,52%	3,49%	3,29%	3,65%
Sapucaia do Sul	6,77%	6,70%	6,32%	6,38%	6,42%	6,58%	6,79%	6,29%	6,21%	5,99%	5,27%	6,14%

TABELA AI26 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Vale do Rio Pardo

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Arroio do Tigre	2,00%	2,21%	2,42%	2,32%	2,35%	2,19%	2,14%	2,47%	2,56%	2,73%	2,27%	2,03%
Boqueirão do Leão	0,98%	1,07%	1,04%	0,97%	1,11%	1,04%	1,04%	1,13%	1,06%	1,07%	0,94%	0,91%
Candelária	3,99%	4,38%	4,49%	4,42%	4,33%	4,21%	4,12%	4,45%	4,59%	4,77%	4,47%	3,95%
Encruzilhada do Sul	2,84%	2,97%	3,07%	2,87%	2,90%	2,60%	2,64%	2,76%	2,82%	2,86%	2,37%	2,55%
Estrela Velha	0,70%	0,69%	0,78%	0,73%	0,91%	0,60%	0,52%	0,76%	0,89%	0,93%	0,82%	0,73%
General Câmara	0,88%	0,93%	1,19%	0,97%	0,91%	1,43%	1,18%	1,20%	1,32%	1,20%	1,17%	0,99%
Herveiras	0,30%	0,34%	0,37%	0,34%	0,42%	0,40%	0,37%	0,43%	0,40%	0,39%	0,35%	0,39%
Ibarama	0,66%	0,70%	0,76%	0,67%	0,68%	0,60%	0,60%	0,68%	0,73%	0,76%	0,59%	0,57%
Lagoa Bonita do Sul	0,00%	0,00%	0,46%	0,38%	0,41%	0,39%	0,39%	0,47%	0,50%	0,54%	0,44%	0,34%
Mato Leitão	0,56%	0,64%	0,91%	1,04%	1,08%	1,05%	1,03%	1,01%	1,15%	1,28%	1,04%	1,06%
Pantano Grande	2,01%	2,01%	1,75%	1,83%	2,08%	1,88%	1,84%	1,82%	1,83%	2,00%	1,58%	1,76%
Passa Sete	0,64%	0,63%	0,77%	0,61%	0,66%	0,64%	0,60%	0,76%	0,81%	0,88%	0,71%	0,60%
Passo do Sobrado	0,92%	0,97%	1,07%	1,04%	1,14%	1,12%	1,03%	1,02%	1,02%	1,04%	0,87%	0,97%
Rio Pardo	5,72%	5,83%	6,24%	5,60%	5,64%	5,11%	4,83%	5,49%	5,28%	5,90%	5,12%	5,31%
Santa Cruz do Sul	49,25%	47,03%	45,60%	46,25%	45,43%	47,78%	48,12%	44,54%	44,71%	45,03%	47,78%	48,28%
Segredo	0,81%	0,87%	1,01%	0,90%	0,88%	0,80%	0,81%	0,94%	0,97%	1,06%	0,91%	0,84%
Sinimbu	1,79%	1,73%	1,78%	1,83%	1,86%	1,69%	1,58%	1,60%	1,56%	1,59%	1,32%	1,22%
Sobradinho	1,95%	2,09%	1,78%	1,81%	1,89%	1,81%	1,97%	2,09%	2,19%	2,25%	1,86%	2,04%
Tunas	0,45%	0,47%	0,51%	0,47%	0,49%	0,46%	0,43%	0,54%	0,56%	0,63%	0,53%	0,51%
Vale do Sol	1,64%	1,61%	1,80%	1,68%	1,94%	2,13%	1,94%	2,16%	2,03%	2,05%	1,83%	1,72%
Vale Verde	0,36%	0,44%	0,44%	0,52%	0,55%	0,60%	0,49%	0,56%	0,57%	0,59%	0,55%	0,48%
Venâncio Aires	17,51%	18,10%	17,01%	17,63%	17,02%	16,38%	16,40%	17,52%	16,64%	16,40%	17,93%	18,32%
Vera Cruz	4,03%	4,26%	4,76%	5,13%	5,32%	5,09%	5,93%	5,60%	5,82%	4,03%	4,57%	4,43%

TABELA AI27 – Percentual de participação por município na formação do PIB do COREDE Vale do Taquari

	piB1999	piB2000	piB2001	piB2002	piB2003	piB2004	piB2005	piB2006	piB2007	piB2008	piB2009	piB2010
Anta Gorda	1,22%	1,34%	1,72%	1,69%	1,86%	1,58%	1,24%	1,38%	1,50%	1,60%	1,46%	1,38%
Arroio do Meio	8,54%	8,66%	8,21%	8,63%	9,08%	8,02%	9,07%	8,58%	8,02%	7,75%	8,34%	7,69%
Arvorezinha	1,63%	1,59%	1,93%	1,79%	1,63%	1,64%	1,67%	1,90%	1,83%	1,82%	1,91%	1,61%
Bom Retiro do Sul	2,66%	2,67%	2,70%	2,24%	2,22%	2,23%	2,16%	2,08%	1,95%	1,98%	2,13%	2,19%
Canudos do Vale	0,00%	0,00%	0,32%	0,31%	0,31%	0,33%	0,29%	0,33%	0,39%	0,34%	0,34%	0,32%
Capitão	0,42%	0,42%	0,51%	0,48%	0,68%	0,52%	0,56%	0,49%	0,59%	0,60%	0,51%	0,53%
Colinas	0,40%	0,41%	0,43%	0,40%	0,48%	0,42%	0,44%	0,44%	0,49%	0,52%	0,45%	0,46%
Coqueiro Baixo	0,00%	0,00%	0,28%	0,26%	0,28%	0,22%	0,23%	0,28%	0,29%	0,27%	0,26%	0,34%
Cruzeiro do Sul	2,20%	2,29%	2,36%	2,21%	2,34%	2,32%	2,29%	2,46%	2,63%	2,52%	2,46%	2,41%
Dois Lajeados	0,61%	0,63%	0,78%	0,67%	0,82%	0,80%	0,75%	0,89%	1,05%	0,96%	0,89%	0,89%
Doutor Ricardo	0,38%	0,37%	0,40%	0,36%	0,37%	0,39%	0,36%	0,40%	0,43%	0,45%	0,43%	0,44%
Encantado	7,30%	7,08%	7,33%	7,37%	6,81%	6,07%	6,19%	6,21%	6,28%	6,41%	6,50%	6,35%
Estrela	12,16%	10,81%	9,55%	12,20%	10,38%	9,42%	9,48%	9,14%	9,49%	9,61%	10,02%	12,38%
Fazenda Vila Nova	0,43%	0,73%	0,58%	2,16%	1,09%	1,35%	1,48%	1,40%	1,65%	1,81%	2,34%	1,94%
Forquetinha	0,00%	0,00%	0,44%	0,42%	0,46%	0,43%	0,39%	0,43%	0,51%	0,49%	0,43%	0,37%
Ilópolis	0,72%	0,69%	0,80%	0,74%	0,75%	0,79%	0,77%	0,86%	0,86%	0,85%	0,87%	0,78%
Imigrante	0,95%	0,98%	0,96%	0,92%	1,07%	1,12%	1,12%	1,10%	1,19%	1,26%	1,14%	1,48%
Lajeado	24,34%	24,07%	23,40%	23,20%	24,32%	25,51%	26,68%	27,20%	26,37%	27,27%	28,61%	27,80%
Marques de Souza	0,75%	0,73%	0,78%	0,70%	0,73%	0,72%	0,69%	0,74%	0,78%	0,75%	0,74%	0,73%
Muçum	1,05%	1,06%	1,06%	0,97%	1,19%	2,15%	1,72%	1,39%	1,28%	1,18%	1,25%	1,22%
Nova Bréscia	0,86%	0,81%	0,68%	0,70%	0,79%	0,65%	0,66%	0,68%	0,78%	0,68%	0,67%	0,84%
Paverama	0,99%	1,09%	1,48%	1,30%	1,27%	1,47%	1,27%	1,18%	1,17%	1,24%	1,14%	1,31%
Poço das Antas	0,32%	0,34%	0,36%	0,35%	0,43%	0,37%	0,35%	0,35%	0,36%	0,43%	0,40%	0,39%
Pouso Novo	0,39%	0,40%	0,47%	0,37%	0,37%	0,39%	0,39%	0,43%	0,43%	0,53%	0,50%	0,46%
Progresso	1,19%	1,16%	1,14%	1,02%	1,21%	1,16%	1,03%	1,20%	1,27%	1,24%	1,17%	1,06%
Putinga	0,91%	0,78%	0,99%	1,02%	1,42%	1,10%	1,09%	1,16%	1,14%	1,07%	1,04%	0,86%
Relvado	0,37%	0,36%	0,44%	0,40%	0,45%	0,40%	0,38%	0,42%	0,42%	0,42%	0,40%	0,45%
Roca Sales	3,27%	3,61%	3,71%	3,22%	3,57%	3,73%	3,52%	3,80%	4,27%	3,84%	3,45%	3,46%
Santa Clara do Sul	1,68%	1,73%	1,88%	1,73%	1,53%	1,49%	1,36%	1,29%	1,29%	1,23%	1,32%	1,14%
Sério	0,51%	0,49%	0,49%	0,42%	0,45%	0,44%	0,38%	0,44%	0,46%	0,41%	0,42%	0,37%
Tabaí	0,41%	0,38%	0,39%	0,66%	0,54%	0,62%	0,49%	0,47%	0,48%	0,52%	0,54%	0,60%
Taquari	8,72%	8,94%	8,09%	6,98%	7,19%	8,14%	7,06%	6,66%	6,06%	6,26%	5,95%	5,40%
Teutônia	13,66%	14,39%	13,34%	12,10%	11,40%	11,69%	12,04%	11,95%	11,85%	11,26%	9,69%	10,01%
Travesseiro	0,53%	0,52%	0,56%	0,54%	0,69%	0,56%	0,58%	0,54%	0,60%	0,55%	0,54%	0,59%
Vespasiano Corrêa	0,44%	0,48%	0,50%	0,53%	0,62%	0,64%	0,59%	0,61%	0,71%	0,70%	0,63%	0,56%
Westfália	0,00%	0,00%	0,95%	0,97%	1,20%	1,11%	1,23%	1,09%	1,12%	1,19%	1,06%	1,18%

FIGURA A11 – Variação do PIB em relação ao ano anterior – COREDE RS

Cod	COREDE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1	Centro Sul		11,63%	22,25%	37,29%	70,28%	116,76%	121,69%	123,85%	147,26%	188,18%	190,44%	235,95%
2	Paranhana Encosta da Serra		10,63%	21,41%	27,66%	37,56%	54,79%	68,43%	72,98%	86,39%	105,74%	130,62%	196,04%
3	Vale do Caí		8,20%	27,70%	52,36%	75,62%	95,44%	113,04%	125,97%	145,07%	186,92%	201,22%	269,04%
4	Vale do Rio dos Sinos		17,55%	32,93%	45,46%	67,62%	93,85%	98,68%	107,99%	127,32%	155,49%	200,63%	238,29%
5	Metropolitano Delta do Jacuí		11,17%	20,49%	39,55%	53,97%	74,62%	101,02%	113,21%	137,18%	159,48%	173,11%	218,49%
6	Vale do Rio Pardo		2,35%	24,33%	45,93%	73,20%	100,42%	102,31%	115,01%	126,21%	149,34%	213,10%	240,37%
7	Vale do Taquari		10,89%	19,10%	42,77%	64,42%	86,12%	89,87%	104,42%	130,56%	154,29%	170,85%	235,57%
8	Hortênsias		8,34%	20,30%	34,71%	49,39%	72,88%	90,22%	105,15%	123,69%	154,41%	178,82%	222,13%
9	Serra		14,08%	24,84%	44,17%	65,79%	93,41%	111,80%	121,31%	146,43%	185,95%	205,12%	274,49%
10	Campos de Cima da Serra		12,53%	31,24%	51,89%	88,52%	94,21%	86,62%	150,12%	175,41%	204,93%	235,70%	331,67%
11	Litoral		7,45%	20,68%	36,58%	65,41%	88,05%	101,97%	124,36%	145,94%	179,08%	204,30%	263,43%
12	Sul		6,97%	22,81%	39,49%	60,82%	79,81%	76,78%	96,72%	132,59%	173,57%	206,00%	264,94%
13	Campanha		2,13%	18,72%	35,50%	59,52%	87,19%	81,53%	88,14%	103,07%	137,38%	149,15%	193,10%
14	Fronteira Oeste		-0,89%	16,72%	35,51%	56,32%	76,67%	90,22%	115,61%	133,83%	179,38%	191,60%	243,84%
15	Fronteira Noroeste		11,57%	25,05%	49,35%	101,49%	113,23%	75,03%	91,23%	137,02%	171,46%	174,59%	228,70%
16	Missões		4,01%	35,91%	59,46%	110,65%	85,66%	80,72%	129,63%	181,59%	219,27%	224,88%	276,31%
17	Noroeste Colonial		3,32%	36,77%	43,65%	103,74%	95,06%	77,66%	101,04%	147,34%	192,09%	199,97%	254,63%
18	Celeiro		15,02%	33,97%	47,30%	101,11%	79,48%	64,48%	95,66%	143,82%	164,33%	185,58%	228,24%
19	Alto Jacuí		2,34%	32,64%	52,84%	133,23%	114,93%	70,56%	121,25%	176,92%	225,84%	255,76%	286,69%
20	Central		6,49%	19,11%	41,00%	80,21%	83,86%	82,31%	117,69%	147,51%	184,22%	200,45%	237,71%
21	Jacuí Centro		3,23%	22,93%	40,84%	72,97%	85,32%	71,41%	93,39%	122,29%	170,84%	197,72%	221,63%
22	Vale do Jaguari		4,32%	26,48%	47,39%	83,57%	82,40%	77,62%	109,51%	145,20%	169,36%	185,58%	228,14%
23	Médio Alto Uruguai		8,75%	25,54%	40,06%	93,05%	83,83%	80,87%	116,26%	158,35%	192,83%	204,48%	284,53%
24	Nordeste		16,36%	43,80%	70,57%	130,52%	129,74%	103,65%	163,44%	220,74%	280,41%	269,78%	343,25%
25	Norte		9,77%	32,39%	34,29%	87,18%	90,49%	85,78%	114,95%	162,46%	200,14%	202,96%	257,17%
26	Produção		12,14%	21,08%	47,51%	84,89%	89,27%	86,83%	112,63%	149,15%	185,35%	193,94%	252,09%
27	Alto da Serra do Botucaraí		7,69%	40,87%	60,77%	117,43%	106,31%	80,47%	131,75%	174,41%	211,69%	233,57%	253,92%
28	Rio da Várzea		11,92%	32,87%	46,43%	115,56%	96,17%	63,32%	112,88%	163,85%	201,94%	208,59%	252,78%
	TOTAL		10,54%	24,72%	42,52%	68,28%	86,22%	94,85%	111,88%	138,62%	169,54%	191,65%	241,12%

Em Vermelho: Corede com crescimento inferior à média do Estado em relação a 1999
Em branco: Corede com redução de PIB em relação a 1999

QUADRO A101 – Quociente de Localização (MTE/RAIS 2000)

Nº município	COREDE	QL	QL	QL	QL	QL	PIB 2000 (R\$1.000.000)
		industria 2000	constcivil 2000	comercio 2000	servico 2000	agropec 2000	
10	Metropolitano Delta do Jacuí	0,47	1,14	0,82	1,43	0,23	R\$ 23.741,43
14	Vale do Rio dos Sinos	1,71	0,91	0,88	0,70	0,04	R\$ 13.106,19
30	Serra	1,84	0,87	0,81	0,62	0,45	R\$ 8.433,43
20	Sul	0,58	1,01	1,23	1,07	2,25	R\$ 4.872,63
22	Vale do Rio Pardo	1,30	1,37	1,15	0,75	0,92	R\$ 2.996,08
12	Fronteira Oeste	0,29	0,54	1,60	0,88	5,81	R\$ 2.806,44
20	Produção	0,93	0,94	1,48	0,85	1,31	R\$ 2.662,31
32	Vale do Taquari	1,92	0,75	0,93	0,52	0,68	R\$ 2.590,71
19	Central	0,42	1,48	1,35	1,16	1,33	R\$ 2.064,04
29	Norte	1,25	2,23	1,03	0,75	0,94	R\$ 1.500,33
20	Fronteira Noroeste	0,99	1,40	1,42	0,82	1,20	R\$ 1.471,69
17	Centro Sul	0,84	0,40	1,30	0,90	2,86	R\$ 1.373,60
10	Paranhana Encosta da Serra	2,56	0,36	0,50	0,36	0,12	R\$ 1.329,24
23	Missões	0,46	1,28	1,60	1,00	2,24	R\$ 1.279,14
20	Litoral	0,56	1,02	1,57	1,05	1,16	R\$ 1.213,03
6	Campanha	0,55	0,62	1,33	0,89	4,73	R\$ 1.168,78
10	Noroeste Colonial	0,79	0,70	1,62	0,90	1,50	R\$ 1.132,73
12	Alto Jacuí	0,51	0,59	1,69	0,88	3,61	R\$ 1.114,73
18	Vale do Caí	1,90	0,63	0,82	0,58	0,79	R\$ 1.111,38
21	Celeiro	0,74	0,54	1,36	0,99	2,05	R\$ 770,12
18	Rio da Várzea	1,00	0,57	1,11	0,83	3,18	R\$ 750,38
7	Hortênsias	1,71	0,82	0,82	0,67	0,73	R\$ 720,11
7	Jacuí Centro	0,84	0,53	1,29	0,84	3,47	R\$ 711,70
17	Nordeste	1,09	0,72	1,47	0,77	1,42	R\$ 678,24
22	Médio Alto Uruguai	0,53	1,33	1,49	1,10	0,80	R\$ 669,20
9	Campos de Cima da Serra	0,59	1,44	0,83	0,59	9,76	R\$ 593,67
8	Vale do Jaguari	0,65	0,97	1,19	0,90	4,12	R\$ 503,29
14	Alto da Serra do Botucaraí	0,68	0,67	1,59	0,97	1,44	R\$ 450,09

Fonte: RAIS/TEM 2000.

TABELA AI28 – Lista de todas as IES do Estado, com quantidade de campi por COREDE e município.

COREDE	IES	Nº de Camps	município
Alto da Serra do Botucaraí	FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA (FACINTER)	1	Espumoso
Alto da Serra do Botucaraí	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	3	Jacuizinho
Alto da Serra do Botucaraí	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)	1	Soledade
Alto da Serra do Botucaraí	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	2	Tio Hugo
Alto Jacuí	FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA (FACINTER)	1	Cruz Alta
Alto Jacuí	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)	1	Ibirubá
Alto Jacuí	UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP (UNIDERP)	1	Santa Bárbara do Sul
Campanha	FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA (FAEL)	1	Bagé
Campanha	FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA (FACINTER)	1	Caçapava do Sul
Campanha	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	2	Dom Pedrito
Campanha	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	2	Hulha Negra
Campos de Cima da Serra	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTERNACIONAL (FATEC INTERNACIONAL)	1	Esmeralda
Campos de Cima da Serra	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ (UNOPAR)	2	Vacaria
Celeiro	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTERNACIONAL (FATEC INTERNACIONAL)	1	Campo Novo
Celeiro	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTERNACIONAL (FATEC INTERNACIONAL)	1	Humaitá
Celeiro	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (IFFarroupilha)	1	Santo Augusto
Celeiro	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	3	Três Passos
Celeiro	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	3	Três Passos
Central	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	Agudo
Central	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	Faxinal do Soturno
Central	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (IFFarroupilha)	1	Júlio de Castilhos
Central	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	Santa Maria
Central	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	2	São João do Polésine
Central	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	Silveira Martins

Centro Sul	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Arroio dos Ratos
Centro Sul Centro	FACULDADE CAMAQUENSE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS (FACCCA)	1	Camaquã
Sul Fronteira	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Charqueadas
Noroeste	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Horizontina
Fronteira Noroeste	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (IFFarroupilha)	1	Santa Rosa
Fronteira Noroeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	1	Três de Maio
Fronteira Oeste	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	2	Alegrete
Fronteira Oeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	1	Itaqui
Fronteira Oeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	1	Quaraí
Fronteira Oeste	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	2	Rosário do Sul
Fronteira Oeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	1	Santana do Livramento
Fronteira Oeste	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)	1	São Borja
Fronteira Oeste	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	2	São Gabriel
Fronteira Oeste	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTERNACIONAL (FATEC INTERNACIONAL)	1	Uruguaiana
Hortênsias	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)	1	Canela
Hortênsias	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Gramado
Hortênsias	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	2	Jaquirana
Hortênsias	FACULDADE CENECISTA DE NOVA PETRÓPOLIS (FACENP)	1	Nova Petrópolis
Hortênsias	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	1	Picada Café
Hortênsias	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	São Francisco de Paula
Jacui Centro	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)	1	Cachoeira do Sul
Jacui Centro	FACULDADE ANTÔNIO MENEGHETTI (AMF)	1	Restinga Seca
Jacui Centro	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	2	São Sepé
Litoral	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	2	Balneário Pinhal
Litoral	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI (UNIasselvi)	1	Capão da Canoa
Litoral	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)	1	Cidreira
Litoral	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	1	Imbé

Litoral	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	1	Mostardas
Litoral	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)	1	Osório
Litoral	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	1	Três Cachoeiras
Médio Alto Uruguai	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI (UNIASSSELVI)	1	Erval Seco
Médio Alto Uruguai	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)	1	Frederico Westphalen
Médio Alto Uruguai	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	2	Seberi
Metropolitano Delta do Jacuí	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Alvorada
Metropolitano Delta do Jacuí	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	1	Cachoeirinha
Metropolitano Delta do Jacuí	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Eldorado do Sul
Metropolitano Delta do Jacuí	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	1	Gravataí
Metropolitano Delta do Jacuí	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)	2	Guaíba
Metropolitano Delta do Jacuí	UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP)	1	Porto Alegre
Metropolitano Delta do Jacuí	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	1	Santo Antônio da Patrulha
Metropolitano Delta do Jacuí	UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP)	1	Viamão
Missões	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)	1	Cerro Largo
Missões	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS (FTC SALVADOR)	1	Santo Ângelo
Missões	FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA (FACINTER)	1	São Luiz Gonzaga
Missões	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI (UNIASSSELVI)	1	São Paulo das Missões
Nordeste	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Lagoa Vermelha
Nordeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	3	Tapejara
Noroeste Colonial	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UNIJUI)	1	Ijuí
Noroeste Colonial	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	2	Panambi
Norte	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS (FTC SALVADOR)	1	Erechim
Norte	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)	1	Sertão
Paranhana Encosta da Serra	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA (FACCAT)	1	Taquara
Produção	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	2	Camargo
Produção	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)	1	Carazinho

Produção	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)	1	Casca
Produção Rio	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA)	1	Passo Fundo
da Várzea Rio	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	Constantina
da Várzea Rio	FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA (FAEL)	1	Liberato Salzano
da Várzea	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Palmeira das Missões
Serra	FACULDADE CENECISTA DE BENTO GONÇALVES (FACEBG)	1	Bento Gonçalves
Serra	FACULDADE CENECISTA DE BENTO GONÇALVES (FACEBG)	1	Bento Gonçalves
Serra	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Carlos Barbosa
Serra	FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA (FACINTER)	1	Caxias do Sul
Serra	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR CENECISTA DE FARROUPILHA (CESF)	1	Farroupilha
Serra	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)	1	Guaporé
Serra	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Paráí
Serra	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Serafina Corrêa
Serra	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)	1	Veranópolis
Serra	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	1	Vila Flores
Sul	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (UCPEL)	1	Arroio Grande
Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	1	Capão do Leão
Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	Herval
Sul	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	2	Jaguarão
Sul	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS (FTC SALVADOR)	1	Pelotas
Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	1	Pinheiro Machado
Sul	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)	1	Rio Grande
Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	2	Santana da Boa Vista
Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	2	Santa Vitória do Palmar
Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	1	São José do Norte
Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	1	São Lourenço do Sul
Vale do Caí	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)	1	Feliz
Vale do Caí	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Montenegro

Vale do Jaguarí	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	Cacequi
Vale do Jaguarí	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTERNACIONAL (FATEC INTERNACIONAL)	1	Santiago
Vale do Jaguarí	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (IFFarroupilha)	1	São Vicente do Sul
Vale do Rio dos Sinos	FACULDADE DE TECNOLOGIA IPUC (FATIPUC)	1	Canoas
Vale do Rio dos Sinos	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTERNACIONAL (FATEC INTERNACIONAL)	1	Esteio
Vale do Rio dos Sinos	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI (ISEI)	1	Ivoti
Vale do Rio dos Sinos	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	2	Nova Santa Rita
Vale do Rio dos Sinos	FACULDADE DE TECNOLOGIA TECBRASIL - UNIDADE NOVO HAMBURGO (Ftec Novo Hamburgo)	1	Novo Hamburgo
Vale do Rio dos Sinos	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ (UNOPAR)	2	Portão
Vale do Rio dos Sinos	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)	1	São Leopoldo
Vale do Rio dos Sinos	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1	Sapiranga
Vale do Rio dos Sinos	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO EQUIPE (ISEE)	1	Sapucaia do Sul
Vale do Rio Pardo	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	2	General Câmara
Vale do Rio Pardo	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (UNISC)	1	Santa Cruz do Sul
Vale do Rio Pardo	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	1	Sobradinho
Vale do Rio Pardo	FACULDADE INTERNACIONAL DE CURITIBA (FACINTER)	1	Venâncio Aires
Vale do Taquari	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	2	Encantado
Vale do Taquari	FACULDADE DE TECNOLOGIA LA SALLE - ESTRELA (FACSALLE)	1	Estrela
Vale do Taquari	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	1	Lajeado
Vale do Taquari	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Taquari
Vale do Taquari	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)	1	Teutônia

QUADRO AI02 – Distribuição Populacional e Taxa de Urbanização de 2010

COREDE	pop_t_2010	urb 2010	 rur 2010	%urbanização
Vale do Rio dos Sinos	1290883	1263829	27054	97,90
Metropolitano Delta do Jacuí	2420887	2363431	57456	97,63
Fronteira Oeste	530426	471329	59097	88,86
Serra	862302	766146	96156	88,85
Produção	338081	297264	40817	87,93
Paranhana Encosta da Serra	204922	177707	27215	86,72
Alto Jacuí	155278	130103	25175	83,79
Sul	842809	704840	137969	83,63
Central	391651	326486	65165	83,36
Litoral	296176	242121	41650	81,75
Hortênsias	127040	102062	24978	80,34
Noroeste Colonial	166613	131077	35536	78,67
Campanha	216295	169778	46517	78,49
Campos de Cima da Serra	98045	76851	21194	78,38
Vale do Jaguarí	117285	90270	27015	76,97
Jacui Centro	143341	106367	36974	74,21
Vale do Taquari	327822	242082	85740	73,85
Vale do Caí	169611	124913	44698	73,65
Norte	221450	158545	62905	71,59
Centro Sul	253534	181339	72195	71,52
Missões	248068	175917	72151	70,91
Fronteira Noroeste	203521	137655	65866	67,64
Nordeste	126884	84192	42692	66,35
Rio da Várzea	130596	83063	47533	63,60
Vale do Rio Pardo	418109	263977	154132	63,14
Celeiro	141490	81527	59963	57,62
Médio Alto Uruguai	148427	81237	67190	54,73
Alto da Serra do Botucarái	103986	55783	48203	53,64

Fonte: Censo 2010 - IBGE

Anexo II – Oferta de cursos na UFPel; Distribuição dos egressos da UFPel, UFSM e UPF no Estado; e Questionário.

GRADUAÇÃO

Bacharelados

1. Administração - Vespertino
2. Administração - Noturno
3. Agronomia - Integral
4. Antropologia - Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia - Integral
5. Antropologia - Bach.
6. Arquitetura e Urbanismo - Integral
7. Artes Visuais - Integral
8. Bach. em Letras - Redação e Revisão de Textos - Noturno
9. Bach. em Letras - Tradução Espanhol - Português - Integral
10. Bach. em Letras Tradução Inglês - Português - Integral
11. Biotecnologia - Bacharelado - Integral
12. Ciência da Computação - Integral
13. Ciências Biológicas - Bacharelado - Integral
14. Ciências Contábeis - Noturno
15. Ciências Econômicas - Bacharelado - Noturno
16. Ciências Sociais - Bacharelado - Noturno
17. Cinema de Animação - Noturno
18. Cinema e Animação - Noturno
19. Cinema e Audiovisual - Integral
20. Conservação e Restauro de Bens Móveis - Noturno
21. Design Digital - Matutino
22. Design Gráfico - Vespertino
23. Direito
24. Educação Física - Bacharelado - Integral
25. Enfermagem - Integral
26. Engenharia Agrícola - Integral
27. Engenharia Civil
28. Engenharia de Computação - Integral
29. Engenharia de Controle e Automação - Integral
30. Engenharia de Materiais - Integral
31. Engenharia de Petróleo - Integral
32. Engenharia de Produção - Noturno
33. Engenharia Eletrônica - Integral
34. Engenharia Geológica - Integral
35. Engenharia Hídrica - Integral
36. Engenharia Industrial Madeireira - Integral
37. Engenharia Sanitária e Ambiental
38. Farmácia - Integral
39. Filosofia - Bacharelado - Noturno
40. Geografia - Bacharelado - Noturno
41. História - Bacharelado - Vespertino
42. Jornalismo - Noturno
43. Medicina - Integral
44. Medicina Veterinária - Integral
45. Medicina Veterinária - Integral
46. Meteorologia - Integral
47. Museologia - Integral

48. Música - Canto - Bach. - Vespertino
49. Música - Ciências Musicais - Bach. - Matutino
50. Música - Composição - Bach. - Matutino
51. Música - Flauta Transversal - Bach. - Matutino
52. Música - Música Popular - Bach. - Integral
53. Música - Piano - Bach. - Vespertino
54. Música Popular - Matutino
55. Música - Regência Corais - Bach. - Integral
56. Música - Violão - Bach. - Vespertino
57. Música - Violino - Bach. - Matutino
58. Nutrição - Integral
59. Odontologia - Integral
60. Psicologia - Noturno
61. Química - Bacharelado - Integral
62. Química de Alimentos - Integral
63. Química Forense
64. Química Industrial - Bacharelado - Integral
65. Relações Internacionais - Noturno
66. Terapia Ocupacional - Noturno
67. Turismo - Noturno
68. Zootecnia – Integral

Licenciaturas

1. Artes Visuais - Licenciatura - Integral
2. Ciências Biológicas - Licenciatura - Integral
3. Ciências Sociais - Licenciatura - Integral
4. Dança - Noturno
5. Educação Física - Licenciatura - Noturno
6. Educação Física - Licenciatura - Integral
7. Educação Física - Lic. Plena - Vespertino
8. Filosofia - Licenciatura - Noturno
9. Física - Licenciatura - Integral
10. Geografia - Licenciatura - Noturno
11. História - Licenciatura - Noturno
12. Lic. em Letras-espanhol e Literaturas de Língua Espanhola - Noturno
13. Lic. em Letras-inglês e Literaturas de Língua Inglesa - Vespertino
14. Lic. em Letras - Português - Noturno
15. Lic. em Letras - Português/alemão - Vespertino
16. Lic. em Letras - Português/espanhol - Vespertino
17. Lic. em Letras - Português/francês - Vespertino
18. Lic. em Letras - Português/inglês - Vespertino
19. Matemática - Licenciatura - Noturno
20. Matemática - Licenciatura - Integral
21. Música - Licenciatura - Integral
22. Pedagogia - Licenciatura - Noturno
23. Pedagogia - Licenciatura - Vespertino
24. Química - Licenciatura - Integral
25. Teatro - Licenciatura – Noturno

Tecnólogos

1. Agroindústria - Tecnológico - Noturno
2. Alimentos - Integral
3. Curso Superior de Tecnologia em Finanças - Integral
4. Curso Superior de Tecnologia em Fruticultura - Integral
5. Gastronomia - Integral
6. Geoprocessamento - Integral
7. Gestão Ambiental - Noturno
8. Gestão Ambiental - Integral
9. Gestão Ambiental - Tecnológico - Integral
10. Gestão de Cooperativas - Tecnológico - Noturno
11. Gestão Pública - Tecnológico - Noturno
12. Gestão Pública - Tecnológico - Vespertino
13. Hotelaria - Integral
14. Processos Gerenciais - Noturno
15. Transportes Terrestres - Noturno
16. Viticultura e Enologia - Tecnológico – Integral

CURSOS À DISTÂNCIA

Licenciatura

1. Lic. em Educação do Campo a Distância - Pólo Hulha Negra
2. Lic. em Educação do Campo a Distância - Pólo Sobradinho
3. Lic. em Educação no Campo a Distância-Pólo Arroio dos Ratos - Integral
4. Lic. em Educação no Campo a Distância-Pólo Cacequi - Integral
5. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Cachoeira do Sul - Integral
6. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo Camargo - Integral
7. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo Cerro Largo - Integral
8. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Herval - Integral
9. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Itaqui - Integral
10. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Jacuizinho - Integral
11. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Jaguarão - Integral
12. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo Picada Café - Integral
13. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo Quaraí - Integral
14. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo Restinga Seca - Integral
15. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Rosário Sul - Integral
16. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo São Sepé - Integral
17. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo S.A. Patrulha - Integral
18. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Sapiranga - Integral
19. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Sapucaia do Sul - Integral
20. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo S. do Livramento - Integral
21. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo Serafina Corrêa - Integral
22. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Sf Paula - Integral
23. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo S.j. do Norte - Integral
24. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo S. Lourenço - Integral
25. Lic. em Educação no Campo a Distância - Pólo Três Passos - Integral
26. Lic. em Educação no Campo a Distância-pólo Vila Flores – Integral
27. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo A. Ratos - Integral
28. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo B. Pinhal - Integral
29. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Cacequi - Integral
30. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Cachoeira do Sul - Integral

31. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Camargo - Integral
32. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Cerro Largo - Integral
33. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Constantina - Integral
34. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Cruz Alta - Integral
35. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo de Hulha Negra
36. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Herval - Integral
37. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Jacuizinho - Integral
38. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Jaguarão - Integral
39. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Mostardas - Integral
40. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Novo Hamburgo - Integral
41. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Panambi - Integral
42. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Paranaguá - Integral
43. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Picada Café - Integral
44. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Restinga Seca - Integral
45. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Rosário do Sul - Integral
46. Licenciatura em Espanhol a Distância - Polo Santana B. Vista - Integral
47. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Santana do Livramento
48. Licenciatura em Espanhol a Distância - pólo São João Polesine - Integral
49. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo São Sepé - Integral
50. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Sapiranga - Integral
51. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Sapucaia Sul - Integral
52. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo S.b.vista - Integral
53. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Serafina Corrêa - Integral
54. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo S.f Paula - Integral
55. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo S. Vitória do Palmar - Integral
56. Licenciatura em Espanhol a Distância - Pólo Três Passos - Integral
57. Licenciatura em Geografia a Distância - Pólo Pelotas - Integral
58. Licenciatura em Letras a Distância - Pólo Livramento - Integral
59. Licenciatura em Letras a Distância - Pólo Pelotas - Integral
60. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Arroio Ratos - Integral
61. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Bal. Pinhal - Integral
62. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Caçapava Sul - Integral
63. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Cacequi - Integral
64. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Cachoeira Sul - Integral
65. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Camaquã - Integral
66. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Camargo - Integral
67. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Canguçu - Integral
68. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Constantina - Integral
69. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Cruz Alta - Integral
70. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Herval - Integral
71. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Ibaiti - Integral
72. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Itaqui - Integral
73. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Jaguarão - Integral
74. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Jaquirana - Integral
75. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo M. Redondo - Integral
76. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Novo Hamburgo - Integral
77. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Panambi - Integral
78. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Picada Café - Integral
79. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Quaraí - Integral

80. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Rosário do Sul
81. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Rosário do Sul - Integral
82. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo R. Seca - Integral
83. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo São Sepé - Integral
84. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Sapiranga - Integral
85. Licenciatura em Matemática a Distância- Polo Sapucaia do Sul - Integral
86. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo S. B. Vista - Integral
87. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo S. B. Vista - Integral
88. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Seberi - Integral
89. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Serafina Corrêa - Integral
90. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo S. F. Paula - Integral
91. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo S. J. Norte - Integral
92. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo S.l. do Sul - Integral
93. Licenciatura em Matemática a Distância - Polo S. V. Palmar - Integral
94. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Três Passos - Integral
95. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Turuçu - Integral
96. Licenciatura em Matemática a Distância - Pólo Videira - Integral
97. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Arroio Ratos - Integral
98. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Pólo Cacequi - Integral
99. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Cachoeira Sul - Integral
100. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Camargo - Integral
101. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Cerro Largo - Integral
102. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Pólo Constantina - Integral
103. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Pólo de Hulha Negra
104. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Pólo Encantado - Integral
105. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Herval - Integral
106. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Pólo Itaqui - Integral
107. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Jaquirana - Integral
108. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Pólo Panambi - Integral
109. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Paranaguá - Integral
110. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Pólo Quaraí - Integral
111. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Pólo Rosário do Sul - Integral
112. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo S. B. Vista - Integral
113. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Seberi - Integral
114. Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo S. F. Paula - Integral
115. Licenciatura em Pedagogia a Distância- Pólo S.joão Polesine - Integral
116. Licenciatura em Pedagogial a Distância - Polo B. Pinhal - Integral
117. Licenciatura em Pedagogial a Distância - Pólo Novo Hamburgo - Integral
118. Licenciatura em Pedagogial a Distância - Pólo Picada Café - Integral
119. Licenciatura em Pedagogial a Distância - Pólo São Sepé - Integral
120. Licenciatura em Pedagogial a Distância - Pólo Sapiranga - Integral
121. Licenciatura em Pedagogial a Distância - Pólo Sapucaia do Su - Integral
122. Licenciatura em Pedagogial a Distância - Pólo Serafina Corrêa - Integral

PÓS-GRADUAÇÃO

Stricto

Doutorado e Mestrado

1. Agronomia

2. Biotecnologia
3. Ciência e tecnologia de alimentos
4. Ciência e tecnologia de sementes
5. Educação
6. Enfermagem
7. Epidemiologia
8. Fisiologia vegetal
9. Fitossanidade
10. Manejo e conservação do solo e da água
11. Memória social e patrimônio cultural
12. Odontologia
13. Parasitologia
14. Química
15. Sistema de produção agrícola familiar
16. Veterinária
17. Zootecnia

Mestrado

1. Antropologia
2. Arquitetura e urbanismo
3. Artes visuais
4. Bioquímica e bioprospecção
5. Ciência e engenharia de materiais
6. Ciência política
7. Ciências sociais
8. Computação
9. Educação física
10. Entomologia
11. Filosofia
12. Física
13. Geografia
14. História
15. Letras
16. Meteorologia
17. Modelagem matemática
18. Nutrição e alimentos
19. Organizações e mercado
20. Recursos hídricos

Mestrado Profissional

1. Ciência e tecnologia de sementes
2. Ensino de ciências e matemática
3. Saúde pública baseada em evidências

Lato

Especialização

1. Administração (ênfase em agronegócios)
2. Artes
3. Atenção psicossocial no âmbito do sistema único de saúde

4. Ciência dos alimentos (tutoria à distância)
5. Ciência e tecnologia de sementes (tutoria à distância)
6. Cirurgia geral
7. Curso saúde da família (tutoria à distância)
8. Direito ambiental
9. Educação
10. Educação física
11. Engenharia de biosistemas
12. Engenharia rural
13. Estudos matemáticos
14. Filosofia
15. Geografia
16. Gestão de pólos
17. Gestão estratégica de negócios – mba
18. Gestão pública e desenvolvimento regional
19. Gestores regionais de recursos hídricos
20. Gráfica digital
21. Letras
22. Memória, identidade e cultura material
23. Mídias na educação (tutoria à distância)
24. Multiprofissional em saúde da família
25. Produção de sementes de arroz irrigado (tutoria à distância)
26. Produção industrial madeireira
27. Projetos assistenciais de enfermagem
28. Proteção de plantas (tutoria à distância)
29. Residência multiprofissional e em área profissional da saúde
30. Sociologia e política

Residência Médica

1. Anestesiologia
2. Cancerologia cirúrgica
3. Cirurgia geral
4. Clínica médica
5. Gastroenterologia
6. Medicina preventiva e social
7. Obstetrícia e ginecologia
8. Pediatria
9. Psiquiatria

UNIDADES ACADÊMICAS

25. Centro de Artes (Ca)
26. Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (Ccqfa)
27. Centro de Desenvolvimento Tecnológico (Cdtec)
28. Centro de Educação Aberta e a Distância (Cead)
29. Centro de Engenharias (Ceng)
30. Centro de Integração do Mercosul (Cim)
31. Centro de Letras e Comunicação (Clc)
32. Conservatório de Música
33. Escola Superior de Educação Física (Esef)

34. Faculdade de Administração e Turismo (Fat)
35. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (Faem)
36. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Faurb)
37. Faculdade de Direito
38. Faculdade de Educação (Fae)
39. Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (Feo)
40. Faculdade de Medicina (Fm)
41. Faculdade de Meteorologia (Fmet)
42. Faculdade de Nutrição (Fn)
43. Faculdade de Odontologia (Fo)
44. Faculdade de Veterinária (Fvet)
45. Instituto de Biologia (Ib)
46. Instituto de Ciências Humanas (Ich)
47. Instituto de Física e Matemática (Ifm)
48. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (Ifisp)

QUADRO AII03 – Impacto dos Egressos da UFPEL em Diferentes COREDES

Rank	CREA	Corede	CREMRS	Corede	CRMVRS	Corede
1	50,41%	Sul	32,78%	Sul	49,22%	Sul
2	9,74%	Metropolitano Delta do Jacuí	31,81%	Metropolitano Delta do Jacuí	10,36%	Metropolitano Delta do Jacuí
3	5,85%	Serra	5,35%	Vale do Rio dos Sinos	6,34%	Serra
4	4,10%	Fronteira Oeste	4,66%	Serra	3,95%	Campanha
5	3,53%	Campanha	2,58%	Vale do Rio Pardo	3,07%	Produção
6	2,70%	Produção	2,40%	Campanha	2,79%	Vale do Taquari
7	2,24%	Centro Sul	2,35%	Fronteira Oeste	2,45%	Nordeste
8	1,74%	Nordeste	2,31%	Produção	2,32%	Centro Sul
9	1,66%	Norte	1,98%	Vale do Taquari	2,32%	Fronteira Oeste
10	1,66%	Rio da Várzea	1,43%	Norte	2,25%	Norte
11	1,65%	Alto Jacuí	1,38%	Centro Sul	2,11%	Vale do Rio dos Sinos
12	1,63%	Vale do Rio Pardo	1,29%	Central	1,84%	Central
13	1,53%	Fronteira Noroeste	1,11%	Noroeste Colonial	1,64%	Vale do Rio Pardo
14	1,35%	Vale do Rio dos Sinos	1,01%	Litoral	1,30%	Litoral
15	1,31%	Central	1,01%	Nordeste	1,02%	Alto Jacuí
16	1,19%	Campos de Cima da Serra	0,97%	Fronteira Noroeste	0,95%	Missões
17	1,17%	Vale do Taquari	0,78%	Paranhana Encosta da Serra	0,89%	Rio da Várzea
18	1,15%	Missões	0,74%	Missões	0,82%	Noroeste Colonial
19	0,87%	Noroeste Colonial	0,74%	Alto Jacuí	0,75%	Fronteira Noroeste
20	0,86%	Médio Alto Uruguai	0,51%	Hortênsias	0,55%	Vale do Caí
21	0,72%	Litoral	0,41%	Médio Alto Uruguai	0,55%	Campos de Cima da Serra
22	0,71%	Celeiro	0,41%	Campos de Cima da Serra	0,48%	Médio Alto Uruguai
23	0,50%	Hortênsias	0,37%	Rio da Várzea	0,48%	Alto da Serra do Botucaraí
24	0,42%	Vale do Jaguari	0,37%	Jacuí Centro	0,41%	Paranhana Encosta da Serra
25	0,38%	Jacuí Centro	0,32%	Vale do Caí	0,41%	Hortênsias
26	0,35%	Alto da Serra do Botucaraí	0,32%	Alto da Serra do Botucaraí	0,41%	Jacuí Centro
27	0,32%	Vale do Caí	0,32%	Vale do Jaguari	0,20%	Celeiro
28	0,23%	Paranhana Encosta da Serra	0,28%	Celeiro	0,14%	Vale do Jaguari

QUADRO AII04 – Impacto dos Egressos da UFSM em Diferentes COREDES

Rank	CREA	Corede	CREMRS	Corede	CRMVRS	Corede
1	42,27%	Central	31,41%	Central	29,65%	Central Fronteira Oeste
2	10,78%	Metropolitano Delta do Jacuí	21,70%	Metropolitano Delta do Jacuí	10,13%	Metropolitano Delta do Jacuí
3	4,83%	Fronteira Noroeste	5,27%	Fronteira Oeste	7,57%	Campanha
4	4,10%	Serra	4,27%	Serra	5,35%	Vale do Taquari
5	3,86%	Fronteira Oeste	3,78%	Produção	3,91%	Vale do Rio Pardo
6	3,35%	Vale do Rio Pardo	3,58%	Vale do Rio Pardo	3,81%	Serra
7	3,05%	Alto Jacuí	3,51%	Missões	3,62%	Vale do Jaguari
8	2,85%	Médio Alto Uruguai	3,18%	Vale do Rio dos Sinos	3,62%	Fronteira Noroeste
9	2,67%	Noroeste Colonial	2,75%	Noroeste Colonial	3,42%	Produção
10	2,40%	Produção	2,68%	Fronteira Noroeste	3,38%	Missões
11	1,96%	Vale do Rio dos Sinos	2,25%	Alto Jacuí	3,38%	Noroeste Colonial
12	1,96%	Jacuí Centro	2,09%	Vale do Jaguari	3,04%	Jacuí Centro
13	1,94%	Missões	1,99%	Jacuí Centro	3,04%	Alto Jacuí
14	1,92%	Celeiro	1,79%	Norte	2,65%	Celeiro
15	1,84%	Norte	1,42%	Vale do Taquari	2,41%	Sul
16	1,80%	Campanha	1,29%	Sul	1,88%	Vale do Rio dos Sinos
17	1,64%	Rio da Várzea	1,26%	Campanha	1,54%	Norte
18	1,55%	Vale do Jaguari	1,09%	Médio Alto Uruguai	1,30%	Rio da Várzea
19	1,35%	Vale do Taquari	0,99%	Celeiro	1,11%	Médio Alto Uruguai
20	0,89%	Alto da Serra do Botucaraí	0,83%	Rio da Várzea	0,96%	Vale do Caí
21	0,55%	Sul	0,76%	Litoral	0,92%	Nordeste
22	0,53%	Campos de Cima da Serra	0,43%	Nordeste	0,82%	Litoral
23	0,48%	Nordeste	0,36%	Hortênsias	0,53%	Alto da Serra do Botucaraí
24	0,46%	Litoral	0,30%	Paranhana Encosta da Serra	0,53%	Hortênsias
25	0,42%	Hortênsias	0,30%	Alto da Serra do Botucaraí	0,43%	Paranhana Encosta da Serra
26	0,36%	Centro Sul	0,27%	Centro Sul	0,39%	Centro Sul
27	0,20%	Vale do Caí	0,27%	Vale do Caí	0,34%	Campos de Cima da Serra
28	0,00%	Paranhana Encosta da Serra	0,17%	Campos de Cima da Serra	0,29%	

QUADRO AII05 – Impacto dos Egressos da UPF em Diferentes COREDES

Rank	CREA	Corede	CREMRS	Corede	CRMVRS	Corede
1	45,15%	Produção	49,10%	Produção	36,11%	Produção
2	9,55%	Norte	19,42%	Metropolitano Delta do Jacuí	16,28%	Serra
3	9,28%	Nordeste	5,05%	Serra	8,67%	Nordeste
4	5,63%	Alto Jacuí	4,79%	Norte	8,14%	Norte
5	5,30%	Serra	2,14%	Vale do Rio dos Sinos	5,84%	Metropolitano Delta do Jacuí
6	5,05%	Rio da Várzea	1,71%	Vale do Rio Pardo	3,72%	Alto da Serra do Botucaraí
7	4,69%	Metropolitano Delta do Jacuí	1,63%	Noroeste Colonial	2,65%	Rio da Várzea
8	3,42%	Alto da Serra do Botucaraí	1,54%	Alto Jacuí	2,30%	Alto Jacuí
9	1,86%	Campos de Cima da Serra	1,45%	Nordeste	2,12%	Vale do Taquari
10	1,38%	Noroeste Colonial	1,37%	Central	2,12%	Campos de Cima da Serra
11	1,22%	Médio Alto Uruguai	1,28%	Médio Alto Uruguai	1,77%	Vale do Rio dos Sinos
12	1,06%	Missões	1,28%	Alto da Serra do Botucaraí	1,24%	Central
13	1,04%	Fronteira Noroeste	1,11%	Fronteira Noroeste	1,24%	Médio Alto Uruguai
14	0,89%	Sul	1,03%	Fronteira Oeste	1,06%	Vale do Rio Pardo
15	0,78%	Vale do Rio dos Sinos	1,03%	Missões	1,06%	Hortênsias
16	0,62%	Vale do Taquari	0,94%	Rio da Várzea	0,88%	Fronteira Noroeste
17	0,60%	Central	0,86%	Vale do Taquari	0,88%	Noroeste Colonial
18	0,58%	Fronteira Oeste	0,77%	Campos de Cima da Serra	0,88%	Celeiro
19	0,43%	Celeiro	0,60%	Litoral	0,71%	Missões Vale do
20	0,41%	Vale do Rio Pardo	0,60%	Hortênsias	0,71%	Caí Litoral
21	0,30%	Vale do Caí	0,51%	Celeiro	0,53%	Campanha
22	0,23%	Campanha	0,34%	Paranhana Encosta da Serra	0,35%	Fronteira Oeste
23	0,19%	Litoral	0,34%	Vale do Caí	0,18%	Jacuí Centro
24	0,16%	Vale do Jaguari	0,26%	Jacuí Centro	0,18%	Sul
25	0,12%	Jacuí Centro	0,26%	Sul	0,18%	Paranhana Encosta da Serra
26	0,05%	Hortênsias	0,26%	Campanha	0,18%	Vale do Jaguari
27	0,00%	Centro Sul	0,17%	Vale do Jaguari	0,00%	Centro Sul
28	0,00%	Paranhana Encosta da Serra	0,17%	Centro Sul	0,00%	

Instrumento de pesquisa: questionário enviado para todos os municípios do COREDE Sul. Este questionário foi enviado, a pelo menos, uma pessoa de cada prefeitura, além de outros habitantes dos respectivos municípios, servidores da UFPel e representantes do COREDE Sul.

Q1 Nome do respondente:

Q2 Município de moradia:

Q3 Ocupação/Cargo:

Q4 Escolaridade:

- primeiro grau (1)
- segundo grau (2)
- graduação (3)
- pós-graduação (4)

Q5 Qual é sua imagem da UFPEL?

- ruim (1)
- boa (2)
- ótima (3)

Q6 Você sabe quantos campi a UFPel tem distribuídos no COREDE Sul?

- 10 campi (1)
- 18 campi (2)
- 29 campi (3)
- não sei. (4)

Q7 Em sua opinião, qual é a relevância da UFPel no contexto do desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul?

- importante (1)
- relativamente importante (2)
- não importante (3)

Q8 Aproximadamente, qual é o percentual do orçamento da UFPel em relação ao PIB (produto interno bruto) de Pelotas e do COREDE Sul?

- 6% e 1,7% (1)
- 3% e 0,4% (2)
- 10% e 3% (3)
- não sei. (4)

Q9 Você já teve algum contato institucional, acadêmico ou cultural com UFPEL?

- sim (1)
- não (2)

Q10 Você conhece alguma parceria/interação entre a UFPel e comunidade local ou regional (indústria, comércios, prefeituras, associações comunitárias, instituições de pesquisa e desenvolvimento, sindicatos, etc) ?

- sim (1)
- não (2)

Q11 Em ordem crescente enumere as ações mais impactantes, que a UFPel deveria promover para o desenvolvimento socioeconômico do COREDE Sul.

_____parcerias com a produção local e regional. (1)

_____ações de conscientização da cidadania e proteção ambiental. (2)

_____pesquisas e debates que busquem alternativas para o desenvolvimento econômico da Região. (3)

Q12 O que você percebe ser o ponto mais fraco a respeito do papel da UFPel no COREDE Sul?

- falta de entendimento da realidade da Região. (1)
- falta de comprometimento em promover iniciativas importantes para o desenvolvimento da Região. (2)
- falta de engajamento com o setor produtivo da Região. (3)
- nenhuma das alternativas acima. (4)

Q13 Se você desejar fazer seu próprio comentário a respeito da atuação da UFPel no COREDE Sul, abaixo há espaço para isso. Todos os comentários serão considerados como material de análise e percepção da sociedade local e regional.